



COMPROVANTE DE ABERTURA
Processo: Nº 1101/2026 Cód. Verificador: 5TF69M6A

Requerente: 523 - MUNICÍPIO DE MARMELEIRO
CPF/CNPJ: 76.205.665/0001-01
Endereço: Avenida Macali Nº 255 **CEP:**85.614-068
Cidade: Marmeleiro **Estado:**PR
Bairro: CENTRO
Fone Res.: (46) 3525-8100 **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: administracao@marmeleiro.pr.gov.br
Assunto: SETOR DE LICITAÇÃO
Subassunto: SOLICITAÇÕES DIVERSAS
Data de Abertura: 05/05/2026 09:32
Previsão: 04/06/2026

Telefone Requerente

Celular: (46) 3525-8100

Documentos do Processo

Quantidade de Documentos: 0 **Quantidade de Documentos Entregues:** 0

Observação de Abertura:

Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema "3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)" para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Requerente

ISABELA RODRIGUES BORGES

Funcionário(a)

Recebido



Marmeleiro, 05 de maio de 2026.

Processo Administrativo Eletrônico nº 1101/2026
Requerimento nº 03/2026 – Gabinete Municipal

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1 – OBJETO:

Constitui objeto deste documento a contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal, observadas as características e demais condições definidas neste processo e seus anexos.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A capacitação continuada dos agentes públicos constitui requisito essencial para o aprimoramento da gestão pública e para a adequada prestação de serviços à sociedade, conforme dispõe o art. 39, §2º, da Constituição Federal, ao estabelecer o dever dos entes federativos de promover a formação e o aperfeiçoamento de seus servidores.

Nesse contexto, justifica-se a participação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica no “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, promovido pelo Instituto Aplicado em Gestão Pública – IAGP, considerando a relevância dos temas abordados e sua direta relação com as atribuições institucionais de ambas as áreas.

O evento apresenta conteúdo programático abrangente e especializado, contemplando temas como regime jurídico disciplinar, distinção entre sindicância e PAD, procedimentos de instauração e condução de processos administrativos disciplinares, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de sanções, além de aspectos como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC), consensualismo administrativo, assédio no ambiente de trabalho e governança no regime sancionatório.

Destaca-se, ainda, a abordagem prática do curso, com ênfase na atuação de comissões processantes, cuidados procedimentais, garantias do contraditório e da ampla defesa, bem como análise de casos concretos e posicionamentos dos tribunais, proporcionando uma visão aplicada e preventiva da matéria.

A participação da Controladora Interna é fundamental para o fortalecimento das atividades de controle, orientação preventiva, análise de riscos e acompanhamento de processos administrativos, contribuindo para a mitigação de falhas, prevenção de irregularidades e promoção da conformidade dos atos administrativos.

Por sua vez, a participação da Procuradora Jurídica mostra-se igualmente imprescindível, tendo em vista sua atuação na assessoria e consultoria jurídica, na análise da legalidade dos atos administrativos e no acompanhamento de processos disciplinares, garantindo a observância dos princípios constitucionais, do devido processo legal e da segurança jurídica.

Ressalta-se que a atuação integrada entre a Controladoria Interna e a Procuradoria Jurídica é essencial para assegurar maior eficiência, legalidade e segurança na condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, reduzindo riscos de nulidades, responsabilizações indevidas e prejuízos à Administração Pública.

Ademais, o seminário será ministrado por profissionais com notória especialização na área de Direito Administrativo, com ampla experiência acadêmica e prática, o que reforça a qualidade técnica do conteúdo ofertado.

Importante destacar que a participação no referido evento está alinhada ao Plano Anual de Capacitação dos servidores do Município de Marmeleiro, evidenciando o compromisso institucional com





o aprimoramento técnico, a eficiência administrativa e o fortalecimento dos mecanismos de controle, responsabilização e governança.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação de serviços pela Administração Pública deve, em regra, ser precedida de licitação. Todavia, o art. 74, inciso III, alínea “f”, da referida norma prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, quando caracterizada a inviabilidade de competição.

No presente caso, a contratação do referido seminário enquadra-se na hipótese de inexigibilidade, considerando a singularidade do conteúdo programático, a especialização do corpo docente e a natureza técnica do serviço, fatores que inviabilizam a competição.

Diante do exposto, justifica-se a formalização de procedimento de inexigibilidade de licitação para a contratação do “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, visando à capacitação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com reflexos diretos no fortalecimento das práticas de controle, assessoramento jurídico, apuração disciplinar e governança no âmbito da Administração Municipal.

3 – ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Como forma de dar eficácia ao inciso IV do art. 6º, do Decreto Municipal nº 3.497/2024 quanto à estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referencias de contratações similares de outros órgãos da Administração Pública, sendo que o valor ficou em torno de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

4 – PREVISÃO DA DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

Após a finalização dos tramites do processo e a publicação da homologação.

5 – GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Alto.

6 – VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM O OBJETO DE OUTRO DFD:

A presente contratação não necessita nenhuma vinculação ou dependência com o objeto de outro Documento de Formalização de Demanda.

7 – FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

Inexigibilidade de Licitação.

8 – INDICAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DE CONTRATO:

8.1 – Fiscal de Contrato:

Sandra Marisa Moreira Nicolau

8.2 – Gestor de Contrato:

Jander Luiz Loss.

Parágrafo Único: Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

9 – ENCAMINHAMENTO:





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

4

ESTADO DO PARANÁ

De acordo com o processo, encaminhe-se ao Departamento responsável para prosseguimento.

Jander Luiz Loss
Gestor do Contrato
Prefeito Municipal

Sandra Marisa Moreira Nicolau
Fiscal do Contrato

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/05/2026 10:35 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/pr/1629902721891>





Marmeleiro, 05 de maio de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INTRODUÇÃO:

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A capacitação continuada dos agentes públicos constitui requisito essencial para o aprimoramento da gestão pública e para a adequada prestação de serviços à sociedade, conforme dispõe o art. 39, §2º, da Constituição Federal, ao estabelecer o dever dos entes federativos de promover a formação e o aperfeiçoamento de seus servidores.

Nesse contexto, justifica-se a participação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica no “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, promovido pelo Instituto Aplicado em Gestão Pública – IAGP, considerando a relevância dos temas abordados e sua direta relação com as atribuições institucionais de ambas as áreas.

O evento apresenta conteúdo programático abrangente e especializado, contemplando temas como regime jurídico disciplinar, distinção entre sindicância e PAD, procedimentos de instauração e condução de processos administrativos disciplinares, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de sanções, além de aspectos como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC), consensualismo administrativo, assédio no ambiente de trabalho e governança no regime sancionatório.

Destaca-se, ainda, a abordagem prática do curso, com ênfase na atuação de comissões processantes, cuidados procedimentais, garantias do contraditório e da ampla defesa, bem como análise de casos concretos e posicionamentos dos tribunais, proporcionando uma visão aplicada e preventiva da matéria.

A participação da Controladora Interna é fundamental para o fortalecimento das atividades de controle, orientação preventiva, análise de riscos e acompanhamento de processos administrativos, contribuindo para a mitigação de falhas, prevenção de irregularidades e promoção da conformidade dos atos administrativos.

Por sua vez, a participação da Procuradora Jurídica mostra-se igualmente imprescindível, tendo em vista sua atuação na assessoria e consultoria jurídica, na análise da legalidade dos atos administrativos e no acompanhamento de processos disciplinares, garantindo a observância dos princípios constitucionais, do devido processo legal e da segurança jurídica.

Ressalta-se que a atuação integrada entre a Controladoria Interna e a Procuradoria Jurídica é essencial para assegurar maior eficiência, legalidade e segurança na condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, reduzindo riscos de nulidades, responsabilizações indevidas e prejuízos à Administração Pública.

Ademais, o seminário será ministrado por profissionais com notória especialização na área de Direito Administrativo, com ampla experiência acadêmica e prática, o que reforça a qualidade técnica do conteúdo ofertado.

Importante destacar que a participação no referido evento está alinhada ao Plano Anual de Capacitação dos servidores do Município de Marmeleiro, evidenciando o compromisso institucional com o aprimoramento técnico, a eficiência administrativa e o fortalecimento dos mecanismos de controle, responsabilização e governança.





Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação de serviços pela Administração Pública deve, em regra, ser precedida de licitação. Todavia, o art. 74, inciso III, alínea “f”, da referida norma prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, quando caracterizada a inviabilidade de competição.

No presente caso, a contratação do referido seminário enquadra-se na hipótese de inexigibilidade, considerando a singularidade do conteúdo programático, a especialização do corpo docente e a natureza técnica do serviço, fatores que inviabilizam a competição.

Diante do exposto, justifica-se a formalização de procedimento de inexigibilidade de licitação para a contratação do “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, visando à capacitação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com reflexos diretos no fortalecimento das práticas de controle, assessoramento jurídico, apuração disciplinar e governança no âmbito da Administração Municipal.

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente contratação refere-se à participação no curso de capacitação denominado “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, destinado à atualização técnica de agentes públicos quanto às normas, procedimentos e boas práticas relacionadas à apuração de responsabilidades no âmbito da Administração Pública.

Registra-se que a contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA). Contudo, sua realização se justifica em razão de necessidade administrativa superveniente, tendo em vista a relevância e complexidade das atividades relacionadas à condução de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e aplicação de sanções, bem como a necessidade de constante atualização frente às mudanças normativas, entendimentos jurisprudenciais e diretrizes dos órgãos de controle.

O curso aborda temas essenciais como regime jurídico disciplinar, instauração e condução de sindicâncias e PAD, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de penalidades, além de aspectos relevantes como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC) e governança no âmbito do direito administrativo sancionador.

Ressalta-se que o Plano de Contratações Anual possui natureza de instrumento de planejamento, não impedindo a realização de contratações não previstas inicialmente, desde que devidamente justificadas e fundamentadas no interesse público, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando a relevância do tema e a necessidade de capacitação técnica da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com vistas à correta condução de processos administrativos disciplinares, prevenção de nulidades e fortalecimento dos mecanismos de controle e governança, entende-se plenamente justificada a realização da presente contratação.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

O objeto da contratação consiste em serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, relacionado à capacitação de agentes públicos, não se enquadrando como bem ou serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura.

A CONTRATADA deverá proporcionar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

A CONTRATADA deverá garantir requisitos de qualidade, funcionamento e rendimento do objeto conforme edital durante toda a vigência do Contrato.

A empresa contratada deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

7

ESTADO DO PARANÁ

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista o critério de notória especialização da empresa e do instrutor, que justificam a contratação direta.

Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

O Contratante reserva-se o direito de liberar a Nota Fiscal para pagamento, após o responsável pelo recebimento aferir a quantidade, qualidade e adequação dos itens entregues.

Sobre a CONTRATADA, a mesma deverá apresentar:

- Habilitação jurídica.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista.
- Regularidade econômico-financeira.
- Comprovação técnica, caso necessário.
- Declaração unificada.

5 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
1	02	Un.	<p>3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - 18h/aula</p> <p>Módulo 1 – Regime jurídico disciplinar na Administração Pública– Edgar Guimarães</p> <ol style="list-style-type: none">1. Regime disciplinar e sistemas de controle da Administração Pública. Comunicação entre os sistemas. Governança e Compliance no regime sancionatório.2. Sindicância e processo administrativo disciplinar. As principais diferenças. Instrumentos disciplinares. Quando instaurar um e outro. Quais os objetivos.3. Atos praticados na vida privada e repercussão na esfera disciplinar4. Cuidados específicos na instauração. O que deve constar na Portaria Inaugural. Quem pode participar de comissão. Como dar publicidade ao processo, quais os cuidados e exigências legais.5. Princípios específicos e regime jurídico administrativo processual (legalidade, impessoalidade, impedimentos e suspeições, improbidade, publicidade, devido processo legal, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, consequencialismo decisional.6. Sanções aplicáveis e graduação. Tipificação aberta.7. Pontos importantes de atenção, principais problemas. Nulidades. Modulação dos efeitos. <p>Módulo 2 – Rito processual da sindicância e do PAD – Professor Luciano Reis</p> <ol style="list-style-type: none">1. Sindicância investigação e sindicância processo. Ritos específicos e consequências. Processo administrativo disciplinar. Obrigatoriedade ou faculdade.2. Instauração do PAD. Ritos e procedimentos. Cuidados no afastamento para tratamento de saúde. Sigilo x publicidade.3. Comissão processante. Cuidados necessários. Membros e formalidades.4. Defesa prévia. Intimação, defesa técnica por advogado e cuidados da Comissão.5. Produção de provas. Quais são admitidas e o que deve ser indeferido. Como produzir prova testemunhal, documental e pericial sem vícios. Acareação. Prazos e preclusão. A possibilidade de conversão do feito em diligência. O interrogatório.6. Prova emprestada, requisição de dados pela comissão, processo para apurar enriquecimento ilícito, alteração da acusação (emendatio libelli e mutatio libelli)7. Defesa escrita. A citação e nulidades.8. Relatório final. O que deve conter e como deve ser realizado. Pontos importantes de atenção. As teses de defesa. A Análise de prescrição e a aplicação do regime jurídico administrativo.9. Julgamento. Prazo. Competência. Conversão em diligências. Aplicação de





	<p>penalidades.</p> <p>10. Sanções. Dosimetria e a importância dos precedentes. Critérios de individualização da pena. Proporcionalidade. Aplicação da Lindb. Discricionariedade na Escolha da sanção ou vinculação.</p> <p>11. Nulidades. Convalidação. Aproveitamento de atos. Reformatio in pejus.</p> <p>12. Recursos e revisão da penalidade.</p> <p>13. Súmulas importantes.</p> <p>Módulo 3 – Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções - Professora Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Consensualismo administrativo e direito administrativo sancionador.</p> <p>2. Fundamentos Jurídicos e Princípios do TAC. Princípio da consensualidade administrativa. Consequencialismo decisional e interesse público. Evitar litigiosidade e promover solução eficiente de conflitos.</p> <p>3. Base Legal. Legislação Federal: Lei nº 9.784/1999 – art. 5º, 22, 23 e 26 (processo administrativo federal). Lei nº 13.655/2018 (LINDB com enfoque nas consequências jurídicas e consensualismo). Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção – arts. 16 e 17 – acordos de leniência). Decreto nº 10.153/2019 (Execução do Acordo de Leniência). Instrução Normativa CGU nº 02/2017 e Instrução Normativa CGU nº 04/2020 (TAC e instrumentos negociais). Leis Estaduais e Municipais: Exemplo: Lei Estadual do Paraná nº 20.656/2021 (processo administrativo estadual) Códigos de ética e leis locais com previsão de TAC.</p> <p>4. Elementos Essenciais do TAC. Reconhecimento da irregularidade ou risco de ilicitude. Compromisso de cessar a conduta e adotar medidas corretivas. Prazos, metas, obrigações, cronograma. Cláusula de fiscalização e consequências pelo descumprimento</p> <p>5. Aplicação Prática do TAC: Rito, Fiscalização, Consequências e Jurisprudência. Roteiro para Decidir pela Celebração do TAC. Etapas prévias: Verificação da materialidade e autoria. Avaliação do dano e da gravidade da conduta. Existência de risco de reincidência. Interesse público em resolver por via consensual. Checklist para avaliar cabimento do TAC.</p> <p>6. Rito e Execução do TAC. Elaboração e minuta padrão. Aprovação por autoridade competente. Celebração formal (assinatura das partes). Encerramento ou reabertura de PAD. Quem Pode Celebrar e Fiscalizar o TAC. Fiscalização: setor de controle interno, corregedoria ou comissão de acompanhamento.</p> <p>7. Descumprimento do TAC. Consequências. Reabertura do PAD. Impossibilidade de novo ajuste. Responsabilização agravada. Rito para reabertura. Relatório de descumprimento. Instauração de processo disciplinar. Uso do TAC como prova de má-fé ou dolo.</p> <p>8. Modelo de formulário do TAC</p> <p>9. Perspectivas do uso de IA no regime disciplinar</p> <p>Módulo 4 – Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos - Professora Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Caracterização e situações possíveis de enquadramento. Como conduzir questões de assédio e preconceito no regime disciplinar. Quais os cuidados.</p> <p>2. O rito do processo disciplinar e da sindicância e a aplicação do protocolo sob a perspectiva de gênero e do protocolo sobre a perspectiva de raça do CNJ</p> <p>3. Indiciamento. Momento adequado e cuidados necessários.</p> <p>4. Prescrição, preclusão e decadência administrativa.</p> <p>5. As esferas civil, penal e administrativa e as possibilidades de comunicação e efeitos.</p> <p>6. Perspectivas em governança</p> <p>Módulo 5 – Aplicação prática – Talk Show – Professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Casos práticos e problemas comuns na área de saúde, de educação, na prestação de</p>
--	---





			serviços gerais e em atividades administrativas 2. Casos práticos de assédio e preconceito 3. Problemas relacionados a prescrição e preclusão 4. Situações de (in) comunicabilidade de instâncias 5. A posição dos tribunais
--	--	--	--

A quantidade solicitada é para participação de uma funcionária que compõe a Unidade de Controle Interno e uma funcionária da Procuradoria Jurídica.

O custo total estimado da contratação é de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), conforme tabela acima.

O mapeamento dos valores a serem pagos e a pesquisa de preços encontram-se no Anexo I do Termo de Referência.

Mais detalhes ainda podem ser vistos na proposta comercial e ementas dos cursos em anexo.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor apresentado à contratação do serviço, é R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), que prevê a participação de 02 servidor, conforme proposta em anexo e notas fiscais comprobatórias, no qual mostra que a empresa IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/000-85, pratica o preço em questão. A contratada atende satisfatoriamente as necessidades da Administração Pública quanto ao objeto da contratação e sua essencialidade, singularidade e adequabilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, todos da Lei nº 14.133/2021.

A futura contratada apresentou notas fiscais emitidas por ela mesma, considerando os temas abordados, a metodologia dos eventos e os valores unitários cobrados, de acordo com as respectivas cargas horárias. Com base nessa documentação, verificou-se que o valor estimado para a contratação é compatível com os valores praticados no mercado.

Dessa forma, conforme comprovado pelos documentos anexos, foi validado que o valor cobrado está em conformidade com a média de mercado praticada pela Administração Pública, estando, portanto, alinhado com os valores vigentes no setor.

É importante compreender que uma contratação não precisa ser fundamentada exclusivamente no preço, como destaca Joel Menezes Niebuhr. Contudo, o processo deve, obrigatoriamente, justificar o preço a ser aceito, com o objetivo de garantir a vantajosidade da contratação. Nesse contexto, a justificativa do preço adotado pode ser feita de duas maneiras: a) demonstrando a compatibilidade do preço estabelecido com os valores de mercado, ou b) validando a adequação do preço, considerando-o justo, adequado e vantajoso em relação à contratação pretendida.

Diante do exposto, resta devidamente justificada a compatibilidade e a razoabilidade do preço praticado, considerando a natureza do serviço, a especialização da empresa e os parâmetros de mercado.

7 – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

A escolha do prestador de serviços, a empresa IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, fundamenta-se em sua comprovada qualificação técnica e experiência na área de capacitação voltada à Administração Pública, conforme evidenciado pelos seguintes aspectos:

a) Trata-se de instituição especializada na realização de treinamentos e capacitações para o setor público, fundada em 2019, com atuação voltada ao aprimoramento da eficiência administrativa, inovação e fortalecimento da capacidade técnica dos agentes públicos, atendendo órgãos em diversos municípios e estados.

b) Possui estrutura organizacional consolidada, com sede no Estado do Paraná e atuação em diferentes localidades, oferecendo capacitações presenciais, online ao vivo e in company, adaptadas às necessidades específicas da Administração Pública.

c) Apresenta ampla experiência na área, com a realização de mais de 350 cursos e capacitações voltados a temas estratégicos da gestão pública, incluindo, entre outros, sindicância e processo





administrativo disciplinar, licitações e contratos, controle interno, gestão fiscal, direito administrativo e governança.

d) Conta com corpo docente altamente qualificado, composto por profissionais com formação acadêmica sólida e experiência prática na área pública, garantindo elevado nível técnico na abordagem dos conteúdos ministrados.

e) Possui portfólio consolidado, com a capacitação de milhares de agentes públicos, evidenciando sua credibilidade e reconhecimento no mercado de formação técnica voltada à Administração Pública.

f) Os cursos ofertados possuem conteúdo programático atualizado e direcionado às demandas reais da gestão pública, com abordagem prática e aplicada, especialmente relevante para áreas sensíveis como sindicância e processo administrativo disciplinar, objeto da presente contratação.

Diante do exposto, verifica-se que a empresa apresenta notória especialização na área de capacitação para o setor público, bem como experiência comprovada e qualificação técnica compatível com o objeto pretendido, caracterizando a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Considerando a necessidade de aprimoramento técnico contínuo dos agentes públicos, especialmente no que se refere à correta condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares (PAD), a solução adotada consiste na participação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica no “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, promovido pelo Instituto Aplicado em Gestão Pública – IAGP.

A demanda é certa e previsível, tendo em vista a relevância e recorrência de procedimentos disciplinares no âmbito da Administração Pública, os quais exigem elevado grau de conhecimento técnico, observância rigorosa dos princípios do devido processo legal, bem como constante atualização quanto à legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis.

Diante da impossibilidade de competição em razão da especificidade do tema, aliado à notória especialização da empresa na prestação de serviço de natureza predominantemente intelectual, a solução que se adequa às necessidades do Departamento é a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha pela modalidade presencial mostra-se adequada e vantajosa, considerando que o curso proporciona interação direta com especialistas, troca de experiências entre participantes, discussão de casos práticos e esclarecimento imediato de dúvidas, elementos essenciais para a assimilação de conteúdos complexos relacionados ao direito administrativo disciplinar.

Além disso, o formato presencial favorece o aprofundamento técnico e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, contribuindo para a atuação integrada da Controladoria Interna e da Procuradoria Jurídica, especialmente na prevenção de irregularidades, mitigação de riscos, correta condução de processos disciplinares e fortalecimento dos mecanismos de governança.

Dessa forma, considerando os elementos apresentados e a documentação constante no processo, conclui-se que a solução adotada é adequada, viável e atende plenamente ao interesse público, promovendo o aperfeiçoamento técnico dos agentes envolvidos e a melhoria da gestão administrativa municipal.

CARACTERÍSTICAS DO CURSO:

Título: 3º Seminário de Sindicância e PAD

Carga Horária: 18 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Conforme proposta anexada ao processo.

A contratada fornecerá material de apoio (apostila digital ou impressa) e emitirá certificados de participação para os servidores presentes, em observância aos requisitos de capacitação de agentes públicos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:





Esta contratação refere-se a serviços de natureza indivisível, o que justifica a escolha de não parcelar a solução.

10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Com a presente contratação, pretende-se promover a capacitação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, visando ao aprimoramento técnico de suas atividades institucionais, especialmente no que se refere à condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares (PAD).

Espera-se, como resultado, o fortalecimento da atuação da Administração Municipal na apuração de responsabilidades, assegurando maior conformidade com os princípios do devido processo legal, ampla defesa e contraditório, bem como com a legislação vigente e entendimentos dos órgãos de controle.

A capacitação proporcionará o aprofundamento de conhecimentos técnicos e práticos relacionados à instauração, instrução, análise e julgamento de processos disciplinares, bem como à prevenção de nulidades e à correta aplicação de sanções administrativas.

Como consequência, espera-se:

- maior segurança jurídica nos processos administrativos;
- redução de riscos de nulidades processuais;
- melhoria na qualidade das decisões administrativas;
- fortalecimento dos mecanismos de governança e controle interno;
- atuação mais integrada entre Controladoria e Procuradoria Jurídica.

11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

A presente contratação não necessita nenhuma providência prévia a celebração contratual.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13 – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada à natureza do objeto a ser contratado, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

14 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação pretendida é tecnicamente viável, juridicamente fundamentada e atende ao interesse público, mostrando-se adequada para suprir a necessidade de capacitação dos agentes públicos envolvidos, especialmente diante da natureza especializada do objeto e da inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

15 – GERENCIAMENTO DE RISCOS:

Todo processo de licitação pode ocorrer alguns riscos e intercorrências durante o processo, sendo eles listados abaixo:

RISCO 01		
Descrição / Dano:	Impugnações, recursos e ações judiciais, causando atraso no processo de contratação.	
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (x) Alta





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

12

ESTADO DO PARANÁ

AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Especificações e exigências técnicas revisadas no intuito de possibilitar a participação do maior número de licitantes com a qualidade mínima exigida para evitar frustrações indevida da competição; 2. Avaliar as recomendações do Parecer da Procuradoria Jurídica; 3. Analisar as recomendações do TCE por meio de acórdãos recentes; 4. Atentar para as legislações aplicáveis.	Equipe de Planejamento Departamentos Requisitantes
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Alocação de servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e promover alterações se necessário.	Equipe de Planejamento Procuradoria Jurídica Controle Interno
RISCO 02	
Descrição / Dano: Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais, atraso na entrega de objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	
Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixa () Média (x) Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Capacitação de servidores. Conhecimento dos termos contratuais e do objeto contratual; 2. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais; 3. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento contratual;	Fiscal do Contrato Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Sanções administrativas. Responsabilização da Gestão e fiscalização contratual.	Fiscal do Contrato Gestor do Contrato
RISCO 03	
Descrição / Dano: Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o objeto contratual.	
Probabilidade: (x) Baixa () Média () Alta	
Impacto: () Baixa () Média (x) Alta	
AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
1. Manter planejamento empresarial.	Contratada
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
1. Rescisão contratual, reinício de processo licitatório.	Gestor do Contrato

Jander Luiz Loss
Prefeito Municipal





Marmeleiro, 05 de maio de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO:

Constitui objeto deste documento a contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal, de acordo com as especificações técnicas adiante discriminadas.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	02	Un.	<p>3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - 18h/aula</p> <p>Módulo 1 – Regime jurídico disciplinar na Administração Pública– Edgar Guimarães</p> <ol style="list-style-type: none">1. Regime disciplinar e sistemas de controle da Administração Pública. Comunicação entre os sistemas. Governança e Compliance no regime sancionatório.2. Sindicância e processo administrativo disciplinar. As principais diferenças. Instrumentos disciplinares. Quando instaurar um e outro. Quais os objetivos.3. Atos praticados na vida privada e repercussão na esfera disciplinar4. Cuidados específicos na instauração. O que deve constar na Portaria Inaugural. Quem pode participar de comissão. Como dar publicidade ao processo, quais os cuidados e exigências legais.5. Princípios específicos e regime jurídico administrativo processual (legalidade, impessoalidade, impedimentos e suspeições, improbidade, publicidade, devido processo legal, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, consequencialismo decisional.6. Sanções aplicáveis e graduação. Tipificação aberta.7. Pontos importantes de atenção, principais problemas. Nulidades. Modulação dos efeitos. <p>Módulo 2 – Rito processual da sindicância e do PAD – Professor Luciano Reis</p> <ol style="list-style-type: none">1. Sindicância investigação e sindicância processo. Ritos específicos e consequências. Processo administrativo disciplinar. Obrigatoriedade ou faculdade.2. Instauração do PAD. Ritos e procedimentos. Cuidados no afastamento para tratamento de saúde. Sigilo x publicidade.3. Comissão processante. Cuidados necessários. Membros e formalidades.	2.850,00	5.700,00





		<p>4. Defesa prévia. Intimação, defesa técnica por advogado e cuidados da Comissão.</p> <p>5. Produção de provas. Quais são admitidas e o que deve ser indeferido. Como produzir prova testemunhal, documental e pericial sem vícios. Acareação. Prazos e preclusão. A possibilidade de conversão do feito em diligência. O interrogatório.</p> <p>6. Prova emprestada, requisição de dados pela comissão, processo para apurar enriquecimento ilícito, alteração da acusação (emendatio libelli e mutatio libelli)</p> <p>7. Defesa escrita. A citação e nulidades.</p> <p>8. Relatório final. O que deve conter e como deve ser realizado. Pontos importantes de atenção. As teses de defesa. A Análise de prescrição e a aplicação do regime jurídico administrativo.</p> <p>9. Julgamento. Prazo. Competência. Conversão em diligências. Aplicação de penalidades.</p> <p>10. Sanções. Dosimetria e a importância dos precedentes. Critérios de individualização da pena. Proporcionalidade. Aplicação da Lindb. Discricionariedade na Escolha da sanção ou vinculação.</p> <p>11. Nulidades. Convalidação. Aproveitamento de atos. Reformatio in pejus.</p> <p>12. Recursos e revisão da penalidade.</p> <p>13. Súmulas importantes.</p> <p>Módulo 3 – Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções - Professora Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Consensualismo administrativo e direito administrativo sancionador.</p> <p>2. Fundamentos Jurídicos e Princípios do TAC. Princípio da consensualidade administrativa. Consequencialismo decisional e interesse público. Evitar litigiosidade e promover solução eficiente de conflitos.</p> <p>3. Base Legal. Legislação Federal: Lei nº 9.784/1999 – art. 5º, 22, 23 e 26 (processo administrativo federal). Lei nº 13.655/2018 (LINDB com enfoque nas consequências jurídicas e consensualismo). Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção – arts. 16 e 17 – acordos de leniência). Decreto nº 10.153/2019 (Execução do Acordo de Leniência). Instrução Normativa CGU nº 02/2017 e Instrução Normativa CGU nº 04/2020 (TAC e instrumentos negociais). Leis Estaduais e Municipais: Exemplo: Lei Estadual do Paraná nº 20.656/2021 (processo administrativo estadual) Códigos de ética e leis locais com previsão de TAC.</p> <p>4. Elementos Essenciais do TAC. Reconhecimento da irregularidade ou risco de ilicitude. Compromisso de cessar a conduta e adotar medidas corretivas. Prazos, metas, obrigações, cronograma. Cláusula de fiscalização e consequências pelo descumprimento</p> <p>5. Aplicação Prática do TAC: Rito, Fiscalização, Consequências e Jurisprudência. Roteiro para Decidir</p>	
--	--	--	--





		<p>pela Celebração do TAC. Etapas prévias: Verificação da materialidade e autoria. Avaliação do dano e da gravidade da conduta. Existência de risco de reincidência. Interesse público em resolver por via consensual. Checklist para avaliar cabimento do TAC.</p> <p>6. Rito e Execução do TAC. Elaboração e minuta padrão. Aprovação por autoridade competente. Celebração formal (assinatura das partes). Encerramento ou reabertura de PAD. Quem Pode Celebrar e Fiscalizar o TAC. Fiscalização: setor de controle interno, corregedoria ou comissão de acompanhamento.</p> <p>7. Descumprimento do TAC. Consequências. Reabertura do PAD. Impossibilidade de novo ajuste. Responsabilização agravada. Rito para reabertura. Relatório de descumprimento. Instauração de processo disciplinar. Uso do TAC como prova de má-fé ou dolo.</p> <p>8. Modelo de formulário do TAC</p> <p>9. Perspectivas do uso de IA no regime disciplinar</p> <p>Módulo 4 – Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos - Professora Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Caracterização e situações possíveis de enquadramento. Como conduzir questões de assédio e preconceito no regime disciplinar. Quais os cuidados.</p> <p>2. O rito do processo disciplinar e da sindicância e a aplicação do protocolo sob a perspectiva de gênero e do protocolo sobre a perspectiva de raça do CNJ</p> <p>3. Indiciamento. Momento adequado e cuidados necessários.</p> <p>4. Prescrição, preclusão e decadência administrativa.</p> <p>5. As esferas civil, penal e administrativa e as possibilidades de comunicação e efeitos.</p> <p>6. Perspectivas em governança</p> <p>Módulo 5 – Aplicação prática – Talk Show – Professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Casos práticos e problemas comuns na área de saúde, de educação, na prestação de serviços gerais e em atividades administrativas</p> <p>2. Casos práticos de assédio e preconceito</p> <p>3. Problemas relacionados a prescrição e preclusão</p> <p>4. Situações de (in)comunicabilidade de instâncias</p> <p>5. A posição dos tribunais</p>		
Valor Total				5.700,00

Integra este Termo de Referência, o Anexo I – Pesquisa de Preços, com a estimativa de preços e preços referenciais.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:





A capacitação continuada dos agentes públicos constitui requisito essencial para o aprimoramento da gestão pública e para a adequada prestação de serviços à sociedade, conforme dispõe o art. 39, §2º, da Constituição Federal, ao estabelecer o dever dos entes federativos de promover a formação e o aperfeiçoamento de seus servidores.

Nesse contexto, justifica-se a participação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica no “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, promovido pelo Instituto Aplicado em Gestão Pública – IAGP, considerando a relevância dos temas abordados e sua direta relação com as atribuições institucionais de ambas as áreas.

O evento apresenta conteúdo programático abrangente e especializado, contemplando temas como regime jurídico disciplinar, distinção entre sindicância e PAD, procedimentos de instauração e condução de processos administrativos disciplinares, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de sanções, além de aspectos como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC), consensualismo administrativo, assédio no ambiente de trabalho e governança no regime sancionatório.

Destaca-se, ainda, a abordagem prática do curso, com ênfase na atuação de comissões processantes, cuidados procedimentais, garantias do contraditório e da ampla defesa, bem como análise de casos concretos e posicionamentos dos tribunais, proporcionando uma visão aplicada e preventiva da matéria.

A participação da Controladora Interna é fundamental para o fortalecimento das atividades de controle, orientação preventiva, análise de riscos e acompanhamento de processos administrativos, contribuindo para a mitigação de falhas, prevenção de irregularidades e promoção da conformidade dos atos administrativos.

Por sua vez, a participação da Procuradora Jurídica mostra-se igualmente imprescindível, tendo em vista sua atuação na assessoria e consultoria jurídica, na análise da legalidade dos atos administrativos e no acompanhamento de processos disciplinares, garantindo a observância dos princípios constitucionais, do devido processo legal e da segurança jurídica.

Ressalta-se que a atuação integrada entre a Controladoria Interna e a Procuradoria Jurídica é essencial para assegurar maior eficiência, legalidade e segurança na condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, reduzindo riscos de nulidades, responsabilizações indevidas e prejuízos à Administração Pública.

Ademais, o seminário será ministrado por profissionais com notória especialização na área de Direito Administrativo, com ampla experiência acadêmica e prática, o que reforça a qualidade técnica do conteúdo ofertado.

Importante destacar que a participação no referido evento está alinhada ao Plano Anual de Capacitação dos servidores do Município de Marmeleiro, evidenciando o compromisso institucional com o aprimoramento técnico, a eficiência administrativa e o fortalecimento dos mecanismos de controle, responsabilização e governança.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação de serviços pela Administração Pública deve, em regra, ser precedida de licitação. Todavia, o art. 74, inciso III, alínea “f”, da referida norma prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, quando caracterizada a inviabilidade de competição.

No presente caso, a contratação do referido seminário enquadra-se na hipótese de inexigibilidade, considerando a singularidade do conteúdo programático, a especialização do corpo docente e a natureza técnica do serviço, fatores que inviabilizam a competição.

Diante do exposto, justifica-se a formalização de procedimento de inexigibilidade de licitação para a contratação do “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, visando à capacitação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com reflexos diretos no fortalecimento das práticas de controle, assessoramento jurídico, apuração disciplinar e governança no âmbito da Administração Municipal.

A quantidade solicitada é para participação de uma funcionária que compõe a Unidade de Controle Interno e uma funcionária da Procuradoria Jurídica.

A presente contratação refere-se à participação no curso de capacitação denominado “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, destinado à atualização técnica





de agentes públicos quanto às normas, procedimentos e boas práticas relacionadas à apuração de responsabilidades no âmbito da Administração Pública.

Registra-se que a contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA). Contudo, sua realização se justifica em razão de necessidade administrativa superveniente, tendo em vista a relevância e complexidade das atividades relacionadas à condução de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e aplicação de sanções, bem como a necessidade de constante atualização frente às mudanças normativas, entendimentos jurisprudenciais e diretrizes dos órgãos de controle.

O curso aborda temas essenciais como regime jurídico disciplinar, instauração e condução de sindicâncias e PAD, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de penalidades, além de aspectos relevantes como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC) e governança no âmbito do direito administrativo sancionador.

Ressalta-se que o Plano de Contratações Anual possui natureza de instrumento de planejamento, não impedindo a realização de contratações não previstas inicialmente, desde que devidamente justificadas e fundamentadas no interesse público, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando a relevância do tema e a necessidade de capacitação técnica da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com vistas à correta condução de processos administrativos disciplinares, prevenção de nulidades e fortalecimento dos mecanismos de controle e governança, entende-se plenamente justificada a realização da presente contratação.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

Considerando a eficácia, a qualidade e a conveniência econômica e sabendo que a demanda do objeto é certa e previsível.

Diante da impossibilidade de competição em razão da especificidade do tema, aliado à notória especialização da empresa na prestação de serviço de natureza predominantemente intelectual, a solução que se adequa às necessidades do Departamento é a contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Considerando os pontos descritos, bem como toda a documentação apensa ao processo, conclui-se como viável a contratação da empresa apresentada.

A Administração Municipal optou pela realização de um processo de Inexigibilidade de Licitação para a contratação de um curso presencial com especialista, considerando que a interação direta e o networking proporcionados no ambiente presencial são difíceis de replicar em outros formatos. Além disso, para alcançar uma aprendizagem completa e transformadora, especialmente em temas tão complexos, o curso presencial se apresenta como a solução mais vantajosa.

CARACTERÍSTICAS DO CURSO:

Título: 3º Seminário de Sindicância e PAD

Carga Horária: 18 horas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Conforme proposta anexada ao processo

A contratada fornecerá material de apoio (apostila digital ou impressa) e emitirá certificados de participação para os servidores presentes, em observância aos requisitos de capacitação de agentes públicos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

De acordo com a previsão Legal (art. 74 da Lei nº 14.133/2021), a presente contratação se trata de uma Inexigibilidade de Licitação, uma vez que a contratação atende aos requisitos legais.

4.1. SUBCONTRATAÇÃO:

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:





Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, seus anexos, sua proposta e seu contrato, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021).

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021).

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante





apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução dos serviços será de forma total e deverá ser realizada junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, após assinatura do Contrato, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

O local da execução dos serviços será em local disponibilizado pela CONTRATADA no Hotel Mabu Curitiba Business, situado na Rua XV de Novembro, 8302, Centro, Cidade de Curitiba, Paraná.

A execução dos serviços será realizada nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2026 em horários seguindo o cronograma da capacitação.

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar:

- Professores Especialistas: O corpo docente que ministra o ensino deve ser formado por especialistas no assunto, com formação acadêmica específica e com vasta experiência no respectivo tema.
- Suporte: Desde a recepção e matrícula dos alunos indicados pelo CONTRATANTE, assim como os respectivos registros individualizados, esclarecimentos necessários, acompanhamento do desempenho de capacitação, avaliações e certificações, serão atendidos e encaminhados pela CONTRATADA.
- Certificados: Ao aluno que concluir o curso, será fornecido pela CONTRATADA o respectivo Certificado.

Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

A CONTRATADA deverá proporcionar a execução do objeto conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

7.1. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido, conforme:

Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação.

Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA.





O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

8 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato, será de responsabilidade da servidora, Sra. Sandra Marisa Moreira Nicolau.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

As decisões e providências que ultrapassem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o Gestor do Contrato.

A gestão do presente Contrato ficará a cargo do Prefeito Municipal, Sr. Jander Luiz Loss.

Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

Caberá aos Gestores e Fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato, seguindo os preceitos do Decreto Municipal nº 3.500, de 05 de março de 2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

9 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da emissão da Nota Fiscal.

A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

10 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:





A CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de Inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha do prestador de serviços, a empresa IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, fundamenta-se em sua comprovada qualificação técnica e experiência na área de capacitação voltada à Administração Pública, conforme evidenciado pelos seguintes aspectos:

a) Trata-se de instituição especializada na realização de treinamentos e capacitações para o setor público, fundada em 2019, com atuação voltada ao aprimoramento da eficiência administrativa, inovação e fortalecimento da capacidade técnica dos agentes públicos, atendendo órgãos em diversos municípios e estados.

b) Possui estrutura organizacional consolidada, com sede no Estado do Paraná e atuação em diferentes localidades, oferecendo capacitações presenciais, online ao vivo e in company, adaptadas às necessidades específicas da Administração Pública.

c) Apresenta ampla experiência na área, com a realização de mais de 350 cursos e capacitações voltados a temas estratégicos da gestão pública, incluindo, entre outros, sindicância e processo administrativo disciplinar, licitações e contratos, controle interno, gestão fiscal, direito administrativo e governança.

d) Conta com corpo docente altamente qualificado, composto por profissionais com formação acadêmica sólida e experiência prática na área pública, garantindo elevado nível técnico na abordagem dos conteúdos ministrados.

e) Possui portfólio consolidado, com a capacitação de milhares de agentes públicos, evidenciando sua credibilidade e reconhecimento no mercado de formação técnica voltada à Administração Pública.

f) Os cursos ofertados possuem conteúdo programático atualizado e direcionado às demandas reais da gestão pública, com abordagem prática e aplicada, especialmente relevante para áreas sensíveis como sindicância e processo administrativo disciplinar, objeto da presente contratação.

Diante do exposto, verifica-se que a empresa apresenta notória especialização na área de capacitação para o setor público, bem como experiência comprovada e qualificação técnica compatível com o objeto pretendido, caracterizando a inviabilidade de competição, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021

O valor apresentado à contratação do serviço, é de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), conforme proposta em anexo e notas fiscais comprobatórias, no qual mostra que a CONTRATADA pratica o preço em questão. A contratada atende satisfatoriamente as necessidades da Administração Pública quanto ao objeto da contratação e sua essencialidade, singularidade e adequabilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, todos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando as notas fiscais apresentadas foi possível observar que, o prestador de serviço realizou capacitações semelhantes para outros entes.

Assim devemos entender que uma contratação não precisa estar amparada decisivamente no preço, conforme assevera Joel Menezes Niebuhr, mas o processo deve necessariamente justificar o preço a ser aceito, visando assegurar a vantajosidade da contratação. Justifica-se o preço adotado em dois possíveis sentidos: a) a compatibilidade do preço ajustado com o de mercado, ou b) a adequação do preço, pontualmente, caracterizando como justo, certo e vantajoso diante da pretensa contratação.

Portanto, assim entendemos que existe sim a justificativa de preços e que o valor cobrado pela empresa se torna justo mediante a todas as comprovações, levando em consideração a necessidade de treinamento aos servidores do Município.

Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os requisitos arrolados abaixo, para isso devem ser observadas as disposições previstas no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

A documentação da empresa, conforme consta nos autos do processo:

- Contrato Social e alterações;
- Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Negativa Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade do FGTS;





- CND Débitos Trabalhistas;
- Declaração Unificada;
- Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
- Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
- Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
30	02.02	02.061 0003 2.003	3.3.90.39.48.00.00	0
47	02.04	04.124 0002 2.005	3.3.90.39.48.00.00	0

13 – AUTORIZAÇÃO:

Encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade da contratação e demais providências cabíveis.

Jander Luiz Loss
Prefeito Municipal





ANEXO I – PESQUISA DE PREÇOS

1 – OBJETO

Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.

2 – FONTES PESQUISADAS

A cesta de preços engloba a pesquisa de preços adquiridos através dos seguintes métodos:

- Proposta apresentada pela empresa.
 - Notas Fiscais de outros órgãos da Administração Pública do mesmo objeto a ser contratado.
- Todas as pesquisas realizadas encontram-se anexas ao Termo de Referência.

3 – MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

A numeração dos itens abaixo é correspondente a tabela de “Especificações Técnicas” do Termo de Referência, constando os descritivos específicos completos dos itens na referida tabela.

Item	Quant.	Unid.	Proposta (valor por pessoa)	NF 3991 MUNICIPIO DE IVAIPORÁ/PR	NF 3985 SAAE SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO PASSOS - MINAS GERAIS	NF 4017 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE POTA GROSSA - UEPG
1	2	Un.	2.850,00	2.990,00	2.890,00	2.990,00

Os preços que compõem a tabela de mapeamento acima foram examinados individualmente, sendo considerado para fins de Inexigibilidade de Licitação, vantajosa a proposta para esta municipalidade.

Declaramos a responsabilidade pela pesquisa e mapeamento dos preços que serviram a Administração Pública para definição da proposta mais vantajosa para esta contratação.



AGP

INSTITUTO

PADRÃO DE EXCELÊNCIA!

IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda
CNPJ 32.651.451/0001-85



Proposta Comercial

Ao Município de Marmeleiro, Paraná.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 1 – Regime jurídico disciplinar na Administração Pública– Edgar Guimarães

1. Regime disciplinar e sistemas de controle da Administração Pública. Comunicação entre os sistemas. Governança e Compliance no regime sancionatório.
2. Sindicância e processo administrativo disciplinar. As principais diferenças. Instrumentos disciplinares. Quando instaurar um e outro. Quais os objetivos.
3. Atos praticados na vida privada e repercussão na esfera disciplinar
4. Cuidados específicos na instauração. O que deve constar na Portaria Inaugural. Quem pode participar de comissão. Como dar publicidade ao processo, quais os cuidados e exigências legais.
5. Princípios específicos e regime jurídico administrativo processual (legalidade, impessoalidade, impedimentos e suspeições, improbidade, publicidade, devido processo legal, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, consequencialismo decisional.
6. Sanções aplicáveis e graduação. Tipificação aberta.
7. Pontos importantes de atenção, principais problemas. Nulidades. Modulação dos efeitos.

Módulo 2 – Rito processual da sindicância e do PAD – Professor Luciano Reis

1. Sindicância investigação e sindicância processo. Ritos específicos e consequências. Processo administrativo disciplinar. Obrigatoriedade ou faculdade.
2. Instauração do PAD. Ritos e procedimentos. Cuidados no afastamento para tratamento de saúde. Sigilo x publicidade.
3. Comissão processante. Cuidados necessários. Membros e formalidades.



4. Defesa prévia. Intimação, defesa técnica por advogado e cuidados da Comissão.
5. Produção de provas. Quais são admitidas e o que deve ser indeferido. Como produzir prova testemunhal, documental e pericial sem vícios. Acareação. Prazos e preclusão. A possibilidade de conversão do feito em diligência. O interrogatório.
6. Prova emprestada, requisição de dados pela comissão, processo para apurar enriquecimento ilícito, alteração da acusação (emendatio libelli e mutatio libelli)
7. Defesa escrita. A citação e nulidades.
8. Relatório final. O que deve conter e como deve ser realizado. Pontos importantes de atenção. As teses de defesa. A Análise de prescrição e a aplicação do regime jurídico administrativo.
9. Julgamento. Prazo. Competência. Conversão em diligências. Aplicação de penalidades.
10. Sanções. Dosimetria e a importância dos precedentes. Critérios de individualização da pena. Proporcionalidade. Aplicação da Lindb. Discricionariedade na Escolha da sanção ou vinculação.
11. Nulidades. Convalidação. Aproveitamento de atos. Reformatio in pejus.
12. Recursos e revisão da penalidade.
13. Súmulas importantes.

Módulo 3 – Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções - Professora Vivian Cristina Lima López Valle

1. Consensualismo administrativo e direito administrativo sancionador.
2. Fundamentos Jurídicos e Princípios do TAC. Princípio da consensualidade administrativa. Consequencialismo decisional e interesse público. Evitar litigiosidade e promover solução eficiente de conflitos.
3. Base Legal. Legislação Federal: Lei nº 9.784/1999 – art. 5º, 22, 23 e 26 (processo administrativo federal). Lei nº 13.655/2018 (LINDB com enfoque nas consequências jurídicas e consensualismo). Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção – arts. 16 e 17 – acordos de leniência). Decreto nº 10.153/2019 (Execução do Acordo de Leniência). Instrução Normativa CGU nº 02/2017 e Instrução Normativa CGU nº 04/2020 (TAC e instrumentos negociais). Leis Estaduais e Municipais: Exemplo: Lei Estadual do Paraná nº 20.656/2021 (processo administrativo estadual) Códigos de ética e leis locais com previsão de TAC.
4. Elementos Essenciais do TAC. Reconhecimento da irregularidade ou risco de ilicitude. Compromisso de cessar a conduta e adotar medidas corretivas. Prazos, metas, obrigações, cronograma. Cláusula de fiscalização e consequências pelo descumprimento
5. Aplicação Prática do TAC: Rito, Fiscalização, Consequências e Jurisprudência. Roteiro para Decidir pela Celebração do TAC. Etapas prévias: Verificação da materialidade e autoria. Avaliação do dano e da gravidade da conduta. Existência de risco de reincidência. Interesse público em resolver por via consensual. Checklist para avaliar cabimento do TAC.
6. Rito e Execução do TAC. Elaboração e minuta padrão. Aprovação por autoridade competente. Celebração formal (assinatura das partes). Encerramento ou reabertura de PAD. Quem Pode Celebrar e Fiscalizar o TAC. Fiscalização: setor de controle interno, corregedoria ou comissão de acompanhamento.

7. Descumprimento do TAC. Consequências. Reabertura do PAD. Impossibilidade de novo ajuste. Responsabilização agravada. Rito para reabertura. Relatório de descumprimento. Instauração de processo disciplinar. Uso do TAC como prova de má-fé ou dolo.
8. Modelo de formulário do TAC
9. Perspectivas do uso de IA no regime disciplinar

Módulo 4 – Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos - Professora Vivian Cristina Lima López Valle

1. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Caracterização e situações possíveis de enquadramento. Como conduzir questões de assédio e preconceito no regime disciplinar. Quais os cuidados.
2. O rito do processo disciplinar e da sindicância e a aplicação do protocolo sob a perspectiva de gênero e do protocolo sobre a perspectiva de raça do CNJ
3. Indiciamento. Momento adequado e cuidados necessários.
4. Prescrição, preclusão e decadência administrativa.
5. As esferas civil, penal e administrativa e as possibilidades de comunicação e efeitos.
6. Perspectivas em governança

Módulo 5 – Aplicação prática – Talk Show – Professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle

1. Casos práticos e problemas comuns na área de saúde, de educação, na prestação de serviços gerais e em atividades administrativas
2. Casos práticos de assédio e preconceito
3. Problemas relacionados a prescrição e preclusão
4. Situações de (in)comunicabilidade de instâncias
5. A posição dos tribunais

PROFESSORES



EDGAR GUIMARÃES

Advogado PhD em Direito pela Unisalento Itália. Dr. e Msc. em Direito administrativo. Bacharel em Ciências Econômicas pela FESP/PR. Professor no curso de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Escola Paranaense de Direito; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; 2º Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo; Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Árbitro da Câmara de Arbitragem e Mediação da FIEP/PR. Autor de livros e artigos jurídicos.

**LUCIANO REIS**

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela – PUCPR. Doutor em Direito Administrativo na Universitat Rovira i Virgili – Espanha. Especialista em Direito Administrativo e em Processo Civil. Professor de Direito Administrativo. Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa Compras Públicas Inovadoras, Professor da Pós-Graduação, Coordenador da Pós- Graduação em Licitações e Contratos da, Professor da Pós-Graduação em Direito Administrativo Disciplinar no NPSPP. Autor dos livros “Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado”. “Licitações e Contratos: Um Guia da Jurisprudência”, “Licitações e Contratos: Cases e Orientações Objetivas” e “CON – Coletânea de Legislação”. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

**VIVIAN LIMA LÓPEZ VALLE**

Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora Titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos.



INVESTIMENTO

R\$ 2.990,00 inscrição individual.

Investimento para 2 a 3 participantes: R\$ 2.850,00 cada inscrição.

Investimento para 4 a 5 participantes: R\$ 2.750,00 cada inscrição.

Será disponibilizado material impresso e digital, material complementar e coffee break em todos os períodos do evento.

DATA E HORÁRIOS

20, 21 E 22 DE MAIO DE 2026

20/05/26 – 08h30 as 12h00

20/05/26 – 13h30 as 17h30

21/05/26 – 08h30 as 12h00

21/05/26 – 13h30 as 17h30

22/05/26 – 08h30 as 11h30

Carga Horária: 18h/aula

LOCAL

CURITIBA, PARANÁ

Mabu Curitiba Business

Rua XV de Novembro, 830 – Centro

Curitiba – PR, 80020-300

Contato 41) 3219-6000



OBSERVAÇÕES

Empenho:

Deverá ser feito em nome de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PÚBLICA LTDA | CNPJ: 32.651.451/0001-85**

O Certificado, material digital e comprovante de inscrição estarão disponíveis na **Área do Aluno** no site do instituto: <https://aluno.institutoagp.com.br/#/login>

**Dados Bancários:**

Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0

IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA |

PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÕES

Para inscrições e mais informações fale conosco através do telefone ou **WhatsApp** na assinatura do e-mail ou acesse nosso **site: www.institutoagp.com.br**.

Dúvidas à disposição!

Atenciosamente,

Francisco Beltrão, 26 de Março de 2026.


Adriana Lima
 Consultora Comercial


Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda
CNPJ 32.651.451/0001-85



 Rua Minas Gerais, 1391 - Ed. Ellison, 5º andar
 Francisco Beltrão PR


46 | 99110 1213

46 | 2601 1977

www.institutoagp.com.br



 Siga nossas
Redes Sociais
**@agplnstituto**

	MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO						Número da Nota: 3991
	Secretaria Municipal da Fazenda						Data e Hora da Emissão: 01/04/2026 15:13:26
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e						Operador Emissor: IAGP I. A. E.
www.esnfs.com.br							
PRESTADOR DE SERVIÇOS							
	CPF/CNPJ: 32651451000185	I.E.:	I.M.: 309103	Telefone: 4699708582			
	Nome/Razão: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA						
	Endereço: RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502		ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA				
	Município: Francisco Beltrão		UF: PR	e-Mail: contato@institutoagp.com.br			
TOMADOR DE SERVIÇOS							
CPF/CNPJ: 75741330000137		I.E.:		I.M.: 313272			
Nome/Razão: MUNICIPIO DE IVAIPORÃ							
Endereço: R RIO GRANDE DO NORTE, 1000 - CENTRO - 86870000							
Município: Ivaiporã		UF: PR		e-Mail:			
Cód.	Descrição	Val.Serviço	Desconto	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no SINDPAD - 3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Treinamento para Servidores e Análise de Casos Práticos, nos dias 20 a 22 de maio de 2026, ministrado pelos professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle, em Curitiba/PR, a servidora Sabrina Almeida Ribeiro Paiva. Empenho 4424/2026 CONTA Sicoob /Banco 756 - Agência 4342, C/C nº. 29657-0, em nome de IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda PIX CNPJ:32.651.451/0001-85. Empresa Optante pelo Simples Nacional.	2.990,00	0,00	0,00	2.990,00	4,53000	135,44
Total Serviços (R\$)		2.990,00					
Total ISS (R\$)		135,44					
Impostos (R\$)		COFINS Ret.	CSLL Ret.	INSS Ret.	IRRF Ret.	PIS Ret.	ISS (0,00)
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Líquido (R\$)		2.990,00					
OUTRAS INFORMAÇÕES							
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão. Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.							
DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS							
PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR Fone (46) 3524-5063							

Autenticidade: 5D89340D.DA5DC3F6.AC09B1D1.65152BA2 (verificada em 01/04/2026 às 15:13:26)

Equiplano - NFS-e 500.2005u



Chave de acesso: 4108403123265145100018500000000399126041234567892 (consulta pública: <https://www.nfse.gov.br/consultapublica>)

	MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO						Número da Nota: 3985	
	Secretaria Municipal da Fazenda						Data e Hora da Emissão: 30/03/2026 12:00:43	
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e						Operador Emissor: IAGP I. A. E.	
www.esnfs.com.br								
PRESTADOR DE SERVIÇOS								
	CPF/CNPJ: 32651451000185	I.E.:	I.M.: 309103	Telefone: 4699708582				
	Nome/Razão: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA							
Endereço: RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502	ANDAR 5. - NOSSA SENHORA APARECIDA							
Município: Francisco Beltrão	UF: PR	e-Mail: contato@institutoagp.com.br						
TOMADOR DE SERVIÇOS								
CPF/CNPJ: 23278690000140	I.E.:		I.M.:					
Nome/Razão: SAAE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO PASSOS - MINAS GERAIS								
Endereço: Avenida José Caetano de Andrade, 760 - Muarama - 37902325								
Município: Passos	UF: MG	e-Mail: compras@saaepassos.com.br						
Cód.	Descrição	Val.Serviço	Desconto	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS	
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrições no SINDPAD - 3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Treinamento para Servidores e Análise de Casos Práticos, nos dias 20 a 22 de maio de 2026, ministrado pelos professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle, em Curitiba/PR, aos servidores: Hagata Rodrigues Trindade e Vanessa Rita Salomão Martins. Autorização de Fornecimento/Execução - SAAE N° 000328/2026 CONTA Sicoob /Banco 756 - Agência 4342, C/C nº. 29657-0, em nome de IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda PIX CNPJ:32.651.451/0001-85. Empresa Optante pelo Simples Nacional.	5.780,00	0,00	0,00	5.780,00	5,00000	289,00	
Total Serviços (R\$)		5.780,00						
Total ISS (R\$)		289,00						
Impostos (R\$)	COFINS Ret.	CSLL Ret.	INSS Ret.	IRRF Ret.	PIS Ret.	ISS (0,00)		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total Líquido (R\$)	5.780,00							
OUTRAS INFORMAÇÕES								
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão. Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.								
DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS								
PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR Fone (46) 3524-5063								

Autenticidade: 5A6ACC76.0970446A.F085D6CE.4B2AB4CE (verificada em 30/03/2026 às 12:00:44)

Equiplano - NFS-e 500.2005u

Chave de acesso: 4108403123265145100018500000000398526031234567897 (consulta pública: <https://www.nfse.gov.br/consultapublica>)

	MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO						Número da Nota: 4017	
	Secretaria Municipal da Fazenda						Data e Hora da Emissão: 16/04/2026 10:37:52	
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e						Operador Emissor: IAGP I. A. E.	
www.esnfs.com.br								
PRESTADOR DE SERVIÇOS								
	CPF/CNPJ: 32651451000185	I.E.:	I.M.: 309103	Telefone: 4699708582				
	Nome/Razão: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA							
	Endereço: RUA MINAS GERAIS, 1391 - SALA 502			ANDAR 5.		- NOSSA SENHORA APARECIDA		
	Município: Francisco Beltrão		UF: PR	e-Mail: cadastro@comunelo.com.br				
TOMADOR DE SERVIÇOS								
CPF/CNPJ: 80257355000108		I.E.: Isenta		I.M.:				
Nome/Razão: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE POTA GROSSA - UEPG								
Endereço: AV GENERAL CARLOS CAVALCANTE, 4748 - UVARANAS - 84030900								
Município: Ponta Grossa		UF: PR		e-Mail:				
Cód.	Descrição	Val.Serviço	Desconto	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS	
8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza. Discriminação: Referente inscrição no SINDPAD - 3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - Treinamento para Servidores e Análise de Casos Práticos, nos dias 20 a 22 de maio de 2026, ministrado pelos professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle, em Curitiba/PR, ao servidor Amarildo Miguel Leal.	2.990,00	0,00	0,00	2.990,00	4,53000	135,44	
Total Serviços (R\$)		2.990,00						
Total ISS (R\$)		135,44						
Impostos (R\$)		COFINS Ret.	CSLL Ret.	INSS Ret.	IRRF Ret.	PIS Ret.	ISS (0,00)	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Líquido (R\$)		2.990,00						
OUTRAS INFORMAÇÕES								
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717-2010 e Decreto 209-2011								
A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado em Município de Francisco Beltrão.								
Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.								
DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS								
PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Tv. Frei Deodato, 80, Centro - Francisco Beltrão - PR Fone (46) 3524-5063								

Autenticidade: 7654DD1B.488BF0B1.FBCED076.F87CDBF8 (verificada em 16/04/2026 às 10:37:52)

Equiplano - NFS-e 500.2005u

Chave de acesso: 41084031232651451000185000000000401726041234567894 (consulta pública: <https://www.nfse.gov.br/consultapublica>)

AGP

INSTITUTO



Sobre Nós

Fundada em 2019, o quadro societário composto por Eduardo Anziliero e Michella Massoni Moreira. É uma empresa que preza pelo alto nível técnico de seus treinamentos e capacitações, com atendimento personalizado e humanizado.

Com sede física em Francisco Beltrão, Paraná, e base comercial na Capital do Estado, em Curitiba, trabalhamos com as capacitações nas cidades polo do Estado do Paraná e também de outros Estados, trazendo proximidade a nossos clientes e atendemos as demandas específicas.

Nossas capacitações para órgãos públicos são projetadas para aprimorar a eficiência, promover a inovação e fortalecer a capacidade técnica, garantindo uma gestão pública mais ágil, transparente e orientada para resultados.

O nosso corpo docente é altamente qualificado e possui características específicas que garantam a excelência na formação de gestores e servidores públicos.



SAO MAIS DE 350 CURSOS MINISTRADOS - ENTRE PRESENCIAIS, ONLINE AO VIVO E IN COMPANY

Modernização do Legislativo Municipal, Aspectos mais atuantes da Sociedade, Gestão Fiscalizadora e a participação do Cidadão

Técnica Legislativa

O Servidor Público e a Legislação de Pessoal (INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO)”

Curso Prático sobre Emendas Impositivas Individuais e Coletivas
Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar

Como Implantar o Novo e-Social

A Nova Previdência nos Municípios - A EC 103/2019 e o Servidor Público Municipal

Processo Legislativo

A Covid19, a LC 173 e o Impacto na área de Pessoal

A EC 103/2019 e a Limitação do rol de Benefícios do RPPS

Atuação do Órgão Central do Sistema de Controle Interno Frente à Situação de Calamidade Pública nos Municípios

Retenções de Imposto de Renda na Fonte

Subsídio de Prefeito e Vereador, como fixar?

O Impacto das alterações da EC 107 nas Eleições Municipais, no calendário Eleitoral e junto à Vedação de Condutas de Agentes e de Órgãos Públicos

Pregão Eletrônico com ênfase no Decreto 10.024/2019

Aspectos Práticos de Emendas Legislativas e Emendas Impositivas

A LC 173, seu art. 9º e a Suspensão das Contribuições Previdenciárias

Problemas na escrituração das perdas dos investimentos do RPPS
Procedimentos no Departamento de Recursos Humanos: Como Proceder frente à LC 173 e à Lei Eleitoral

COMPREV - Curso Atualizado de Compensação Previdenciária (RPPS) - Decreto 10.188/2019 e Portaria 15.829/2020

Seminário de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP

As Aposentadorias e Pensões do RPPS no Município até a EC 103/2019

Patrimônio: Organização, Inventário, Avaliação Inicial e Depreciação

Curso Prático de Conferência de Balancetes das Entidades Públicas

A Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Fiscalização da Câmara durante a Pandemia - do pedido de informação à CPI

Curso Prático de Conferência de Balancetes do RPPS, com Ênfase na Contabilização das Perdas de Investimentos, Taxa de Administração e os Reflexos nos Relatórios Fiscais

A Matriz de Saldos Contábeis(MSC) e as Inconformidades Geradas nos Relatórios Fiscais(RREO/RGF)

Regularização Fundiária

Gestão de Tesouraria no Setor Público

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709, de 2018) Aplicada aos Municípios

Curso Prático de Regularização do Portal Transparência

Política de Investimentos com Análise do DPIN

As Aposentadorias Voluntárias, por Incapacidade Permanente e Compulsória o Abono de Permanência

Procedimentos Obrigatórios da Portaria STN nº 548/2015 (PIPCP) – Inconsistências e Ajustes

Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

Curso Prático de Elaboração das Notas Explicativas – Poder Executivo, Legislativo e Indiretas

Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico

Interpretando o Cálculo Atuarial: Princípios Básicos

Tributos Municipais e Repartições de Receitas

sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar no Município

Como implantar a LGPD no Município: Curso prático com mapeamento de dados

Como fazer a Revisão e Modernização do conteúdo da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal?

As Exonerações e Rescisões em Final de Mandato Análise Jurídica e Contábil.

Cerimonial de Posse para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores

Atualização do Fundeb 2022

A contratação pública na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

Elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços

Planejamento e Implementação das Contratações na Nova Lei de Licitações – Lei 14.133/2021

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Município: o passo a passo da implementação.

Compreendendo a Nova Lei de Improbidade Administrativa, Conceitos e Elementos Práticos (Lei nº 14.230/21)

A Formalização, Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos

Estratégias para o Executivo Municipal efetivar os 17 ODS da ONU para uma cidade mais Sustentável e Inclusiva

Elaboração e Análise dos Relatórios de Gestão Fiscal - RREO – RGF – MSC

Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana

Curso de Redação Oficial

E- Social - Análise da Segunda e Terceira Fase, EFD Reinf e DCTF Web

A Organização do Controle Interno no Município

A Organização do Patrimônio no Executivo e no Legislativo Municipal

Abertura Contábil do Exercício e Programação Financeira

O Plano Plurianual no Poder Executivo e Legislativo

Excelência no Atendimento ao Cidadão

Captação de Recursos Federais e sua Execução (Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Compromisso)

Curso sobre o Simples Nacional

Ciclo PAR

Curso de Direito Administrativo Básico

Curso preparatório para certificação CPA-10

Prático Sobre Políticas Públicas para Animais

Curso Teórico e Prático - Preenchimento da GFIP através do sistema SEFIP

Noções Gerais sobre Licitações

Recuperação de Ativos Fiscais

DCTF E PERD COMP - Teoria e Prática

RAIS - Teoria e Prática

Planejamento e Orçamento Municipal (PPA, LDO E LOA) com foco no Desenvolvimento do Turismo - Como realizar a sua Implementação e promover o Crescimento das Cidades

A Realização da Seleção de Servidores por meio de Concurso Público

O Novo Regime das Licitações e Contratos Administrativos.

Planejamento da Contratação na Nova Lei de Licitações na Prática (ETP, TR, PCA)

Serviço de Proteção E Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI

Credenciamento e Registro DE Preços: Procedimentos Auxiliares Previstos na Lei N° 14.133, de 2021

Retenções Previdenciárias E Retenções de Imposto de Renda na Fonte nas Contratações Realizadas no Setor Públic

Prestação de contas no SIGPC e Ágil – PNAE – PNATE – PDDE - alterações nos sistemas e a sua utilização

sobre as Medidas Socioeducativas E Projeto Político-Pedagógico

Prático sobre parcerias pela Lei nº 13.019, de 2014, e cuidados com a legislação eleitoral (Tramitação dos Fluxos, Procedimentos, Prorrogações, Análises, Aplicação Prática e Elaboração de peças do Processo)

Cobrança da Dívida Ativa Municipal e Execução Fiscal (Resolução 547 do CNJ e o tema 1184 do STF)

A UTILIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO COMO FERRAMENTA PARA A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Orientações Técnicas para a Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O PAPEL DO ADVOGADO PÚBLICO NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 14.133/21

Processos Administrativos Sanitários, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Prevenção e Controle de Zoonoses

A Implantação e Efetividade da Lei da Escuta Especializada e do depoimento especial no âmbito do Município

O ITBI A PARTIR DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E OS REFLEXOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

REEQUILÍBRIO E REACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

Gestão de Eventos e Cerimonial aplicado à Solenidade de Posse na Municipalidade – Novos Eleitos

CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS: DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO - Segundo a Lei 14.133/21 e IN 5/2017 SEGES/MP

Sindicância e PAD Processo Administrativo Disciplinar – Treinamento para Servidores e Análise de Casos Práticos

Ações Estratégicas para o Aumento (IMEDIATO) da Arrecadação Municipal (ISS, IPTU, ITBI, Refis)

ETP, TR E PESQUISA DE PREÇOS NA PRÁTICA E COM O USO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – IA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CREDENCIAMENTO, MARKETPLACE

Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no eSocial para Órgão Públicos

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Da Instrução Normativa à Aplicação Prática

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO MUNICIPAL: TEORIA, PRÁTICA, ELEMENTOS DE PREVENÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE GESTORES E AGENTES POLÍTICOS

CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL E A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Instrumentos da Fase de Planejamento Contratação: DFD, ETP, MAPA DE RISCOS, TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE – DO PLANEJAMENTO AO TERMO DE REFERÊNCIA

COMO ELABORAR E JULGAR AS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS TERCEIRIZADOS

CONFERÊNCIA DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/21 (com Prática)

O Plano Plurianual – PPA 2026/2029 e sua interligação com a LDO e Orçamento Anual

ROTINAS NO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS – COMO IDENTIFICAR E ELABORAR PROJETOS

CONGRESSO NACIONAL DE SECRETÁRIOS, DIRETORES E GESTORES MUNICIPAIS

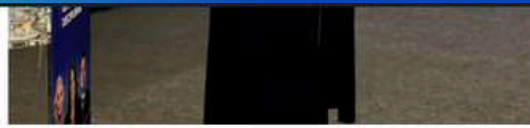
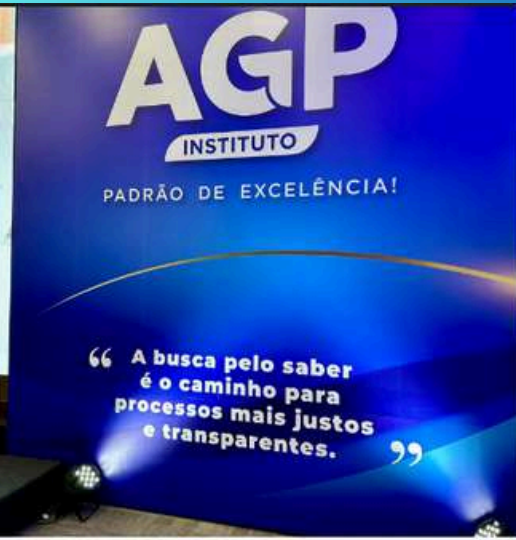
REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO DOS CONTRATOS E A CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA

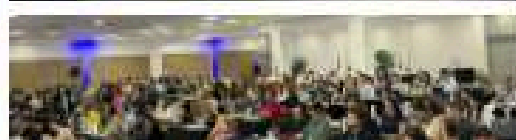
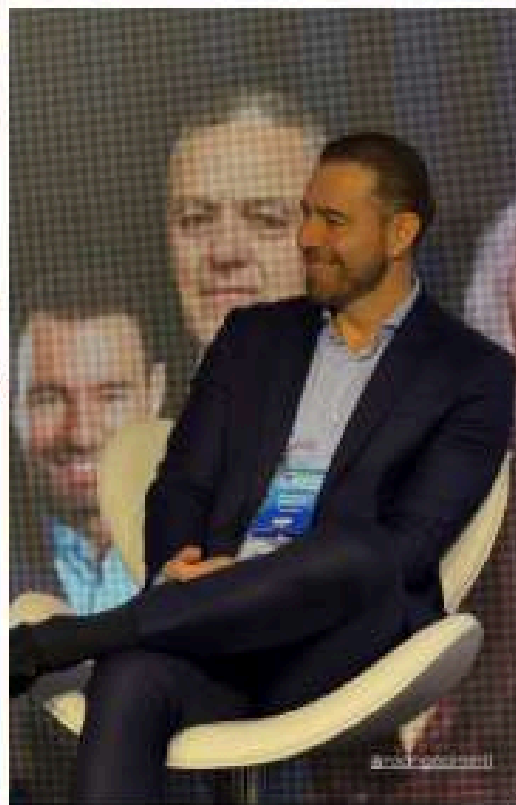
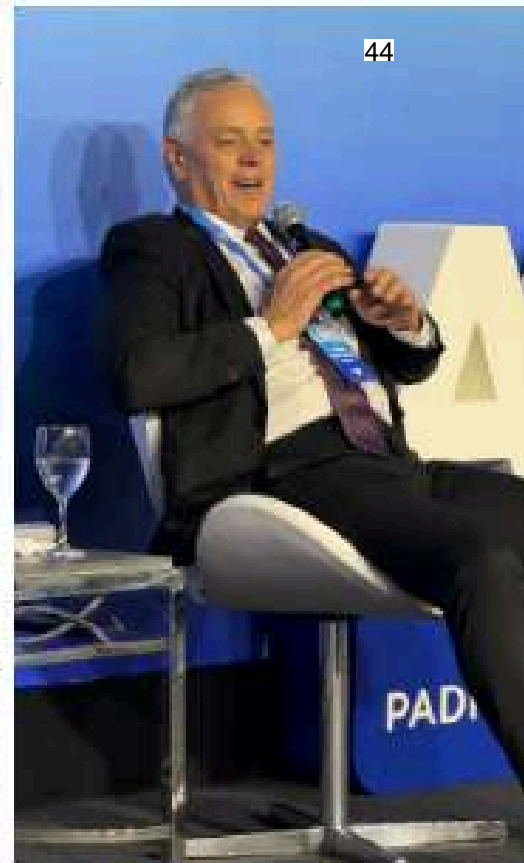
PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS

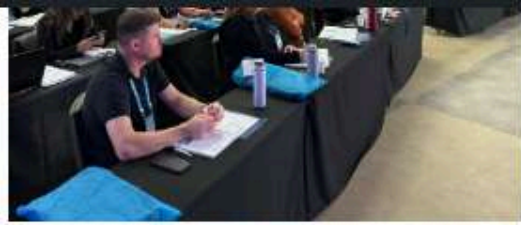








PORTFÓLIO



PORTFÓLIO

SÃO MAIS DE 5000 ALUNOS CAPACITADOS





PORTFÓLIO















“

"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original" (Albert Einstein)".

Nós do INSTITUTO AGP acreditamos firmemente neste propósito que é de levar conhecimento com padrão de excelência à todos os órgãos públicos atendidos.

”



Edgar Antonio Chiuratto Guimarães


Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4279678597567440>

ID Lattes: **4279678597567440**

Última atualização do currículo em 02/06/2022

Graduado em CIÊNCIAS ECONÔMICAS pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (1982) e em DIREITO pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1984). É Doutor e Mestre em DIREITO DO ESTADO pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo. Especialista em Licitações. É membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo desde 1996, é membro do Instituto dos Advogados do Paraná. É Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo desde agosto de 2014. Eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Edgar Antonio Chiuratto Guimarães 
Nome em citações bibliográficas	GUIMARAES, Edgar
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/4279678597567440

Endereço

Endereço Profissional	EDGAR GUIMARÃES E ADVOGADOS ASSOCIADOS. Alameda Presidente Taunay - 1360 Mercês 80430042 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (041) 32322800 Fax: (041) 32322806 URL da Homepage: www.edgarguimaraes.com.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2008 - 2012	Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO, Ano de obtenção: 2012. Orientador: MÁRCIO CAMMAROSANO. Palavras-chave: DIREITO DO ESTADO; DIREITO ADMINISTRATIVO; LICITAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo. Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.
1996 - 1998	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS, Ano de Obtenção: 2002. Orientador: ADILSON ABREU DALLARI. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: DIREITO DO ESTADO; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Internacional Público. Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Assessoria Ou Consultoria Jurídica, Contábil, de Opinião Pública e Na Gestão de Empresas; Educação Superior.

Pós-doutorado

2017 - 2017

Pós-Doutorado.
CENTRO DIDATTICO EUROAMERICANO SULLE POLITICHE COSTITUZIONALI, CEDEUAM,
Itália.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Formação Complementar

2000 - 2000

SEMINARIO PERMANENTI SUI CONTROLLI. (Carga horária: 30h).
CORTE DEI CONTI - ROMA, CORTE DEI CONTI, Itália.

2000 - 2000

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO. (Carga horária: 20h).
TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, TC PT, Portugal.

1990 - 1990

ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO JURÍDICO.
CURSO DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO JURÍDICO, CA&AP, Brasil.

1986 - 1986

PROGRAMAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES.
SIGMA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA., SIGMA, Brasil.

Atuação Profissional

INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO, IPDA, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: PRESIDENTE, Enquadramento Funcional: PRESIDENTE

ESTAÇÃO IBMEC BUSINESS SCHOOL, ESTAÇÃO IBEMEC, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

FAE BUSINESS SCHOOL, FAE, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, TCPR, Brasil.

Vínculo institucional

1982 - 2015

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: CONSULTOR JURÍDICO, Carga horária: 20

Outras informações

Aposentado pela Portaria 395/15 - Publicada no Diário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

EDGAR GUIMARÃES E ADVOGADOS ASSOCIADOS, EG&AA, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual

Vínculo: SÓCIO, Enquadramento Funcional: ADVOGADO

Outras informações

SOCIEDADE DE ADVOGADOS REGISTRADA NA OAB/PR SOB O No. 1394

INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR, IDRFB, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

GUIMARÃES E TABORDA ADVOGADOS ASSOCIADOS, GT&AA, Brasil.

Vínculo institucional

Universidade Positivo, **POSITIVO**, Brasil.

Vínculo institucional
2013 - Atual

Vínculo: PROFESSOR, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
6. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Internacional Público.

Idiomas

Italiano	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2019	CONSELHEIRO DA OAB - SECÇÃO PARANÁ, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.
2012	MENÇÃO HONROSA, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.
2012	MENÇÃO HONROSA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.
1997	PRÊMIO MELHOR MONOGRAFIA PROFESSOR A. B. COTRIN NETO, INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIFERENCIADAS À LUZ DA LC Nº123/06 COM AS ALTERAÇÕES DA LC Nº 147/14. Revista Brasileira de Direito Público, v. 55, p. 9-25, 2016.
2. **GUIMARAES, Edgar.** CAUSAS EXTINTIVAS DO PROCESSO LICITATÓRIO. Revista Brasileira de Direito Público, v. 47, p. 103-123, 2015.
3. **GUIMARAES, Edgar.** DILIGÊNCIAS NAS LICITAÇÕES DAS ENTIDADES DO SISTEMA 'S'. JAM Jurídica (Salvador), v. 10, p. 09-14, 2012.
4. MONTE ALEGRE, José Sérgio ; FERRAZ, L. ; SUNDFELD, Carlos Ari ; CÂMARA, Jacintho Arruda ; MODESTO, P. ; **GUIMARAES, Edgar** ; YOSHINAGA, J. Y. ; TOURINHO, R. ; BORGES, Alice Gonzalez ; CARNEIRO NETO, Durval ; GASTALDO, Fábio T. . LICITAÇÕES - A NOVA LEI PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. Revista Brasileira de Direito Público, v. 30, p. 91-95, 2010.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **GUIMARAES, Edgar;** JOSE ANACLETO ABDUCH SANTOS . LEI DAS ESTATAIS - COMENTÁRIOS AO REGIME JURÍDICO LICITATÓRIO E CONTRATUAL DA LEI 13.303/2016 - LEI DAS ESTATAIS. 1. ed. BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2017. v. 1. 315p .
2. **GUIMARAES, Edgar;** SANTANA, Jair . LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA: REFLEXOS PRÁTICOS DA LC n. 123/06. 3a.. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014. v. 01. 142p .

3. **GUIMARAES, Edgar.** RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 1a.. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013. v. 01. 213p . 58
4. **GUIMARAES, Edgar;** NIEHBUR, Joel de Menezes . REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS. 2a.. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013. v. 01. 193p .
5. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA: COMENTÁRIOS ÀS HIPÓTESES DE LICITAÇÃO DISPENSÁVEL E INEXIGÍVEL. 2a.. ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda., 2013. v. 1. 176p .
6. SANTANA, Jair ; **GUIMARAES, Edgar** . LICITAÇÕES E O NOVO ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA - REFLEXOS PRÁTICOS DA LC no. 123/06 - 2a. edição revista e ampliada. 2a.. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009. v. 1. 159p .
7. **GUIMARAES, Edgar;** NIEHBUR, Joel de Menezes . REGISTRO DE PREÇOS - Aspectos práticos e jurídicos. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008. v. 01. 177p .
8. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA - Comentários às hipóteses de licitação dispensável e inexigível. 1ª. ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos, 2008. v. 01. 74p .
9. SANTANA, Jair ; **GUIMARAES, Edgar** . LICITAÇÕES E O NOVO ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA - Reflexos práticos da LC nº 123/06. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007. v. 01. 133p .
10. ★ **GUIMARAES, Edgar;** BACELLAR, M. N. (Org.) ; FINGER, Ana Cláudia (Org.) ; GUIMARAES, Célio Heitor (Org.) ; SCHIER, Adriana da Costa R. (Org.) ; ANDRADE, R. C. A. (Org.) ; BITTENCOURT, M. V. C. (Org.) ; CLÈVE, Clèmerson Mérlin (Org.) ; COSTA, L. B. D. (Org.) ; FERRARI, R. M. N. (Org.) ; FREITAS, N. J. (Org.) ; GABARDO, Emerson (Org.) ; JUSTEN FILHO, M. (Org.) ; KNOERR, Cibele F. Dias (Org.) . CENÁRIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO. 1ª. ed. BELO HORIZONTE: FORUM, 2004. v. 01.
11. ★ **GUIMARAES, Edgar.** CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 1ª. ed. SÃO PAULO: DIALÉTICA, 2002. v. 01. 135p .

Capítulos de livros publicados

1. **GUIMARAES, Edgar;** MOTTA, Fabrício ; VALMIR PONTES FILHO ; GABARDO, Emerson . LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIFERENCIADAS À LUZ DA LC Nº123/06 COM AS ALTERAÇÕES DA LC Nº 147-14. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DESAFIOS PARA TRANSPARÊNCIAS, RPOBIDADE E DESENVOLVIMENTO. 1ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FORUM, 2017, v. , p. 99-115.
2. FREIRE, André Luiz ; MOTTA, Carlos P. Coelho ; FORTINI, Cristiana ; HACHEM, Daniel W. ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; FURTADO, J. R. Caldas ; SANTANA, Jair ; JACOBY, Jorge Ulisses ; NOGUEIRA, Jozélia ; MOURÃO, LICURGO ; FERRAZ, L. ; CORDEIRO, MARIANO ; SPINELLI, MÁRIO V. C. ; CASTRO, RODRIGO PIRONTI A. DE ; BACELLAR FILHO, R. F. ; CARRILLO, SANTIAGO ; OLIVEIRA, WEDER DE . IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NA FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES. In: RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO. (Org.). LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ENSAIOS EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DA LEI COMPLEMENTAR 101/00. 1ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FORUM, 2010, v. 1, p. 87-99.
3. ZYMLER, Benjamin ; MELLO, Celso Antonio Bandeira de ; ALMEIDA, Guilherme H de La Rocque ; MILESKI, Hélio ; FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; COSTA, L. B. D. ; FREITAS, N. J. ; FERRARI, R. M. N. ; RIBAS, S. ; FERRAZ, SERGIO ; **GUIMARAES, Edgar** . O CONTROLE DAS LICITAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO. In: Ney José de Freitas. (Org.). TRIBUNAIS DE CONTAS - ASPECTOS POLÊMICOS Estudos em homenagem ao Conselheiro João Féder. Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. 73-86.
4. FERRAZ, L. ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; GASPARINI, Diogenes ; CAIRO, Alexandre ; GASPARINI, Audrey ; SANTANA, Jair ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ; FERREIRA, S. A. . ATOS DA FASE PREPARATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO. In: DIOGENES GASPARINI. (Org.). PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL. 1ªed.BELO HORIZONTE: FORUM, 2006, v. , p. -.
5. DALLARI, Adilson ; GASPARINI, Diogenes ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; MOREIRA, João Batista Gomes ; FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; CAMMAROSANO, M. ; BACELLAR FILHO, R. F. ; ZANCANER, W. . O CONTROLE DOS ATOS ADMISSIONAIS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. In: FABRÍCIO MOTTA. (Org.). CONCURSO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO. 1ªed.BELO HORIZONTE: FORUM, 2006, v. , p. -.
6. FERRARI, R. M. N. ; SCHIER, Adriana da Costa R. ; FINGER, Ana Cláudia ; COSTALDELLO, Angela Cassia ; CLÈVE, Clèmerson Mérlin ; MOREIRA, Egon Bockman ; GABARDO, Emerson ; SALGADO, Eneida Desiree ; KNOERR, Fernando Gustavo ; KNOERR, Cibele F. Dias ; OLIVEIRA, Gustavo H. Justino ; COSTA, L. B. D. ; JUSTEN FILHO, M. ; BITTENCOURT, M. V. C. ; FREITAS, N. J. ; MOTTA, P. R. F. ; ANDRADE, R. C. A. ; VIOLIN, T. C. ; VALLE, V. C. L. L. ; **GUIMARAES, Edgar** . PREGÃO PRESENCIAL:ASPECTOS RELATIVOS À NATUREZA COMUM DO OBJETO, AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. In: EDGAR GUIMARÃES. (Org.). CENÁRIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO - ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO. 1a.ed.BELO HORIZONTE: FÓRUM, 2004, v. , p. 153-174.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES - A NOVA LEI PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. O ESTADO DO PARANÁ - CADERNO DIREITO E JUSTIÇA, CURITIBA, p. 4 - 4, 30 maio 2010.
2. **GUIMARAES, Edgar.** AFINAL, PARA QUE SERVE O TRIBUNAL DE CONTAS?. JORNAL O ESTADO DO PARANÁ - No. 17.727, CURITIBA, p. 2 - 2, 20 nov. 2009.
3. **GUIMARAES, Edgar.** AFINAL, PARA QUE SERVE O TRIBUNAL DE CONTAS?. JURID DIGITAL, 17 nov. 2009.

Apresentações de Trabalho

1. **GUIMARAES, Edgar.** A NOVA LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS: AFINAL O QUE MUDOU?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **GUIMARAES, Edgar.** REGULAMENTAÇÃO DO SRP: POSSIBILIDADE E LIMITES. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **GUIMARAES, Edgar.** AS INOVAÇÕES DA LC 147/14 E SEUS REFLEXOS NO PREGÃO. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 4.

5. **GUIMARAES, Edgar.** CONTROLE DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO II - AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. CURITIBA: CREA-PR, 2011 (CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).
2. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO I - CONTRATAÇÃO DIRETA. CURITIBA: CREA-PR, 2011 (CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).

Demais tipos de produção técnica

1. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE & SRP. 2015. .
2. **GUIMARAES, Edgar.** REGULAMENTO DE LICITAÇÃO CONTRATOS E CONVENIOS. 2015. .
3. **GUIMARAES, Edgar;** CAMMAROSANO, M. . REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2014. .
4. **GUIMARAES, Edgar.** NOÇÕES BÁSICAS DE LICITAÇÕES. 2014. .
5. **GUIMARAES, Edgar.** TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
6. **GUIMARAES, Edgar;** ZYMLER, Benjamin . IV NÚCLEO NACIONAL JML DE DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS. 2013. .
7. **GUIMARAES, Edgar.** RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2013. .
8. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. .
9. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA. 2013. .
10. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS POLÊMICOS. 2013. .
11. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM O REGULAMENTO DO SENAC RIO. 2012. .
12. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS À LUZ DO REGULAMENTO DO SENAR E DOS POSICIONAMENTOS DO TCU. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
13. **GUIMARAES, Edgar.** VIII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ?S?. 2012. .
14. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A LUZ DA IN No. 02/2008. 2012. .
15. **GUIMARAES, Edgar.** GESTÃO SEGURA E EFICIENTE DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2012. .
16. **GUIMARAES, Edgar;** PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres . SEMINÁRIO SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS: CONTRATAÇÕES PREFERENCIAIS E REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
17. **GUIMARAES, Edgar;** VARESCHINI, J. M. L. ; COSTA, L. B. D. . VII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES DO SISTEMA "S". 2011. .
18. **GUIMARAES, Edgar.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:. 2011. .
19. **GUIMARAES, Edgar;** VARESCHINI, J. M. L. ; COSTA, L. B. D. . VII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA S. 2011. .
20. **GUIMARAES, Edgar;** SANTANA, Jair ; ZYMLER, Benjamin . ENCONTRO DOS GRANDES MESTRES - CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2011. .
21. **GUIMARAES, Edgar.** COMPRAR SEM LICITAÇÃO, CUMPRINDO A LEI: LICITAÇÃO DISPENSADA, DISPENSÁVEL, INEXIGÍVEL E ROTEIRO PRÁTICO DA CONTRATAÇÃO DIRETA. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
22. **GUIMARAES, Edgar.** PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **GUIMARAES, Edgar.** SEMANA DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA. 2011. .
24. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
25. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
26. **GUIMARAES, Edgar.** DIREITO ADMINISTRATIVO - MÓDULO III - LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
27. **GUIMARAES, Edgar.** REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SENAR. 2011. .
28. **GUIMARAES, Edgar.** NORMAS DE PROCESSOS DO SENAC RIO E LICITAÇÕES. 2011. .
29. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
30. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO II - AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).
31. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO I - CONTRATAÇÃO DIRETA. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).
32. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DIRETA, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A IN/02 ALTERADA PELA IN05/09. 2010. .
33. **GUIMARAES, Edgar.** OFICINA DE TRABALHO: BENEFÍCIOS ESPECIAIS, PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
34. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE EXTENSÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: INOVAÇÕES E ASPECTOS POLÊMICOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
35. **GUIMARAES, Edgar.** GESTÃO DE CONTRATOS. 2010. .
36. **GUIMARAES, Edgar.** FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATOS - PÚBLICOS E PRIVADOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
37. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
38. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. .
39. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO - RECURSOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (MÓD III DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU "DIREITO ADMINISTRATIVO". 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
40. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE LIMPEZA URBANA. 2010. .

41. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. .
42. **GUIMARAES, Edgar.** A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
43. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. .
44. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO CONTRATAÇÕES DIRETAS. 2009. .
45. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
46. **GUIMARAES, Edgar.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO/ LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA PEQUENA E MICROEMPRESA. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
47. **GUIMARAES, Edgar.** V NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ?S? - CONTRATOS, CONVÊNIO, INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/08. 2009. .
48. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS: QUESTÕES POLÊMICAS. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
49. **GUIMARAES, Edgar.** PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
50. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. .
51. **GUIMARAES, Edgar.** ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS - COMPETÊNCIAS, PROCESSO, PROCEDIMENTOS DE CONTROLE. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
52. **GUIMARAES, Edgar.** SEMANA DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA "S": ASPECTOS PRÁTICOS E POLÊMICOS DAS CONTRATAÇÕES. 2009. .
53. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU TELEVIRTUAL EM DIREITO MUNICIPAL. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
54. **GUIMARAES, Edgar;** COSTA, L. B. D. ; JACOBY, Jorge Ulisses . I SEMINÁRIO ALAGOANO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. .
55. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO - RECURSO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
56. **GUIMARAES, Edgar.** 2a. JORNADA JURÍDICA. 2008. .
57. **GUIMARAES, Edgar.** JORNADA JURÍDICA. 2008. .
58. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO. 2008. .
59. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÕES DE LICITAÇÃO. 2008. .
60. **GUIMARAES, Edgar;** JUSTEN FILHO, M. ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres . SEMINÁRIO QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2008. .
61. **GUIMARAES, Edgar.** COMO LICITAR COM EFICIÊNCIA. 2007. .
62. **GUIMARAES, Edgar.** PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. **GUIMARAES, Edgar.** II NÚCLEO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. 2007. .
64. **GUIMARAES, Edgar.** SEMINÁRIO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO DAS ENTIDADES PARAESTATAIS. 2007. .
65. **GUIMARAES, Edgar.** TEORIA GERAL DAS LICITAÇÕES. 2007. .
66. **GUIMARAES, Edgar.** I NÚCLEO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. 2006. .
67. **GUIMARAES, Edgar.** NÚCLEO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS COMISSÕES DE LICITAÇÃO DAS ENTIDADES PARAESTATAIS. 2006. .
68. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2006. .
69. **GUIMARAES, Edgar.** CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA CONDUÇÃO E JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES. 2006. .
70. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA. 2006. .
71. **GUIMARAES, Edgar.** COMO LICITAR E FISCALIZAR OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2006. .
72. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2006. .
73. **GUIMARAES, Edgar.** SEMINÁRIO NACIONAL DAS ENTIDADES PARAESTATAIS: PLANEJAMENTO E PROCESSAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2007. 2006. .
74. **GUIMARAES, Edgar.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 2006. .
75. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2006. .
76. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2005. .
77. **GUIMARAES, Edgar.** COMO LICITAR E FISCALIZAR OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2005. .
78. **GUIMARAES, Edgar.** CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE; PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO; REGISTRO DE PREÇOS. 2005. .
79. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS. 2005. .
80. **GUIMARAES, Edgar.** MINICURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
81. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES ASPECTOS POLÊMICOS - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
82. **GUIMARAES, Edgar.** PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA 2005 E PROCEDIMENTO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2004. .
83. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. 2003. .
84. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2003. .
85. **GUIMARAES, Edgar.** O GERENCIAMENTO EFICIENTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E MONITORAMENTO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO. 2003. .
86. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES PÚBLICAS, MODALIDADE DA LEI Nº 8666/93 E PREGÃO. 2003. .
87. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS EM LICITAÇÕES PÚBLICAS LEI Nº 8666/93 E PREGÃO. 2003. .
88. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO PARA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2003. .
89. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2003. .

90. **GUIMARAES, Edgar.** GERENCIAMENTO EFEICIENTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E MONITORAMENTO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO. 2003. .
91. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES PÚBLICAS (MODALIDADE DA LEI 8666/93 E PREGÃO). 2003. .
92. **GUIMARAES, Edgar.** MODALIDADES LICITATÓRIAS. 2003. .
93. **GUIMARAES, Edgar.** COMO EVITAR PROBLEMAS E SUPERAR OBSTÁCULOS SURGIDOS NO PROCESSAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2003. .
94. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2003. .
95. **GUIMARAES, Edgar.** PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PREVISTOS NAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02. 2003. .
96. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA: MODALIDADE DA LEI Nº 8.666/93 E PREGÃO. 2003. .
97. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA:MODALIDADE DA LEI Nº 8.666/93 E PREGÃO. 2003. .
98. **GUIMARAES, Edgar.** AS LICITAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DA NOVA ORDEM JURÍDICA. 2003. .
99. **GUIMARAES, Edgar.** AS LICITAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DA NOVA ORDEM JURÍDICA. 2003. .
100. **GUIMARAES, Edgar.** O PROCESSAMENTO EFICIENTE DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2002. .
101. **GUIMARAES, Edgar.** WORKSHOP DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2002. .
102. **GUIMARAES, Edgar.** A LEI Nº 8.666/93 E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS. 2002. .
103. **GUIMARAES, Edgar.** LEI Nº 8.666/93 E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS. 2002. .
104. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO, CONTRATO E CONVÊNIO. 2001. .
105. **GUIMARAES, Edgar.** ENCONTRO NACIONAL DE COMISSÕES DE LICITAÇÃO. 2001. .
106. **GUIMARAES, Edgar.** A CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO NAS SUAS DIVERSAS FASES. 2001. .
107. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO TRIBUTÁRIO - RECEITA MARINGÁ. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
108. **GUIMARAES, Edgar.** DIREITO CONTEMPORÂNEO E SUAS INSTITUIÇÕES. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
109. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
110. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO BÁSICO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
111. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO BÁSICO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
112. **GUIMARAES, Edgar.** ENCONTRO NACIONAL DE COMISSÕES DE LICITAÇÕES. 1995. .
113. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
114. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
115. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES: TEORIA E PRÁTICA. 1995. .
116. **GUIMARAES, Edgar.** SEMINÁRIO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. 1995. .
117. **GUIMARAES, Edgar.** TEORIA E PRÁTICA DAS LICITAÇÕES. 1994. .
118. **GUIMARAES, Edgar.** TEORIA E PRÁTICA DAS LICITAÇÕES. 1994. .
119. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1994. .
120. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS: TÉCNICA E PROCEDIMENTO. 1994. .
121. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1994. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **GUIMARAES, Edgar;** ILTON GARICA DA COSTA; GILBERTO GIACOIA. Participação em banca de BRUNO GOFMAN. RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELAS PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. 2017. Dissertação (Mestrado em PÓS GRADUAÇÃO CIÊNCIAS JURÍDICAS) - Universidade Estadual do Norte do Paraná.
2. **GUIMARAES, Edgar;** CARMONA, P. A. C.; GICO JR., I. T.. Participação em banca de FRANCISCO SÉRGIO MAIA ALVES. CONTROLE CORRETIVO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS EFETUADO PELO TCU E PELO CONGRESSO NACIONAL MARCO JURIDICO E ANÁLISE EMPÍRICA DE SUA EFICÁCIA. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.
3. **GUIMARAES, Edgar;** CAROL PRONER; MELO, M. P.; RAMINA, L.. Participação em banca de ANA CAROLINA CORRÊA PETENATI. DIREITO FUNDAMENTAL UNIVERSAL À SAÚDE E OS DESAFIOS DE MODELO BRASILEIRO. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
4. **GUIMARAES, Edgar;** RAMOS, F.; VIEIRA, R. S.. Participação em banca de GABRIELA VERONA PÉRCIO. SUSTENTABILIDADE E PREFERÊNCIA EM LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí.

Teses de doutorado

1. **GUIMARAES, Edgar;** CLÈVE, Clèmerson Mérlin; PEDRO COSTA GONÇALVES; BACELLAR FILHO, R. F.; FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA. Participação em banca de VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E UM NOVO REGIME JURÍDICO DE PRERROGATIVAS CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA. 2017. Tese (Doutorado em PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO) - Universidade Federal do Paraná.
2. **GUIMARAES, Edgar;** LUIZ ALBERTO BLANCHET; CYNARA MONTEIRO MARIANO; LUISA CISTINA PINTO E NETTO; SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA. Participação em banca de ANA CLÁUDIA SANTANO. FEDERALISMO, DESCENTRALIZAÇÃO E GASTOS PUBLICOS. 2016. Tese (Doutorado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Qualificações de Doutorado

1. **GUIMARAES, Edgar**; BACELLAR FILHO, R. F.; SALGADO, Eneida Desiree. Participação em banca de VIVIAN CRISTINA LÓPEZ VALLE. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E REPOSICIONAMENTO DO REGIME JURIDICO DE PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO) - Universidade Federal do Paraná.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **GUIMARAES, Edgar**; BITTENCOURT, M. V. C.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de VANDERLEI LUIS KROMBAUER BONATTO. A CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.
2. **GUIMARAES, Edgar**; BITTENCOURT, M. V. C.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de WILLIAN GERALDO AZEVEDO. A OUTORGA DE CONCESSÃO POR CONSÓRCIOS PÚBLICOS: REQUISITOS OBJETIVOS A SEREM OBSERVADOS QUANDO DA CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PARA ESTA FINALIDADE. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.
3. **GUIMARAES, Edgar**; VALLE, V. C. L. L.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de CAROLINE BORGES. DAS PREFERENCIAS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.
4. **GUIMARAES, Edgar**; VALLE, V. C. L. L.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de RAFAEL STALLMACH COSTA KADRI. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LICITAÇÃO E A SUJEIÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO A IMPUGNAÇÕES. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. EDINILSON DONISETE MACHADO; TIAGO CAPPI JANINI; **GUIMARAES, Edgar**. Participação em banca de RAQUEL DE NADAY DI CREDDO. CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE DIREITO PRIVADO. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná.
2. **GUIMARAES, Edgar**. Participação em banca de MARCO AURÉLIO JACOB BRETAS. A COMPATIBILIDADE DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco.
3. **GUIMARAES, Edgar**; COELHO, P.. Participação em banca de MEIRE RIBEIRO FAN KIN. CONTROLE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA OAB/PR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
4. **GUIMARAES, Edgar**; LIMA NETO, Arnor. Participação em banca de EDUARDO COSTA SIQUEIRA. RESPONSABILIDADE CIVIL PÓS-CONSUMO NO DIREITO AMBIENTE. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
5. **GUIMARAES, Edgar**; LIMA NETO, Arnor. Participação em banca de DANIELLE BROTT. RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO - A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
6. COELHO, P.; **GUIMARAES, Edgar**. Participação em banca de CLAUDENICE CALIXTO DE PAULA. ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
7. **GUIMARAES, Edgar**; BACELLAR, R. M. B.. Participação em banca de LUCIANO ROBERTO DA SILVA. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO (PROIBIÇÃO): RETROCESSO SOCIAL. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
8. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de DANIELE CRISTHIANE DE ALMEIDA GARRETT. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
9. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de FABIANI TESKE. ARBITRAGEM INTERNACIONAL E SEUS ASPECTOS IMPORTANTES. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
10. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de CARLA REGINA LEONCIO. CONTROLE E REPRESSÃO DA BIOPIRATARIA NO BRASIL. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
11. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de EMIZIAEL CORRÊA BUENO. VENDA POR AMOSTRA. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
12. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de FABRÍCIO FRAZZATO DOS SANTOS. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO EM RELAÇÃO AOS TRANSGÊNICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
13. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de JULIANE LOPES OKABAIASSE. CRIMES AMBIENTAIS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
14. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de LUIZ FERNANDO RIBEIRO LIPINSKI. A TUTELA JURÍDICA NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
15. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de NILVA AMALIA PASETTO. PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
16. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de PAULA TULLER NUNES. CONTRATOS ELETRÔNICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.

17. **GUIMARAES, Edgar;** MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de REGIS MARCELINO CASTAMANN.A DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E OS GRUPOS EMPRESARIAIS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. **63**
18. **GUIMARAES, Edgar;** MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de ROGÉRIO RODRIGUES MONTEIRO.PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
19. **GUIMARAES, Edgar;** MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de SUEMA CELI SANTOS.A CONFIGURAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DO TRABALHO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
20. COSTA, L. B. D.; **GUIMARAES, Edgar.** Participação em banca de CAROLINE KUBRUSLY GUERRA.VANTAGENS DA NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
21. **GUIMARAES, Edgar;** CORREA, Eliseu de Moraes. Participação em banca de PAULO SÉRGIO O. BUSATO.A ASCENSÃO FUNCIONAL NO FUNCIONALISMO. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
22. **GUIMARAES, Edgar;** COSTA, L. B. D.. Participação em banca de MARIO TADEU SETIM.A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JURISDICIONAL. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO REVISORA DO EXAME DE ORDEM. 2001. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.
2. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO REVISORA DO EXAME DE ORDEM. 2000. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.
3. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM - 2o, EXAME DE ORDEM DE 1999. 1999. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.
4. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM - 3o, EXAME DE ORDEM DE 1998. 1998. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 1º ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL - CONSSEPRE.A AUTONOMIA DO PODER JUDICIÁRIO. 2022. (Encontro).
2. ESCOLA DO LEGISLATIVO.REGULAMENTÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES PARA MUNICÍPIOS. 2022. (Encontro).
3. II CONGRESSO DE DIREITO DE ENERGIA. TEMAS RELEVANTES DO SETOR ELÉTRICO; AVANÇOS E PERSPECTIVAS. 2021. (Congresso).
4. II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NAS FISCALIZAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2021. (Congresso).
5. VI ENCONTRO DE PREGOEIROS DO ESTADO DA BAHIA.PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES. 2021. (Encontro).
6. V SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO.INSTRUMENTOS DE COMBATE A CORRUPÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Seminário).
7. ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -.CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2020. (Encontro).
8. I CONGRESSO DIGITAL COVID-19 REPERCUSSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS DA PANDEMIA. 2020. (Congresso).
9. III FÓRUM DA ADVOCACIA PÚBLICA.A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO NA EMISSÃO DE PARECERES. 2020. (Simpósio).
10. I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO COMISSÃO 2-ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. 2020. (Encontro).
11. IV SEMINÁRIO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO.BOAS PRÁTICAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Seminário).
12. VII ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.PAINEL IRB: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2020. (Encontro).
13. XVII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA "S".O QUE ESPERAR DAS CONTRATAÇÕES NO MUNDO PÓS PANDEMIA. 2020. (Seminário).
14. XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. INOVAÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Congresso).
15. ADVOCACIA PÚBLICA NA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA.RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO PELA EMISSÃO DE PARECERES. 2019. (Encontro).
16. ADVOCACIA PÚBLICA NA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA.RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO PELA EMISSÃO DE PARECERES. 2019. (Encontro).
17. IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED DOCENTE EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO. DIAGNÓSTICO Y PERSPECTIVAS DEL CONTROL DE LAS LICITACIONES Y CONTRATACIONES PÚBLICAS. 2019. (Congresso).

18. VI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA. CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA. 2019. (Seminário).
19. XI CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2019. (Congresso).
20. XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES: PERSPECTIVAS DO NOVO MARCO REGULATÓRIO. 2019. (Congresso).
21. FÓRUM DE TRANSPARÊNCIA, COMBATE A CORRUPÇÃO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO. COMBATE A CORRUPÇÃO. 2018. (Encontro).
22. IV SIMPÓSIO ESTADUAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA OAB/SC. A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2018. (Simpósio).
23. SEMANA JURÍDICA - 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APONTAMENTOS SOBRE O PROJETO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2018. (Seminário).
24. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA NOVA ORDEM MUNDIAL. RUPTURAS INSTITUCIONAIS E ESTADO DE DIREITO. 2017. (Congresso).
25. II CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. REGIME JURÍDICO CONTRATUAL E SANCIONATÓRIO NO ÂMBITO DAS EMPRESAS ESTATAIS. 2017. (Congresso).
26. II FÓRUM DE CONTROLE EXTERNO - O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ E A SOCIEDADE. ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2017. (Exposição).
27. II FÓRUM DE CONTROLE EXTERNO - O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ E A SOCIEDADE. ABRANGÊNCIA E VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS NA LEI DAS ESTATAIS. 2017. (Outra).
28. II JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO - CENÁRIOS ATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO PELA EMISSÃO DE PARECERES. 2017. (Seminário).
29. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EFICIÊNCIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2017. (Seminário).
30. NOVAS TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO PÚBLICO. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2017. (Seminário).
31. REGOLE COMUNI SU INVESTIMENTI E PARTENARIATO PUBBLICO PRIVATO PER LE INFRASTRUTTURE. 2017. (Congresso).
32. VII CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2017. (Congresso).
33. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AS REFORMAS NO REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: PERSPECTIVAS, AVANÇOS E RETROCESSOS. 2017. (Congresso).
34. ENCONTRO NACIONAL DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. 2016. (Encontro).
35. ENCONTRO NACIONAL DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO. ÉTICA NAS AQUISIÇÕES. 2016. (Encontro).
36. II CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE VEREADORES E SERVIDORES DE CÂMARAS MUNICIPAIS. IMPROBIDADE E CORRUPÇÃO. 2016. (Congresso).
37. XV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM. 2016. (Congresso).
38. XVII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. (IN)EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O NOVO CPC. 2016. (Congresso).
39. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A REGENERAÇÃO MORAL E JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. 2016. (Congresso).
40. I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LAVA-JATO, LICITAÇÃO, SANÇÃO E CONTROLE. 2015. (Seminário).
41. IX CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES CONTRATAÇÃO DIRETA, REGISTRO DE PREÇOS. 2015. (Congresso).
42. SEMANA JURÍDICA - TEMAS DE DIREITO CONTEMPORÂNEO. DIREITO ADMINISTRATIVO. 2015. (Seminário).
43. XIV CONGRESSO NACIONAL DE ARBITRAGEM. ARBITRAGEM ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. 2015. (Congresso).
44. XVI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI. 2015. (Congresso).
45. XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL E O REGIME DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. 2015. (Congresso).
46. 12º FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. QUESTÕES POLÊMICAS EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PERGUNTAS E RESPOSTAS. 2014. (Outra).
47. I FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ADMINISTRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ. CONTRATAÇÃO DIRETA. 2014. (Outra).
48. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. BOAS PRÁTICAS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS: DISPENSA E INEXIBILIDADE. 2014. (Congresso).
49. REUNIÃO TÉCNICA DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO - O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO. REUNIÃO TÉCNICA DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO - O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO. 2014. (Encontro).
50. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATOS ORIGINÁRIOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS. 2014. (Seminário).
51. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PRAZOS E ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2014. (Oficina).
52. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE FISCALIS DE CONTRATOS. 2014. (Oficina).
53. V ENCONTRO DOS ASSESSORES JURÍDICOS DO SISTEMA CFC/CRCs. A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ADMINISTRATIVOS NAS LICITAÇÕES: PARECISTA JURÍDICO E O FISCAL DO CONTRATO. 2014. (Congresso).
54. V FÓRUM LATINO-AMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA. DIREITO DA INFRAESTRUTURA E DIREITO ECONÔMICO. LICITAÇÕES PÚBLICAS E SUAS IMPORTANTES MODIFICAÇÕES. 2014. (Outra).
55. VI CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A RESPONSABILIDADE DOS ADVOGADOS PELA EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS. 2014. (Congresso).
56. X CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS E A SÚMULA 222 DO TCU. 2014. (Congresso).
- 57.

58. XV CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ORGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA. 2014. (Congresso).
59. XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. POSIÇÕES DIVERGENTE E CONTROVÉRSIAS NO SISTEMA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS, EMPENHO, PRECATÓRIOS E PAGAMENTOS NO BRASIL. 2014. (Congresso).
60. XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PROBLEMAS EMERGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. 2014. (Congresso).
61. 11o. FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO. 2013. (Congresso).
62. 2º FÓRUM NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. REGISTRO DE PREÇOS: QUESTÕES CONTROVERTIDAS E DESAFIOS FUTUROS. 2013. (Outra).
63. CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. REGISTRO DE PREÇOS- NOVO DECRETO VELHOS PROBLEMAS. 2013. (Congresso).
64. FÓRUM DE GESTÃO PÚBLICA NO MATO GROSSO. REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Outra).
65. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2013. (Congresso).
66. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. DECRETO 3.931/01 X DECRETO 7.892/13 - UM COMPARATIVO DE EVOLUÇÃO ENTRE AS NORMAS. 2013. (Seminário).
67. VI CONGRESSO JURÍDICO BENEFICENTE. O PROCESSO LICITATÓRIO COMO INSTRUMENTO PARA A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2013. (Congresso).
68. XII CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PERGUNTAS E RESPOSTAS: TEMAS POLÊMICOS NOS 20 ANOS DA LEI Nº 8.666/93. 2013. (Congresso).
69. XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUAS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS. 2013. (Congresso).
70. 19o. CONGRESSO INTERNACIONAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE EMPRESAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - WFBSC. DIREITOS DAS EMPRESAS NOS CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Congresso).
71. 7o. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. Talk Show. 2012. (Congresso).
72. DISPENSA, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DESAFIOS DE CONTRATAR SEM LICITAÇÃO CUMPRINDO A LEI. 2012. (Seminário).
73. FOMENTA MATO GROSSO 2012. Uso do poder de compra com base na Lei 123/06. 2012. (Seminário).
74. FOMENTA MATO GROSSO 2012. Uso do poder de compra com base na Lei 123/06. 2012. (Seminário).
75. I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Gestão e Fiscalização de contratos firmados com recursos oriundos de convênios e transferências voluntárias. 2012. (Congresso).
76. I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. A engrenagem administrativa: visão sistêmica do processo de contratação pública, participação dos atores na cadeia de procedimentos e comunicação ótima entre os setores envolvidos. 2012. (Congresso).
77. II FORUM BRASILEIRO DE DIREITO DISCIPLINÁRIO. Formação dos Profissionais da Administração Pública. 2012. (Congresso).
78. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SUA GESTÃO: ASPECTOS PRÁTICOS. 2012. (Congresso).
79. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PREGÃO ELETRÔNICO: ASPECTOS CONTROVERTIDOS - RECURSOS, USO DE ROBÔS, EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS E OUTRAS QUESTÕES POLÊMICAS. 2012. (Congresso).
80. VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO MERCOSUL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA ERA DIGITAL: É POSSÍVEL SER SUSTENTÁVEL, EFICAZ E ISONÔMICO AO MESMO TEMPO?. 2012. (Congresso).
81. VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2012. (Congresso).
82. VIII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REGIME DE LICITAÇÕES DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA "S" E DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS. 2012. (Congresso).
83. X FORUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. O regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. (Congresso).
84. XI CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ILICITAÇÕES - QUESTÕES POLÊMICAS. 2012. (Congresso).
85. XIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÕES INTEGRADAS: CAUTELAS E BENEFÍCIOS. 2012. (Congresso).
86. XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. TRIBUNAIS DE CONTAS. 2012. (Congresso).
87. 1o. WORKSHOP DE LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO DO SISTEMA ELETROBRAS. "Contratação para Empreendimentos de Transmissão Autorizados - Como Contratar?". 2011. (Outra).
88. 1o. WORKSHOP DE LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO DO SISTEMA ELETROBRAS. "Terceirização de Atividades Administrativas e de Suprimento nas Empresas Estatais". 2011. (Outra).
89. 2o. CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO GESTOR PÚBLICO. 2011. (Oficina).
90. 3o. SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS POLÊMICOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Seminário).
91. 3o. SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 12232/2010. 2011. (Seminário).
92. 3o. SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 12.232/2010. 2011. (Seminário).
93. 6o. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. TALK SHOW. 2011. (Congresso).
94. 6o. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. ENTRE PONTOS. 2011. (Congresso).
95. CICLO DE PALESTRAS TÉCNICAS DA AGENDA PARLAMENTAR DO CREA/PR. LICITAÇÕES E CONTRATOS: QUESTÕES POLÊMICAS. 2011. (Encontro).

96. CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A LC 123 E OS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES. 2011. (Congresso).
97. FORUM DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: APECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS. 2011. (Congresso).
98. I CONGRESSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA REGIÃO NORTE. RECURSO ADMINISTRATIVO. 2011. (Congresso).
99. II CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES. AS ALTERAÇÕES DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PROJETO DE LEI No. 32 E O REGIME DIFERENCIADO DAS CONTRATAÇÕES. 2011. (Congresso).
100. III FORUM LATINO-AMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA OAB/PR. LEI no. 12349/2010 E SUA APLICAÇÃO PELOS TC`s. 2011. (Congresso).
101. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTROLE PÚBLICO. O NOVO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC) PARA A COPA DO MUNDO DE 2014: OS PRIMEIROS PASSOS PARA O FIM DA LEI DE LICITAÇÕES 8.666/93. 2011. (Congresso).
102. IV CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. (Congresso).
103. SEMINARIO NACIONAL - LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES: EFICÁCIA NOS PROCEDIMENTOS.ASPECTOS POLÊMICOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Seminário).
104. SEMINARIO NACIONAL - LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES: EFICÁCIA NOS PROCEDIMENTOS.CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 12232/2010. 2011. (Seminário).
105. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. PREGÃO ELETR*ONICO: ASPECTOS CONTROVERTIDOS - RECURSOS, USO DE ROBÔS E OUTRAS QUETÕES POLÊMICAS. 2011. (Congresso).
106. VII CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. DISCUSSÕES SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PUBLICIDADE (LEI 12232/10). 2011. (Congresso).
107. X CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS - TEMAS POLÊMICOS. 2011. (Congresso).
108. XII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2011. (Congresso).
109. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Controle da Administração Pública. 2011. (Congresso).
110. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2011. (Congresso).
111. 5o. ENCONTRO DOS ADMINISTRADORES DE CONTRATO E FISCAIS DE SERVIÇO.ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS SOB A ÓTICA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO. 2010. (Encontro).
112. CICLO DE PALESTRASNDANSEMANA DO ADVOGADO 2010 DA OAB DE JOINVILLE.RECENTES INOVAÇÕES EM MATÉRIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Outra).
113. I CONGRESSO BRASILEIRO LICITAÇÕES - GESTÃO, EFICIÊNCIA, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE. LEI COMPLEMENTAR 123 - OS RESULTADOS 'PRÁTICOS DA APLICABILIDADE DA LC 123 - OS RECURSOS E REPRESENTAÇÕES NO TCU DECORRENTES DAS FRAUDES - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS CONCEDIDOS PELA LC 123. 2010. (Congresso).
114. II CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. PREGÃO E REGISTRO DE PREÇOS: FERRAMENTAS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE. 2010. (Congresso).
115. II CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. 2010. (Congresso).
116. II FOMENTA NACIONAL.SAIBA COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Seminário).
117. IX CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. DEBATE:LICITAÇÕES E CONTRATOS:TEMAS POLÊMICOS. FORMALISMO E FORMALIDADES NA LEI DE LICITAÇÕES.. 2010. (Congresso).
118. SEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS POSITIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA."CREDENCIAMENTO COMO FORMA DE CONTRATAÇÃO DIRETA?. 2010. (Seminário).
119. SEMINÁRIO NACIONAL: ASPECTOS JURÍDICOS DA DISPENSA E DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.COMO DISPENSAR E INEXIGIR A LICITAÇÃO: PASSO A PASSO DAS PRICIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2010. (Seminário).
120. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO - E AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS AOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016 E A COPA DO MUNDO 2014 - MP 489 DE 12 DE MAIO DE 2010. 2010. (Congresso).
121. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS.BENEFÍCIOS ESPECIAIS, PROCEDIMNTOS ESPECIAIS E LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Oficina).
122. XI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2010. (Congresso).
123. XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Contratação pelo Sistema de Registro de Preços. 2010. (Congresso).
124. 2º SEMINÁRIO GOIANO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2009. (Seminário).
125. A LEI 8666/93 E O TCEMG. BINÔMIO SINGULARIDADE DO OBJETO/NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO STF E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2009. (Congresso).
126. CICLO DE DEBATES OAB/PR.A PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2009. (Outra).
127. I CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO RN. 2009. (Congresso).
128. I CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO RN. ASPECTOS POLÊMICOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PRAZOS, PRORROGAÇÃO, REAJUSTES, REEQUILÍBRIO, REPACTUAÇÃO E SANÇÕES CONTRATUAIS. 2009. (Congresso).
129. I CONGRESSO DE PREGOEIROS DA AMAZÔNIA. COTAÇÃO ELETRÔNICA E DISPENSA. 2009. (Congresso).
130. I ENCONTRO ESTADUAL DA ADVOCACIA PÚBLICA - O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS. PERSPECTIVAS E AVANÇOS.RESPONSABILIDADE DOS ADVOGADOS POR POSICIONAMENTOS E PARECERES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2009. (Encontro).
131. III ENCONTRO CAPIXABA DE DIREITO DO ESTADO.ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LC 123 NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2009. (Encontro).
132. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2009. (Congresso).

133. SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE AS NOVAS TENDÊNCIAS NAS LICITAÇÕES.ASPECTOS POLÊMICOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. (Seminário).
134. V CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR: SEU ALCANCE NA FEDERAÇÃO E NO TEMPO. 2009. (Congresso).
135. V CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO MERCOSUL E X CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PÚBLICA. 2009. (Congresso).
136. VII FORUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. EMPRESAS ESTATAIS, APLICAÇÃO DA LEI 8666 E ESTATUTOS PRÓPRIOS (SISTEMA S). 2009. (Congresso).
137. VIII CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. QUETÕES CONTROVERTIDAS SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2009. (Congresso).
138. XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PARÂMETROS PARA O CONTROLE DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2009. (Congresso).
139. 3º ENCONTRO NACIONAL DE PREGOEIROS E MEMBROS DE EQUIPES DE APOIO.ANÁLISE E SOLUÇÃO DE QUESTÕES POLÊMICAS. 2008. (Encontro).
140. ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO E DO PREGÃO DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E COM O DECRETO Nº 6.204/07. 2008. (Seminário).
141. IX CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E BEM COMUM. 2008. (Congresso).
142. PREGÃO WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO.PREGÃO. 2008. (Outra).
143. QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.PREGÃO. 2008. (Seminário).
144. VI FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.LICITAÇÕES E O NOVO ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA - REFLEXOS PRÁTICOS. 2008. (Outra).
145. VII CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PARTICIPAÇÃO DAS PEQUENAS E MICRO-EMPRESAS NAS LICITAÇÕES. 2008. (Congresso).
146. XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. 2008. (Congresso).
147. 3º ENCONTRO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS.O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS À LUZ DAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. 2007. (Encontro).
148. 5ª SEMANA ACADÊMICA.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. 2007. (Outra).
149. 5º ENCONTRO NACIONAL DOS ADVOGADOS DO SESI/SENAI.LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2007. (Encontro).
150. A NOVA ORDEM JURÍDICA DAS LICITAÇÕES NO ESTADO DO PARANÁ.OS REFLEXOS DA LEI DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES. 2007. (Seminário).
151. I ENCONTRO SOBRE ASPECTOS POLÊMICOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA CHESF.ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES. 2007. (Encontro).
152. II CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A APLICAÇÃO DA TEORIA DAS NULIDADES EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2007. (Congresso).
153. II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA COM OS CIDADÃOS DA AMÉRICA LATINA. 2007. (Congresso).
154. I SIMPÓSIO PARANAENSE DE PRÁTICA LEGISLATIVA.O BE-A-BÁ DO LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2007. (Simpósio).
155. IV FORUM BRASILEIRO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/I FORUM BRASIL-ESPANHA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE DO SISTEMA "S". 2007. (Congresso).
156. V FORUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS. 2007. (Seminário).
157. VIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PRIVILÉGIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES. 2007. (Congresso).
158. XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. SANÇÕES E DEVIDO PROCESSO NAS LICITAÇÕES. 2007. (Congresso).
159. 2º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS.PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE RECURSOS EM LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. 2006. (Encontro).
160. CICLO DE PALESTRAS DA COMISSÃO DE ADVOGADOS DO SERVIÇO PÚBLICO.OS LIMITES DAS LICITAÇÕES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS. 2006. (Outra).
161. ENCONTRO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO. 2006. (Encontro).
162. ENCONTRO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO.O PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. 2006. (Encontro).
163. I CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2006. (Congresso).
164. III FORUM BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.O CONTROLE DAS LICITAÇÕES PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 2006. (Encontro).
165. VII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO DE TODOS OS LICITANTES EM LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. 2006. (Congresso).
166. XX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2006. (Congresso).
167. 3ª SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO.ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO. 2005. (Outra).
168. 7mo CONGRESO DE DERECHO PÚBLICO DEL MERCOSUR. ADQUISICIONES DE OBRAS, BIENES Y SERVICIOS POR LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA: NUEVAS ALTERNATIVAS. 2005. (Congresso).
169. SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE DIREITO.O CONTROLE DAS LICITAÇÕES. 2005. (Outra).
170. VI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O CONTROLE DOS ATOS ADMISSIOAIS PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 2005. (Congresso).
171. XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. COMISSÃO DE APRECIACÃO DE COMUNICADOS CIENTÍFICOS. 2005. (Congresso).
172. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO POLÍTICO. SUBSTITUIÇÃO DO PAN-POLÍTICO PELO PAN-ECONÔMICO. 2004. (Congresso).
173. ENCONTRO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO.DIREITOS E PRERROGATIVAS DAS EMPRESAS PRIVADAS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2004. (Encontro).

174. I ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS POLÊMICOS DO PREGÃO COMUM E ELETRÔNICO. 2004. (Congresso).
175. I FORUM BRASILEIRO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS. 2004. (Encontro).
176. III CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS. 2004. (Congresso).
177. SEMANA ACADÊMICA.CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2004. (Outra).
178. SEMANA ACADÊMICA.PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITOS DOS LICITANTES NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. 2004. (Outra).
179. V CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE DO ATO CONVOCATÓRIO. 2004. (Congresso).
180. VI CONGRESSO SUL-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CARACTERÍSTICAS E INOVAÇÕES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, BENS E SERVIÇOS: LIMITES E CONFRONTAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. 2004. (Congresso).
181. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ENTES PRIVADOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS. 2003. (Congresso).
182. II CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS. 2003. (Congresso).
183. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2003. (Congresso).
184. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL. 2002. (Congresso).
185. I ENCONTRO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2002. (Encontro).
186. II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO. COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS. 2001. (Congresso).
187. PROGRAMA BRASÍLIA/MIAMI DE POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO E SAÚDE. 1999. (Seminário).
188. XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1999. (Congresso).
189. A EMENDA CONSTITUCIONAL DA REFORMA ADMINISTRATIVA. 1998. (Seminário).
190. CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS. 1997. (Seminário).
191. I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1997. (Congresso).
192. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1997. (Congresso).
193. CIBE 96 - CONGRESSO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EVENTOS. LICITAÇÕES. 1996. (Congresso).
194. X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1996. (Congresso).
195. ATUALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES. 1995. (Seminário).
196. I ENCONTRO INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO MERCOSUL. 1995. (Encontro).
197. I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1995. (Outra).
198. I JORNADA DE AUDITORIA GLOBAL PARA O SETOR PÚBLICO. 1995. (Outra).
199. SEMINÁRIO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. 1995. (Seminário).
200. CURSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. 1994. (Outra).
201. O QUE MUDOU NA LEI DAS LICITAÇÕES. 1994. (Outra).
202. SEMINÁRIO SOBRE O QUE MUDOU NA LEI DE LICITAÇÕES. 1994. (Seminário).
203. SIAF-UMA FERRAMENTA NO PLANEJAMENTO DE AUDITORIA. 1994. (Outra).
204. 1º ENCONTRO DE CONTADORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ.LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1993. (Encontro).
205. 1º ENCONTRO DOS TÉCNICOS DOS T.C. SOBRE A LEI Nº8666/93. 1993. (Encontro).
206. CURSO DE TREINAMENTO EM TÉCNICAS DE AUDITORIA. 1993. (Outra).
207. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1992. (Congresso).
208. ORÇAMENTO PÚBLICO. 1992. (Outra).
209. SEMINÁRIO SOBRE TECNOLOGIAS DE AUDITORIAS AVANÇADAS PARA EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS: MODELO DO BANCO MUNDIAL. 1992. (Seminário).
210. SIMPÓSIO NACIONAL: O FORNECEDOR E O ESTADO NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1992. (Simpósio).
211. CURSO DE LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 1991. (Outra).
212. CURSO SOBRE REGIME JURÍDICO ÚNICO. 1991. (Outra).
213. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1991. (Congresso).
214. SEMINÁRIO REGULAMENTO ÚNICO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS (DECRETO 700/91/PR). 1991. (Seminário).
215. SIMPÓSIO MÓDULO 1 - LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E REAJUSTES. 1989. (Simpósio).
216. CURSO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM VÍDEO CASSETE. 1987. (Outra).
217. SEMINÁRIO ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO. 1987. (Seminário).
218. CURSO DE DESENVOLVIMENTO INTERPESSOAL E NOÇÕES DE O&M. 1986. (Outra).
219. I CURSO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS. 1986. (Outra).
220. I CURSO SOBRE PROCESSO CAUTELAR TRABALHISTA. 1986. (Outra).
221. I SEMINÁRIO SOBRE DIREITO E INFORMÁTICA. 1986. (Seminário).
222. I CONGRESSO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. 1983. (Congresso).
223. SIMPÓSIO SOBRE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. 1983. (Simpósio).
224. CURSO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL. 1981. (Outra).
225. I CICLO DE ESTUDOS DE FILOSOFIA DO DIREITO. 1980. (Outra).
226. III ENCONTRO ARGENTINO-BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1980. (Encontro).
227. I SEMANA DE CULTURA JURÍDICA DO PARANÁ. 1980. (Outra).
228. SEMANA DE PROCESSO CIVIL. 1980. (Outra).
229. V SEMANA DE DIREITO INTERNACIONAL. 1980. (Outra).
230. CICLO DE PALESTRAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL. 1979. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. SCHIER, Adriana da Costa R. ; **GUIMARAES, Edgar** ; COSTA, L. B. D. ; MOTTA, P. R. F. . XIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2012. (Congresso).
2. **GUIMARAES, Edgar**. CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2011. (Congresso).
- 3.

4. **GUIMARAES, Edgar**. II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2007. (Congresso).
5. ★ FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; BACELLAR FILHO, R. F. ; GASPARINI, Diogenes ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ; NIEHBUR, Joel de Menezes ; COSTA, L. B. D. ; **GUIMARAES, Edgar** ; DALLARI, Adilson ; RIBAS, S. . 2º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2006. (Congresso).
6. ★ FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ; BACELLAR FILHO, R. F. ; CAMMAROSANO, M. ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; GASPARINI, Diogenes ; JUSTEN FILHO, M. ; MILESKI, Hélio . I ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2004. (Congresso).
7. **GUIMARAES, Edgar**. V CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2004. (Congresso).
8. **GUIMARAES, Edgar**. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2001. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. ADÃO NATALINO DA SILVA JÚNIOR. O PROCEDIMENTO RECURSAL NO PREGÃO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
2. DANTE ALBERTO ANNIBELLI JÚNIOR. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOB ASPECTOS JURÍDICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
3. FRANCISCO DONIZETE PEREIRA DE SOUZA. DA SINDICÂNCIA E O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE ATOS PRATICADOS NA VIDA PARTICULAR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
4. JOSÉ DANILO TAVARES. CONVALIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANDO DA ESTATIZAÇÃO DE EMPRESAS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
5. RAFAELLA TIEPO BORGES. A FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
6. ANDRÉA DE BRITO RÜPPELL. O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E O PREGÃO ELETRÔNICO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
7. DIEGO PAOLO BARAUSSE. ESTUDO CRÍTICO DOS FUNDAMENTOS DA TESE DA IRRESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS JUDICIAIS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
8. DIVONSIR DE SOUZA LIMA. ASPECTOS JURÍDICOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
9. MANUELLA LUCIA ZANINI FADEL. AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
10. ANTÔNIO FABRÍCIO SANTANA. A INEXIGIBILIDADE NAS PROPOSTAS DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES/LEI 8.666/93. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
11. CARLOS AUGUSTO CARLETTO CONTE. SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DIRETA NO ÂMBITO DO SEBRAE. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
12. IGOR BRUNO ROMERO MACHADO. POLÊMICAS NAS LICITAÇÕES - MODALIDADE CONVITE - QUESTÕES. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
13. FABIELLE SANSON. PREGÃO ELETRÔNICO - A NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
14. MÁRCIA REGINA SAUTCHUK. LICITAÇÕES E TERCEIRO SETOR. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
15. SÉRGIO ROBERTO MALUF. O MONOPÓLIO NA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE: UMA GARANTIA DO ESTADO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
16. TELMA RITA CASTANHO MENDES. LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - LEI 8.666/93 E AS CPL'S - DEFEITOS E EFEITOS. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
17. VALDIR STREML. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
18. SIMONE MARTINS. O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.

19. FABIANO OVIEDO BITTENCOURT. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães. 70
20. JOSÉ ARI NUNES. O MUNICÍPIO E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
21. RAFAELA IATAURO BUENO. O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **GUIMARAES, Edgar;** ZYMLER, Benjamin . IV NÚCLEO NACIONAL JML DE DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS. 2013. .
2. **GUIMARAES, Edgar;** CAMMAROSANO, M. . REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2014. .
3. **GUIMARAES, Edgar.** A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. **GUIMARAES, Edgar.** RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2013. .
5. **GUIMARAES, Edgar.** NOÇÕES BÁSICAS DE LICITAÇÕES. 2014. .
6. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS POLÊMICOS. 2013. .



Luciano Elias Reis

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0671444395238211>

ID Lattes: **0671444395238211**

Última atualização do currículo em 31/01/2024

Advogado. Sócio do escritório RLLAW. Doutor e Mestre em Direito Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. Doutor em Direito Administrativo na Universitat Rovira i Virgili - Espanha. Especialista em Direito Administrativo e em Processo Civil, ambos pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (2004). Presidente do Instituto Nacional da Contratação Pública. Presidente da Comissão de Gestão Pública, Transparência e Controle da Administração - Ordem dos Advogados do Brasil (PR) de 2013-2018. Diretor-Adjunto Acadêmico do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Professor de Direito Administrativo do UNICURITIBA (2011-2023). Coordenador da Pós-Graduação em Direito Administrativo da Escola Paranaense de Direito. Coordenador da Pós-Graduação em Licitações e Contratos da Faculdade Polis Civitas. Professor da Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos da CERS e Professor convidado da Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos da PUC-PR. Autor dos livros "Compras Públicas Inovadoras" (Editora Fórum, 2022), "Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado" (Editora Juruá, 2013), "Licitações e Contratos: Um Guia da Jurisprudência" (3. ed. Editora CONLICITAÇÃO, 2020), "Licitações e Contratos: Cases e Orientações Objetivas" (Ed. Negócios Públicos, 2017) e "CON - Coletânea de Legislação" (2. ed. Editora CON Treinamentos, 2021). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Luciano Elias Reis

Nome em citações bibliográficas

REIS, L. E.; REIS, Luciano Elias

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/0671444395238211>

Orcid iD

?  <https://orcid.org/0000-0001-9970-0311>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2020

Doutorado em Doctorado en Derecho Administrativo.
Universitat Rovira i Virgili, URV, Espanha.
com **período co-tutela** em Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Orientador: Dr. Emerson Gabardo).
Título: O dever do Estado Brasileiro de usar as licitações e os contratos administrativos para a promoção da ciência, tecnologia e inovação nacional, Ano de obtenção: 2020.
Orientador: Dr. Endrius Cocciolo.
Coorientador: Dr. Marina Rodríguez Beas.
Palavras-chave: Cum laude.

2016 - 2020

Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
com **período sanduíche** em Universitat Rovira i Virgili (Orientador: Dr. Endrius Cocciolo).
Título: O dever do Estado Brasileiro usar as licitações e os contratos administrativos para a promoção da ciência, tecnologia e inovação nacional, Ano de obtenção: 2020.
Orientador: Prof. Dr. Emerson Gabardo.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2009 - 2011

Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
Título: Convênios administrativos como instrumentos para a eficiência do Estado e o desenvolvimento social 🌱, Ano de Obtenção: 2011.
Orientador: 🙏 Prof. Emerson Gabardo.

2006 - 2007

Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO. (Carga Horária: 390h).
INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR, IDRFB, Brasil.
Título: RECURSOS ADMINISTRATIVOS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.
Orientador: RAFAEL MUNHOZ DE MELLO.

Especialização em PROCESSO CIVIL.
(Carga Horária: 390h).
INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE
BACELLAR, IDRFB, Brasil.
Título: ARBITRAGEM: SUA
(IN)CONSTITUCIONALIDADE E SUA
NATUREZA JURÍDICA.
Orientador: RAFAEL MUNHOZ DE MELLO.

2000 - 2004

Graduação em direito.
Faculdade de Direito de Curitiba, FDC,
Brasil.
Título: O PODER VINCULANTE DA
CONSULTA TRIBUTÁRIA.
Orientador: JOÃO MARCELO TRAMUJAS
BASSANESE.

Formação Complementar

2001 - 2001

DIPLOMA BÁSICO DE ESPANHOL.
Universidad de Salamanca, USAL,
Espanha.

Atuação Profissional

Reis & Lippmann Advogados Associados, RCL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Sócio, Carga horária: 12

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (PR), OAB-PR, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Integrante da Comissão,
Enquadramento Funcional: Integrante da
Comissão de Exame e Estágio

**Outras
informações**

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Integrante da Comissão de
Estágio e Exame de

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Membro Consultor,
Enquadramento Funcional: Membro
Consultor

**Outras
informações**

Membro Consultor da Comissão de Gestão
Pública e Controle da Administração

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Presidente da Comissão de
Gestão Pública

**Outras
informações**

Presidente da Comissão de Gestão
Pública, Transparência e Controle da
Administração

Vínculo institucional

2013 - 2018

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional; PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE GESTÃO PÚBLICA

**Outras
informações**

Presidente da Comissão de Gestão Pública
e Controle da Administração

Vínculo institucional

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Representante

**Outras
informações**

Representante da Ordem dos Advogados
do Brasil - Seção Paraná - na Comissão
Parlamentar de Inquérito do Transporte
Coletivo

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: MEMBRO DA COMISSÃO DE
GESTÃO PÚBLICA

Vínculo institucional

2007 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: MEMBRO DA COMISSÃO DE
GESTÃO PÚBLICA

Vínculo institucional

2006 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: MEMBRO DA COMISSÃO DE
ADVOGADOS INICIANTE

Centro Universitário Curitiba, UNICURITIBA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

**Outras
informações**

Professor do módulo de Licitações e
Contratos da Especialização Lato Sensu
em Direito Administrativo

Vínculo institucional

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 10

**Outras
informações**

Professor de Direito Administrativo
IProfessor de Direito Administrativo
IIProfessor de Processo Administrativo

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

**Outras
informações**

Professor do Módulo de Licitações
Públicas e Contratos Administrativos no
MBA em Gestão Pública

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA, ESA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor convidado

**Outras
informações**

Professor de Direito Administrativo
(Temas atuais de Direito Administrativo)

Vínculo institucional

2007 - 2013

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: PROFESSOR

**Outras
informações**

Professor de Licitações e Contratos
Administrativos Professor de Lei de
Responsabilidade Fiscal

Faculdade Polis Civitas, FPC, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Coordenador da Especialização,
Enquadramento Funcional: Coordenador
da Especialização

**Outras
informações**

Coordenador da Especialização em
Licitações e Contratos

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Vínculo institucional**2010 - 2011**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Aluno - Pesquisador

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRB, Brasil.

Vínculo institucional**2017 - 2022**

Vínculo: Professor, Enquadramento
Funcional: Professor do Módulo de
Responsabilidade

**Outras
informações**

Professor do Módulo de Responsabilidade
Civil do Estado

Universidade Tuiuti do Paraná, UTP, Brasil.

Vínculo institucional**2012 - 2015**

Vínculo: Professor convidado,
Enquadramento Funcional: Professor
convidado

**Outras
informações**

Professor convidado para a Pós-
Graduação em Direito Administrativo
Disciplinar - Módulo de Regime jurídico
administrativo e legislação aplicável

2013 - 2013

Vínculo: Professor Visitante,
Enquadramento Funcional: Professor
convidado

**Outras
informações**

Professor do módulo de Licitações
Públicas e Contratos Administrativos na
Especialização em Gestão e Planejamento
em Políticas para a Segurança Pública

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 6

**Outras
informações**

Disciplinas ministradas: Direito
Administrativo I, Contratos
Administrativos e Direito Administrativo II

Vínculo institucional

2008 - 2009

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 12

**Outras
informações**

Disciplinas ministradas: Direito
Administrativo Aplicado, Remédios
Constitucionais e Teoria Geral da
Constituição

Centro Sulamericano de Ensino Superior, CESUL, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Coordenador, Carga horária: 8

**Outras
informações**

Universidade Paranaense, UNIPAR, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2020

Vínculo: Professor de Módulo,
Enquadramento Funcional: Professor do
Módulo da Pós

**Outras
informações**

Professor do Módulo de Licitações e de
Contratos

Faculdade Baiana de Direito, FBD, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2019

Vínculo: Professor, Enquadramento
Funcional: Professor do Módulo da Pós

**Outras
informações**

Professor do Módulo de Recursos
Administrativos e Meios de Impugnação -
Turma 2017 e 2018.

Centro Universitário Internacional, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: PROFESSOR

**Outras
informações**

PROFESSOR DO CURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
PÚBLICA (ENSINO A DISTÂNCIA),
DISCIPLINA RESPONSABILIDADE FISCAL

Alleanza Instituto, ALL, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor

Faculdade de Tecnologia Internacional, FATEC, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor, Carga horária: 4

**Outras
informações**

Professor do Módulo de Direito
Administrativo do MPA em Administração
Pública e Gerência de Cidades

GRUPO UNINTER, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: PROFESSOR

**Outras
informações**

PROFESSOR DO CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO EM CONTROLE
INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL - IN FOCO (ENSINO A
DISTÂNCIA)

Curso Ordem Mais, COM, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Professor

**Outras
informações**

Professor de Direito Administrativo

Prefeitura Municipal de Pinhais, PMP, Brasil.

2006 - 2009

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: ASSESSOR JURÍDICO

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, APPA, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2006

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: ADVOGADO, Carga horária: 40

ZENITE CONSULTORIA S/A, ZENITE, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: CONSULTOR JURÍDICO, Carga
horária: 40

DIRETÓRIO ACADÊMICO CLOTÁRIO PORTUGAL, DACP, Brasil.

Vínculo institucional

2004 - 2004

Vínculo: PRESIDENTE, Enquadramento
Funcional: PRESIDENTE

Agência Reguladora do Paraná, AGEPAR, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Conselho Consultivo,
Enquadramento Funcional: Conselheiro

Escola Paranaense de Direito, EPD, Brasil.

Vínculo institucional

Vínculo: Coordenador da Pós Graduação,
Enquadramento Funcional: Coordenador
da Pós Graduação, Carga horária: 4

**Outras
informações**

Coordenador da Pós Graduação de Direito
Administrativo

Projetos de pesquisa

2020 - 2022**Compras Públicas Inovadoras**

Descrição: A modernização que a sociedade mundial perpassa ante os mais diversos avanços da tecnologia, da inovação e da ciência impacta também diretamente no governo dos Estados, fazendo com que a busca incessante de governo digital e governo 4.0 ou 5.0 também recaia sobre as licitações públicas e contratos da Administração Pública. Nesse cenário, imperioso se faz o estudo aprofundado das compras públicas inovadoras, tanto sob o viés das ferramentas atualmente utilizadas e as que estão sendo projetadas para viabilizar as contratações do Poder Público, quanto sob o espectro da implementação de ajustes envolvendo tecnologia, inovação e ciência. Para o escopo proposto, se faz imprescindível compreender conceitos básicos de inovação, ciência e tecnologia para posteriormente definir o que se entende por governo digital, compras públicas inovadoras, governo 4.0 ou 5.0 e instrumentais utilizados para direta ou indiretamente auxiliá-los (blockchain, big data, etc.).

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis -
Coordenador / Marco Antônio Kurrle -
Integrante / Ligia Damiani - Integrante /
Vanessa Carneiro dos Anjos - Integrante /
Ricardo Gonçalves Teixeira Junior -
Integrante / Rodrigo Carvalho Pólli -
Integrante / Gabriela Verona Pércio -
Integrante / Thyago de Pieri Bertoldi -
Integrante.

2016 - Atual

Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas
e Desenvolvimento Humano - NUPED

Descrição: De início o grupo de pesquisa explorava tanto o Direito Público quanto o Privado. Em 2014 o seu âmbito de

investigação passou a ser apenas o Direito Público. Por outro lado, os temas pesquisados deixaram de referir-se apenas à atuação econômica para analisar as diferentes formas de intervenção do Estado na vida social em prol do desenvolvimento humano. No âmbito das políticas públicas são recorrentes temas como: direitos humanos, interesse público, serviços públicos e regulação. Do ponto de vista metodológico é utilizada uma abordagem interdisciplinar com interlocuções com a Sociologia e com a História. As repercussões do grupo podem ser verificadas nos currículos lattes dos integrantes. Foram publicados vários livros, capítulos de livros e artigos dos pesquisadores, bem como é extensa a lista de sua produção técnica. O grupo é fortemente internacionalizado, sendo composto fundamentalmente por três professores: Dr. Daniel Wunder Hachem, Dr. Emerson Gabardo, Dr. Luiz Alberto Blanchet..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis -
 Integrante / Emerson Gabardo -
 Integrante / Daniel Wunder Hachem -
 Coordenador / Luiz Alberto Blanchet -
 Integrante.

2012 - 2013

Atividade Empresarial e Administração
 Pública: Direito Administrativo
 Sancionador

Descrição: Em paralelo à investigação da atividade administrativa de fomento, faz-se necessário inaugurar o estudo da outra forma de a Administração Pública dirigir comportamentos de forma a amoldá-los aos anseios coletivos, que se expressa por meio do poder de polícia e do poder disciplinar, da regulação e da regulamentação, das infrações e sanções administrativas (e do processo correlato), sejam elas gerais (de polícia, como as de trânsito, ambientais, tributárias etc.) ou especiais (como as disciplinares e as contratuais). Ou seja, assim se busca investigar o contraponto à sanção premial, qual seja a sanção desestimuladora, aquela que se apresente como uma direta e imediata consequência jurídica, restritiva de direitos, de caráter repressivo, por conta da incursão de alguém (seja pessoa física, seja pessoa jurídica) em um comportamento, típico, antijurídico e administrativamente reprovável. Demais disso, é preciso renovar a discussão acerca dos limites para o exercício da potestade sancionadora, com especial enfoque para a individualização da sanção administrativa, que reclama consideração da função social da empresa (e do contrato) e da dignidade da pessoa humana ..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
 Alunos envolvidos: Graduação: (0) /
 Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciano Elias Reis -
 Integrante / Daniel Ferreira -
 Coordenador.

Número de produções C, T & A: 10

2012 - 2013

Atividade empresarial e Administração Pública: fomento ao desenvolvimento nacional socialmente responsável pela via das licitações e dos contratos administrativos

Descrição: Dando continuidade à pesquisa trienal acerca do fomento estatal, o novo projeto foca o desenvolvimento nacional socialmente responsável incentivado pela via das licitações e das contratações públicas, portanto direcionado à pesquisa da inclusão social, da minimização das desigualdades, da busca pelo pleno emprego, da ressocialização do preso e do egresso, e, ainda, da incrementação da responsabilidade social empresarial...

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
 Alunos envolvidos: Graduação: (2) /
 Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Luciano Elias Reis -
 Integrante / Daniel Ferreira - Coordenador
 / Júlio Henrique Santos Kasper -
 Integrante / Ana Luiza Chalusnhak -
 Integrante / Ana Paula Pellegrinello -
 Integrante / Fernando Paulo da Silva
 Maciel - Integrante / Eduardo C. Ramos
 Tesserolli - Integrante / Maria Ivone
 Godoy - Integrante.

2010 - 2011

Eficiência jurídico-institucional das Fundações Privadas e Desenvolvimento Socioambiental

Descrição: Tem como objeto elaborar um estudo a respeito da atual condição das normas referentes às fundações privadas no país e, pautando-se pelos problemas concretos vivenciados por estas entidades do terceiro setor, pesquisar soluções jurídicas que propugnem por uma maior eficiência de sua organização, tendo como escopo o fomento do seu desenvolvimento institucional e a facilitação das suas atividades-fim. Atividades estas que atingem diretamente a sociedade, notadamente nas áreas de saúde e educação. É um projeto integrante do Grupo de Pesquisa Regulação Econômica e Atuação Empresarial, oficialmente cadastrado no Diretório de Pesquisas do CNPq e vinculado à linha de pesquisa "Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento

Sustentável".
Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa.

85

Integrantes: Luciano Elias Reis -
Integrante / Emerson Gabardo -
Coordenador.

Membro de corpo editorial

2023 - Atual

Periódico: Revista do INCP - Instituto
Nacional da Contratação Pública

2020 - Atual

Periódico: International Journal of Digital
Law

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Processual
Civil.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Tributário.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2022

Menção Honrosa do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, Diretório Acadêmico Clotário Portugal e UNICURITIBA.

2022

Menção Honrosa ao Ex-Presidente do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, DACP.

2022

Menção Honrosa ao Ex-Presidente do Diretório Acadêmico Clotário Portugal, UNICURITIBA.

2020

Tese defendida com CUM LAUDE, Universitat Rovira i Virgili.

2017

Menção Honrosa pela Assembleia Legislativa do Paraná, Assembleia Legislativa do Paraná.

2017

Professor Homenageado 2017, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2017

Professor Homenageado 2017.2 - M, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2017

Professor Homenageado 2017.2 - N, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2016

Professor Homenageado 2016.2, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2015

Professor Homenageado 2015.2, Formandos de Direito do UNICURITIBA.

2015

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

ALVES, Roberta ; **REIS, Luciano Elias** . A consolidação da arbitragem nos contratos administrativos com a nova lei de licitações: efetividade ou risco ao interesse público?. Revista Solução em Licitações e Contratos, v. 04, p. 53-70, 2021.

2.

HENRIQUE NETO, K. ; **REIS, Luciano Elias** . A arbitrabilidade objetiva do ato administrativo discricionário à luz do entendimento do STJ. Revista Lex de Direito Administrativo, v. 2, p. 33-51, 2021.

3.

STROBEL, R. ; **REIS, Luciano Elias** . Mediação na Administração Pública: da possibilidade de satisfação do crédito independente da submissão ao regime constitucional de precatórios. Revista Digital do TCEPR, v. 1, p. 55-74, 2021.

4.

REIS, Luciano Elias. O Pagamento Antecipado e o Repensar do Comportamento do Estado Comprador. Revista Colunistas do Direito do Estado, v. 458, p. 01-03, 2020.

5.

WINTER, Luis Alexandre C. ; **REIS, Luciano Elias** . O ACORDO TRIMs E A REGULAÇÃO ESTATAL PELAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA A PROMOÇÃO E O FOMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SOB O VIÉS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. Revista General de Derecho Administrativo **JCR**, v. 50, p. 1, 2019.

CAVALARI, Y. A. S. ; **REIS, Luciano Elias** . A legitimidade das Câmaras Municipais para a reivindicação judicial dos repasses dos duodécimos. BOLETIM GOVERNÉT DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL, v. 96, p. 1148-1152, 2019.

7.

REIS, Luciano Elias. Despesas com pessoa no poder executivo municipal: limites e conseqüências. BOLETIM GOVERNÉT DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO MUNICIPAL, v. 89, p. 222-227, 2019.

8.

REIS, Fernanda R. ; **REIS, Luciano Elias** . A contribuição das agências reguladoras para a proteção dos direitos fundamentais sob a perspectiva de eficácia horizontal. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 21, p. 1-13, 2019.

9.

CAMILO, M. ; **REIS, Luciano Elias** . O combate à corrupção no Brasil: um traço sob as perspectivas histórica e moral. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 23, p. 63-78, 2019.

10.

KURRLE, M. A. ; **REIS, Luciano Elias** . Acordo de leniência: eficácia e aplicabilidade do instituto jurídico no combate à corrupção empresarial do Brasil. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 23, p. 1-15, 2019.

11.

REIS, Luciano Elias; BLANCHET, Luiz Alberto . Margem de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte local e regional: uma estratégia de regulação estatal desenvolvimentista. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 117, p. 275-320, 2018.

12.

EFING, Antônio Carlos ; **REIS, Luciano Elias** . Políticas públicas de proteção do usuário de serviços públicos. REVISTA LIBERTAS, v. 4, p. 104-119, 2018.

13.

14.

REIS, Luciano Elias. As políticas públicas de quotas raciais no Brasil: necessidade, desafios e resultados. JURIS PLENUM DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 499.554-499.554, 2017.

15.

REIS, Luciano Elias. Revogação da licitação pública: aspectos conceituais, procedimentais e de controle judicial (Qualis B2). Juris Plenum Direito Administrativo, v. 1, p. 63-92, 2016.

16.

GUERIOS, F. A. O. ; **REIS, Luciano Elias** . Breve análise comparativa entre os tribunais de contas do Brasil e de Portugal. Juris Plenum Direito Administrativo, v. III, p. 147-166, 2016.

17.

OLIVEIRA, Pamela D. Justen de ; **REIS, Luciano Elias** . Tendências legislativas e jurisprudenciais da licitação no Brasil. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 15, p. 50-58, 2016.

18.

BACKES, Camila ; **REIS, Luciano Elias** . A licitação pública e sua finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável. Revista Juris Plenum Direito Administrativo, v. 1, p. 1-19, 2016.

19.

REIS, Luciano Elias; ANJOS, T. C. P. . Regime Diferenciado de Contratações Públicas e a publicidade do orçamento estimado (Qualis B2). Juris Plenum Direito Administrativo, v. 02, p. 101-127, 2015.

REIS, Luciano Elias; CAMILO, M. . A Lei n. 12.846/13: a corrupção e a natureza jurídica da lei. Revista de Direito Administrativo e Contemporâneo, v. 21, p. 13-28, 2015.

21.

REIS, Luciano Elias; SIQUEIRA, R. C. C. . Parecer sobre a impossibilidade de uso do pregão para a contratação de serviços advocatícios. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. jun, p. 586-595, 2014.

22.

REIS, Luciano Elias. A publicidade nas licitações. Revista de Licitações e Contratos - LICICON, v. VII, p. 210-217, 2014.

23.

REIS, Luciano Elias. Sócios em comum e participação nas licitações. Revista de Licitações e Contratos - LICICON, v. VII, p. 117-125, 2014.

24.

REIS, Luciano Elias. O problema chamado pesquisa de mercado e a recente Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 05/2014. REVISTA JML DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, v. VIII, p. 17-26, 2014.

25.

REIS, Luciano Elias. Julgamento dos atestados de capacidade técnica e o formalismo moderado. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 10, p. 838-841, 2014.

26.

REIS, Luciano Elias. O direito de acesso às licitações públicas e aos contratos administrativos. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, v. 4, p. 1253-1256, 2014.

27.

REIS, Luciano Elias. Terceirização na Administração Pública: breves reflexões críticas. Revista Eletrônica - Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, v. 4, p. 113-122, 2014.

REIS, Luciano Elias; RIBAS, M. . Limites do controle judicial no exame dos critérios de avaliação do concurso público. Revista de Direito Administrativo Contemporâneo, v. 12, p. 57-81, 2014.

29.

REIS, Luciano Elias. Dos tratados internacionais: o procedimento para a sua elaboração e a existência de pressupostos formalísticos para a concretização de uma denúncia sob o prisma da Constituição de 1988 (Qualis A2). Direito Público (Porto Alegre), v. 9, p. 97-120, 2013.

30.

REIS, Luciano Elias. Pagamento de décimo terceiro salário aos secretários municipais (Qualis B2). Juris Plenum Direito Administrativo, v. 7, p. 134-141, 2013.

31.

REIS, Luciano Elias; PASTRE, Diogo William Likes . A imprescindível defesa prévia no processo administrativo sancionador. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 8, p. 9-23, 2013.

32.

RIBEIRO, M. C. ; **GABARDO, Emerson** ; **REIS, Luciano Elias** . As propostas de mutação no regime das fundações privadas no Brasil: desenvolvimento institucional e velamento pelo Ministério Público (Qualis A2). Revista Direitos Fundamentais & Democracia (UniBrasil), v. 14, p. 563, 2013.

33.

REIS, Luciano Elias. O credenciamento e o dever de respeito ao princípio da isonomia. Negócios Públicos, v. IX, p. 18-23, 2013.

34.

REIS, Luciano Elias. A dispensa de licitação com base no art. 24, inc. XIII, para concurso público e a posição do TCU. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 217, p. 253-256, 2012.

35.

36.

REIS, Luciano Elias. Aposentadoria especial de servidor público estadual e a competência legislativa do Governador do Estado. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 7, p. 204-215, 2012.

37.

REIS, Luciano Elias. Visto na entidade profissional competente na fase de habilitação - exigência editalícia ilegal. Revista Síntese Direito Administrativo, v. 6, p. 197-200, 2011.

38.

REIS, Luciano Elias; NASCIMENTO NETO, J. O. . O princípio da diferença da teoria da justiça face às transferências voluntárias e à gestão associada de serviços públicos pela administração pública (Qualis B1). Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 1, p. 01-33, 2011.

39.

REIS, Luciano Elias. Os cargos em comissão e o princípio da irredutibilidade de vencimentos. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. mar/11, p. 746-748, 2011.

40.

REIS, Luciano Elias. A arbitragem e a Constituição da República de 1988. Âmbito Jurídico, v. 94, p. 1, 2011.

41.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente sob a luz da Constituição de 1988. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Juiz de Fora - RPGMJF, v. 1, p. 167-194, 2011.

42.

REIS, Luciano Elias. Breves considerações sobre a modalidade pregão e as obras e os serviços de engenharia. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 214, p. 1181-1183, 2011.

REIS, Luciano Elias. A modulação ou limitação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade (Qualis A1). A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 42, p. 177-190, 2010.

44.

REIS, Luciano Elias. Taxa de coleta de lixo na conta de água?. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 101, p. 449-452, 2009.

45.

★ **REIS, Luciano Elias.** O fortalecimento da consensualidade e o declínio das cláusulas exorbitantes. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 170, p. 366-371, 2008.

46.

JUNKES, R. V. ; **REIS, Luciano Elias** . Sanções administrativas em licitações. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 159, p. 473, 2007.

47.

★ **REIS, Luciano Elias.** Os limites das alterações qualitativas nos contratos administrativos (Qualis A1). A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 25, p. 109-132, 2006.

48.

REIS, Luciano Elias. Recursos administrativos - Interface com o regime processual civil. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 130, p. 1148-1154, 2004.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

REIS, Luciano Elias. Licitações: regulamentação do novo dispositivo legal. 1. ed. Curitiba: Qualige, 2023. v. 1. 298p .

2.

3.

REIS, Luciano Elias; ARRAES, Roosevelt ; ANDRADE, Luiz Gustavo . Construindo o Estado Democrático de Direito: Governo Probo, Eleições Justas e Judiciário Responsivo. 1. ed. Curitiba: APPRIS, 2022. v. 1. 305p .

4.

REIS, Luciano Elias. Con Coletânea de legislação de licitações e contratos atualizada. 2. ed. Curitiba: Con Treinamentos, 2021. 660p .

5.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos: um guia da jurisprudência. 1. ed. São Paulo: Conlicitação, 2020. v. 1. 1338p .

6.

REIS, Luciano Elias. Con Coletânea de Legislação de Licitações. 1. ed. Curitiba: Con Treinamentos, 2020. v. 1. 660p .

7.

REIS, Luciano Elias. Con Coletânea de Legislação de Licitações e Contratos. 1. ed. Curitiba: ConnectON, 2019. v. 1. 296p .

8.

REIS, Luciano Elias. Licitações e contratos : cases e orientações objetivas. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2017. v. 1. 256p .

9.

REIS, Luciano Elias; CHIESORIN JUNIOR, L. (Org.) . Lei das Empresas Estatais: responsabilidade empresarial e o impacto para o desenvolvimento econômico nacional. 1. ed. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, 2017. v. 1. 303p .

10.

11.

REIS, Luciano Elias; BOURGES, F. S. (Org.) ; PESSUTI, O. M. (Org.) ; FERREIRA, Daniel. (Org.) ; MATTOS, D. (Org.) ; BERTOLDO, E. C. (Org.) ; ROCHA, I. G. (Org.) ; CARNEIRO FILHO, J. C. (Org.) ; CHIESORIN JUNIOR, L. (Org.) ; PANKO, L. (Org.) ; ORTOLAN, M. A. B. (Org.) ; Shiohara, Mariana (Org.) ; CORTES, R. D. (Org.) ; MOTTA, R. D. S. (Org.) ; SIQUEIRA, R. C. C. (Org.) ; CASTRO, R. P. A. (Org.) ; VIOLIN, T. C. (Org.) ; BREUS, T. L. (Org.) ; TESSEROLLI, E. C. R. (Org.) . Cartilha de Controle Social da Gestão Pública Paranaense. 1. ed. Curitiba: OABPR, 2014. v. 1. 60p .

12.

★ **REIS, Luciano Elias.** Convênio Administrativo: instrumento jurídico eficiente para o fomento e desenvolvimento do Estado. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2013. 300p .

13.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos: um guia da jurisprudência. 1. ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos, 2013. 972p .

14.

RIBEIRO, M. C. (Org.) ; **GABARDO, Emerson** (Org.) ; **REIS, Luciano Elias** (Org.) . Anais do Prêmio 5 de junho 2011: Sustentabilidade na Administração Pública. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2011. v. 1. 339p .

15.

DOTTA, Alexandre Godoy (Org.) ; HACHEM, Daniel Wunder (Org.) ; **REIS, Luciano Elias** (Org.) . Anais do I Seminário Italo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade e VI Evento de Iniciação Científica da UniBrasil. 1. ed. Curitiba: Negócios Públicos, 2011. v. 1. 561p .

Capítulos de livros publicados

1.

2.

REIS, Luciano Elias. As sanções administrativas e a nova lei: em busca de um cenário racional para penalizar agentes infratores e proporcionar segurança jurídica ao ambiente das compras públicas. In: SCHIER, Adriana; ANDRADE, Giulia; VALLE, Vivian Cristina Lima López. (Org.). Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: em homenagem ao Prof. Dr. Edgar Guimarães. 1ed.Curitiba: Ithala, 2023, v. , p. 311-326.

3.

REIS, Luciano Elias. A relevância do dispute board como ferramenta de consensualidade para a legitimidade e eficiência da Administração Pública na Nova Lei de Licitações. In: BUSCH, Eduardo Vieira. (Org.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Aspectos Relevantes da Lei 14.133. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2023, v. , p. 115-138.

4.

REIS, Luciano Elias. As políticas públicas de quotas raciais no Brasil e o Direito Administrativo Inclusivo. In: HACHEM, Daniel Wunder; CAPITANT, David. (Org.). Direitos fundamentais e igualdade: diálogos franco-brasileiros. 1ed.Curitiba: Ithala, 2023, v. , p. 277-308.

5.

REIS, Luciano Elias. A Contratação Pública como Elemento Integrante da Política Econômica de um Estado. In: REIS, Luciano Elias; ARRAES, Roosevelt; ANDRADE, Luiz Gustavo de.. (Org.). Construindo o Estado Democrático de Direito: Governo Probo, Eleições Justas e Judiciário Responsivo. 1ed.Curitiba: APPRIS, 2022, v. 1, p. 87-98.

6.

REIS, Luciano Elias. As sanções administrativas e a Nova Lei. In: CORREA, Rogerio; LIMA, Francisco F. A. Albuquerque Lima. (Org.). Licitações e Contratos Administrativos na Lei 14.133. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2022, v. 1, p. 56-70.

7.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . Contratações públicas inovadoras como reforço à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. In: GABARDO, Emerson; ZOCKUM, Mauricio.. (Org.). Direito administrativo e inovação: crises e soluções. 1ed.Curitiba: Ithala, 2022, v. 1, p. 169-182.

8.

REIS, Luciano Elias. Documentos de habilitação: breves considerações. In: HARGER, Marcelo. (Org.). Aspectos polêmicos sobre a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/2021. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2022, v. 1, p. 159-186.

9.

REIS, Luciano Elias. O polissêmico desenvolvimento "em desenvolvimento" e sua reinterpretação após a pandemia da Covid-19. In: ANDRADE, Giulia de Rossi; SAIKALI, Lucas Bossoni.. (Org.). Eficiência, subsidiariedade, interesse público e novas tecnologias. 1ed.Curitiba: Editora Ithala, 2021, v. 1, p. 245-260.

10.

REIS, Luciano Elias; ALCANTARA, Marcus Vinicius Reis de . O Sistema de Registro de Preços e a Lei n. 13.979/2020: avanços para o combate da COVID-19. In: FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; ,FERNANDES, Ana Luiza Jacoby.. (Org.). DIREITO PROVISÓRIO ESPIN - COVID-19 - SOLUÇÕES PARA TEMAS POLÊMICOS. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021, v. 1, p. 161-182.

11.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . (Re)inserção social e acesso ao trabalho digno por meio de contratos administrativos no Brasil pós-pandêmico. In: GABARDO, Emerson; ZOCKUN, Mauricio. (Org.). O direito administrativo do pós-crise. 1ed.Curitiba: Ithala, 2021, v. 1, p. 163-178.

12.

LIPPMANN, R. K. ; **REIS, Luciano Elias** . A Administração Pública na Lei Geral de Proteção de Dados. In: Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados: estudos sobre um novo cenário de Governança Corporativa. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2020, v. , p. 167-178.

13.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . O 'vazio regulamentar' do artigo 53 e seus impactos na (in)efetividade da LGPD. In: Augusto Neves dal Pozzo; Ricardo Marcondes Martins. (Org.). LGPD & Administração Pública. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 675-694.

14.

FERREIRA, Daniel. ; **REIS, Luciano Elias** . Os direitos humanos como legitimadores das cláusulas sociais na contratação pública estratégica ou sustentável: panorama normativo do Brasil, da Espanha e de Portugal. In: /Alexandre Coutinho Pagliarini, Daniel Ferreira, Marcelo Porciuncula, (Org.). (Org.). Jurisdição (inter)nacional e direitos fundamentais. 1ed.Curitiba; Madrid: InterSaberes; Marcial Pons, 2019, v. 1, p. 279-300.

15.

REIS, Luciano Elias. Diálogo do processo civil com o processo administrativo a partir do artigo 15 do NCP: constitucionalidade e aplicabilidade. In: ANDREASSA JR, Gilberto; OLIVEIRA, Andressa Jarletti Gonçalves de.. (Org.). Novo Código de Processo Civil em Diálogo com o Ordenamento Jurídico Brasileiro. 1ed.Curitiba: Ithala, 2018, v. 1, p. 199-218.

16.

REIS, Luciano Elias; GHINIS, J. R. . A utilização de softwares (robôs) no pregão eletrônico e as soluções eficientes para resolver o problema. In: BOSELLI, Felipe; LINS, Bernardo Wildi. (Org.). Contratações públicas: reflexões críticas sobre os 25 anos da Lei n. 8.666/93. 1ed.Florianópolis: Caput, 2018, v. 1, p. 195-206.

17.

REIS, Luciano Elias; FERREIRA, Daniel. . Termo de ajustamento de gestão como um avanço rumo à consensualidade junto ao Tribunal de Contas do Paraná. In: MACEI, Demetrius; OLIVEIRA, Eloete Camilli. (Org.). Estudos em homenagem ao Professor Waldyr Grisard Filho. 1ed.Curitiba: Instituto Memória, 2017, v. 1, p. 217-238.

18.

REIS, Luciano Elias. O novo constitucionalismo latino-americano e sua influência para a melhoria do ambiente democrático no Brasil. In: ANDRADE, Luiz Gustavo; ARRAES, Roosevelt.. (Org.). Política, democracia e ativismo judicial: questões contemporâneas do Direito. 1ed.Curitiba: Hum Publicações, 2017, v. 1, p. 139-166.

19.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações e pelos contratos administrativos de acordo com a teoria de Pierre Bourdieu. In: TAVARES NETO, José Querino; FREITAS, Cinthia Obladen de Almendra; COSTA, Andréa Abrahão. (Org.). Métodos de Pesquisa aplicados ao Direito: um pressuposto epistemológico necessário. 1ed.Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 93-114.

20.

REIS, Luciano Elias. A ausência de notificação do réu para a defesa prévia, prevista no art. 17, par. 7, da Lei de Improbidade Administrativa, só acarreta nulidade processual se houver comprovado prejuízo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; NOHARA, Irene Patrícia. (Org.). Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. II, p. 79-85.

21.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . Formas consensuais de solução de controvérsias para a eficiência da administração pública. In: ARAUJO, Fernando; RIBEIRO, Marcia Carla Ribeiro.. (Org.). Em busca dos caminhos jurídicos e econômicos para a superação da crise. 1ed.Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 2016, v. 1, p. 135-158.

22.

REIS, Luciano Elias. Recursos administrativos em licitações públicas e contratos administrativos. In: Ronny Charles. (Org.). Licitações Públicas: Homenagem ao Jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2016, v. 1, p. 419-440.

23.

REIS, Luciano Elias. Breves considerações sobre o Credenciamento sob o viés do princípio da isonomia. Licitações Públicas: Homenagem ao Jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2016, v. 1, p. 677-687.

24.

REIS, Luciano Elias. A atividade administrativa de fomento por intermédio dos convênios. In: Eloete Camilli Oliveira; Demetrius Nichele Macei. (Org.). Estudos em homenagem ao professor EZEQUIAS LOSSO. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora e Projetos Culturais, 2016, v. 1, p. 99-116.

25.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações e pelos contratos administrativos para o avanço da ciência, tecnologia e inovação. In: HACHEM, Daniel Wunder;

26.

REIS, Luciano Elias. Pesquisa de mercado: reflexões críticas e posicionamento das Cortes de Contas. In: Instituto Negócios Públicos. (Org.). Compras públicas: estudos, conceitos e infográficos. 1ed.Curitiba: Editora Negócios Públicos, 2015, v. , p. 98-110.

27.

REIS, Luciano Elias. Características dos convênios administrativos e suas dessemelhanças com os contratos administrativos. In: José Mário Tafuri; Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr. (Org.). Estudos em homenagem ao Professor Mansur Theophilo Mansur. 1ed.Instituto Memória: Curitiba, 2015, v. 1, p. 174-193.

28.

REIS, Luciano Elias. A regulação do estado brasileiro e a contratualização administrativa. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Direito Público no Mercosul: Intervenção Estatal, Direitos Fundamentais e Sustentabilidade. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2013, v. , p. 81-92.

29.

★ **GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias .** O gerencialismo entre eficiência e corrupção: breves reflexões sobre os percalços do desenvolvimento. In: Raquel Dias Silveira e Rodrigo Pironti Aguirre de Castro. (Org.). Estudos Dirigidos de Gestão Pública na América Latina. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 125-148.

30.

GABARDO, Emerson ; REIS, Luciano Elias . O terceiro setor e a sustentabilidade do meio ambiente. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; MOTTA, Paulo Roberto Ferreira; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. (Org.). Direito administrativo contemporâneo. 2ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. , p. 151-171.

31.

REIS, Luciano Elias. Princípios jurídicos e sua eficácia jurídica. In: NICZ, Alvacir Alfredo; ANDREATO, Danilo. (Org.). Estado, Direito e Sociedade. 1ed.São Paulo: IGLU EDITORA, 2010, v. 1, p. 225-262.

REIS, L. E. Considerações acerca da consulta tributária e seus efeitos imediatos. In: Rodrigo Pironti Aguirre de Castro; Silvio Felipe Guidi. (Org.). Revista dos Advogados Iniciantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. 1ed. Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná, 2006, v. 2, p. 367-386.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

REIS, Luciano Elias. Inteligência e sensibilidade para a exigência dos documentos habilitatórios. Consultor Jurídico, São Paulo, p. 1 - 4, 08 jul. 2022.

2.

REIS, Luciano Elias. O mantra do menor preço a qualquer custo nas licitações. Consultor Jurídico, São Paulo, p. 1 - 3, 23 mar. 2022.

3.

REIS, Luciano Elias. Apego à competitividade ou risco de insegurança na licitação?. Consultor Jurídico, São Paulo, p. 1 - 3, 08 mar. 2022.

4.

REIS, Luciano Elias; ALCANTARA, Marcus Vinicius Reis de . Análise crítica e os efeitos da Medida Provisória nº 963: aumento do limite da dispensa em função do valor, pagamento antecipado e extensão do RDC. Portal Licitações e Contratos, Portal Licitações e Contratos, 02 jun. 2020.

5.

REIS, Luciano Elias. (DES)ESPERANÇA NO MARCO REGULATÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: viver o presente e aplicar as normas existentes ou imaginar que a solução vem com novas n. Cadernos Jurídicos, Curitiba, p. 55 - 56, 26 maio 2017.

6.

REIS, Luciano Elias. Licitantes com sócios em comum em uma mesma licitação: possibilidade ou ilicitude?. Revista de Administração Pública e Política, Brasília, p. 20 - 23, 01 ago. 2014.

7.

REIS, Luciano Elias. Novo instrumento de combate às infrações irregulares. A Gazeta do Povo, p. 02 - 02, 07 jul. 2010.

8.

REIS, Luciano Elias. Não à taxa de lixo na conta de água. A Gazeta do Povo, p. 02 - 02, 23 ago. 2009.

9.

REIS, Luciano Elias. Participar ou não?. Jornal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraná, 01 set. 2008.

10.

REIS, Luciano Elias. O fortalecimento da consensualidade e o declínio das cláusulas exorbitantes. Revista JML - Licitações e Contratos, p. 47 - 52, 01 dez. 2007.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

REIS, Luciano Elias. Inovações legislativas nas contratações administrativas para a incrementação da responsabilidade socioambiental por intermédio do fomento da pesquisa científica e tecnológica. In: Seminário Ítalo-Brasileiro, 2011, Curitiba. Anais do I Seminário Ítalo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade e VI Evento de Iniciação Científica UniBrasil 2001. Curitiba: Negócios Públicos, 2011. p. 115-146.

2.

NASCIMENTO NETO, J. O. ; **REIS, Luciano Elias** . Novas concepções sobre a descon sideração da personalidade jurídica na forma inversa como desafio contemporâneo do direito para a empresa. In: XIX Congresso Nacional do CONPEDI, 2010, Florianópolis. Anais do XIX Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010. p. 4606-4617.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

REIS, Luciano Elias. O fomento ao desenvolvimento nacional sustentável por meio das licitações públicas e dos contratos administrativos: um novo viés de regulação estatal. In: V Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2013, Curitiba. Anais do V Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. Curitiba: Unicuritiba, 2013. v. 2. p. 64-65.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações públicas e contratos administrativos para o fomento da ciência, tecnologia e inovação. In: VI Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2014, Curitiba. VI Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2014.

2.

REIS, Luciano Elias. O consensualismo e os convênios administrativos. In: III Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica, 2011, Curitiba. ANAIS DO SIMPOSIO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2011. p. 01-97.

Apresentações de Trabalho

1.

REIS, Luciano Elias. Governança Estatal e Políticas Públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

REIS, Luciano Elias. Fase de Planejamento. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3.

REIS, Luciano Eljas. DESCARBONIZACIÓN Y COMPRA PÚBLICA ESTRATÉGICA. 2023. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

4.

REIS, Luciano Elias. Financiamento nas concessões: subvenção, créditos públicos, precatórios e o setor privado. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

REIS, Luciano Elias. Compras Públicas Inovadoras no Brasil. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

REIS, Luciano Elias. COMPRAS PÚBLICAS INOVADORAS. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Inovação e Tecnologia em Compras Públicas e Licitações. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. A declaração de inidoneidade na nova lei de licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Contratação de Soluções Inovadoras pelo Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. As políticas públicas na Nova Lei de Licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

REIS, Luciano Elias. A Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Revisão, reajuste e repactuação na nova lei de licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

14.

REIS, Luciano Elias. Declaração de Inidoneidade. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15.

REIS, Luciano Elias. Contratação de Soluções Inovadoras pelo Estado. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

REIS, Luciano Elias. Novos horizontes dos regimes contratuais da Administração Pública e os contratos de concessão de rodovias. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

17.

REIS, Luciano Elias. Reajuste, repactuação e revisão na NLL. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

18.

REIS, Luciano Elias. FORO LEXTHINK SOBRE NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

REIS, Luciano Elias. Adesão do Brasil ao Acordo Compras Governamentais (GPA). 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20.

REIS, Luciano Elias. Compras Governamentais - GPA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

21.

REIS, Luciano Elias. Contratos administrativos: desafios à continuidade dos ajustes no pós-pandemia e o necessário controle dos ajustes com o terceiro setor. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

22.

REIS, Luciano Elias. Mudanças nas Contratações Públicas em período de Covid-19. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

REIS, Luciano Elias. Os impactos do COVID-19 nas licitações e contratos administrativos: pandemia normativa. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

REIS, Luciano Elias. El deber del Estado Brasileño usar las compras públicas para la promoción de la ciencia, tecnología e innovaciones nacionales. 2019. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

25.

REIS, Luciano Elias. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

26.

REIS, Luciano Elias. Estudos Preliminares na Fase Interna da Licitação. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

27.

REIS, Luciano Elias. Aspectos pontuais para os fiscais e gestores de contratos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

28.

REIS, Luciano Elias. Responsabilidade do advogado público por ato de improbidade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

REIS, Luciano Elias. Responsabilidade do advogado público por ato de improbidade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

REIS, Luciano Elias. Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

REIS, Luciano Elias. Responsabilidade do Advogado Público por ato de improbidade administrativa. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

32.

REIS, Luciano Elias. Contratos Administrativos: Novidades do Século XXI. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

33.

REIS, Luciano Elias. A autonomia tecnológica nacional como fator de sustentabilidade e de discriminação legítima nas compras públicas brasileiras. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

REIS, Luciano Elias. As licitações eletrônicas e o uso dos robôs. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

REIS, Luciano Elias. As mudanças da terceirização de serviços de acordo com a nova IN 05/2017 do MPDG. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

36.

REIS, Luciano Elias. A pesquisa de preços e a recente Lei Estadual n. 19.476/2018. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

REIS, Luciano Elias. Prerrogativas do Poder Público nos contratos administrativos e consensualidade. 2018.

38.

REIS, Luciano Elias. Uso de Robôs nos pregões eletrônicos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

REIS, Luciano Elias. Questões relevantes visando às melhores práticas nas compras públicas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

REIS, Luciano Elias. Módulo: Licitações e Contratos: Gerenciamento de riscos e compliance. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

REIS, Luciano Elias. Precedentes Administrativos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

REIS, Luciano Elias. Grafeno e o Brasil do Futuro: Impactos da pesquisa, produção e regulação da tecnologia para as economias brasileira e mundial. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

REIS, Luciano Elias. Alternativas para o Desenvolvimento Econômico Municipal. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

44.

REIS, Luciano Elias. Relator do Painel de Direito Administrativo. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

45.

REIS, Luciano Elias. A responsabilidade do gestor público perante o Tribunal de Contas do Paraná. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Aspectos pontuais e problemáticos do pregão, patrimônio e frotas municipais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

47.

REIS, Luciano Elias. Preferências no Pregão: as políticas públicas de preferências e benefícios e sua aplicação concreta e conjugada em uma mesma licitação. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

48.

REIS, Luciano Elias. (In)eficiência da Administração Pública nas licitações públicas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

REIS, Luciano Elias. Contrato Administrativo. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

REIS, Luciano Elias. Saneamento de documentos e propostas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

51.

REIS, Luciano Elias. Módulo de Sistema de Registro de Preços. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).

52.

REIS, Luciano Elias. Licitações e casos de dispensa. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

53.

REIS, Luciano Elias. Licitações e casos de inexigibilidade. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

REIS, Luciano Elias. Regime Diferenciado de Contratação: aspectos principais e polêmicos. In: X Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Foz do Iguaçu - Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

55.

REIS, Luciano Elias. O papel da sociedade civil no controle social. In: II Encontro Estadual da Rede de Controle da Gestão Pública. Curitiba - Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

56.

REIS, Luciano Elias. Licitações e Contratos Administrativos (Mediador). In: XVI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Curitiba- Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

57.

REIS, Luciano Elias. As licitações públicas e as principais decisões dos Tribunais de Contas. In: Casa da Advocacia de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto - Brasil.. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

REIS, Luciano Elias. Avanços constitucionais e o papel dos Tribunais de Contas para efetividade da gestão pública. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

REIS, Luciano Elias. O planejamento da prestação dos serviços públicos de saneamento básico e os convênios administrativos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

REIS, Luciano Elias. Problemas estruturais da Administração Pública (Presidente de mesa). In: I Congresso Italo-Brasileiro de Direito Administrativo e de Direito Constitucional. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

61.

REIS, Luciano Elias. Controle dos Tribunais de Contas: as 'pedaladas fiscais'. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Painel de Debates sobre questões polêmicas de Direito Administrativo. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

63.

REIS, Luciano Elias. IV Fórum de Direito Constitucional e Administrativo Aplicado aos Tribunais de Contas: Avanços constitucionais e o papel dos Tribunais de Contas para efetividade da gestão pública. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

64.

REIS, Luciano Elias. Os fundamentos dos contratos de obras. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

65.

REIS, Luciano Elias. A colisão de princípios nas licitações e nos contratos de RDC. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

66.

REIS, Luciano Elias. Documentos de habilitação exigíveis no pregão: limites e possibilidades. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

67.

REIS, Luciano Elias. Copa do Mundo: infraestrutura, planejamento e desenvolvimento. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

68.

REIS, Luciano Elias. Licitações públicas e controle. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

69.

REIS, Luciano Elias. Licitações Públicas e o Desenvolvimento Nacional Sustentável. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Contratos Administrativos: Fiscalização e sanções administrativas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

71.

REIS, Luciano Elias. Contratação direta e aditivos contratuais. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

72.

REIS, Luciano Elias. O Regime Diferenciado de Contratação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

73.

REIS, Luciano Elias. A efetividade da Lei da Transparência e Acesso à Informação Pública: aspectos práticos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

74.

REIS, Luciano Elias. Ciência, tecnologia e inovação: regulação estatal pelas licitações públicas e pelos contratos administrativos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

75.

REIS, Luciano Elias. A regulação estatal pelas licitações públicas e contratos administrativos para o fomento da ciência, tecnologia e inovação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

76.

REIS, Luciano Elias. Boas práticas no processo administrativo punitivo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

77.

REIS, Luciano Elias. Termo de Referência - Requisitos, aplicações e consequências. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

REIS, Luciano Elias. Estudo cronológico sobre a Instrução Normativa nº 02/08 e suas inúmeras alterações. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

79.

REIS, Luciano Elias. Características fundamentais do contrato administrativo de obras e serviços de engenharia. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

80.

REIS, Luciano Elias. O Regime Diferenciado de Contratação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

81.

REIS, Luciano Elias. Cestas de Preços Aceitáveis: pesquisa de preços de exequibilidade das propostas. In: VIII Pregão Week. Curitiba - Brasil.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

82.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas nas licitações e contratos públicos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

83.

REIS, Luciano Elias. Impedimentos e suspeições no processo administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

84.

REIS, Luciano Elias. Formas consensuais de solução de controvérsias para eficiência da Administração Pública. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

85.

REIS, Luciano Elias. Convênios administrativos e o desenvolvimento do Estado. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

86.

REIS, Luciano Elias. As particularidades dos contratos de patrocínio. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

87.

REIS, Luciano Elias. Gestão de contrato administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).

88.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

89.

REIS, Luciano Elias. Gestão de riscos na condução da licitação. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1.

REIS, Luciano Elias. Compras públicas: estudos, conceitos e infográficos. Curitiba, 2015. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

2.

REIS, Luciano Elias. Aplicação de penalidades 2014 (Apostila de curso ministrado).

3.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas. Curitiba: Negócios Públicos, 2014 (Apostila de curso ministrado).

4.

REIS, Luciano Elias. Contratação Direta e Aditivos Contratuais 2013 (Apostila de curso ministrado).

5.

REIS, Luciano Elias. Sanções administrativas e rescisão de contratos administrativos 2013 (Apostila de curso ministrado).

REIS, Luciano Elias. Processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de sanção 2013 (Apostila de curso ministrado).

7.

REIS, Luciano Elias. Contratações específicas no Pregão: Telefonia e Passagem Aérea 2012 (Material complementar de Palestra).

8.

REIS, Luciano Elias. Gestão de contratos derivados do Sistema de Registro de Preços 2012 (Material complementar de Palestra).

9.

REIS, Luciano Elias. Recursos, Sanções e Rescisões de Contratos Administrativos 2012 (Apostila de curso ministrado).

10.

REIS, Luciano Elias. Contratos administrativos - Rescisão do contrato e aplicação de penalidades 2012 (Apostila de curso ministrado).

11.

REIS, Luciano Elias. O planejamento das contratações e a relação com o julgamento das licitações e a gestão dos contratos 2012 (Apostila de curso ministrado).

12.

RIBEIRO, M. C. ; **GABARDO, Emerson** ; **REIS, L. E. .** Sustentabilidade na Administração Pública: uma prática de valor, respeito e sucesso. Curitiba, 2011. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1.

2.

ALCANTARA, Marcus Vinicius Reis de ; **REIS, Luciano Elias** . Contratação Pública Extraordinária no Período do Coronavírus. 2020.

3.

BOURGES, F. S. ; **REIS, Luciano Elias** . Análise da CPI sobre a concessão do transporte coletivo de Curitiba. 2014.

4.

SIQUEIRA, R. C. C. ; **REIS, Luciano Elias** . Impossibilidade de pregão para serviços advocatícios. 2014.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

NASCIMENTO NETO, J. O. ; ROCHA, Lara Bonemer ; **REIS, Luciano Elias** . Atualidades do Direito Econômico. 2020. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

2.

REIS, Luciano Elias. Legalidade ou não do Decreto Municipal de Curitiba regulando o UBER. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

3.

REIS, Luciano Elias. Defesa de agentes públicos: interesse público ou privado. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

4.

REIS, Luciano Elias. Acordos nos contratos de concessão de pedágio. 2017. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

5.

6.

REIS, Luciano Elias. Desafios das licitações públicas no Brasil. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

7.

REIS, Luciano Elias. Os problemas nas licitações. 2016. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

8.

REIS, Luciano Elias; ANDRADE, Luiz Gustavo . Transporte passa a ser direito constitucional. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

9.

REIS, Luciano Elias. Decisão do Tribunal de Contas do Paraná e o Transporte Coletivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

10.

REIS, Luciano Elias. Concessão de transporte coletivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

11.

REIS, Luciano Elias. Aceitabilidade de propostas e verificação da exequibilidade nas licitações públicas. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

12.

REIS, L. E. Concurso público do Tribunal de Justiça. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

13.

REIS, Luciano Elias. As funções dos três poderes constituídos. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

REIS, Luciano Elias. Improbidade administrativa. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 🗣️

15.

REIS, Luciano Elias. Previsão de receitas e planejamento. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🗣️

16.

REIS, Luciano Elias. Tombamento. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🗣️

17.

REIS, Luciano Elias; SANTANA, Jair . Expansão do Regime Diferenciado de Contratação. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

18.

REIS, Luciano Elias. A administração pública pode extinguir contrato de concessão. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

19.

REIS, Luciano Elias. Mesmo sem conta única, governo deixa fundos em situação 'sofável'. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 🗣️

20.

REIS, Luciano Elias. Ex-governadores conseguem na justiça salário de R\$ 28 mil. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 🗣️

21.

REIS, Luciano Elias. Boas obras públicas começam pela licitação. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🗣️

22.

REIS, L. E.. Entidade contratada sem licitação para prestar serviços ao transporte coletivo. 2013. (Programa de rádio ou

23.

REIS, Luciano Elias. Feriado da Consciência Negra. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

24.

REIS, Luciano Elias. Revisão tarifária do transporte coletivo de Curitiba. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

25.

REIS, Luciano Elias. Dispensa e Inexigibilidade nas Licitações. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

26.

REIS, Luciano Elias. Regime Diferenciado de Contratações terá o mesmo sucesso do Pregão. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

27.

REIS, Luciano Elias. Aplicação de sanções administrativas. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

28.

REIS, Luciano Elias. Pesquisa de preços em licitações. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

29.

REIS, Luciano Elias. Dispensa de licitação por medida provisória?. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

30.

REIS, Luciano Elias. Candidatos apontam falhas em concurso da PM e Corpo de Bombeiros. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

31.

32.

REIS, Luciano Elias; TORRES, Ronny Charles Lopes de . Efeitos da Instrução Normativa n. 07 do SLTI-MPOG. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

33.

REIS, Luciano Elias; NIEBUHR, Joel Menezes de. ; AGUIAR, Rosane . DNIT ganha celeridade com o uso do Pregão para contratação de serviços de engenharia. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

34.

REIS, Luciano Elias. Pregão Week. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

35.

REIS, Luciano Elias. Começa a discussão sobre a modernização da lei de licitações. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

36.

REIS, Luciano Elias; TORRES, Ronny Charles Lopes de . Falta de disputa no pregão eletrônico. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

37.

REIS, Luciano Elias. Grau de escolaridade do Pregoeiro. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

38.

REIS, Luciano Elias. Disputas de lotes em forma simultânea. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

39.

REIS, Luciano Elias. Uso de pregão para a contratação de serviços de engenharia. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

REIS, Luciano Elias. Margem de preferência nas licitações. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

41.

REIS, Luciano Elias. Pregão Week e suas consequências profissionais. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

42.

REIS, Luciano Elias. Principais inovações do Regime Diferenciado de Contratação. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

43.

REIS, Luciano Elias. Como formar uma equipe de apoio ao pregoeiro. 2011. (Programa de rádio ou TV/Comentário).

44.

REIS, Luciano Elias. O fechamento de vias públicas sem o consentimento do Poder Público. 2010. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

45.

REIS, Luciano Elias. Gestão Pública em Debate. 2008. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1.

REIS, Luciano Elias. Lei 14.133/21: inovações no regime jurídico das licitações e contratos e suas potencialidades. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2.

REIS, Luciano Elias. Curso de Direito Administrativo. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3.

4.

REIS, Luciano Elias. Direito do Estado. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

REIS, Luciano Elias. Regime jurídico administrativo disciplinar e legislação aplicável. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

REIS, Luciano Elias. Contratação de serviços de saúde. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

7.

REIS, Luciano Elias. Contratação Direta. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

REIS, Luciano Elias. Sistema de Registro de Preços. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

9.

REIS, Luciano Elias. Regime jurídico administrativo disciplinar e legislação aplicável. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

REIS, Luciano Elias. Regime jurídico administrativo disciplinar e legislação aplicável. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

11.

REIS, Luciano Elias. Breves considerações sobre contratos administrativos. 2012. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

REIS, Luciano Elias. Questões polêmicas sobre sanções administrativas e rescisões contratuais. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

13.

REIS, Luciano Elias. Contratação direta. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material complementar de Palestra).

14.

REIS, Luciano Elias. Licitações em Cadeia. 2011. (Entrevista).

15.

REIS, Luciano Elias. Suspeita de favorecimento em cursos para a Copa. 2010. (Entrevista).

16.

REIS, Luciano Elias. Manual da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Guia de estudos).

17.

REIS, Luciano Elias. Direito Administrativos - temas relevantes na gestão pública. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Guia de Estudos - Manual).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

BARBOSA, Estefânia M. Q.; FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Gabriele Lopes de Mello. A contribuição do CNJ com vistas ao registro civil como instrumento de segurança jurídica e de dignificação dos

2.

PINTO, J. S. P.; SERBENA, C. A.; TEDESCHI, M. A.; BRAGA, S. S.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Aline Bohaczuk Pavaneli. Divulgação de informações sobre contratos firmados para a aquisição de bens e execução de obras e serviços públicos: protocolo para avaliação de portais estaduais. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Federal do Paraná.

Qualificações de Mestrado

1.

FERREIRA, Daniel.; BARBOSA, Estefânia M. Q.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Gabrielle Lopes de Mello. Lei dos Transgêneros: necessidade de uniformização nacional e de segurança jurídica para a sua concretização por meio da atividade registral. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Centro Universitário Internacional.

2.

BAPTISTELLA, Rogério; SILVA, Sidney Reinaldo da; REUSING, L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de CARLOS EDUARDO FERLA CORRÊA. DESMEMBRAMENTO CONSTITUCIONAL E CONSTITUCIONALISMO ABUSIVO: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO INSTRUMENTAL DO ATIVISMO JUDICIAL EM AMPARO À DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Acadêmico em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - INSTITUTO FEDERAL DO PARANA.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

VALLE, Vivian Lima López; ANDRADE, Giulia Rossi; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jacqueline Bataglin Fontoura. Responsabilidade Civil do Estado por omissão : estudos acerca do regime jurídico objetivo. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

2.

VALLE, Vivian Lima López; ANDRADE, Giulia Rossi; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em

3.

VALLE, Vivian Lima López; ANDRADE, Giulia Rossi; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Lucas Matheus Lopes. A utilização de parceria público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasse da perícia criminal. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

4.

FARIA, Luzardo; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Levandoski Richa. A utilização de métodos consensuais de resolução de conflito no âmbito da improbidade administrativa: o acordo de não persecução cível. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

5.

SCHIER, Paulo Ricardo; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thalita de Oliveira Bastos. Um conto infantil: a efetividade da publicidade na Administração Pública. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

6.

MANICA, Fernando Borges; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel Conde Falcão Ribeiro. Das razões para o efetivo cumprimento do rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

7.

GUSSOLI, Felipe Klein; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Renata de Andrade Pozzi. Contratos administrativos: a persecução do interesse público, em regra, a partir de técnicas de consenso, em detrimento do emprego de um regime geral de prerrogativas. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

8.

SILVA, Luis Augusto da; FARIA, Luzardo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Fábio José Judice. Responsabilidade Civil do Estado: prestação do serviço público

9.

VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**; FARIA, Luzardo. Participação em banca de Fernanda Rodrigues Reis. A (des)necessidade de culpa para a configuração da responsabilidade administrativa ambiental. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

10.

VALLE, Vivian Lima López; FARIA, Luzardo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Andreia Carolina Mazzola. As razões de recurso e a vinculação aos motivos da intenção recursal no pregão. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

11.

VALLE, Vivian Lima López; FARIA, Luzardo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Cândido Gryzinski. Controle social e participação popular como instrumentos de fortalecimento democrático no paradigma contemporâneo dos contratos públicos. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

12.

GUSSOLI, Felipe Klein; REZENDE, M. C. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carlos Renato Nadolny Mori. Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Terceiro Setor. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

13.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carolina Schmidt. Rito sumário nos processos administrativos disciplinares em face dos despachantes de trânsito do Paraná. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

14.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Caroline Ayumi Hoshino Pereira. Aplicação da convenção de Viena de 1980 aos contratos administrativos. 2018. Monografia

15.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Giulia de Rossi Andrade. Os meios alternativos de resolução de conflitos no âmbito da Administração Pública. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

16.

FINGER, Ana Cláudia; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thayssa Pamplona Rizzi. O princípio da motivação nas sanções administrativas. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

17.

GUSSOLI, Felipe Klein; GRUENDLING, Cynthia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luíza Hey Toscano de Oliveira. Má-fé, execução do contrato e responsabilidade do Estado. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

18.

GUSSOLI, Felipe Klein; GRUENDLING, Cynthia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Claudino. A responsabilidade civil do estado e das concessionárias por danos causados em rodovias federais. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

19.

GUSSOLI, Felipe Klein; REZENDE, M. C. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Sofia Duarte de Lima Moser. Contratação integrada no regime diferenciado de contratações públicas. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

20.

REZENDE, M. C. M.; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Paulo Vinicius Liebl Fernandes. Empresas privadas com participação estatal: características, objetivos e regime jurídico. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

21.

REIS, Luciano Elias; GUSSOLI, Felipe Klein; REZENDE, M. C. M.. Participação em banca de Ana Carolina Coura Vicente Machado. Licitações sustentáveis repensando os processos licitatórios e seu planejamento em prol do desenvolvimento nacional sustentável. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

22.

FREITAS, D. C.; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mauricio Augusto Garbin. A motivação e as demissões de servidores públicos. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

23.

VALLE, Vivian Lima López; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Vanessa Travençoli Bona. Improbidade administrativa, regime jurídico punitivo e atuação do Ministério Público. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

24.

VALLE, Vivian Lima López; GUSSOLI, Felipe Klein; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Adriano Medeiros Fontanelli. A inconstitucionalidade da cessão da titularidade passiva do contrato administrativo prevista no inciso VI do artigo 78 da Lei 8.666. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

25.

FERRARI, R. M. M. N.; PIVETTA, S. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rodrigo de David Zem. O acordo de leniência no Direito Brasileiro: uma análise dos modelos previstos nas Leis 12.529 e 12.846. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

26.

HACHEM, Daniel Wunder; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ana Caroline de Castro Rodrigues de Souza. Proteção e defesa do usuário de serviço público: uma análise acerca da suspensão do fornecimento de energia elétrica ao usuário inadimplente. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

27.

HACHEM, Daniel Wunder; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Beatriz Vonsowski da Costa Bispo. Responsabilidade Civil do Estado pela prisão indevida. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

28.

FREITAS, D. C.; HACHEM, Daniel Wunder; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juana Carvalho. A responsabilidade do Estado por atos legislativos. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

29.

HACHEM, Daniel Wunder; FREITAS, D. C.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Stephanie Gradowski Cagliari. Supremacia do interesse público. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPPE BACELLAR.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Greicy Furman Brandt. Resolução n. 01/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná como instrumento de consensualização: possibilidade (in)útil ao interesse público. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

2.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Alan José de Oliveira Teixeira. Controle jurisdicional dos atos de governo na lei de introdução às normas do direito brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Isabela Carolina Maciel Pinheiro. Responsabilidade Civil do Estado - uma análise jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (1975-2018) acerca da morte de detentos no sistema penitenciário. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

4.

VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Miliane Presa. A nomeação de Administradores nas Estatais Paranaenses conforme a lei 13303. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

5.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Samara Uille Gomes. Análise pontual das irregularidades apontadas pelo TCU referente a construção da refinaria abreu e lima analisadas em função da lei nº 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

6.

GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Valéria Celestina Teixeira. Compliance nas concessionárias de energia elétrica em consonância com a lei 13.303/16. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

7.

BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; GUIMARAES, Bernardo Strobel; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ana Carolina Casarini. Aplicabilidade dos Códigos de Conduta nas Estatais Paranaenses - Casuística Relacionada As Maiores Estatais Referidas no Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCEF/PR. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

8.

GUIMARAES, Bernardo Strobel; VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Guilherme Marques Zanlorensi. Acordos de Leniência no Âmbito da CGU e o Estímulo à Integridade Prevista na Lei nº 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão

9.

BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; GUIMARAES, Bernardo Strobel; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Volnei Fernandes de Lima Junior. A Exigência das Regras de Compliance na Contratação Pública a Luz da Lei Nº13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

10.

HACHEM, Daniel Wunder; **GABARDO, Emerson**; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Camila Duarte. Uma análise sobre a Inclusão de Conteúdos Relacionados à Identidade de Gênero na Educação Básica a Partir da Perspectiva do Direito Fundamental à Educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

11.

VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; **GABARDO, Emerson**; HACHEM, Daniel Wunder; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva. O Analfabetismo Funcional no Brasil e a Carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

12.

HACHEM, Daniel Wunder; BLANCHET, Luiz Alberto; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**; VALLE, Vivian Lima López. Participação em banca de Luiza Alencar Sigoli. O princípio da proibição do retrocesso social: uma abordagem acerca da desconstitucionalização dos direitos sociais com ênfase na análise da reforma da previdência social (PEC nº 06/2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

13.

VALLE, Vivian Lima López; BLANCHET, Luiz Alberto; **GABARDO, Emerson**; HACHEM, Daniel Wunder; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thaélis Tombini. Vedação do Retrocesso Social no Direito Fundamental à Saúde: Análise do Resp 1.657.156/RJ e sua Aplicação no Tribunal de Justiça do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

14.

HACHEM, Daniel Wunder; **GABARDO, Emerson**; BLANCHET, Luiz Alberto; VALLE, Vivian Lima López; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel Peixoto de Souza Soares. Hipótese de Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como Retrocesso Social e Ameaça ao Direito Humano a Alimentação Adequada. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

15.

BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; VALLE, Vivian Lima López; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Guilherme Wesley Santos Oliveira. Violação aos direitos sociais dos militares inativos mobilizados para integrar a força nacional de segurança pública. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

16.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Aline Stiehl. Análise do regime jurídico do FUNEAS e a fuga do regime público para o privado. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

17.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayara Pricila de Mello. Arbitragem nos contratos administrativos: a contratação da câmara arbitral. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

18.

REIS, Luciano Elias; CHALUSNHAK, Ana Luíza. Participação em banca de Wagner Ramon Ferreira. Corrupção nas licitações públicas e os meios de detecção e combate preventivo: avanços e retrocessos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

19.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Marina Novak Aggio. A aplicação da Lei 8429/92 aos agentes políticos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

20.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Nathali Carravieri Peixoto Redis. A discricionariedade das alterações unilaterais qualitativas nos

21.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Norton Cesar Silva. Lei 12462/2013: publicidade e sigilo do orçamento em contratos do regime diferenciado de contratações públicas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

22.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Paulo Henrique Fernandes dos Santos. A responsabilização pelos projetos básico e executivo deficientes nas licitações de obras públicas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

23.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Regiane Gembarovski. A problemática despesa com pessoal e seu impacto para a boa gestão pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

24.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Silvane Oliveira Gonçalves. Marco regulatório das organizações da sociedade civil - análise da lei 13.019/2014. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

25.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Emmanuele Thamela Reis Fronza. A remuneração dos notários e registradores no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

26.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Maria Gabriela Turetta de Lima. As potencialidades e vantagens da adoção da concessão administrativa na área da saúde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

27.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayara Anacleto. Contratos de concessão de serviço público: aspectos da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

28.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Gabriel José Bremgartner da Frota. Inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção: análise da lei 13.300/2016. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

29.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Giovanna Sardi Fernandes. Responsabilidade estatal pelos óbitos ocorridos em presídios. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

30.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliano Augusto Pedrozo. Garantia fundamental do sigilo da fonte para a atividade jornalística. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

31.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Michele Carlos Tranchina. A expansão da jurisdição constitucional para superação do estado das coisas inconstitucionais. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

32.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Paulo Ricardo do Vale Borri. O direito ao esquecimento na era da informação digital: análise constitucional. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

33.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel Medeiros Teixeira. Força dos precedentes judiciais no Novo Código de Processo Civil: análise constitucional. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayra Almeida Fernandes. Ativismo judicial na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em tempos de neoconstitucionalismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

35.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Jaqueline Hamann. A efetividade do direito fundamental à assistência social. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

36.

REIS, Luciano Elias; ANDRADE, Luiz Gustavo. Participação em banca de Moara dos Santos Daiprai. Movimentos grevistas no serviço pública e a reação estatal: análise da (i)legalidade da atuação do Governo Paranaense no protesto de greve dos professores e funcionários do Paraná no dia 29 de abril de 2015. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

37.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Lícia Blumenschein Silva. O direito à privacidade e a liberdade de expressão pela internet. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

38.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ana Carolina de Araújo Leal. A assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde: análise do Poder Judiciário na concretização do direito a medicamentos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

39.

BENITEZ, J. L. F.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de André Athos Fernando da Silva. Aplicação por analogia das regras do uso anormal da propriedade às obras embargadas por infração às legislações municipais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

40.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Guilherme Malucelli. A atividade de fomento público do BNDES segundo o modelo gerencial de Administração Pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

41.

FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luis Eduardo Tramontini Reginato. Os contratos administrativos no setor elétrico e o desvirtuamento da modalidade autorização no atual ordenamento jurídico brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

42.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Marco Antonio Kurrle. Análise crítica do acordo de leniência aplicado no combate à corrupção empresarial no Brasil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

43.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Marcella Gottardi de Carvalho Afonso. Princípio da continuidade dos serviços públicos face ao inadimplemento do usuário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

44.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Victor Hugo de Oliveira Molão. O programa nacional de desestatização no tocante à concessão de serviço público aeroportuário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

45.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Igor Bueno dos Santos. Regulação econômica das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das licitações. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

46.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Patrick Louhan Souza. Considerações sobre a desmilitarização da Polícia Militar e a integração dos órgãos policiais brasileiros na execução da segurança pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

47.

FERREIRA, Daniel.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Priscila Beppler Santos. Dever-poder administrativo sancionador com limites para as microempresas e empresas de pequeno porte. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

48.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Isabela Moreira do Nascimento Domingos. Judicialização do direito à educação face a inoperância do Estado: uma análise da aplicação do Plano Nacional da Educação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

49.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Miguel Nasser Neto. Improbidade administrativa: aplicação da Lei n. 8.429/92 aos chefes do poder municipal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

50.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Stephany Ramos Vargas. Lei de Improbidade Administrativa versus Lei Anticorrupção e o bis in idem. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

51.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Robinson Mauricio de Freitas Andrade. Cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos e a fiscalização. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

52.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Beatriz Simony de Lara Syssocki. As garantias do usuário frente aos contratos de concessão de serviço público. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

53.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Fabiola Fitz Nicco. Os rumos do Direito

54.

REIS, Luciano Elias; ANDRADE, Luiz Gustavo. Participação em banca de Jacson Candiotto. A (im)prescritibilidade da ação de ressarcimento de danos aos cofres públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

55.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de André Luiz da Motta Bezerra. O princípio da padronização como norma jurídica para a classificação de produtos para o programa Armazém da Família. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

56.

REIS, Luciano Elias; CHALUSNHAK, Ana Luíza. Participação em banca de Ricardo Chociay. A inexigibilidade de licitação para contratação de profissionais do setor artístico: uma análise crítica acerca dos requisitos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

57.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Julya Carneiro Lobo. Empresas públicas estatais no contexto da prestação de serviços públicos de saúde. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

58.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Marcel Xavier Pedro. A (i)legitimidade democrática da jurisdição proativa. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

59.

SOUSA, P. H. M.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Ariana Konfidera Coelho. A função social da propriedade e a possibilidade de usucapião de bens públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Vanessa Lucena Munhoz. Uso remunerado das faixas de domínio pelas concessionárias de rodovias federais e sua implicância na modicidade das tarifas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

61.

LOSSO, Ezequias; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Pedro Toccafondo Neto. Atos de improbidade administrativa: Lei 8429/92 e a evolução do Direito Administrativo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

62.

SILVA, A. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Catiane Deola Jacoboski. Lei 11.441/2007: forma de desafogar o Poder Judiciário através do serviço notarial. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

63.

SILVA, A. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Catiane Deola Jacoboski. Lei 11.441/2007: forma de desafogar o Poder Judiciário através do serviço notarial. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

64.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Amanda Vicelli. A violação das modalidades do processo licitatório: análise de julgamento do Tribunal de Contas da União. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

65.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Amanda Vicelli. A violação das modalidades do processo licitatório: análise de julgamento do Tribunal de Contas da União. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

66.

FERREIRA, Daniel; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Tatiana Patricia de Assis. A razoabilidade e a proporcionalidade como limites à aplicação de sanções a

67.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; CORDEIRO, E. B. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Aruan Benatto Monastier.Parcerias público-privadas: perfil neoliberal e o modelo brasileiro (conflitos, possibilidades e limites de transposição). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

68.

REIS, Luciano Elias; CHALUSNHAK, Ana Luíza. Participação em banca de José Umberto Sacchelli Moraes.Questões polêmicas sobre a vantajosidade do sistema de registro de preços. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

69.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mayara Cristina Hasemann.Orçamento sigiloso e contratação integrada no RDC. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

70.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rafael Hendrigo Godoy.Controle exercido pelo Tribunal de Contas da União na execução dos convênios. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

71.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Leonardo Alexandre Lenzi.A constitucionalidade da segurança pública em grandes eventos privados. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

72.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luiza Hey Toscano de Oliveira.Comissões de Licitação: limites da atuação administrativa à luz dos princípios constitucionais da legalidade, razoabilidade, igualdade e supremacia do interesse público. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Wiliam Rodrigo Board.As parcerias público-privadas. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

74.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de João Paulo Reis Ribeiro.Parcerias público-privadas: uma análise sobre a prestação dos serviços públicos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

75.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Sanny Fabbris Cassins.Foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

76.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carlos Colombo de Oliveira.A influência do banco mundial na reforma do Judiciário brasileiro e seus reflexos na separação dos poderes. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

77.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Maycon Vieira da Silva.Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

78.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Vicente da Silva Maia.O pregão em aquisições de tecnologia da informação: uma solução para celeridade e redução de preços - uma análise crítica. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

79.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Heloisa Dóro.Reforma administrativa e seus reflexos na atual estrutura da Administração Pública Brasileira. 2013.

80.

NASCIMENTO NETO, J. O.; VARESCHINI, Julieta Mendes L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luciane Yuri Nakamura.A recusa injustificada em celebrar o contrato administrativo e suas consequências. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

81.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juana Carvalho.A responsabilidade do Estado por leis inconstitucionais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

82.

ANDRADE, Luiz Gustavo; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Gabriela Schmidt Zappellini.O processo accountability como instrumento de participação no sistema democrático brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

83.

TOCHETTO, Lucimara. P.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Gregory Schoembakla Slaviero Bunn.As parcerias público-privadas como meio de efetividade dos serviços públicos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

84.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Cláudio Jesus de Abreu Júnior.A extensão dos efeitos da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

85.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Suzana Cueto.A polêmica figura do 'carona' no sistema de registro de preços. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

86.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Mirelle Ribas. Limites do Controle Judicial no Exame dos Critérios de Avaliação do Concurso Público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

87.

BITTENCOURT, Marcus Vinicius Correia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rafael Belini Souza Silva. A inexigibilidade de licitação na contratação por notória especialização. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

88.

CHALUSNHAK, Ana Luíza; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thamiris Cristina Pereira dos Anjos. Regime Diferenciado de Contratações Públicas: análise sobre a publicidade no orçamento estimado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

89.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Douglas Janiski. Supremacia e indisponibilidade do interesse público e a (im)possibilidade da Administração Pública transigir. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

90.

ANDRADE, L. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Cintia Maria Leal da Silva. Terceiro poder e o seu juízo de improbidade: dosimetria na Lei n. 8.429/92. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

91.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Thaís Larissa Medeiros de Araujo. Tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte nas licitações públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

92.

SANTOS, J. A. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Renata de Pauli. Contratações públicas sustentáveis. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba.

DIAS, C. F.; SOTO, L. E. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Milton Francisco dos Santos Júnior. O término das concessões de usinas hidrelétricas e a ordem constitucional no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

94.

SOTO, L. E. M.; FRANCA, P. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Barbosa dos Santos. Arquivamento de atos societários na Junta Comercial do Estado do Paraná de uma sociedade por ações de capital fechado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

95.

BIAZON, Everson da Silva; WEBER, Danielli; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ricardo Santos de Souza. Os princípios da licitação e sua aplicação nas hipóteses de inexigibilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

96.

BIAZON, Everson da Silva; FRANCA, P. G.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Wladimir Cassiano de Barros Júnior. A tutela jurídica da água doce: análise e perspectiva do sistema de recursos hídricos nacional. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

97.

BIAZON, Everson da Silva; FERRARI, P. N.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Ricardo Baldan. O instituto da reversão e seus pressupostos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

98.

BIAZON, Everson da Silva; FERRARI, P. N.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Everli de Fátima Nunes. A inadequação da modalidade convite com os princípios aplicáveis às licitações. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

99.

BUSSE, D. N.; GABARDO, R. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rafael Schlenker. Os efeitos da cláusula compromissória nos contratos de adesão. 2011.

**10
0.**

BUSSE, D. N.; GABARDO, R. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Fabiano Rodrigo Costa. Arbitralidade objetiva dos dissídios individuais trabalhistas. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
1.**

SOBREIRO NETO, A. A.; LIPPMANN, R. K.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Luciana Mesquita Barleta Marchioratto. A propaganda eleitoral antecipada. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
2.**

GABARDO, Emerson; FINGER, Ana Cláudia; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Juliana Ribeiro Mendes de Siqueira. Reforma Previdenciária: Contribuições dos pensionistas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

**10
3.**

FINGER, Ana Cláudia; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Rafaela Sionek. O poder normativo e a possibilidade de controle das agências reguladoras. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

**10
4.**

FINGER, Ana Cláudia; **GABARDO, Emerson**; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Alana de Bastos Mader. Controle judicial da desapropriação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.

**10
5.**

BANDINI, R. L. A.; FLEMMING, I. R. A.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Alessandra Veit. O princípio da boa fé

**10
6.**

BANDINI, R. L. A.; FLEMMING, I. R. A.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Amália Raffaelli. O Direito dos Tratados. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
7.**

TESSER, A. L. B.; LIPPMANN, R. K.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Josiel Cunha. Os efeitos da sentença penal no juízo cível e a relativização das jurisdições. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
8.**

TESSER, A. L. B.; LIPPMANN, R. K.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Nelson Roberto Rios Brandão Júnior. Fixação de honorários advocatícios na fase de cumprimento da sentença. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**10
9.**

ARTIGAS, M. N.; LIPPMANN, R. K.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Eraldo José Gadens Portella. A defesa do executado através da impugnação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**11
0.**

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Amanda Cristine de Freitas Souza. Controle judicial pelo Supremo Tribunal Federal das decisões do Tribunal de Contas da União. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

**11
1.**

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Rodrigo Manrich dos Santos. A remoção do servidor militar do Estado do Paraná. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
2.

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Leizieli Soucajevski. Aspectos da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006 nas licitações públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
3.

FRANCA, P. G.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Luciano Marcelo de Oliveira. Contratos de concessão de usinas hidrelétricas: peculiaridades e possibilidades de prorrogação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
4.

BREUS, T. L.; FRANCA, P. G.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Alessandro Fabiano Rosa. Princípios da Administração Pública no âmbito das licitações. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
5.

FERRARI, P. N.; FERRARI, R. M. M. N.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Julio Alves Mineiro. Liberdade religiosa nos ambientes hospitalares. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
6.

FERRARI, P. N.; SOUZA, M. A. B. de.; **REIS, Luciano Elias.** Participação em banca de Fabiano da Silva. A inconstitucionalidade da lei complementar 123/2006 em relação às licitações públicas e aos contratos administrativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
7.

SANTANNA, J. G.; SOTO, L. E. M.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Bruna Carolina Xavier do Nascimento. O direito dos trabalhadores avulsos portuários ao adicional de risco pelo ambiente de trabalho. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
8.

CASTRO, R. P. A.; BREUS, T. L.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Daniel de Araújo Cabral. Tombamento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

11
9.

LIPPMANN, R. K.; FRAGUAS, S.; **REIS, Luciano Elias**. Participação em banca de Carlos Alberto Xavier. Fraude à execução na alienação de imóveis. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

REIS, Luciano Elias. Banca de Concurso Público para a Prefeitura de Fazenda Rio Grande. 2017. Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.

2.

REIS, Luciano Elias. Banca do Concurso Público do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. 2017. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

3.

REIS, Luciano Elias. Banca de concurso público para o Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE. 2016. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

4.

Avaliação de cursos

1.

REIS, Luciano Elias. Concurso II Prêmio Gestor Público do Ano. 2014. SINDIFISCO - PR.

Outras participações

1.

REIS, Luciano Elias; PASINATTO, Ana Paula. Direito e Administração Pública - Sessão 1 - Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica. 2020. Centro Universitário Curitiba.

2.

REIS, Luciano Elias. Grupo de Trabalho do SPIC - Direito e Administração Pública. 2020. Centro Universitário Curitiba.

3.

REIS, Luciano Elias. Comissão Julgadora do III Prêmio Gestor Público do Ano. 2017. SINDIFISCO - PR.

4.

REIS, Luciano Elias. Comissão de Avaliação de Concurso de Artigos do I Congresso Internacional de Direito Fundamentais na Nova Ordem Mundial. 2017. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

5.

REIS, Luciano Elias; FERREIRA, Daniel.; FERRARI, P. N.; VIOLIN, T. C.; NASCIMENTO NETO, J. O.. Concurso de artigos jurídicos "Prêmio Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho". 2015. Universidade Federal do Paraná.

6.

7.

FERREIRA, Daniel.; VIOLIN, T. C.; FERRARI, P. N.; NASCIMENTO NETO, J. O.; **REIS, Luciano Elias.** Sessão de Apresentação de Comunicados Científicos do Seminário Internacional "Direito Administrativo e suas transformações atuais: Homenagem ao Prof. Dr. Romeu Felipe Bacellar Filho". 2015. Universidade Federal do Paraná.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Financiamento nas concessões. 2022. (Congresso).

2.

X Congreso Internacional Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo (REDOEDA),. Compras Públicas Inovadoras no Brasil. 2022. (Congresso).

3.

V Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Congresso).

4.

VIII Congreso Internacional sobre Contratación Pública. 2019. (Congresso).

5.

XIV Congreso de la Asociación Española de Profesores de Derecho Administrativo. 2019. (Congresso).

6.

7.

Novos desafios ao sistema comercial multilateral. 2018. (Seminário).

8.

VIII Congreso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. As licitações eletrônicas e o uso dos robôs. 2018. (Congresso).

9.

VIII Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e VII Congresso Sulamericano de de Direito Administrativo. 2018. (Congresso).

10.

I Congresso Internacional de Direitos Fundamentais na Nova Ordem Internacional. 2017. (Congresso).

11.

II Encontro Estadual de Professores de Direito do Paraná. 2017. (Seminário).

12.

A ponderação de princípios entre o ceticismo e o otimismo ingênuo. 2016. (Exposição).

13.

I Jornada de Direito Administrativo. Painel de Debates. 2015. (Simpósio).

14.

V Conferência Estadual dos Advogados. 2014. (Congresso).

XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2014. (Congresso).

16.

II Virada Acadêmica.A contratação de serviços advocatícios pelo Poder Público. 2013. (Simpósio).

17.

VIII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Contratação de serviços de saúde. 2013. (Congresso).

18.

II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Credenciamento: aspectos pontuais e polêmicos. 2012. (Congresso).

19.

IV Fórum Latino-Americano de Gestão Pública. Infraestrutura, Energia, Integração e Desenvolvimento Social. 2012. (Congresso).

20.

Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão.Contratações específicas no Pregão: Telefonia e Passagem Aérea. 2012. (Seminário).

21.

Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Sistema de Registro de Preços o. Questões pontuais sobre Sistema de Registro de Preços e seus Contratos. 2012. (Seminário).

22.

Sistema de Registro de Preços Week.Gestão de contratos derivados do Sistema de Registro de Preços. 2012. (Seminário).

23.

24.

VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Pontos polêmicos dos contratos administrativos. 2012. (Congresso).

25.

XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Crise Econômica e Direito Administrativo. 2012. (Congresso).

26.

I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento. 2011. (Congresso).

27.

III Fórum Latino-Americano de Gestão Pública OAB-PR e II Congresso Italo-Latinoamericano de Direito Administrativo. Meio Ambiente. 2011. (Congresso).

28.

I Seminário Ítalo-brasileiro. Inovações para a incrementação da responsabilidade socioambiental das empresas. 2011. (Seminário).

29.

Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Questões polêmicas sobre sanções administrativas e rescisões contratuais. 2011. (Seminário).

30.

VI Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Contratação Direta. 2011. (Congresso).

31.

Virada Acadêmica. As Parcerias da Administração Pública e a Sociedade Contemporânea. 2011. (Seminário).

XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Direitos fundamentais e democracia. 2011. (Congresso).

33.

XXI Conferência Nacional dos Advogados. Liberdade, Democracia e Meio Ambiente. 2011. (Congresso).

34.

3 Congreso Internacional de Derecho Administrativo. Aspectos da improbidade administrativa no Brasil. 2010. (Congresso).

35.

II Congresso Sul Brasileiro de Gestão Pública. Acompanhamento e prestação de contas de convênios com entidades públicas. 2010. (Congresso).

36.

II Fórum Latino Americano de Gestão Pública da OAB Paraná. Estado Gerencial - Eficiência x Corrupção. 2010. (Congresso).

37.

II Semana Acadêmica Temática da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. Novas perspectivas do interesse público. 2010. (Congresso).

38.

Palestra na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Princípios constitucionais das finanças públicas e do orçamento. 2010. (Outra).

39.

Palestra na Universidade Federal do Paraná. Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. (Outra).

40.

41.

Congresso Sul Brasileiro de Gestão Pública. Auditoria de Contratos Administrativos. 2009. (Congresso).

42.

Palestra na Universidade Livre do Comércio - Associação Comercial do Paraná. As licitações públicas e as microempresas - uma alternativa de negócio. 2009. (Outra).

43.

VIII Semana Acadêmica. Reflexos da Lei Complementar n. 123 nas Licitações Públicas - Justo ou injusto?. 2008. (Outra).

44.

Atualização do CPC com Enfoque no Executivo Fiscal... 2007. (Encontro).

45.

II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. .. 2007. (Congresso).

46.

O fornecimento de medicamentos e serviços de saúde: a limitação da responsabilidade do Estado e as estratégias de defesa dos Municípios... 2007. (Encontro).

47.

A nova lei orgânica e regimento interno do Tribunal de Contas do Paraná, e o reflexo nos Municípios. Tribunal de Contas. 2006. (Seminário).

48.

Congresso Internacional Comemorativo aos 10 anos da ARBITAC e da Lei de Arbitragem Brasileira. .. 2006. (Congresso).

Consórcios públicos e a reestruturação dos serviços de limpeza urbana... 2006. (Outra).

50.

Procedimentos na Execução e Prestação de Contas de Transferências Voluntárias à Luz da Resolução n. 03/2006, Regimento Interno e Lei Complementar n. 113/2005... 2006. (Encontro).

51.

II Ciclo de Palestras de Processo Civil 2005... 2005. (Simpósio).

52.

Seminário para Capacitações de Pregoeiros - Ciclo Integral dos Procedimentos da Licitação... 2005. (Seminário).

53.

V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. .. 2004. (Congresso).

54.

V Semana Acadêmica da Faculdade Dom Bosco.O DIRETÓRIO ACADÊMICO - A FACE DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL. 2004. (Outra).

55.

III Congresso Paranaense de Processo Civil. .. 2003. (Congresso).

56.

II Simpósio Paranaense de Meio Ambiente... 2003. (Simpósio).

57.

I Seminário Empresa, Meio Ambiente e o Novo Código Civil... 2003. (Seminário).

Congresso Paranaense de Direito Ambiental. .. 2002. (Congresso).

59.

Simpósio sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal... 2002. (Simpósio).

60.

Congresso Paranaense de Processo Civil. .. 2001. (Congresso).

61.

III Simpósio Nacional de Direito Constitucional... 2001. (Simpósio).

62.

Desafios e Rumos da Democracia Brasileira no Século XXI. .. 2000. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

PESSUTI, O. M. ; **REIS, Luciano Elias** . V Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. 2019. (Congresso).

2.

REIS, Luciano Elias. Auxílio na Organização da Semana de Integração do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR. 2018. (Outro).

3.

REIS, L. E.. I Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. 2017. (Congresso).

4.

5.

CASTRO, R. P. A. ; TESSEROLLI, E. C. R. ; DEMETERCO JUNIOR, A. ; **REIS, Luciano Elias** . V Fórum Latino-Americano de Gestão Pública, Direito da Infraestrutura e Direito Econômico. 2014. (Congresso).

6.

REIS, Luciano Elias. II Congresso Nacional de Contratação Pública. 2014. (Congresso).

7.

REIS, Luciano Elias. II Congresso Brasileiro de RDC. 2014. (Congresso).

8.

REIS, Luciano Elias. I Congresso Brasileiro de RDC. 2013. (Congresso).

9.

CASTRO, R. P. A. ; TESSEROLLI, E. C. R. ; **REIS, Luciano Elias** . IV FÓRUM LATINO-AMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA. 2012. (Congresso).

10.

GABARDO, Emerson ; CASTRO, R. P. A. ; **REIS, Luciano Elias** . Fundações privadas, terceiro setor e controle do Estado. 2010. (Outro).

11.

REIS, Luciano Elias. Simpósio Paranaense de Direito Desportivo. 2004. (Congresso).

Orientações

1.

Jacqueline Bataglin Fontoura. Responsabilidade Civil do Estado por omissão : estudos acerca do regime jurídico objetivo. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

2.

Fernanda Rodrigues Reis. A (des)necessidade de culpa para a configuração da responsabilidade administrativa ambiental. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

3.

Andreia Carolina Mazzola. As razões de recurso e a vinculação aos motivos da intenção recursal no pregão. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

4.

Carlos Renato Nadolny Buseti Mori. Responsabilidade Extracontratual do Estado e o Terceiro Setor. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

5.

Juliana Claudino. A responsabilidade civil do estado e das concessionárias por danos causados em rodovias federais. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

6.

Luíza Hey Toscano de Oliveira. Má-fé, execução do contrato e responsabilidade do Estado. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

7.

Ana Carolina Coura Vicente Machado. Licitações sustentáveis repensando os processos licitatórios e seu planejamento em

8.

Paulo Vinicius Liebl Fernandes. Empresas privadas com participação estatal: características, objetivos e regime jurídico. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

9.

Sofia Duarte de Lima Moser. Contratação integrada no regime diferenciado de contratações públicas. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

10.

Mauricio Augusto Garbin. A motivação e as demissões de servidores públicos. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

11.

Mauro de Paula Branco. O termo de parceria entre as OSCIPs e o Poder Público e a dispensa de processo licitatório. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

12.

Soraid Laura Vicuna Souza de Melo. O controle externo do Tribunal de Contas nos procedimentos licitatórios. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS. Orientador: Luciano Elias Reis.

13.

Luiz Gustavo Tarraf Caran. A constituição de consórcios para participação em licitações. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS. Orientador: Luciano Elias Reis.

Erica Fernandes de Oliveira. Sistema de Registro de Preço: utilização viável a garantir celeridade e vantajosidade à Administração Pública. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público - RS. Orientador: Luciano Elias Reis.

15.

Paulo Henrique de Campos Barros. Pregão eletrônico: vantagens e desvantagens. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Administrativo) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Luciano Elias Reis.

16.

Adriana Breziniski de Paiva. A prevenção como forma de reduzir a instauração de processo administrativo disciplinar e mitigar custos. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

17.

Bruno Ryuiti Nagata. Da defesa técnica e da autodefesa nos processos administrativos disciplinares militares. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

18.

Adriano Ronchi. A legalidade das penas restritivas de liberdade provisórias por transgressão disciplinar do regulamento disciplinar do Exército. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

19.

Maier Luis Passos. Crime de deserção ? a legalidade e a ilegalidade da prisão antecipada do desertor. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

20.

21.

Luiz Carlos Santos. A importância da presunção de inocência no processo disciplinar administrativo. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

22.

Elisangela de Paula e Silva. A descriminalização da deserção em tempo de paz. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

23.

Gustavo Dalledone Zancan. O ato expulsório da Polícia Militar do Paraná e a possibilidade de sua invalidação judicial. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

24.

Janine Luana Oliveira. Os elementos delineadores da dosimetria da sanção disciplinar. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

25.

Donizete Luz. A provação da liberdade como fator educativo da punição disciplinar policial militar. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo Disciplinar) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

26.

Mariléa Rodrigues de Britto. A Lei n. 8.666/93 supre as demandas da Administração Pública na atualidade?. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em MBA em Gestão Pública) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

Ademir Avelino João Rosseto. A motivação do ato administrativo segundo os Tribunais. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

28.

Paulo Roberto de Santis Moraes. Aplicação dos princípios administrativos aos atos sujeitos a registro pelo Tribunal de Contas. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

29.

Victor Antonio Galvão. Processo administrativo disciplinar: defesa técnica e presença de advogado. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

30.

Diogo Willian Likes Pastre. Sanções administrativas nas licitações públicas. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Municipal) - Faculdade de Direito de Francisco Beltrão. Orientador: Luciano Elias Reis.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Maria Eduarda Romanó Budolla. A indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

2.

João Pedro Correa Lopes. A extinção da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa na Lei 14.230. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

3.

Beatriz Alves de Paula. Vantagens e desafios da implementação do diálogo competitivo como nova modalidade de licitação na

4.

Rafaela Ribeira Freitas. A utilização do seguro garantia em contratações administrativas e a reclamação de sinistro à seguradora. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

5.

Bruna Elicker Dellai. A retroatividade da lei mais benéfica e o direito administrativo sancionador no âmbito da lei da improbidade administrativa: análise do julgamento do tema 1199 pelo Supremo Tribunal Federal. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Design Gráfico) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

6.

Bianca Gomes Pleutim Almeida. De quem é a legitimidade para propor ação de improbidade: uma análise da lei 14.230 - a nova lei de improbidade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

7.

Isabela Barbosa de Souza. A regulamentação do diálogo competitivo no Brasil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

8.

Fábio José Judice. Responsabilidade Civil do Estado: prestação do serviço público da infraestrutura aeroportuária e da infraestrutura aeronáutica. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Luciano Elias Reis.

9.

Greicy Furman Brandt. Resolução n. 01/2017 do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná como instrumento de consensualização: possibilidade (in)útil ao interesse público. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

Leonardo Matheus Monhoz Matoski. Aplicabilidade do Decreto 9.412 aos entes federativos - conflito entre norma geral e norma especial. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

11.

Luan Campagnolo de Mattos. A responsabilidade de agentes públicos no âmbito da contratação direta sob o viés da Lei 13.655: um revistar às decisões do Tribunal de Contas da União. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

12.

Lucas Cardoso de Oliveira. A interpretação da modalidade convite de licitação pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

13.

Wagner Ramon Ferreira. Corrupção nas licitações públicas e os meios de detecção e combate preventivo: avanços e retrocessos. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

14.

Marina Novak Aggio. A aplicação da Lei 8429/92 aos agentes políticos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

15.

Paulo Henrique Fernandes dos Santos. A responsabilização pelos projetos básico e executivo deficientes nas licitações de obras públicas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

16.

17.

Silvane Oliveira Gonçalves. Marco regulatório das organizações da sociedade civil - análise da lei 13.019/2014. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

18.

Emmanuele Thamele Reis Fronza. A remuneração dos notários e registradores no Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

19.

Maria Gabriela Turetta de Lima. As potencialidades e vantagens da adoção da concessão administrativa na área da saúde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

20.

Mayara Anacleto. Contratos de concessão de serviço público: aspectos da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

21.

Fernanda Rodrigues Reis. A contribuição das agências reguladoras para a proteção dos direitos fundamentais sob a perspectiva de eficácia horizontal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

22.

Tainara Prado Laber. A responsabilidade civil do Estado em razão de erro médico cometido na prestação de serviço público de saúde. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

23.

Antônio Carlos Gomes da Silva. Ato de inconstitucionalidade impedor do exercício da livre iniciativa. 2017. Trabalho de

24.

Bethânia Inara Roos de Oliveira. O credenciamento à luz da Lei Estadual 15.608/2007 e do Decreto Estadual n. 4.507/2009. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

25.

Júlia Ribeiro Ghinis. A utilização de software para lances automáticos no pregão eletrônico e o princípio da isonomia. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

26.

Patrícia Bernardes Szernek. Arbitragem em contratos administrativos: uma análise sobre o princípio da legalidade e o da indisponibilidade do interesse público. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

27.

Thiago Gomes de Sá. A imoralidade da carta convite. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

28.

Vitor Hugo Marçal Deluca. Poder normativo das decisões das agências reguladoras. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

29.

Gesiely Campos de Almeida. As vantagens e desvantagens do pregão como modalidade de licitação na Administração Pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

30.

Haroldo Moleta. Aplicação da Lei Anticorrupção: principais efeitos sob a estrutura de controle interno em sociedades de economia mista. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

31.

Ana Paula Pires. A efetividade da nova lei de arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

32.

Guilherme Corrêa Nunes. Parcerias público-privadas: remuneração variável a partir de critérios objetivos de qualidade e disponibilidade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

33.

Ricardo Gonçalves Teixeira Júnior. A arbitragem no âmbito da Administração Pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

34.

Gabriela Rodrigues da Cunha. A parceria público-privada versus a concessão comum de serviços públicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

35.

Gabrielle Nauy Batista. Contratação de serviços de advocacia por inexigibilidade de licitação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

36.

Fabiane Antunes Spotorno. O pregão eletrônico e a legalidade da cobrança de taxa de utilização dos serviços da tecnologia da informação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

37.

Camila Backes. A licitação pública e sua finalidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

Henrique Roth Isfer. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo sob o prisma do fato da Administração: breves aportes. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

39.

Julia Cecilia Ribeiro. Corrupção e fraude no processo licitatório: uma afronta aos princípios da Administração Pública. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

40.

Daniel conrado Muller Ulrich. O Regime Diferenciado de Contratação e seus principais aspectos desburocratizantes. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

41.

Alexandre Yassuo Watanabe. O financiamento do Banco Mundial justaposto ao procedimento licitatório brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

42.

Guilherme Claudino D`Alécio. Fraudes em licitações públicas e suas consequências nos âmbitos social e jurídico. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

43.

Guilherme Kinceski de Carvalho. A utilização do pregão na Administração Pública. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

44.

Pamela DanelonReina Justen de Oliveira. Regime Diferenciado de Contratação: retrospectiva e perspectiva da licitação no Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

Juliana Thomasi Joaquim. Sanções administrativas nas licitações: uma análise e um paralelo entre as Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/11. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

46.

Mariana de Souza de Oliveira. A fiscalização e o controle interno nos contratos de concessão de serviço público. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

47.

André Luis Siqueira Leal. A atuação das agências reguladoras na defesa de usuários de serviços públicos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

48.

Fernanda Akemi Okazaki Guerios. O controle externo pelos Tribunais de Contas: análise comparativa entre Brasil e Portugal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

49.

Thais Carvalho dos Santos. Discricionariedade administrativa e o desvio de poder público, seus aspectos de incidência e o controle jurisdicional. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

50.

Filipe Kuss. Convênios administrativos firmados entre instituições federais de ensino superior e fundações de apoio. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

51.

Luis Rodolfo Zadorosny Pickcius. Os riscos na parceria público-privada. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

Renato Zanco Bueno. O regime diferenciado de contratação e o serviço público no estado pós-moderno. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

53.

Mariana Camillo Silvestre. A Lei n. 12.846/13: a corrupção e a natureza jurídica da lei. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

54.

Cláudio Jesus de Abreu Júnior. A extensão dos efeitos da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

55.

Suzana Cueto. A polêmica figura do 'carona' no sistema de registro de preços. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

56.

Mirelle Ribas. Limites do Controle Judicial no Exame dos Critérios de Avaliação do Concurso Público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

57.

Thamiris Cristina Pereira dos Anjos. Regime Diferenciado de Contratações Públicas: análise sobre a publicidade no orçamento estimado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Curitiba. Orientador: Luciano Elias Reis.

58.

Luciano Marcelo de Oliveira. Contratos de concessão de usinas hidrelétricas: peculiaridades e possibilidades de prorrogação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

Amanda Cristine de Freitas Souza. Revisão judicial pelo Supremo Tribunal Federal das decisões do Tribunal de Contas da União. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

60.

Leizieli Soucajevski. Aspectos da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, nas licitações públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

61.

Beliza Erica Muggiati Krüger. O controle social e a participação dos usuários na prestação dos serviços públicos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

62.

Caio Vinicius Rezende. Contratação direta sem licitação: dispensa e inexigibilidade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

63.

Marinilse Zabloski. Licitação: fracionamento do objeto. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

64.

Francisco César Boss. Plano de Trabalho dos Convênios Administrativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

65.

Fabiano da Silva. A inconstitucionalidade da Lei Complementar n. 123/2006 em relação às licitações públicas e contratos administrativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Luciano Elias Reis.

Projetos de pesquisa

2020 - 2022

Compras Públicas Inovadoras

Descrição: A modernização que a sociedade mundial perpassa ante os mais diversos avanços da tecnologia, da inovação e da ciência impacta também diretamente no governo dos Estados, fazendo com que a busca incessante de governo digital e governo 4.0 ou 5.0 também recaia sobre as licitações públicas e contratos da Administração Pública. Nesse cenário, imperioso se faz o estudo aprofundado das compras públicas inovadoras, tanto sob o viés das ferramentas atualmente utilizadas e as que estão sendo projetadas para viabilizar as contratações do Poder Público, quanto sob o espectro da implementação de ajustes envolvendo tecnologia, inovação e ciência. Para o escopo proposto, se faz imprescindível compreender conceitos básicos de inovação, ciência e tecnologia para posteriormente definir o que se entende por governo digital, compras públicas inovadoras, governo 4.0 ou 5.0 e instrumentais utilizados para direta ou indiretamente auxiliá-los (blockchain, big data, etc.).

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Luciano Elias Reis - Coordenador / Marco Antônio Kurrle - Integrante / Ligia Damiani - Integrante / Vanessa Carneiro dos Anjos - Integrante / Ricardo Gonçalves Teixeira Junior - Integrante / Rodrigo Carvalho Pólli - Integrante / Gabriela Verona Pércio - Integrante / Thyago de Pieri Bertoldi - Integrante.

Outras informações relevantes

Conselho Consultivo da Agência Reguladora do Estado do Paraná - AGEPAR Co-criador e Coordenador do Comitê de Olho na Transparência Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básicos e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - do Município de Pinhais. Comissão Executiva de Regularização Urbana do Município de Pinhais Conselho Municipal de Saúde do Município de Pinhais Comissão de Promoção Funcional do Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Pinhais

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 21/10/2024 às 10:41:56

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Vivian López Valle




Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8147208591310867>

ID Lattes: **8147208591310867**

Última atualização do currículo em 12/06/2023

Professora de Direito Administrativo e Direito Constitucional nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). cursou o Doutorado em Direito do Estado, Universidade Federal do Paraná (UFPR) com estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra (Portugal), e pesquisa de Pós-Doutorado na Universitat Rovira i Virgili (Espanha); durante o Mestrado em Direito na UFPR foi pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na Pós-Graduação cursou Especialização em Direito Administrativo no Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ); e, Especialização em Contratação Pública na Universidade de Coimbra - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito. Na Graduação cursou Bacharelado em Direito, titulando-se pela PUCPR. Profissionalmente atua na advocacia e consultoria jurídica no escritório Vivian Valle - Sociedade de Advogados; e na docência atua no ensino (Direito Administrativo e Direito Constitucional) e na pesquisa jurídica, abordando objetos relacionados ao serviço sociais, políticas públicas, administração pública, tecnologia inovadoras e ambiente digital para promoção da democracia e gestão pública participativa. Já exerceu diversas funções na gestão universitária, destaca-se principalmente o cargo de coordenação no curso de graduação em Direito, cronologicamente: de monografias, depois a coordenação adjunta na graduação e, por último, coordenação geral do curso de Bacharelado em Direito. É a pesquisadora líder do Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital (GESPAD), que integra o NUPED (Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano) do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/PUCPR. É integrante da Comissão de Gestão Pública da OABPR; e pesquisadora associada ao Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN); do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA); professora investigadora de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo (REDOEDA) e do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo (FIDA). ORCID-ID: 0000-0002-5793-2912 | vivian.lima@pucpr.br **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Vivian López Valle 
Nome em citações bibliográficas	VALLE, V. C. L. L.; VALLE, Vivian Cristina Lima López; LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA; LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA; LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA; LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA; LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA; VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ; CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/8147208591310867
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0002-5793-2912

Endereço

Endereço Profissional	Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito. Rua Imaculada Conceição, nº 1155 Prado Velho 80215901 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 32711515 URL da Homepage: https://www.pucpr.br/docente-pos/vivian-cristina-lima-lopez-valle
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2017	Doutorado em Direito (Conceito CAPES 6). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. com período sanduíche em Universidade de Coimbra (Orientador: Pedro Costa Gonçalves e Licínio Lopes Martins). Título: Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa, Ano de obtenção: 2017.
--------------------	---

Orientador:  Clèmerson Merlin Clève.

Palavras-chave: Contratos Administrativos; Prerrogativas Contratuais; Administração Pública; Regime Jurídico.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.


Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.

Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6).

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Título: Administração Pública Contemporânea: o usuário de serviço público e a dignidade da pessoa humana, Ano de Obtenção: 2004.

Orientador:  Angela Cassia Costaldello.

Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Especialização em Contratação Pública, Centro de Estudos de Direito Público. (Carga Horária: 52h).

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Título: Direito Público e Regulação.

Orientador: Pedro Costa Gonçalves.

Especialização em Direito Administrativo. (Carga Horária: 380h).

Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, IBEJ, Brasil.

Título: Proteção ao usuário de serviço público no contexto da reforma administrativa.

Orientador: Eduardo de Oliveira Leite.

Graduação em Direito.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2000 - 2004

175

2014 - 2015

1999 - 1999

1994 - 1998

Pós-doutorado

2019 - 2022

Pós-Doutorado.

Universitat Rovira i Virgili, URV, Espanha.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Formação Complementar

2020 - 2020

Extensão universitária em Curso de formação - Mestrado e Doutorado em Direito: antes, durante depois. (Carga horária: 12h).

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRFB, Brasil.

2019 - 2019

Confecção de Planos de Ensino (Course design). (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2019 - 2019

Inteligència artificial i personalització de serveis públics.

Universitat Pompeu Fabra, UPF, Espanha.

2018 - 2018

Extensão universitária em Direito Administrativo Contemporâneo. (Carga horária: 3h).

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

2017 - 2017

Aprendizagem Híbrida (Blended Learning) e Sala de Aula Invertida. (Carga horária: 7h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2017 - 2017

Oficina: PBL X Estudo de Caso. (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2017 - 2017

Oficina de Avaliação de Aprendizagem: do planejamento à execução. (Carga horária: 8h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2017 - 2017

Como dar Feedback de qualidade nas metodologias para aprendizagem ativa. (Carga horária: 8h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

Contexto real da sala de aula - PBL (Aprendizagem baseada em problemas). (Carga horária: 2h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

A identidade da nossa escola. (Carga horária: 1h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

Design da Disciplina. (Carga horária: 12h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

Workshop Blackboard. (Carga horária: 3h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2015 - 2015

Aprendizado por Pares (Peer Instruction). (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2015 - 2015

Contratação Pública. (Carga horária: 12h).

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

2015 - 2015

Prezi básico. (Carga horária: 2h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2015 - 2015	Sistema de Votação na Sala de Aula. (Carga horária: 2h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
2015 - 2015	Trabalho Docente Efetivo - TDE. (Carga horária: 25h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
2014 - 2015	n Arbitra to e Mediazione. (Carga horária: 15h). Università degli Studi di Roma La Sapienza, UNIROMA, Itália.
1999 - 2000	Curso Avançado de Língua Italiana. Centro Cultural Ítalo Brasileiro - Comitato Dante Alighieri, CCIBDA, Brasil.
1999 - 1999	Extensão universitária em Jornada de Extensão em Direito Público. (Carga horária: 15h). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
1998 - 1998	Extensão universitária em Direito Constitucional. (Carga horária: 25h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1997 - 1997	Extensão universitária em Semana de Qualidade de Ensino. (Carga horária: 12h). Centro Acadêmico Sobral Pinto, CASP/PUCPR, Brasil.
1997 - 1997	O Advogado e a nova disciplina processual. (Carga horária: 8h). Associação Brasileira dos Advogados do Mercosul, ABAMS, Brasil.
1996 - 1997	Curso Básico de Língua Italiana. Centro de Cultura Italiana Paraná Santa Catarina, CCIPRSC, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em Sociedade por Quotas de Participação Limitada. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em Curso Terceirização, Franquia e Contrato de Gestão. (Carga horária: 8h). SNN Consultoria, SNN, Brasil.

Atuação Profissional

Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, REDOEDA, Espanha.

Vínculo institucional

2012 - Atual	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Fundadora da REDOEDA
---------------------	--

Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual	Vínculo: Membro Efetivo, Enquadramento Funcional: Integrante
Outras informações	Membro da Direitoria

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual	Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora
Atividades	
2021 - Atual	Direção e administração, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Cargo ou função Coordenação Geral do Curso de Graduação Bacharelado em Direito.
2020 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano. Linhas de pesquisa Estado, Economia e Desenvolvimento
2016 - Atual	Ensino, Bacharel em Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Constitucional Positivo I Direito Constitucional Positivo II
2019 - 2022	Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Linhas de pesquisa Serviços Públicos e Administração Pública Digital
2010 - 2022	Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Linhas de pesquisa Novos paradigmas da Contratação Pública
2016 - 2020	Direção e administração, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Cargo ou função Coordenação Adjunta do Curso de Graduação Bacharelado em Direito.

Vínculo institucional 2007 - Atual	Vínculo: Professora Licenciada, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 4
Vínculo institucional 2001 - 2007	Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Coordenadora
Vínculo institucional 2000 - 2007	Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professora
Atividades 7/2020 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Direito. Linhas de pesquisa Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais
2001 - 2007	Ensino, Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Administrativo III Direito Constitucional I Direito Constitucional II

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional 2014 - Atual	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 2
Outras informações	Pesquisadora vinculada ao Projeto de Pesquisa PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento
Vínculo institucional 2001 - 2003	Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 20
Vínculo institucional 1999 - 2001	Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora
Atividades 2014 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo PRÓ POLIS. Linhas de pesquisa Planejamento e Desenvolvimento
05/2001 - 05/2003	Ensino, Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo
2000 - 2001	Estágios , Programa de Pós-Graduação em Direito. Estágio realizado Monitoria Pedagógica na disciplina de Direito Administrativo da graduação do Curso de Direito sob a supervisão da Professora Doutora Ângela Cássia Costaldello.
1999 - 2001	Ensino, Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Licitações e Contratos Administrativos Direito Administrativo

Vivian Valle - Sociedade de Advogados, VVSA, Brasil.

Vínculo institucional 1999 - Atual	Vínculo: Proprietária, Enquadramento Funcional: Advogada
Atividades 01/1999 - Atual	Direção e administração, . Cargo ou função Advogada na área de Direito administrativo e constitucional..

Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Brasil.

Vínculo institucional 1999 - Atual	Vínculo: Inscrita, Enquadramento Funcional: Advogada
Outras informações	Cadastro Nacional dos Advogados Conselho Seccional - Paraná OAB PR 027089
Atividades 2/2020 - Atual	Conselhos, Comissões e Consultoria, Seccional Paraná. Cargo ou função Integrante da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração.
2007 - Atual	Conselhos, Comissões e Consultoria, Seccional Paraná. Cargo ou função Comissão de Gestão Pública e Assuntos da Administração Pública.

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRFB, Brasil.

Vínculo institucional 2000 - 2022	Vínculo: Professora contratada, Enquadramento Funcional: Professora
--	---

Atividades
2001 - Atual

Ensino, Curso de Especialização em Direito Administrativo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Servidores Públicos
Teoria Geral das Licitações
Teoria Geral do Direito Administrativo
Contratos Administrativos
Regime Jurídico Administrativo
Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudo para a Revisão da Constituição Estadual (ALEP).
Cargo ou função
Membro da Comissão Temática de Estudo para a Revisão da Constituição Estadual.

178

Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina.

Vínculo institucional
2021 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: invitada

Academia Brasileira de Direito Constitucional, ABDConst, Brasil.

Vínculo institucional
2019 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: docente convidada, Carga horária: 4

Outras informações

aula sobre Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, como docente convidada no Curso de Especialização em Direito Empresarial e Econômico da ABDConst.

Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Brasil.

Vínculo institucional
2018 - 2018

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Curso de Especialização

Outras informações

Disciplina: Licitações e Contratos Administrativos

Universidade Positivo, POSITIVO, Brasil.

Vínculo institucional
2017 - 2018

Vínculo: Docente na Pós-graduação, Enquadramento Funcional: Integrante, Carga horária: 15

Atividades
2017 - 2021

Ensino, Pós-graduação em Direito Administrativo Contemporâneo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Estrutura e responsabilidade civil da administração pública contemporânea

Centro Universitário Internacional, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional
2008 - 2010

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Assistente II, Carga horária: 20

Atividades

2008 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo I
Direito Administrativo II

Ferreira e Neiva de Lima Associados, FNLA, Brasil.

Vínculo institucional
1997 - 1998

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Atividades

04/1997 - 06/1998

Estágios .
Estágio realizado
Atuação na área de direito administrativo e constitucional.

Procuradoria Geral do Estado do Paraná, PGE/PR, Brasil.

Vínculo institucional
1995 - 1995

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Atividades

02/1995 - 06/1995

Estágios , Procuradoria Administrativa.
Estágio realizado
Assessoria na elaboração de pareceres jurídicos, pesquisas jurídicas em direito administrativo e constitucional.

Secretaria de Estado da Administração do Paraná, SEAD-PR, Brasil.

Vínculo institucional

Estágios , Divisão Jurídica da Secretaria de Estado da Administração do Paraná.
Estágio realizado
Elaboração de pareceres administrativos na área de recursos humanos, mandados de segurança, pesquisas jurídicas em direito administrativo e constitucional, assessoria jurídica ao público.

Regnier Advocacia e Consultoria Jurídica, RACJ, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1997

Atividades

06/1995 - 04/1997

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Regnier Advocacia e Consultoria Jurídica.
Estágio realizado
Organização da atividade de acompanhamento processual, elaboração de peças judiciais na áreas cível comercial e administrativa, elaboração de pareceres e pesquisas jurídicas.

Linhas de pesquisa

1. Planejamento e Desenvolvimento
Objetivo: a linha de pesquisa Planejamento e Desenvolvimento do Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS vinculado ao PPGD/UFPR possui como objetivo de realizar investigações científicas tomando como objeto a promoção de políticas públicas urbanas em fase de planejamento e de desenvolvimento a partir de uma análise multidisciplinar dos instrumentais práticos utilizados e aporte teórico no direito administrativo, urbanístico e ambiental, delimitados principalmente no estudo da gestão e do planejamento públicos. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo PRÓ POLIS: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8283922136851523] Endereço para acessar o espelho da linha Planejamento e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/8283922136851523170136].
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.
Palavras-chave: Direitos sociais; Desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas; Análise econômica do direito.
2. Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais
Objetivo: a linha Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais, vinculada ao NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional do PPGD/UniBrasil - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Esta linha de pesquisa pretende abarcar projetos que reflitam a Administração Pública sob a influência dos valores do desenvolvimento nacional sustentável, buscando remodelar as relações administrativas a partir das bases de uma gestão democrática, superando-se o paradigma de unilateralidade das decisões e voltando-se à realização dos direitos fundamentais, inclusive em face das transformações tecnológicas e informacionais e seus impactos no desenvolvimento do setor público. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do projeto de pesquisa NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6859096166759814] Endereço para acessar o espelho da linha: Direito Administrativo e Estado Sustentável - Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6859096166759814885541].
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
Setores de atividade: Atividades de organizações associativas; Administração pública, defesa e seguridade social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.
Palavras-chave: Direito Administrativo; Direito Constitucional; Desenvolvimento sustentável; Administração Pública; Gestão Democrática; Direitos Fundamentais.
3. Novos paradigmas da Contratação Pública
4. Serviços Públicos e Administração Pública Digital
5. Estado, Economia e Desenvolvimento

Objetivo: atuar na linha de pesquisa: Estado, Economia e Desenvolvimento; vinculada ao projeto de pesquisa: NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano projeto de pesquisa vinculado ao PPGD/PUCPR, utiliza-se dos fundamentos teóricos do Direito Empresarial, do Direito Administrativo e do Direito Tributário para a análise do seu objeto. Sua finalidade é a investigação do Direito regulador das atividades tanto do mercado quanto do Estado, relacionando as formas de organização e os impactos do exercício da atividade econômica sustentável. Objetivos: 1) investigar regulação das atividades econômicas e as formas de organização do Estado e da Economia; 2) investigar regulação das atividades econômicas e os impactos na administração e na promoção do desenvolvimento sustentável. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo NUPED: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227] Endereço para acessar o espelho da linha Estado, Economia e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028].

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas; Análise econômica do direito; Eficiência Administrativa; Intervenção do estado; Tributação.

Projetos de pesquisa

2021 - Atual

GESPAD - Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital
 Descrição: O Grupo de Estudos - Serviços Públicos e Administração Pública Digital ? GESPAD, vinculado ao NUPED- PUCPR, visa a promover leituras direcionadas, debates e investigações científicas não só de um ponto de vista teórico-crítico, mas também concernentes a casos práticos e inovações no Direito Administrativo em face das novas tecnológicas. As reuniões do Grupo ocorrem virtualmente, desde 2020, cada semestre, no formato online. A participação no Grupo é divulgada por intermédio de edital, informando-se a comunidade acadêmica a respeito da abertura de vagas. Estão convidados a participar estudantes de Graduação (de qualquer período), de Mestrado e de Doutorado. O objetivo do grupo é a produção de artigos científicos e a participação em eventos acadêmicos, com a apresentação de comunicados científicos nos temas propostos. Serão realizadas reuniões quinzenais para estudo e aprofundamento dos temas, sob a supervisão da Professora Vivian Lima López Valle. Nestas reuniões, as atividades serão orientadas a partir de leitura de textos, seminários e debates. gespad.pucpr@gmail.com.
 Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / William Ivan Gallo Aponte - Integrante / CABRAL, RODRIGO MACIEL - Integrante / Luiz Felipe de Lima Rodelli - Integrante.

2020 - Atual

NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano
 Descrição: O grupo se dedica às pesquisas relacionadas à criação, implementação e controle de políticas públicas, à promoção dos direitos sociais e do desenvolvimento humano, à prestação de serviços públicos e à intervenção estatal no domínio econômico. As repercussões do grupo podem ser verificadas nos currículos lattes dos integrantes. Foram publicados vários livros, capítulos de livros e artigos dos pesquisadores, bem como é extensa a lista de sua produção técnica. O grupo é fortemente internacionalizado, tendo seus projetos de pesquisa coordenados pelos professores do PPGD: Dr. Daniel Wunder Hachem, Dr. Emerson Gabardo, Dr. Luiz Alberto Blanchet. Conta com pesquisadores de pós-doutorado, doutorado, mestrado e graduação (iniciação científica). Endereço para acessar este espelho do grupo NUPED: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227] Endereço para acessar este espelho da linha Estado, Economia e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028].
 Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Emerson Gabardo - Integrante / Daniel Wunder Hachem - Coordenador / Luiz Alberto Blanchet - Integrante / Marcelo Paulo Wacheleski - Integrante.

2019 - Atual

NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional do UniBrasil
 Descrição: Propõe a investigação continuada entre as possíveis relações, conexões, interdependências e intercorrências dos direitos fundamentais com a teoria da democracia. Compreendendo os direitos fundamentais como conquista histórica que deve nortear as organizações políticas, seja no plano do Estado Nacional ou das Organizações Internacionais e Supranacionais, a legitimidade dos sistemas democráticos da atualidade

dependem do grau de comprometimento que os mesmos possuem com os direitos fundamentais consagrados tanto nas Constituições Nacionais como em documentos internacionais e supranacionais. No contexto desse marco investigatório abrem-se inúmeras possibilidades de compreensão dos desafios a serem enfrentados por um Direito Constitucional que sem desprezar as referências da modernidade está atento a outras dimensões que caracterizam a complexidade das sociedades atuais. Assim, o Direito Constitucional se compromete com o pluralismo intrínseco aos direitos fundamentais e passa a incorporar. Endereço para acessar este espelho do projeto:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6859096166759814] Endereço para acessar este espelho da linha: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6859096166759814885541].

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (2) .

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Adriana da Costa Ricardo Schier - Integrante / Marco Antônio Lima Berberi - Integrante / Anderson Vichinkeski Teixeira - Integrante / Caroline Müller Bitencourt - Integrante / Clèmerson Merlin Clève - Integrante / Juarez Freitas - Integrante / Marcos Augusto Maliska - Coordenador / Octávio Campos Fischer - Integrante / Paulo Ricardo Schier - Integrante. PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento

Descrição: O Projeto PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento vinculado ao PPGD/UFPR possui como objetivo de realizar investigações científicas tomando como objeto a promoção de políticas públicas urbanas em fase de planejamento e de desenvolvimento a partir de uma análise multidisciplinar dos instrumentais práticos utilizados e aporte teórico no direito administrativo, urbanístico e ambiental, delimitados principalmente no estudo da gestão e do planejamento públicos. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Endereço para acessar o espelho do grupo PRÓ POLIS:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8283922136851523] Endereço para acessar o espelho da linha Planejamento e Desenvolvimento:

[dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/8283922136851523170136].

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2013 - 2020

Integrantes: Vivian López Valle - Coordenador / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Ângela Cássia Costaldello - Integrante.

Novos paradigmas nas contratações administrativas: a arbitragem e a nascente relação contratual administrativa paritária - novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos

Descrição: A presente pesquisa tem como objetivo compreender os novos limites às prerrogativas dos contratos públicos. Nesse sentido, pretende-se estudar a viragem paradigmática na seara administrativa e os limites da aplicação do princípio do consensualismo. Para tanto, almeja-se a obtenção de respostas para os seguintes questionamentos: há limites para a atuação administrativa pautada no consenso? O interesse público, materializado no exercício exorbitante da função pública, pode ser visto como uma possível barreira a essa moderna visão?.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2013 - 2017

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Wilson Accioli de Barros Filho - Integrante.

NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais em Teorias da Justiça, Democracia e Intervenção

Projeto certificado pelo(a) coordenador(a) Eneida Desiree Salgado em 20/01/2023.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (1) .

2012 - 2020

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Emerson Gabardo - Integrante / Romeu Felipe Bacellar Filho - Integrante / Eneida Desiree Salgado - Coordenador / Daniel Wunder Hachem - Integrante / Clèmerson Merlin Clève - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

Direitos Fundamentais e Controle dos atos administrativos - uma análise do controle judicial do mérito da ação administrativa em face de políticas públicas

Descrição: Pela presente pesquisa objetiva-se primeiramente analisar o controle judicial das políticas públicas e a ação administrativa sob o aspecto dos atos administrativos discricionários. E, como objetivos secundários, estudar a evolução do direito administrativo, passando de autoritário à democrático; verificar o sistema de repartição de poderes, de acordo com o estipulado por Montesquieu e a sua situação hodierna; analisar os princípios constitucionais e como eles se sustentam como garantidores do controle judicial das políticas públicas; verificar as limitações às intervenções do Poder Judiciário nas políticas públicas, sendo elas: a garantia do mínimo existencial, a reserva do possível,

1999 - 2020

os princípios constitucionais; definir a discricionariedade administrativa bem como sua forma de utilização pelos agentes públicos; pesquisar, por meio de jurisprudência, o controle judicial de políticas públicas por meio dos atos administrativos discricionários; e, por fim, analisar os limites do controle judicial do mérito do ato administrativo e das políticas públicas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Ana Cristina Aguilar Viana - Integrante / Vitor Alberto Benin - Integrante.
NUPESUL - Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Romeu Felipe Bacellar Filho - Integrante / Tatyana Scheila Friedrich - Integrante.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual Periódico: International Journal of Public Policies and Digital Law
2018 - Atual Periódico: Appris Editora

Revisor de periódico

2021 - Atual Periódico: Novatio legis
2020 - Atual Periódico: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura
2021 - Atual Periódico: Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas
2019 - Atual Periódico: Revista Brasileira de Infraestrutura
2019 - Atual Periódico: Revista Internacional de Direito Público
2021 - Atual Periódico: International Journal of Digital Law
2021 - Atual Periódico: Revista Instituto Política de.por.para Mulheres

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Idiomas

Espanhol Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Italiano Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Inglês Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Português Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Prêmios e títulos

2019 Miembro Adscrito del Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo, Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo.
2019 Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA.
2016 Professora Homenageada na Colação de Grau 1º Semestre 2016, Alunos formandos.
2016 Professora Homenageada na Colação de Grau 2º Semestre 2016, Alunos formandos.
2015 Menção Honrosa, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
2012 2º lugar no V Concurso de Monografias Jurídicas da FEMPAR, na qualidade de orientadora do aluno de graduação Wilson Trindade Junior, Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná.
2008 Honra ao Mérito, NUPESUL/UFPR.
2004 Prêmio de Professora Destaque, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2003 Eleita pelos alunos a melhor professora de 2002, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2003 Eleita pelos alunos a melhor professora de 2003, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2003 Prêmio de Professora Destaque, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2000 Prêmio Professor Lúcia Valle Figueiredo, Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.
1999 Prêmio Professor Temístocles Brandão Cavalcanti, Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

Produções

Citações

Web of Science



Total de trabalhos:20Total de citações:3

Valle, Vivian Lima López Data: 03/01/2023

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; HEINZEN FELISBERTO, JÉSICA . Administração Pública digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 9, p. 151-180, 2023.
2. **ARCEGAS, JOÃO GABRIEL** ; GUSSOLI, Felipe Klein ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Caso Gomes Lund (-Guerrilha Do Araguaia-) dez anos depois: desafios para o cumprimento integral pelo Estado brasileiro. Revista de Direito Internacional, v. 18, p. 372-389, 2022.
3. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA**; CABRAL, RODRIGO MACIEL . ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 17, p. 187-225, 2022.
4. **FREITAS, Daniel Castanha de** ; **VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ** ; GAZOTTO, GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI . Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, p. 427-449, 2022.
5. **CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN**; IVAN GALLO APONTE, WILLIAM . El rol transformador de los tribunales constitucionales como -estrategia clave y efectiva? para la reducción de las desigualdades y la erradicación de la pobreza extrema. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 124, p. 527-570, 2022.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RODELLI, Luiz Felipe de Lima . Mitigação de sanções administrativas a licitantes e contratados quando MPE's à luz da função social da empresa. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. 2, p. 83-102, 2021.
7. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN** ; **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; CASTANHA DE FREITAS, DANIEL . - INDEPENDENCIA JUDICIAL SEGÚN LOS JUECES CONSTITUCIONALES? UN ANÁLISIS CONCEPTUAL A PARTIR DE LAS DECISIONES DEL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE BRASIL Y DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA), v. 19, p. 228-266, 2021.
8. **JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O usuário do serviço público e a aplicação da Lei 13.460/2017 sob o enfoque dos Poderes Executivo e Judiciário. SEQUENCIA, v. 42, p. 1-29, 2021.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; RODELLI, LUIZ FELIPE DE LIMA . Contratos administrativos e políticas públicas: a era do Estado contratualizado. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI, v. 5, p. 21-44, 2021.
10. **CORCOVADO, JOÃO MIGUEL FRANÇA** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regulação do Uso Comercial de Drones no Espaço Aéreo Urbano e sua Logística Para Transporte de Objetos nas Smart Cities. International Journal of Digital Law, v. 2, p. 185-200, 2021.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito constitucional entre passado e futuro: Análise do papel e da organização da jurisdição constitucional do STF na realidade jurídico constitucional brasileira. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 120, p. 455-489, 2020.
12. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; FÁCIO, RAFAELLA NATÁLY . LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ACTIVIDAD REGULATORIA: UNA PROPUESTA EN FAVOR DEL DESARROLLO NACIONAL SOSTENIBLE. VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE) **JCR**, v. 17, p. 123-146, 2020.
Citações: WEB OF SCIENCE™ 1
13. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA** ; CABRAL, RODRIGO MACIEL . A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM O ADVENTO DA LEI Nº 13.655/2018: DA TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE ESTATAL AO ERRO GROSSEIRO. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 15, p. 925-954, 2020.
14. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO, GUSTAVO ; BARBOSA FILHO, Claudio Roberto . Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 7, p. 143-166, 2020.
15. **GABARDO, EMERSON** ; **LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA** . Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. Revista Digital De Derecho Administrativo **JCR**, v. 12, p. 285-308, 2020.
- 16.

Citações: **WEB OF SCIENCE**™ 1

17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 209-245, 2018.
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 18, p. 175-208, 2018.
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **MARTINELLI, Gustavo** (Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto) . Quem decide o gasto público: controle constitucional de leis orçamentárias pelo Supremo Tribunal Federal. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 20, p. 109-130, 2018.
20. **GABARDO, EMERSON** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **REZENDE, MAURÍCIO CORRÊA DE MOURA** . II diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 4, p. 57-66, 2017.
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da Administração Pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 132, p. 67-73, 2012.
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O direito constitucional entre modernidade e globalização. CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL, v. 1, p. 89-102, 2002.
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Teoria da Constituição: limites, possibilidades e perspectivas na pós-modernidade. REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF-IDAF, v. 1, p. 496-510, 2002.
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Relativização da Soberania Nacional dos Estados Latino-Americanos em Face da Expansão do Direito Comunitário. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.
25. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Proteção ao Usuário de Serviço Público no Contexto da Reforma do Estado. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 34, n.34, p. 187-201, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) . Direito em arte: II obra de pesquisa científica da Nôma. 1. ed. Curitiba: Rede do Consumidor, 2022. v. 2. 174p .
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) (Org.) . Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 54p .
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **CASTILLO, Luis Ferney Moreno** (Luis Ferney Moreno Castillo) (Org.) ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) (Org.) . Tecnología, administración pública y regulación. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. v. 1. 367p .
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) (Org.) ; **GUIMARÃES, Edgar** (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) (Org.) . Passando a limpo a gestão Pública: arte coragem loucura. 1. ed. Curitiba: Livros Legais, 2020. v. 1. 636p .
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Prática de Direito Administrativo. Prática de Direito Administrativo. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012. v. 1. 136p .
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 4.ed. 4. ed. Curitiba: IESDE, 2010. v. 1. 160p .
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 3.ed. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009. v. 1. 153p .
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 2.ed. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2008. v. 1. 160p .
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book). 1. ed. Curitiba: IESDE, 2007. 136p .

Capítulos de livros publicados

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos, situações disruptivas e regulação eficiente da administração pública digital. In: Clayton Gomes de Medeiros; Barbara Dayana Brasil. (Org.). Estado, direito administrativo e concretização de direitos fundamentais. 413ed.Curitiba: Íthala, 2022, v. 1, p. 399-413.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) . Contratualização estatal, inovação e materialização do interesse público através de contratos de fomento: por uma nova racionalidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: Gabriela Verona Pércio; Cristiana Fortini;. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 107-130.
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Desafíos de la Administración Pública electrónica en tiempos del COVID-19. In: Jaime Rodríguez-Arana Muñoz. (Org.). El Derecho Administrativo ante el COVID-19. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 0-0.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) . Inteligencia Artificial y Arbitraje en la Administración Pública. In: Juan Corvalán. (Org.). Tratado de inteligencia artificial y derecho, tomo II. 1ed.Buenos Aires: La Ley/Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1-1.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **ROSSI, Amelia Sampaio** (Amelia do Carmo Sampaio Rossi) ; **ALESSI, Daiana** (Daiana Alessi Nicoletti Alves) . Género y colonialidad: raíces históricas del preconcepto y de la invisibilidad de la mujer en Brasil. In: Jorge Vargas Morgado. (Org.). México: 500 años de la Conquista, 200 de la Independencia. 1ed.Ciudad de México: Burgos Editores, 2021, v. 1, p. 1-1.
- 6.

7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** O Acordo administrativo entre o Direito Público e o Direito Privado: Emergência de uma racionalidade jurídico- Normativa Público- Privada?. In: Gustavo Justino de Oliveira. (Org.). Acordos Administrativos no Brasil Teoria e Prática. 1ed. São Paulo: Almedina, 2020, v. 1, p. 63-90.
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Libertad de expresión, hate speech y función ordenadora estatal: la necesaria intolerancia a los intolerantes en la promoción del desarrollo sostenible. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano; María Salomé Moreno Rodríguez;. (Org.). Libertad de Expresión parámetros constitucionales y convencionales. 1ed. Ciudad de México: Editorial Primera instancia, 2020, v. 1, p. 204-237.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Consensualismo, proporcionalidad y administración pública ? por una racionalidad menos beligerante en la relación jurídico- administrativa. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano. (Org.). Proporcionalidad y razonabilidad jurídica. 1ed. Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 166-193.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** O exercício do direito à liberdade de opinião e expressão: uma análise do hate speech no direito brasileiro e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: Daniel Wunder Hachem, Luisa Fernanda García López, Felipe Klein Gussoli. (Org.). Corte americana de direitos humanos e seus impactos na América Latina. 1ed. Curitiba: Íthala, 2020, v. 1, p. 369-392.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Inteligencia artificial y procedimiento administrativo consensual en el contexto brasileiro: el caso del arbitraje como medio de negociación de conflictos. In: Jaime Rodríguez Arana-Muñoz; Carlos Delpiazzo Rodríguez; Henry Alexander Mejía; María Rodríguez Martín-Retortillo;. (Org.). Procedimientos administrativos, libro de ponencias del XIX foro iberoamericano de derecho administrativo. 1ed. San Salvador: Corte Suprema de Justicia, 2020, v. 1, p. 1367-1394.
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: Daniel Wunder Hachem, Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado.. (Org.). Direito administrativo e suas transformações atuais ? Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1ed. Curitiba: Íthala, 2016, v. 1, p. 451-472.
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). Eficiência e Ética na Administração Pública: Anais do Seminário Internacional realizado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 1ed. Curitiba: Íthala, 2015, v. 1, p. 315-336.
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Contratos Administrativos em mudança: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed. Curitiba: Íthala, 2014, v. 1, p. 199-216.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da administração pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo. Novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 278-290.
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** O novo conceito de serviço público. In: GUIMARÃES, Edgar.. (Org.). Cenários do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem do Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 511-552.
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; BERTRAND, Mathieu (Mathieu Bertrand Struck) ; POLI, Júlio César (Júlio César Poli) .** Os Direitos humanos fundamentais no contexto da integração regional. In: Romeu Felipe Bacellar Filho. (Org.). Elementos de Direito Internacional Público. 1ed. Barueri: Manole, 2003, v. 1, p. 125-171.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Administração Pública Sob controle. Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, p. 4, 30 set. 2001.

Apresentações de Trabalho

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados, III Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus e 'Sejamos Todos Feministas'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Serviços Públicos, Smart cities e tecnologia, VI Semana de Integração do PPGD/PUCPR. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Direito Administrativo e Estado Sustentável (DAES), Scientific Meeting of Researchers in Law and Sustainability 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** La investigación en el Derecho Administrativo, Seminario Internacional la Investigación en el Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Novos Princípios Jurídicos das Licitações, Seminário Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: Inovações do Regime jurídico. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** 7ª Conferência da Advocacia Paranaense. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López .** Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administración Pública digital y contratación pública, III Congreso Mexicano de Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia Artificial y Administración Pública, Posgrado en Inteligencia Artificial y Derecho. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligência artificial e tomada de decisão. Uma análise da contemporaneidade a partir da visão cinematográfica. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães)** . Seminário Paranaense de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratación Pública Electrónica, Marco del Seminario Internacional ¿Contratación Pública y Buen Gobierno?, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Núcleo Discente de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estado, Inteligencia Artificial e Direito Administrativo: Desafios na regulacao do ambiente 4.0. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ponente. XIII Congreso Mexicano de Derecho Administrativo, Universidad Autónoma de Querétaro / AMDA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Conferencia Magistral, Primer Congreso Internacional: El Derecho de las ciudades. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos, Inclusión y COVID 19, Primer Congreso Internacional de Administración Pública y Derechos Humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimiento Administrativo e Inteligencia Artificial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . XXVIII SEMIC Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Academic Days on Open Government and Digital Issues. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
23. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** . Serviços Públicos, inclusão e exclusão na realidade brasileira contemporânea. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; SA, Priscilla Plachá (Priscilla Plachá Sá) ; OLIVEIRA, Ligia Ziggotti (Ligia Ziggotti de Oliveira) ; LOPES, Mariana (Mariana Lopes) ; FAGUNDES, Maria Letícia (Maria Letícia Fagundes) ; OLIVEIRA, Megg (Megg Rayara Gomes de Oliveira)** . Movimento feminista e as temáticas atuais, 1ª Semana da Mulher da Escola de Direito da PUCPR. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) ; REIS, Luciano (Luciano Elias Reis) ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, Arbitragem e o Ambiente de contratação pública brasileiro: reposicionamento de prerrogativas na Administração Pública. Mesa: Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas, Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; BERBERI, Marco Antônio (Marco Antônio Lima Berberi) ; ANDRADE, Renato (Renato Cardoso de Almeida Andrade) ; TAVEIRA NETO, Francisco (Francisco Taveira Neto) ; LACERDA, João Paulo (João Paulo Lacerda da Silva)** . Segurança jurídica e a jurisprudência do medo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
28. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; UNES, Flávio Henrique (Flávio Henrique Unes) ; TOMELIN, Georghio Alessandro (Georghio Alessandro Tomelin) ; MODESTO, Paulo (Paulo Eduardo Garrido Modesto)** . 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica, XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: Limites do Controle da administração pública no Estado de Direito - Em homenagem à Professora Maria Sylvia Di Pietro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
29. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A constituição vista por elas o olhar feminino sobre os 30 anos da constituição. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; WINTER, Marilena (Marilena Indira Winter) ; BARROS, Guilherme (Guilherme Freire de Melo Barros) ; PANSIERI, Flávio (Flávio Pansieri) ; SPERANDIO, Alcir (Alcir Sperandio) ; GUIMARAES, Bernardo Strobel (Bernardo Strobel Guimarães) ; ALBERTO, Tiago Gagliano (Tiago Gagliano Pinto Alberto) ; ORESTEN, Roberto André (Roberto André Oresten)** . Mesa redonda: Análise da Lei nº 13655/18- nova lei de introdução as normas do direito brasileiro- a nova lei de segurança e eficiência no direito Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem nos contratos administrativos, VI Conferência Estadual da Advocacia OABPR. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Modalidades de Licitação no Direito Administrativo Brasileiro, Encontro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do PPGD/UFPR. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Julgamento da Licitação e o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . (In)Eficiência da Administração Pública em conflito com a profissionalização do Agente Público. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico e Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Postura em Audiência, Capacitação do Advogado Iniciante. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger) ; FERREIRA, Daniel (Daniel Ferreira)** . O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direitos Sociais e Administração Pública. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal do Gestor/Fiscal do contrato. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 40.

41. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Cuestiones actuales del Derecho Público, III Congresso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
42. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito administrativo e sustentabilidade: novos limites à tomada de decisão administrativa, II Virada Acadêmica. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidor Público e Segurança Jurídica. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
44. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reequilíbrio Econômico Financeiro, XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
45. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Habilitação e Julgamento de Propostas, II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aplicabilidade da Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) nos Estados e Municípios, XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Serviços Advocatícios: Possibilidades e Fundamento Legal, Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento, I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
49. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Alternativas de Regulação Jurídica Eficiente dos Recursos Energéticos, I Seminário Ítalo-brasileiro: Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
50. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direitos fundamentais e o Controle da invalidade dos Atos Administrativos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
51. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processo Administrativo de desapropriação. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
52. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 20 anos da Lei nº 8.112/90 - Reflexões sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos, XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
53. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandado de segurança e contratos administrativos, Curso de extensão - Mandado de Segurança. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
54. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . As políticas públicas e seus aspectos polêmicos, IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
55. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos, VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
56. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos, II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
57. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações e Contratos, VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
58. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos controvertidos das contratações emergenciais, VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
59. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações, V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
60. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier)** . A reforma previdenciária e a segurança jurídica do servidor público. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
61. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A nova dogmática crítica constitucional: os pressupostos de construção de uma nova sociedade. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
62. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico das Agências Reguladoras, XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
63. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reforma Administrativa do Estado, Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
64. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Atuação das Agências Reguladoras no Brasil, IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
65. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) ; OLIVEIRA, Gustavo (Gustavo Henrique Justino de Oliveira)** . Reforma Administrativa e o terceiro setor, Jornada de Direito Público CASP/PUCPR. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
66. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; KOZIKOSKI, Sandro (Sandro Marcelo Kozikoski)** . A imprensa e as liberdades fundamentais, 1 Colóquio do primeiro semestre letivo de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
67. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RIBEIRO, Márcia Carla (Márcia Carla Pereira Ribeiro) ; SCHEER, Eunice (Eunice Fumagalli Martins e Scheer)** . Sociedade por cotas de Participação Limitada, Painel de Direito Comercial do CASP. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea : da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2018 (Tese).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ministros e aliados de Lula emplacam esposas em tribunais de contas nos estados, Por Guilherme Grandi. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Rodízio no comércio em caso de nova bandeira vermelha divide especialistas Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/rodizio-no-comercio-em-caso-de-nova-bandeira-vermelha-divide-especialistas/> Copyright © 2021, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Qual o efeito da medida que isenta agentes públicos na pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Abandono Afetivo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Indicação do Ministro do STF Alexandre de Moraes. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Concursos para cadastro de reserva. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Projeto Anticorrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 10 Medidas sobre a corrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Alunos nas ocupações. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; BARBOSA, Claudia Maria (Claudia Maria Barbosa)** . Pagamento de auxílio-moradia pelo órgão seria inconstitucional. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

Demais tipos de produção técnica

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Nova Lei de Licitações e suas principais novidades. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte)** . I Escola de Inverno ? Direito PUCPR- Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte)** . Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidores Públicos e Empregados Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Tópicos especiais do Direito das Concessões no Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações no Curso de Pós-graduação LLM em Direito Empresarial Aplicado da Escola de Gestão da Faculdade da Indústria IEL. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidores Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Equilíbrio Econômico Financeiro no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimento da Licitação e Recursos em Geral, Curso de Especialização em Direito Constitucional e Administrativo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico Constitucional dos Servidores, Curso de Especialização em Gestão da Segurança Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Jurisdição Constitucional. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandato de Segurança no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Especialização em Processo Administrativo Disciplinar, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **VALLE, V. C. L. L.** . Processo administrativo disciplinar na Lei nº 8.112/90. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
24. **VALLE, V. C. L. L.** . Sindicância Processo Administrativo Disciplinar (princípios aplicáveis, infrações, sanções disciplinares e questões práticas). 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

25. **VALLE, V. C. L. L.** . Direito Administrativo aplicado à gestão pública no Curso de Especialização em Gestão Pública. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandato de Segurança no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **VALLE, V. C. L. L.** . Licitações - dos Recursos em Geral no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
28. **VALLE, V. C. L. L.** . Processo Administrativo de Desapropriação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
29. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
30. **VALLE, V. C. L. L.** . Direito Administrativo aplicado à gestão pública no Curso de Especialização em Gestão Pública. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Remédios Constitucionais no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem)** . Processo Administrativo de desapropriação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
33. **VALLE, V. C. L. L.** . Mandado de Segurança e Contratos Administrativos. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
34. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
35. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem)** . Mandato de Segurança: aspectos de direito material e processual à luz da nova lei. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
36. **VALLE, V. C. L. L.** . Procedimentos da Licitação dos Recursos em Geral no no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
37. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
38. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
39. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
40. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
41. **VALLE, V. C. L. L.** . Investigação Preliminar, Sindicância e Processo Disciplinar no Curso de Especialização de Gestão em Segurança Pública. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
42. **VALLE, V. C. L. L.** . Jurídico - Curso Preparatório para Concursos Jurídicos e Exame de Ordem - Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
43. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
44. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
45. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
46. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Módulo: Servidores Públicos, Curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo Aplicado. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
47. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
48. **VALLE, V. C. L. L.** . Teoria Geral das Licitações no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
49. **VALLE, V. C. L. L.** . Servidores Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
50. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Teoria Geral do Direito Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
51. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Módulo de Licitações e Contratos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **VALLE, V. C. L. L.; FERREIRA, Daniel (Daniel Ferreira)**. Participação em banca de Alan José de Oliveira Teixeira. Possibilidades, limites e impactos de adoção da inteligência artificial na fundamentação das decisões administrativas e judiciais no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Internacional.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Eva Quintana. La participación ciudadana en la producción de normas jurídicas en la administración local. 2020. Dissertação (Mestrado em Máster Interuniversitario en Derecho de la Administración Pública (MIDAP)) - Universitat Rovira i Virgili.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paola Andrade Escamilla. Participación ciudadana y gobierno abierto: un estudio comparado entre España y México. 2020. Dissertação (Mestrado em Máster Interuniversitario en Derecho de la

Teses de doutorado

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López;** BITENCOURT, Carol (Caroline Müller Bitencourt); BITENCOURT, Denise da Silva (Denise da Silva Bittencourt); RECK, Janriê Rodrigues (Janriê Rodrigues Reck); OLIVEIRA, Ligia Ziggotti (Ligia Ziggotti de Oliveira); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Albano BusatoTeixeira. Atividade de fomento, participação e controle social: Limites e possibilidades no cenário brasileiro. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul.

Qualificações de Mestrado

1. **VALLE, V. C. L. L.;** DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); CABRAL, Flávio Garcia (Flávio Garcia Cabral). Participação em banca de Tailaine Cristina Costa. Garantia de Direitos Fundamentais na Ação de Improbidade administrativa. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); SADDY, André (André Saddy); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Bossoni Saikali. A regulação da atividade econômica dos serviços de streaming de conteúdo audiovisual. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de William Geraldo Azevedo. A estruturação de consórcios inter-federativos para fins de regulação dos serviços públicos municipais. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Nicolas Addor. Qualis periódicos: O modelo regulatório de avaliação da pesquisa científica brasileira pela Capes. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
5. GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando de Oliveira Torres. A possibilidade de interferência judicial na agenda de políticas públicas como forma de efetivação dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **VALLE, V. C. L. L.;** GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Marcos Viana Costódio. A solução ótima de eficiência regulatória no conflito de competência entre o CADE e o BACEN nas operações de fusão bancárias. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Renata de Andrade Pozzi. Contratos administrativos: a persecução do interesse público, em regra, a partir de técnicas de consenso, em detrimento do emprego de um regime geral de prerrogativas. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Matheus Lopes. A utilização de parcerias público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasses da perícia criminal. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thais Yuana Decarli Gomes. O exercício do Poder de polícia por agentes privados. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
5. **VALLE, V. C. L. L.;** GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Leonardo de Souza Prates Menezes. O consensualismo na Administração Pública brasileira e a (im)possibilidade de satisfação do interesse público. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Helena Schlichting. Natureza jurídica de aposentadorias, reformas e pensões e inconstitucionalidade da súmula vinculante n.3 do Supremo Tribunal Federal. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pietra Procópio Castro Pascali. As prerrogativas da Administração Pública: um estudo comparado entre o direito brasileiro e o direito americano. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mário Sérgio Vuitik. Equilíbrio contratual em processo licitatório: o sistema de registro de preços na teoria e na jurisprudência. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
9. **VALLE, V. C. L. L.;** REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Vanessa Travençoli Bona. Improbidade Administrativa, regime jurídico punitivo e atuação do Ministério Público. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
10. **VALLE, V. C. L. L.;** REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Adriano Medeiros Fontanelli. A inconstitucionalidade da cessão da titularidade passiva do contrato administrativo prevista no inciso VI, do Art.

11. **GUSSOLI, Felipe Klein; VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucila Lima Cani. Responsabilidade Civil do Estado por danos de correntes de atos de multidões: análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
12. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Jean Carlo Jacichem Luz. Arbitragem enquanto instrumento da ação do estado contratualizado no paradigma a administração pública consensual. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
13. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Camíia Cotovicz Ferreira. Conformidade das Leis No. 13.467/2017 às regras que norteiam a terceirização de serviços na administração pública. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
14. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Amanda Colaço. Consensualismo - uma resposta à crise de autoridade no ambiente contratual administrativo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
15. **PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
16. **PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Paola Ceolin Viana. A Responsabilidade civil do Estado no descumprimento das decisões judiciais mandamentais transitadas em julgado. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
17. **FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta); VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Felipe de Sá. Processo administrativo e a extinção da função pública delegada. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
18. **VALLE, V. C. L. L.; FREITAS, Daniel Castanha de; FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari).** Participação em banca de Sabrina Suelen Marcelino. Modelo contemporâneo de contrato administrativo: instrumento de estabilização de políticas públicas, governança e desenvolvimento nacional sustentável. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
19. **VALLE, V. C. L. L.; GUSSOLI, Felipe Klein; FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari).** Participação em banca de Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
20. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
21. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
22. **GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães); FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari); VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caroline Borges. Das preferências em procedimentos licitatórios. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
23. **GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães); FERRARI, Regina Macedo (Regina Maria Macedo Nery Ferrari); VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Rafael Stallmach Costa Kadri. Princípios da administração pública na licitação e a sujeição do instrumento de impugnações. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
24. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Arcie Eppinger. A retenção de créditos decorrentes de contrato administrativo em razão da aplicação de multa pela ausência de garantia contratual. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
25. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Aline Rosa Novaes. Alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
26. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Rafael de Araújo Mazepa. As exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas: desafios da razoabilidade. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
27. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de licitação por notória especialização na prestação de serviços advocatícios. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
28. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de José Bernardoni Filho. O desenvolvimento de atividades privadas de interesse público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSIP. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
29. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Alexander Miranda. Reequilíbrio Econômico Financeiro nos atos de Registro de Preços. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
- 30.

31. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marco Aurélio Senko da Hora. A Relativização da Supremacia do Interesse Público em face do Andamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
32. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruno Arcie Eppinger. A Retenção de Créditos Decorrentes de Contrato Administrativo em Razão da Aplicação de Multa pela Ausência de Garantia Contratual. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **VALLE, V. C. L. L.**; **GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo)**; **HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem)**; **FREITAS, Daniel Castanha de**. Participação em banca de Flavia Smolka Samana. Uma análise do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como política pública de acesso à educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. **GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo)**; **HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem)**; **REIS, Luciano (Luciano Elias Reis)**; **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva. O analfabetismo funcional no Brasil e a carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Claudia dos Santos. O acordo de acionistas nas Empresas Estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Guilherme Wilson Cordeiro. A contratação direta perante a lei 13.303/2016 - dispensa e inexigibilidade das licitações- inovações na nova lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
5. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Milliane Presa. A nomeação de administradores nas estatais paranaenses conforme a Lei 13.303 de 2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Peixoto de Souza Soares. Hipótese de Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como Retrocesso Social e Ameaça ao Direito Humano a Alimentação Adequada. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thaélis Tombini. Vedação do Retrocesso Social no Direito Fundamental à Saúde: Análise do Resp 1657157/RJ e sua aplicação no Tribunal de Justiça do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Alencar Sigoli. O princípio da Proibição do Retrocesso Social: Uma abordagem acerca de desconstitucionalização dos Direitos Sociais com Ênfase na Análise da Reforma da Previdência Social (PEC No. 06/2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Israel Ramos. A responsabilidade do Município na Educação Infantil. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
10. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva. O Analfabetismo Funcional no Brasil e a Carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
11. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Rafaela Ruvio Penteado. O seguro Garantia como Instrumento Social na Lei No. 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
12. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Luisa Caldas Mitter. A Lei 13.303/2016 Como Mecanismo de Tutela de Gestão das atividades das Estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
13. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marcos Guilherme Rodrigues Mafrá. A due diligence como ferramenta de investigação dos impedimentos nas licitações das empresas estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
14. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ghabriel Campigotto Soethe. Geração distribuída e o Desenvolvimento Nacional. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
15. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Giuliano Robinson. Panorama Jurídico das Pequenas Centrais Hidroelétricas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
16. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Grossi Rezende. O Desenvolvimento do Setor Aéreo Brasileiro decorrente da Flexibilização da Entrada de Capital Estrangeiro a Luz da MP 863/2018. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
17. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ronaldo Chadid Júnior. A importância da Aviação Regional como forma de Promover a Competitividade e a Livre Concorrência no Setor Aéreo Doméstico Brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
18. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Caroline Valenga. Análise empírica da tutela do direito social à saúde perante o poder judiciário brasileiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
19. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antonio Rafael Lopes da Silva. Cobrança no ensino superior público. Especialização Lato Sensu. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
20. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Barbosa de Souza. Os custos do direito à saúde: o choque entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível sob a ótica da jurisprudência do tribunal de justiça do Rio Grande

21. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Isabella Gretter Teixeira. A incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do medicamento prescrito como critério de concessão de fármacos via judicial. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
22. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Milena Augustin. O direito fundamental social à saúde e a escassez de ações coletivas frente ao fornecimento de medicamentos: uma análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Paraná. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
23. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de João Paulo Josviak Dresch. Hipossuficiência financeira como para a obtenção de decisão judicial favorável à concessão de medicamentos pelo SUS. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
24. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ramon Matheus Cavalcante Trauczynski. O impacto da judicialização da saúde na promoção de políticas públicas: uma análise do desequilíbrio financeiro que as decisões judiciais ocasionam aos entes federativos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
25. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruna Ladewing. A tendência de simplificação das licitações na Lei 13.303/2016 através da adoção dos procedimentos auxiliares - análise dos regulamentos da Caixa Econômica Federal e Petrobras. 2018 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
26. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Camilla Bobieski Barrinuevo. Prevenção de conflito de interesses em sociedades de economia mista na Lei 13.303 de 2016: evolução para o sistema de governança corporativa na Petrobras. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
27. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Cesar Augusto Tabora Lima. Sanções administrativas na nova lei das estatais: a supressão de declaração de inidoneidade. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
28. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Larissa Quadros do Rosário. Matriz de riscos em contratos de obras celebrados por empresas estatais: a Lei No. 13.303 de 2016 e o posicionamento do TCU. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
29. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Raphaela Thêmis Leite Jardim. O mecanismo das golden shares nas empresas privadas com participação estatal minoritária. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
30. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Samara Uille Gomes. Inovações nas licitações das estatais: análise comparativa dos mecanismos de controle da lei no. 13303/2016 e do procedimento licitatório simplificado na Petrobras regulamentado pelo decreto no. 2745/98. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
31. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Valéria Celestina Teixeira. Emprego do Sistema de Compliance e governança pública nas concessionárias de distribuição de energia elétrica em consonância com a lei. 13303 de 2016 e mitigação de crises financeiras decorrentes de atos de corrupção e improbidade administrativa. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
32. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Clara Vieira. Função Social das Empresas Estatais sob a ótica da Lei 13.303 de 2016. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
33. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de André Felipe Pereira de Souza. O serviço público eficiente como instrumento de concretização do direito fundamental a boa administração pública. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
34. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Pablo de Paula Orofino. A evolução histórica do estado social da sua origem a contemporaneidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
35. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Rafaella Nogueira Ferraresi. A judicialização da saúde e o papel do Estado no fornecimento de medicamentos de alto custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
36. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Gustavo Peixoto da Costa. Os diferentes modelos de gestão do estado brasileiro e a concretização do direito fundamental à boa administração. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
37. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Luiza Castro Santos Furtado. Políticas públicas de proteção à vulnerabilidade da mulher no contexto do estado democrático social de direito. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
38. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Pedro Henrique Fiori Felipe. Os diferentes modelos de gestão do estado brasileiro e a concretização do direito fundamental à boa administração. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
39. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Marina Delatte Rissio. O direito fundamental à saúde e a sua judicialização. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
40. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Leticia Maria Titon Hotz. O compliance nas estatais e a nova perspectiva de governança corporativa segundo a lei 13.303/16. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
41. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Alizio Mayheus Brandão. A formação de um direito híbrido público-privado e sua incorporação nos contratos das estatais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
42. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bianca Rosa Neves Tonietto. As estatais e seu papel na economia contemporânea e o negócio na nova lei das estatais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
43. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caio Augusto Nazario de Souza. A contratação integrada e semi-integrada em obras e serviços de engenharia frente a lei 13.303/2016. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
44. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Mayara Segalla Savoia Asséf. Procedimento de Manifestação de interesse: eficiência administrativa. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do

45. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Anne Louise Ferreira Bello.Composição da Tarifa de energia elétrica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 194
46. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Daniel Belotto Cellio.Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
47. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Leonardo Rodrigo Meyer de Oliveira.Composição da Tarifa de energia elétrica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
48. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Cahio Almeida Silva.A importância dos descontos tarifários para o cooperativismo de eletrificação rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
49. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caio Lopes da Silva.Administração Pública e a eficácia da arbitragem em suas relações contratuais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
50. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Antoniacomi Dal'Lin.O paradigma atual das contratações Administrativas: a atuação pública imperativa em fase de consensualismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
51. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Diego Jacomit Corrêa.Mercado livre X Mercado cativo: um estudo sobre a possibilidade de implementação de um amplo ambiente de contratação livre no mercado brasileiro de concretização de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
52. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Carla Mamus.A intervenção do poder judiciário no controle de políticas públicas voltadas a concretização de Direitos Sociais fundamentais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
53. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Aline Dutra Pepes.Análise da aplicação do instituto de arbitragem nos contratos administrativos: entre direitos disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
54. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Matheus Trancoso Bertolin.A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
55. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fabiana Silva Pinto Faraco Cebrian.A biomassa na política energética brasileira e seus aspectos socioambientais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
56. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Eduardo Figueiredo.Assimetria de regimes jurídicos no setor portuário Brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
57. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de André Borges Oliveira Santos.A arbitragem no âmbito da administração pública: uma análise principiológica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
58. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ketelin Stachelski Adriano.Os efeitos da corrupção nos serviços públicos essenciais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
59. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Martins Antunes.Direito à moradia digna e intervenção social: o papel do estado na transformação do espaço social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
60. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Jéssica de Moura Rocha.O uso da arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
61. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fernanda Bellascosa da Silva.Arbitragem e o poder público: entre interesses disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
62. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Jéssica Buttner da Silva.Licitação Pública: entre o modelo normativo da Lei 8.666/1993 e o regime diferenciado de contratações públicas Lei 12.462/2011. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
63. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lislie Queiroz de Souza.A aplicabilidade da arbitragem nos contratos administrativos como solução alternativa de litígio na relação estado-sociedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
64. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Augusto Coltro.As Parcerias Público-Privadas no sistema prisional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
65. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ricardo Bolliger Schimin.Licitações - regime diferenciado de contratação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
66. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ivan Besel Villalon.Alternativas ao controle judicial do direito fundamental à saúde: em busca de sua efetivação integral e universal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
67. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Felipe Carvalho de Lima.Os contratos Administrativos e a relação entre o público e o privado sob a perspectiva do princípio da supremacia do interesse público. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
68. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Gabriella Marakami Rocha Faria.Processo Administrativo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
69. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Amanda Luiza da Silva Oliveira Pinto.Aspectos Jurídicos da energia elétrica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
70. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Tatiana de farias Meurer.Análise sobre as políticas redistributivas para a efetivação do Direito à dignidade humana. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
71. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Angela Cristina Silva de Melo.A aplicabilidade da lei de improbidade administrativa em face dos agentes políticos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia

72. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Luzia Gori Palka Miranda.Publicidade X Privacidade: limites e possibilidades na divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos na internet. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
73. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Julio Cesar Fernandes Ercoli.Segurança Pública: os limites constitucionais de atuação das guardas municipais e a PEC 534 de 2002. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
74. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Leonardo Rodrigo dos Santos Dutra.O Regime Jurídico do Serviço Público e o Transporte Coletivo como Modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
75. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Taisa Regina Rodrigues.Recusa ao tratamento hemoterápico e o conflito entre direitos fundamentais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
76. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Thales Soares Rossato.Licitação Pública e os Aspectos penais na Lei 8.666/1993. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
77. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Anderson Luiz Correa da Silva.A Lei da Ficha Limpa. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
78. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Heloise Soraya da Silva Chin Lemos.O Princípio da sustentabilidade ambiental nas licitações. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
79. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ary Klayton Kertcher.A Delegação do poder polícia e pessoas jurídicas de direito privado. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
80. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruna de Paula.Equação Econômico Financeira dos Contratos Administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
81. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Isabelle Klemtz de Abreu.O tombamento com intervenção estatal na propriedade privada e as possibilidades de indenização. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
82. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Joel dos Santos.Equação Econômico Financeira dos Contratos Administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
83. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Priscilla Tiemi Kumegawa.Processo disciplinar do servidor público. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
84. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Gabrielle Rauchbach Mariotti.A função econômica das Parcerias Público-privadas no âmbito das SA's. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
85. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de César Pimental Pereira.A intangibilidade do equilíbrio econômico financeiro nos contratos de concessão de serviços públicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
86. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Karoline Strapasson.Avaliação dos portais de transparência municipal: perspectivas para o controle social. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
87. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Vítor Hugo Assunção Salmazo.A efetivação do direito à educação e a cidadania no Estado Democrático de Direito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
88. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Cassiano Steffen.Licitação pública com ênfase na modalidade pregão. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
89. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Douglas Murilo dos Reis.Fomento e desenvolvimento. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
90. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Diego Monteiro.Desenvolvimento e sustentabilidade na licitação pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
91. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Paola Ferreira Dalcanale.Poder de polícia: poder discricionário, suas limitações e o uso e abuso do poder de polícia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
92. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Pedro Roberto Bochilof.Considerações sobre as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/92. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
93. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Aline Maciel Ferreira.Aspectos destacados do Direito Regulatório sob a ótica do operador portuário - a prestação de serviço público e suas consequências jurídico-econômicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
94. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fabio José Assaf Nogueira.A livre iniciativa e a intervenção do Estado. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
95. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lino Alves do Nascimento.Direito Administrativo, Desenvolvimento e Sustentabilidade - uma análise das concessões como meio de desenvolvimento. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
96. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Alessandra Mendes Rech.Parcerias Públicas - Privadas: aspectos gerais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
97. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caio Schuk.O poder normativo concedido às Agências Reguladoras no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
98. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Larissa Cembalista.Improbidade administrativa e seu controle no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
99. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Marcus Vinícius Priori Minharo.Agências Reguladoras e seu poder normativo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

100. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Michelle Cardoso Silva.Responsabilidade Civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
101. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mateus Levi Borges.Os Servidores Públicos e os Princípios Básicos Orientação de Sua Atuação Peculiaridade do Regime Jurídico dos Empregados Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
102. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Rocha Figueiredo Taborda.Licitação e Contratação Direta: Princípios, Modalidades, Inexigibilidade, Dispensa e Inaplicabilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
103. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mayara Farias de Souza.O Controle na Legalidade da Administração - Especiais do Controle Externo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
104. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Emanuele de Carvalho Ghizzi.Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
105. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arcio Milton Wailler Neto.Teste psicológico em Concurso Público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
106. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Adoniram Ozias Santos.O servidor público e a acessibilidade aos cargos e empregos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
107. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arnaldo Nascimento de Souza.Licitações de obras públicas: a caracterização do objeto. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
108. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Cristina Lam.Responsabilidade civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
109. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Carolina Maren Bruzamolín.Aspectos do serviço público de energia elétrica, regulação e desenvolvimento. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
110. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Rodrigues Scholze.Controle jurisdicional dos atos administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
111. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Hector Matheus Vebber Cardenas.Fuga da Administração Pública para a Administração Privada. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
112. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Hélio Rodrigo Milani Boamorte.Peculiaridades do contrato administrativo e dos procedimentos prévios de licitação de dispensa e de inexigibilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
113. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Juliana Aparecida Inácio.Responsabilidade Civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
114. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luciano Ribeiro do Prado.Aspectos jurídicos de ato administrativo e o controle jurisdicional da legalidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
115. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Roger Leão de Oliveira Colpe.Os problemas da representatividade política democrática no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
116. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bernardo Suss.Regulação jurídica, retrospecto histórico e realidade prática do setor elétrico brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
117. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Rossy Brandão Fonseca Loureiro.Controvérsias Acerca da Concessão da Liberdade Provisória nos Crimes de Tráfico de Drogas com o Advento da Lei 11464/07. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
118. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alysson Amorim.O Ato Administrativo e seu Controle Jurisdicional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
119. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arielli Suckow.Aspectos Gerais Sobre as Formas de Concessão do Serviço Público - A Concessão Tradicional e a Parceria Público - Privada. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
120. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna Franco Cruz.Discrecionalidade Administrativa e Controle Judicial. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
121. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Lemes Karam.Impactos da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações Públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
122. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ivo Augusto Cavazzani Ravedutti Durante.O Serviço Público e as Parcerias Público Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
123. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Maurício Graboski.As Agências Reguladoras e o Poder de Polícia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
124. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rodolfo de Castro Figueiredo Ferreira.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação e o Princípio da Moralidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
125. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Guilherme Carraro Hortmann.Déficit Previdenciário; Análise Jurídica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
126. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ithandra Proença Lima.Contrato Administrativo Equilíbrio Econômico Financeiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
127. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Cynthia Izabella Poli de Andrade.A Administração Pública e sua Relação com o Princípio

128. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Emilly Sucasas Talamante.Parcerias Público - Privadas e o Sistema Penitenciário Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
129. **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Hertel Rehbein Junior.Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
130. **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Higor Goulart.Atos de Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
131. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Jaques Artuso Grisane.As Parcerias Público Privadas no Âmbito do Sistema Prisional.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
132. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Joicei Ribeiro de Campos.Concurso Público - Temas Controvertidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
133. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Leonardo Borsa.Agências Reguladoras: Os Desafios ao Exercício do seu Poder Normativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
134. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luiza Justin Luvizotto.Poder de Polícia e Possibilidades de Delegação e Entidades Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
135. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Márcia da Cruz Heofacker.Teorias da Imprevisão e os Contratos Administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
136. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marina Letícia Setim.O Regime Jurídico das Licitações e a Inexibilidade de Licitação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
137. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Nicolle da Nóbrega Cordeiro.Estudo Sobre a Aplicação Ação Afirmativa no Acesso do Negro a Educação Universitária no Brasil Visando a Igualdade entre Raças. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
138. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caroline Godói Oliveira.A Proteção às Minorias Pautada nos Direitos Fundamentais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
139. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de João Victor Pulcides.Assédio Moral ao Servidor Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
140. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Oclair Eurich.Mandado da Injução: Um Modelo Concretizador da Cidadania. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
141. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Luiza Batschke.As Parcerias Público - Privadas e o Desenvolvimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
142. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Melo Stubert.A Aplicação do Regime Jurídico da Empresa Privada na Empresa Estatal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
143. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Zeghbi Martins.O Poder de Polícia. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
144. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Diego de Castro Sade.Princípios Norteadores e a Indispensabilidade de Defesa Técnica Concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
145. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fabio Piekarsk.As Modalidades de Dispensa da Licitação no Brasil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
146. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Tramunt Pont.Controle Social da Administração Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
147. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Maurílio dos Santos Rodriguez.Responsabilidade Civil do Estado Quanto a Omissão no Dever de Prestar Segurança Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
148. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Natália Vogt Silveira.Licitação e o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
149. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Carlos Eduardo Santos Nito.Constitucionalismo, Neo Constitucionalismo Controle Judicial de Políticas Públicas pelo Ministério Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
150. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fernando Henrique Gama de Oliveira.Desapropriação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
151. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Iara Salissa Ledra.Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação Jurisdicional. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
152. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Natashe do Rego Rossato.A Responsabilidade Civil do Estado - Responsabilidade Civil de Convencionário de Serviços Públicos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 153.

154. VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Camila Letícia de Maia. Aspectos Pontuais do Regime Jurídico das Licitações Públicas e as Peculiaridades de sua Aplicação nas Empresas Estatais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
155. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de Caroline Pereira Almeida. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
156. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Danielle Cristine de Castro Carvalho. Regime Jurídico das Concessões Públicas e Parcerias Público Privadas: Aspectos Pontuais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
157. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Inara Caroline Silita de Almeida Coan. O princípio da proporcionalidade no processo administrativo disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
158. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Joanna Rozário Haiduk. O Dever de Legal de Licitar e as Hipóteses de Contratação Direta. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
159. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de João Guilherme Bueno de Oliveira Gatti. Democracia, Administração Pública e Discricionariedade Administrativa: Análise Pontual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
160. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Leandro Buss. A Participação das Cooperativas em Licitações Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
161. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Magnum de Medeiros. Aspectos Pontuais das Licitações Públicas e o Seu Controle. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
162. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maya Lissa Mateus de Almeida Gonçalves. Processo Administrativo Disciplinar e o Princípio do Juiz Natural na Administração Pública Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
163. VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Renata Petreli Piaé. A Sociedade de Economia Mista. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
164. KASPCHAK, Thiago Thomaz (Thiago Thomaz Kaspchak); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa); VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de Andrea Paula Langowski. Favelização das cidades e políticas públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
165. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Débora Cavalli. Súmula vinculante. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
166. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci). Participação em banca de Elisandra Cristina Guevara. Desaposentação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
167. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Fernando Vaz da Silva. O direito de retrocessão com relação dos bens desapropriados pelo Estado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
168. PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci); VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann). Participação em banca de Jamille Villela de Barros. O cálculo do salário de benefício para o segurado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
169. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de João Paulo Mozer da Cunha. Discussões atinentes à Lei 11.705/08. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
170. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci). Participação em banca de Joseana Aparecida Bueno. Trabalhadores rurais e a previdência social. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
171. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci). Participação em banca de Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
172. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci). Participação em banca de Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
173. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maeva Azevedo Aracheski. Direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
174. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Maiara Alves Cunha de Santi. Regime Jurídico do saneamento básico. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
175. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de Mariana Motter Ferrante Silva. Controle dos atos de improbidade administrativa. 2009. Trabalho

176. **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Miara Schuarts. Concessão de serviço público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
177. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Tiago de Brito Buquera. A reparação do dano moral decorrente de ato de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
178. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Vinicius Encinas. Controle dos atos de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
179. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Virgilio Strozzi. Controle judicial de políticas públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
180. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Florinda Pinto Damasio dos Reis. Controle Judicial de Políticas Públicas na Área de Saúde Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
181. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shadea El-Kouba Gomes. O Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
182. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Diogo Ferreira Bernet. Agências Reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
183. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antônio João Valério Filho. O Orçamento Público e Seus Reflexos na Economia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
184. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pauline de Moraes Chemin. O princípio da dignidade da pessoa humana na constituição federal de 1988. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
185. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Miriam Ramos Nogueira. Súmulas vinculantes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
186. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Maria Francisca de Miranda Coutinho. Tutela do Interesse Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
187. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Crystianne Indena Pires Figueira. Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e o Abuso de Poder. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
188. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Kendra Franco Dias. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e as Prerrogativas da Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
189. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Daniel de Lara Pamplona. Jurisdição Constitucional Concentrada no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
190. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Isabella Bittencourt Mader Gonçalves. Reforma Agrária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
191. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Carolina Gomes Azevedo. Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Licitar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
192. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Alice Danielle Silveira. Parcerias público privadas em sentido estrito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
193. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Álvaro Jose Ehke Czaenik. O princípio da moralidade administrativa e o nepotismo. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
194. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Amanda Rodrigues de Souza. O princípio da segurança das relações jurídicas e a influência destes nos contratos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
195. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina Lopes dos Santos de Souza. Princípios expressos e implícitos da administração pública e seu controle jurisdicional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
196. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Bruno Engler Lamberti. Regime jurídico das licitações públicas e a modalidade pregão. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
197. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Debora Pereira Reali. Controle de constitucionalidade brasileira: uma análise crítica. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
198. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Evelyze Gimienchi Dias. A terceirização na administração pública. 2008. Trabalho de

199. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Isabella Bittencourt Mader Gonçalves.Responsabilidade civil do estado por ato judicial. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 200
200. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maira Barleta Javorsky.Responsabilidade civil do estado: análise pontual dos comportamentos omissivos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
201. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mauro Kratz Nogueira.Agencias reguladoras e seu regime jurídico. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
202. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Nelson Minoru Yamagami Savasaki.Administração pública, arbitragem e teoria organizacional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
203. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paulo Dreher Mesquita.O controle judicial dos atos políticos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
204. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Rodrigo Jankowski Cardoso.As Parcerias Público-Privadas e o gerenciamento profissional de projetos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
205. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Sergio Eidi Yamagami Savasaki.Relações entre o estado e economia: um enfoque sobre o modelo regulador e aspectos da sua aplicação no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
206. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shadea El-Koba Gomes.O terceiro setor e as parcerias com a administração pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
207. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Adriana Cristina Boscardin.O poder normativo das agências reguladoras face ao princípio da legalidade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
208. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alice Danielle Silveira.Parcerias público privadas em sentido estrito. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
209. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Camila de Fátima Konpik.Pregão: modalidade econômica e eficaz de licitação para bens e serviços comuns. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
210. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Carla Luiza Mannrich.Análise pontual do instituto da desapropriação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
211. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Evandro Antonio Sbalcheiro Marich.O estado, a administração pública e os atos administrativos. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
212. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Felipe de La Cruz Quintana.Análise pontual do pregão eletrônico. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
213. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando Henrique Bassan Peixoto.Controle de mérito da pretensão punitiva do processo administrativo disciplinar pelo poder judiciário. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
214. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabriela Brunetta Sávio.A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
215. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Givago Adriano Ramos dos Santos.Responsabilidade do estado pela atividade judicial. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
216. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gracielle Malaquias de Paula.Ato administrativo - aspectos pontuais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
217. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Greigson Tomachevski.Pregão eletrônico: competitividade e agilidade nas contratações públicas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
218. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiz Henrique Kern Ery.Repensando o princípio da supremacia do interesse público. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
219. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Manoella de Carvalho Contin Hek.Processo administrativo à luz da Constituição de 1988. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
220. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marco Aurélio Senko da Hora.A relativização da supremacia do interesse público em face

- 221.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marina Araujo Camardo.O poder normativo das agências reguladoras. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 222.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Michelle Soares Garcia.Evolução histórica da desapropriação no Brasil. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 223.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paula Alessandra Fernandes Bustamente.Licitação Pública: Contratação direta. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 224.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paula Celso Gerva.Concessões de serviço público. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 225.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Celso Gerva.Evolução do sistema licitatório - ênfase na modalidade pregão com seus aspectos relevantes e polêmicos. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 226.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rebeca Soares Trindade.Supremacia do interesse público e estado ponderação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 227.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Stefani Reichel.Reforma Previdenciária. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 228.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Tiago Zeglin.O controle jurisdicional dos atos administrativos e a discricionariedade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 229.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andressa Caroline Lopes de Oliveira.A Utilização da Arbitragem nos Contratos de Parcerias Público-privadas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 230.** **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gilian Pacheco.Responsabilidade Civil do Estado por Danos Ambientais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 231.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Abigail Cristine Carneiro.Administração Pública - Princípio da moralidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 232.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruno Garcia Peres.O ato administrativo, seu controle e a sindicância. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 233.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Camille Andressa Correa Silva.Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 234.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Christiane Rodrigues Buffa.O pregão como resposta ao princípio da eficiência na administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 235.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Elaine Maria Marques.Controle da Administração Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 236.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Mourão Ribeiro.Ato administrativo - aspectos pontuais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 237.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando de Assis Ribas Goulart.Aspectos pontuais das concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 238.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gilian Pacheco.A responsabilidade civil do estado por danos ao meio ambiente. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 239.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gislaïne Ortega Pineda.Reforma da previdência: a EC nº 41. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 240.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Guaracy Carvalho.Aspectos do processo administrativo disciplinar. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 241.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ingrid Hassen.Licitação - Regime Jurídico e temas polêmicos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 242.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jane Oriete de Souza Fonseca Lourenço.A efetividade da aplicação do princípio da eficiência e da publicidade nas políticas públicas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 243.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Kamila Figueiredo Ferreira.Questões controvertidas das agências reguladoras perante o

- 244.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Laura Del Bosco Brunetti Cunha. Concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 245.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luciana Mikilita Mira. O critério objetivo na responsabilidade de extracontratual do estado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 246.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luciana Vosniak. A participação popular na administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 247.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luis Adolfo Kutax. A função social da propriedade urbana. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 248.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luis Gustavo Stremer. Considerações sobre licitações e a Lei nº 8866/93 com enfoque prático. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 249.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Manoel Gustavo Griesbach. Vinculação ao ato convocatório nas licitações com base nos demais princípios licitatórios. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 250.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcel Francisco Lima e Silva. Dificuldades no pregão eletrônico. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 251.** **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maria Emília Vieira Salvatti. As agências reguladoras e sua atuação no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 252.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maurício Polli. Parcerias público privadas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 253.** **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Michelli Crepaldi. Responsabilidade patrimonial extracontratual do estado no exercício da administração. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 254.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Patrícia Pedrosa Moraes. Discricionariedade Administrativa: evolução, aspectos relevantes e controle jurisdicional. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 255.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paulo Andre de Lima. O controle de constitucionalidade das leis. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 256.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Petra Lessa. Meios de controle jurisdicional da administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 257.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Rafael Augusto Guedes. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 258.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Javorski. As garantias dos particulares nos contratos administrativos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 259.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Raphael Marins. O terceiro setor e a sua eficácia no direito brasileiro. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 260.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Tatiana Sommer de Oliveira. Discricionariedade Administrativa: poder ou dever?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 261.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Abigail Cristine Carneiro. Administração Pública - Princípio da moralidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 262.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ademar Francisco Simões. A natureza jurídica do T e suas consequências. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 263.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina de Barros. Observações pertinentes à lei do pregão e seus regulamentos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 264.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Alexandro dos Santos Nieto. O regime de propriedade privada e a intervenção estatal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 265.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Bruno Santos de Lima. O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade como limitadores da discricionariedade da administração. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 266.**

2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- 267.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Cintia Maria Borges Queiroz.Parcerias público privadas e a experiência brasileira. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 268.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Dafnim Frates Rothrach.A nova modalidade de licitação denominada pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 269.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Daiane Aparecida Bales.O terceiro setor e a capacitação de recursos, com ênfase na atividade administrativa de fomento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 270.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Demian Gaio.Impugnação dos requisitos do Edital de Convocação nas licitações com financiamento de organismos internacionais. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 271.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Douglas Carlos Hartenthal Junior.Controle judicial dos atos de improbidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 272.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Edison Eduardo Borgo Reinert.Contratos administrativos - Arbitrariedade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 273.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Eduardo Fulgencio da Cruz.Discricionarieidade administrativa e controle judicial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 274.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Emanuel Theodoro Salloum Silva.A intangibilidade do equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 275.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Everson Talgatti.Desapropriação direta e indireta. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 276.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Francine Hoelz Balbi Romão de Oliveira.Limites à discricionarieidade administrativa - controle jurisdicional dos atos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 277.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Gianni Scislewski Bertoldi.As competências das agências reguladoras. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 278.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Gleyc da Silva Pimentel.As garantias constitucionais e a sua relativização. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 279.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Heloisa Serrat de Almeida Bindo.A administração pública e o princípio da moralidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 280.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Hermann Emmel Schwatz.Da administração pública burocrática à gerencial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 281.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de José Luiz Melegari.Os contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 282.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Joseana Haifa Kinzowski.Regime jurídico administrativo, invalidação e seus limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 283.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Juliana Christina Mello de Brito.As prerrogativas da administração pública nos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 284.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Juliano Gemelli.Discricionarieidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 285.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Julio Harada.Interesse público - supremacia e limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 286.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Karina Zanini.Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 287.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ligia Franco de Brito.O princípio da isonomia aplicado a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados por notória especialização. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 288.**

- 289.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcos Bertani Costa. A atuação discricionária da administração pública e os princípios constitucionais. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 290.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paula Linelli. Administração Pública e improbidade administrativa uma análise a partir do regime jurídico administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 291.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Gonçalves de Camargo Filho. A presunção constitucional de inocência no processo administrativo disciplinar. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 292.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Dalarmi. As agências reguladoras, o direito comparado e seu poder normativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 293.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Sara Jeime Dreher. Regime Jurídico dos contratos administrativos e as peculiaridades em relação às parcerias público-privadas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 294.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Sibhelle Katherine Nascimento. Princípios informadores do direito administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 295.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Solange Faganello. O princípio da subsidiariedade e a participatividade do terceiro setor frente à crise do estado. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 296.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Tattiane Pires de Camargo. Ato administrativo: anotações sobre a discricionariedade e desvio de poder. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 297.** SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luis Gustavo Ramalho da Cunha. Regime jurídico das concessões de serviço público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 298.** FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo de Castro Coutinho. Administração Pública: evolução histórica e legalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 299.** **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo). Participação em banca de Ingrid Simon. Controle Popular na administração Pública tendo em vista o Estatuto da Cidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 300.** **VALLE, V. C. L. L.**; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo). Participação em banca de Valério Bonnet. Administração Pública Gerencial: restrições e possibilidades. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 301.** **VALLE, V. C. L. L.**; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Maria José Reis Pontini. A formação jurídica das OSCIP's. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 302.** **VALLE, V. C. L. L.**; SANTOS, Marcos (Marcos Roberto Araújo dos Santos); LOMBARDI, Marcello Roberto (Marcello Roberto Lombardi). Participação em banca de Luis Carlos Giacomitti. Desapropriação em face da Constituição Federal de 1988: titularidade e limitações patrimoniais da propriedade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 303.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ayrton Lourenço Neto. Competência e efetividade jurídica nas decisões do Tribunal de Contas da União. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 304.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Alexandre Danielle Alberti. A importância da administração pública para o estado democrático de direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 305.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Alexandre Minor Uema. Processo Administrativo Disciplinar. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 306.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Antonia Lucy Lima Maia. Considerações sobre o fenômeno do desvio de poder na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 307.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Arlindo Bortolini Neto. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 308.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Carolina Ferraza Machado. Direitos fundamentais e a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 1533151. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 309.**

- 310.** **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Caroline Marins Leitão. A aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular no fechamento dos bingos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 311.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Cleide de Oliveira. Direito da propriedade versus direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 312.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Daniel Leitner Carboni. A informação no estado democrático de direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 313.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Daniela Stukke Rodrigues. Resolução de conflitos entre direitos fundamentais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 314.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Daniela Fernanda Alves Leme. Responsabilidade extracontratual do estado por comportamento omissivo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 315.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Daniela Ferreira de Freitas. A efetiva busca do bem comum através da participação popular na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 316.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Danielle Regina Gomes. Jurisdição Constitucional: o papel do STF na formação do direito brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 317.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.;** BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Dayana Kozievitch. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 318.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi). Participação em banca de Ellen Priscila Reis. A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 319.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi). Participação em banca de Fabio Meris de Carvalho Silva. A responsabilidade civil do Estado e suas implicações quanto aos danos decorrentes da demora na prestação de jurisdição. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 320.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi). Participação em banca de Gisele Ferreira de Lima. Discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 321.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.;** ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi). Participação em banca de Giseli Martins. Ato administrativo e o dogma da estrita legalidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 322.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gustavo Kliemann Scarpari. Ato administrativo discricionários e vinculados e seu controle pelo poder judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 323.** ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi); **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Isabela Bruginiski. A intangibilidade da equação econômica financeira dos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 324.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.;** ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi). Participação em banca de Karin Lucy Bettinghausen. A adequação na concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 325.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Kassia Renata Silva Noviski. Responsabilidade civil do estado na relação extracontratual. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 326.** **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Larissa Cachineski Soares. Responsabilidade do estado por atos judiciais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 327.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Larissa Renata Kloss. O princípio da função social da propriedade na desapropriação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 328.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Liliane Ongaro. Discricionariedade e controle dos atos da administração pública: controle judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 329.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Marcos Graboski. Poder de polícia da administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão

- 330.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maria Teresa Linhares Wallbach. Natureza jurídica da responsabilidade civil dos bancos de sangue. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 331.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Henrique Barbosa das Neves. Princípio da ampla defesa e do contraditório nos processos disciplinares militares. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 332.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Rafael Cabral. traços sobre a aplicação dos princípios constitucionais no caso concreto. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 333.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ricardo Gracioli Cordeiro. Aspectos relevantes do pregão. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 334.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Rui Cesar de Bitencourt Druszcz. O elo e o abuso de poder na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 335.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shara Nunes Sampaio. O direito à saúde à luz da constituição federal. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 336.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Silmara Aparecida Latoski. Abordagem crítica da supremacia do interesse público nos contratos administrativos e suas implicações nos direitos do particular. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 337.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Sinter Maiki de Constantino e Santana. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional brasileiro. 2004 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 338.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Talita Oliveira Marcon. Ação afirmativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 339.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thiago Lemos de Almeida. Discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 340.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Yuri Emery. Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 341.** FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Maria José Reis Pontoni. responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 342.** **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger). Participação em banca de Ingrid Simon. O ato administrativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 343.** SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Valério Bonet. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 344.** **VALLE, V. C. L. L.**; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Patrícia Mombelli Novais. Concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 345.** **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger). Participação em banca de Luis Carlos Giacomitti. Regime Jurídico da Licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 346.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Christiane Lorenzo Niece. Responsabilidade civil objetiva do estado por ato omissivo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 347.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Daiana Trybus. Prerrogativas da administração pública nos contratos administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 348.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Diogo da Ros Gasparin. O equilíbrio econômico financeiro na concessão de serviços públicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 349.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Patrick Roberto Gasparetto. Direito Administrativo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 350.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Renata Ribeiro Baú. Agência reguladora: o seu poder normativo à luz da CFG de 1988. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 351.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Renato Cordeiro Justos. Aquisição de obras. bens e serviços sem licitação. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 352.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Berlatto. responsabilidade patrimonial extracontratual do estado por condutas lesivas. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

353. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Scartezini Marques. Agências Reguladoras: autonomia e poder normativo. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
354. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Walter Tiyoso Linzmayer Otsuka. Princípio constitucional da eficiência aplicado a administração pública. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
355. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina Franke Rodrigues. Responsabilidade civil do estado por danos decorrentes da atuação do poder judiciário. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
356. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Julia Curx. Anatel. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
357. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Maria Paroli. Desapropriação indireta. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
358. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andrea Giacomet. A teoria do acidente administrativo e a responsabilidade objetiva do estado. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
359. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antônio Sérgio Bernardinetti David Hernandez. A responsabilidade civil extracontratual do estado. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
360. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cristiane Derani. A prorrogação dos prazos nos contratos de concessão de serviço público. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
361. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Cesar Augusto Berksaag. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
362. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Fabio Grein Pereira. Intervenção do estado na propriedade. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
363. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Schuhli Borges. O estado regulador e a necessidade de estabelecer padrões de qualidade no fornecimento de energia. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
364. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Isabella de Oliveira Trevizan. O conceito de proposta mais vantajosa e os princípios da licitação. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
365. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luiz Gustavo Vicari. Da prestação ao patrimônio cultural: o tombamento. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
366. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Monica Oldani Taborda. As prerrogativas da administração nos contratos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
367. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Oriana Stella Balestra. Aspectos relevantes do meio ambiente e sua defesa por meio de ação popular. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **VALLE, V. C. L. L.**. Elaboração de Questões para o Concurso da Magistratura do Paraná 2010. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Avaliação de cursos

1. **VALLE, V. C. L. L.**. Declaração Avaliador Edital 03/2020-Projetos PIBIC. 2020. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Outras participações

1. **VALLE, V. C. L. L.**. XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - Comissão de Artigos Científicos. 2020. Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. XXVIII Seminário de Iniciação Científica PUCPR. 2020. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. A eficiência da política pública do fies como fomento à educação: uma análise da implosão do sistema e suas causas. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. **VALLE, V. C. L. L.**. O dever constitucional dos municípios de fornecer acesso ao ensino fundamental e à educação infantil. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 5.

6. **VALLE, V. C. L. L.**. As políticas implantadas pelo Estado Brasileiro para o combate ao analfabeto funcional. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
7. **VALLE, V. C. L. L.**. O desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de estudantes (PISA). Uma análise comparada sobre as medidas governamentais adotadas. 2018.
8. **VALLE, V. C. L. L.**; BELEM, Bruno (Bruno Moraes Faria Monteiro Belém); STROPPIA, Christianne (Christianne de Carvalho Stroppa); ESTEVES, Júlio César dos Santos; RODELLI, Luiz Felipe de Lima. Presidência da Comissão do Concurso de Artigos jurídicos - Prêmio Sergio de Andréa Ferreira no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Banca de seleção de alunos para o programa de monitoria - Primeiro Semestre de 2016. 2016. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
10. **VALLE, V. C. L. L.**; DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); SANTANO, Ana Claudia (Ana Claudia Santano); CARVALHO, Claudia (Claudia Oliveira Cruz Carvalho); PETHECHUST, Eloi (Eloi Rodrigues Barreto Pethechust); PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta). Banca de Comunicados Científicos do Seminário Internacional de Eficiência e Ética na Administração Pública. 2015. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
11. **VALLE, V. C. L. L.**; MARRARA, Thiago (Thiago Marrara de Matos); SALGADO, Desiree (Eneida Desiree Salgado); BITENCOURT NETO, Eurico (Eurico Bitencourt Neto); HARGER, Marcelo (Marcelo Harger). Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
12. **VALLE, V. C. L. L.**. Comissão Julgadora dos Recursos interpostos no Exame Multidisciplinar aplicado no 1º Semestre de 2013 para o Curso de Direito, Campus Curitiba. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
13. **VALLE, V. C. L. L.**. V Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e X Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2009. Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
14. **VALLE, V. C. L. L.**; BITTENCOURT, Marcus (Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt); BACCARIN, Antonio (Antonio Baccarin). Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Guillermo Andrés Muñoz. 2009. Instituto Paranaense de Direito Administrativo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo | 2º painel | Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa. Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Congresso).
2. Conferencia Gestão e Human Skills. 2021. (Outra).
3. Congreso Iberoamericano de Función Pública. Presente y futuro de los funcionarios públicos en Iberoamérica. 2021. (Congresso).
4. II Semana da Mulher da Escola de Direito da PUCPR: liderança, vulnerabilidades e (des)igualdade na contemporaneidade,. PAINEL I O FEMININO NO DIREITO. 2021. (Congresso).
5. INNOVACIÓN DOCENTE EN EL PROCESO ENSEÑANZA- APRENDIZAJE EN LA DÉCADA DIGITAL. Participante do Comitê Científico. 2021. (Congresso).
6. NOMA - Norma e Arte.Comitê científico. 2021. (Outra).
7. Oficina Planejamento de ações acompanhamento de curriculum por NDE e coordenadores. 2021. (Outra).
8. SCIENTIFIC MEETING OF RESEARCHERS IN LAW AND SUSTAINABILITY 2021. Mediador na apresentação de Comunicados Científicos. 2021. (Congresso).
9. ?Controle e vigilância por meio de dados pessoais e sensíveis?. 2020. (Outra).
10. Avaliação e Recuperação da Aprendizagem, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
11. Como eu engajei os estudantes nas aulas remotas? O que deu certo e o que eu posso melhorar nas próximas. 2020. (Outra).
12. Confecção de Planos de Ensino (Course Design) Parte I, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
13. Confecção de Planos de Ensino (Course Design) Parte II, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
14. Engajamento dos estudantes nas aulas remotas, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
15. Entendendo o plano de ensino e as novas matrizes, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
16. Estado Social Digital e regulação de Novas tecnologias. Mesa da palestra. 2020. (Congresso).
17. Evento Universidad Panamericana de México. Servicios Públicos y Administración Pública en la modernidad. 2020. (Congresso).
18. II Congreso Internacional de Comercio Exterior, Derechos Humanos y Derecho Administrativo. Participação na mesa redonda sob Direito Administrativo. 2020. (Congresso).
19. Planejamento de experiências engajadoras que promovam a aprendizagem efetiva nas aulas remotas. 2020. (Encontro).
20. PLANEJAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ENGAJADORAS QUE PROMOVAM A APRENDIZAGEM EFETIVA NAS AULAS REMOTAS - COM APRIMORAMENTO DO PLANO DE ENSINO. 2020. (Outra).
21. Primer Congreso Internacional: El Derecho de las Ciudades. Conferencia Magistral. 2020. (Congresso).
22. Primer Foro Internacional de Derecho Constitucional, Administrativo y Derechos Humanos. Avances y trascendencias en Derechos Humanos. 2020. (Congresso).
23. Primer Foro Internacional de Derecho Constitucional, Administrativo y Derechos Humanos. La democracia y la administración Pública actual. 2020. (Congresso).

24. Reforma Administrativa ? Na Visão Delas. PAINEL IV - PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA E FEDERALISMO. 2020. (Congresso).
25. UNAM, Foro Internacional: Constitución, Administración Pública y Derechos Humanos. Ponente. Administración Pública Digital. 2020. (Congresso).
26. XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2020. (Outra).
27. 5o Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Congresso).
28. CONFECÇÃO DE PLANOS DE ENSINO (COURSE DESIGN) - Parte II. 2019. (Congresso).
29. Congresso Internacional - Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus impactos na América Latina. O Estado brasileiro diante das decisões da Corte IDH: entre Ximenes Lopes e Vladimir Herzog. 2019. (Congresso).
30. Diálogos com o Ministério Público de Contas Desafios na aplicação da LINDB lind. LINDB e as dificuldades reais do gestor: erro grosseiro e análise das consequências práticas da tomada de decisão administrativa. 2019. (Congresso).
31. Electoral integrity and democratic development. Presidente da mesa. 2019. (Outra).
32. Integridad electoral y desarrollo democratico, Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. Integridad electoral y desarrollo democratico, Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Seminário).
33. IX Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. Administração Pública Digital. 2019. (Congresso).
34. Media Training PUCPR - 2019. 2019. (Congresso).
35. Novos Paradigmas da Contratação Pública - Inovações na nova lei das estatais (Governança, c compliance, licitações e contratos. Participação na mesa redonda. 2019. (Outra).
36. Recepção aos Calouros- Painel Institucional. Painel Institucional. 2019. (Outra).
37. Retrocesso de Direitos Fundamentais, Subtema: Agenda 2030- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e vi violações de Direitos Humanos Fundamentais. Palestra. 2019. (Congresso).
38. Universitas e Direito. Sustentabilidade e Controle. 2019. (Congresso).
39. Universitas e Direitos Humanos. Decisão Judicial e Direitos Humanos. 2019. (Congresso).
40. VII VOZES DO DIREITO CONTEMPORÂNEO - AS VOZES DA BALBÚRDIA. Avaliadora do grupo de Trabalhos em Direito do Estado. 2019. (Congresso).
41. XVIII Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo. Organización del Control Administrativo. 2019. (Congresso).
42. 1º Semana da Mulher da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Parná. Movimento feminista e as temáticas atuais. 2018. (Encontro).
43. Café Identidade com a Escola de Direito. 2018. (Congresso).
44. Café Identidade com a Escola de Direito. O Curso de Direito da PUCPR. 2018. (Encontro).
45. Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. Consensualismo, Arbitragem e o Ambiente de contratação pública brasileiro: reposicionamento de prerrogativas na Administração Pública. Mesa: Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas, Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. 2018. (Congresso).
46. Universitas e Direito 2018. Mesa redonda: Análise da Lei nº 13655/18- nova lei de introdução as normas do direito brasileiro- a nova lei de segurança e eficiência no direito Público. 2018. (Congresso).
47. Universitas e Direito 2018. A constituição vista por elas o olhar feminino sobre os 30 anos da constituição. 2018. (Congresso).
48. VIII Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e VII Congresso Sulamericano de Direito Administrativo. Painel de Debates 3 ? Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Congresso).
49. XIX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Segurança jurídica e a jurisprudência do medo. 2018. (Congresso).
50. XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica. 2018. (Congresso).
51. I Congresso Internacional de Direitos Fundamentais na Nova Ordem Mundial. Direitos das Minorias, Ações Afirmativas e Confrontos Ideológicos: os (re)sentimentos. 2017. (Congresso).
52. Universitas e Direito. Novos paradigmas nos contratos administrativos: consensualismo e arbitragem e reposicionamento de prerrogativas. 2017. (Congresso).
53. VI Conferência Estadual da Advocacia OABPR. Arbitragem nos contratos administrativos. 2017. (Congresso).
54. XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 6º Painel: Concessões e parcerias em cenários de crise - desafios na conciliação de segurança jurídica e promoção do desenvolvimento. 2017. (Congresso).
55. Devising 21st Century Higher Education with PUCPR. 2016. (Encontro).
56. Encontro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do PPGD/UFPR. Modalidades de Licitação no Direito Administrativo Brasileiro. 2016. (Encontro).
57. I Fórum de Controle Externo do TCEPR. Julgamento da Licitação e o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 2016. (Congresso).
58. Oficina: Aprendizado por Pares (Peer Instruction). 2016. (Oficina).
59. Oficina: Sistema de Votação em Sala de Aula. 2016. (Oficina).
60. Palestra: Confissões de um Professor Convertido Eric Mazur. 2016. (Encontro).
61. Palestra: Inversão da Sala de Aula-Bennett Goldberg. 2016. (Encontro).
62. Planeta PUC (Feira de Cursos). A importância do Profissional do Direito. 2016. (Exposição).
63. Prezi Básico, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2016. (Oficina).
64. Workshop Blackboard, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2016. (Oficina).
65. XVII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. (In)Eficiência da Administração Pública em conflito com a profissionalização do Agente Público. 2016. (Congresso).
66. Capacitação do Advogado Iniciante. Postura em Audiência. 2015. (Encontro).
67. O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 2015. (Encontro).
68. Seminário Internacional Eficiência e Ética na Administração Pública. Presidente da Sessão de Apresentação de Comunicados Científicos. 2015. (Congresso).
69. Seminário sobre o Trabalho Discente Efetivo - TDE. 2015. (Seminário).
70. XVI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Regime Jurídico e Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Congresso).

71. IV Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal do Gestor/Fiscal do contrato. 2014. (Congresso).
72. Palestra: A nova família e o papel da escola nesta realidade. 2014. (Encontro).
73. Seminário de Integração do PPGD/PUCPR. Transparência, Probidade e Contratação Pública. 2014. (Seminário).
74. XI Seminário Marista de Profissões. O Curso de Direito da PUCPR, palestra aos alunos do ensino fundamental II e Médio do Colégio Santa Maria. 2014. (Seminário).
75. XV Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Direitos Sociais e Administração Pública. 2014. (Congresso).
76. XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2014. (Congresso).
77. III Congresso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. Cuestiones actuales del Derecho Público. 2013. (Congresso).
78. II Virada Acadêmica. Direito administrativo e sustentabilidade: novos limites à tomada de decisão administrativa. 2013. (Seminário).
79. XIV Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Servidor Público e Segurança Jurídica. 2013. (Congresso).
80. II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Habilitação e Julgamento de Propostas. 2012. (Congresso).
81. VI Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. Presidente da Mesa: Energia Sustentável, Financiamento e Consumo: questão econômica, jurídica ou cultural?. 2012. (Congresso).
82. XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Reequilíbrio Econômico Financeiro. 2012. (Congresso).
83. Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Serviços Advocatícios: Possibilidades e Fundamento Legal. 2011. (Congresso).
84. I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento. 2011. (Congresso).
85. I Seminário Ítalo-brasileiro: Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Alternativas de Regulação Jurídica Eficiente dos Recursos Energéticos. 2011. (Seminário).
86. Seminário Direito Administrativo, Democracia e Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais e o Controle da invalidade dos Atos Administrativos. 2011. (Seminário).
87. XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Aplicabilidade da lei federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99) nos Estados e Municípios. 2011. (Congresso).
88. XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 20 anos da Lei nº 8.112/90 - Reflexões sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos. 2010. (Congresso).
89. V Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul, X Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Guillermo Andrés Muñoz. 2009. (Congresso).
90. IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. As políticas públicas e seus aspectos polêmicos. 2008. (Congresso).
91. II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. Novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos. 2007. (Congresso).
92. VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Contratos Administrativos. 2007. (Congresso).
93. VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Licitações e Contratos. 2006. (Congresso).
94. Seminário de Lançamento do Livro: Curso de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
95. VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Aspectos controvertidos das contratações emergenciais. 2005. (Congresso).
96. O Direito do Estado e o Estado de Direito. A reforma previdenciária e a segurança jurídica do servidor público. 2004. (Simpósio).
97. Primeira Jornada de Direito Constitucional da UniBrasil. Neo-Constitucionalismo, funções do Estado e controle das políticas públicas. 2004. (Congresso).
98. V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações (1º painel: Licitações Públicas). 2004. (Congresso).
99. VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional. Integrante da Comissão Examinadora de Artigos Jurídicos. 2004. (Simpósio).
100. Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. O direito urbanístico e o desenvolvimento planejado das cidades. 2003. (Congresso).
101. IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. Atuação das Agências Reguladoras no Brasil. 2003. (Simpósio).
102. Jornada de Direito Público PUCPR. Reforma Administrativa e o terceiro setor. 2003. (Congresso).
103. Jornada de Direito Público PUCPR. Reforma Administrativa e o terceiro setor. 2003. (Congresso).
104. Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. Reforma Administrativa do Estado. 2003. (Encontro).
105. Primeiro Encontro Acadêmico das Faculdades do Brasil: Alteridade e Cidadania. 2003. (Encontro).
106. Segunda Semana Acadêmica do CASP - 2003 - 15 Anos da Constituição. A nova dogmática crítica constitucional: os pressupostos de construção de uma nova sociedade. 2003. (Encontro).
107. XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. Regime Jurídico das Agências Reguladoras. 2003. (Encontro).
108. 1º Colóquio do Primeiro Semestre de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. A imprensa e as liberdades fundamentais. 2002. (Encontro).
109. IV Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. 2002. (Congresso).
110. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Congresso).
111. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
112. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
113. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
114. III Congresso Sul Americano Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
115. XIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
116. Congresso sobre Direitos Fundamentais. 1998. (Congresso).
117. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornada de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
118. II Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal. 1998. (Outra).
119. XII Congresso Brasileiro e II Congresso Sul Americano de Direito Administrativo. 1998. (Congresso).
120. I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal. 1997. (Outra).

121. Palestra. 1997. (Outra).
122. Semana de Qualidade de Ensino PUCPR. 1997. (Seminário).
123. Painel de Direito Comercial do CASP.Sociedade por cotas de Participação Limitada. 1996. (Encontro).
124. X Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1996. (Congresso).
125. XVII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1996. (Congresso).
126. IV Fórum Nacional de Direito Constitucional - Controle da Constitucionalidade. 1995. (Outra).
127. III Fórum Nacional de Direito Constitucional. 1994. (Outra).
128. XV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1994. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; CABRAL, RODRIGO MACIEL ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) . Seminário Serviços Públicos, Smart Cities e Tecnologia - Seminários de Integração NUPED PPGD/PUCPR. 2021. (Outro).
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Internacional: Os contratos públicos no contexto internacional. 2021. (Congresso).
3. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) . II Seminário Brasil-Índia de Direitos Fundamentais, Tecnologia e Educação e Seminário Internacional de Direito Digital. 2021. (Congresso).
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Lifelong Learnig II. 2021. (Congresso).
5. **VALLE, V. C. L. L.**. Passado, presente e futuro do sistema de conflito internacional. 2019. (Congresso).
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Análise da Lei No. 13655 de 2018 - Nova Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2019. (Congresso).
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Palestra conflitos no Direito Internacional: Embates econômicos, humanos e sociais. 2019. (Outro).
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Erosão Democrática e Constitucionalismo Abusivo. 2019. (Outro).
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Controle de Convencionalidade, Retrocesso de Direitos Fundamentais e Políticas de Gênero. 2019. (Congresso).
10. **VALLE, V. C. L. L.**. Conflitos no Direito Internacional: Embates Econômicos, Humanos e Sociais. 2019. (Congresso).
11. **VALLE, V. C. L. L.**; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) . Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Congresso).
12. **VALLE, V. C. L. L.**; MOREIRA, Bruna (Bruna Cristina Moreira) ; BARJONA, Heloisa (Heloisa de Lima Barjona) ; CARVALHO, Érika (Érika Carvalho de Aquino) ; OLIVEIRA, Deborah (Deborah Miquelini Rodrigues de Oliveira) ; TURRA, Silvia (Silvia Turra Grechinski) . 1ª Semana da Mulher da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2018. (Outro).
13. **VALLE, V. C. L. L.**; KOZIKOSKI JUNIOR, Antonio (Antonio Claudio Kozikoski Junior) . O Direito em Verbo ? Vozes da Escola de Direito. 2018. (Outro).
14. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio de conciliação e mediação ? desafios e perspectivas. 2018. (Outro).
15. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) . Proteção Jurídica do Meio Ambiente e seus desafios contemporâneos, Aula Magna da Escola de Direito, com Palestra da professora Jacqueline Morand-Deville, Universidade Paris I ? Pantheon Sorbonne. 2018. (Outro).
16. **VALLE, V. C. L. L.**. Ato Público em Defesa da Constituição. 2018. (Outro).
17. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Análise da Lei n. 13655/18 - Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2018. (Outro).
18. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio A CONSTITUIÇÃO VISTA POR ELAS: o olhar feminino sobre os 30 anos da Constituição. 2018. (Outro).
19. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 4 a 8 de junho. 2018. (Outro).
20. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 5 a 10 de novembro. 2018. (Outro).
21. **VALLE, V. C. L. L.**. VIII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. 2018. (Congresso).
22. **VALLE, V. C. L. L.**. O Estado Administrativo e o Direito Público e o Direito Privado, aula magna da Escola de Direito, com palestra do professor Pedro Costa Gonçalves, Universidade de Coimbra. 2017. (Outro).
23. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio ARBITRAL WOMEN. 2017. (Outro).
24. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Temas de Arbitragem. 2017. (Outro).
25. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 5 a 8 de junho. 2017. (Congresso).
26. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 16 a 20 de outubro. 2017. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.

2. Lucas Matheus Lopes. A utilização de parcerias público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasse da perícia criminal. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - 212 Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
3. Mário Sérgio Vuitik. Equilíbrio contratual em processo licitatório: o sistema de registro de preços na teoria e na jurisprudência. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
4. Pietra Procopio Castro Pascali. As prerrogativas da Administração Pública: um estudo comparado entre o direito brasileiro e o direito americano. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camiia Cotovicz Ferreira. Conformidade das Leis No. 13.467/2017 às regras que norteiam a terceirização de serviços na administração pública. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
6. Jean Carlo Jacichem Luz. Arbitragem enquanto instrumento da ação do estado contractualizado no paradigma a administração pública consensual. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
7. Amanda Colaço. Consensualismo - uma resposta à crise de autoridade no ambiente contratual administrativo. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
8. Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
9. Sabrina Suelen Marcelino. Modelo contemporâneo de contrato administrativo: instrumento de estabilização de políticas públicas, governança e desenvolvimento nacional sustentável. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
10. Eduardo Mendes Zwierzkowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caroline Borges. Das Preferências em procedimentos licitatórios. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
12. Rafael Stallmach Costa Kadri. Princípios da Administração Pública na licitação e sujeição do instrumento convocatório a impugnações. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
13. Alexander Miranda. Reequilíbrio Econômico Financeiro nos atos de Registro de Preços. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
14. Aline Rosa Novaes. Alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
15. Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
16. Bruno Arcie Eppinger. A retenção de créditos decorrentes de contrato administrativo em razão da aplicação de multa pela ausência de garantia contratual. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
17. José Bernardoni Filho. O desenvolvimento de atividades privadas de interesse público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSIP. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
18. Rafael de Araújo Mazepa. As exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas: desafios da razoabilidade. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
19. Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de licitação por notória especialização na prestação de serviços advocatícios. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
20. Inácio do Nascimento Dias. Lei de Responsabilidade Fiscal: Aspectos Constitucionais. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
21. Ivan Schneider. Contratos de Gestão e seus Aspectos Polêmicos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
22. Rondinelli Roberto da Costa Urias. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos das Agências Reguladoras. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
23. Alexander Miranda. Reequilíbrio econômico-financeiro nos atos de Registro de Preços. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
24. Aline Rosa Novaes. Alterações Quantitativas e qualitativas dos Contratos Administrativos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
25. Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
26. Bruno Arcie Eppinger. A Retenção de Créditos Decorrentes de Contrato Administrativo em Razão da Aplicação de Multa pela Ausência de Garantia Contratual. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito

27. José Bernardoni Filho. O Desenvolvimento de Atividades Privadas de Interesse Público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIP, em parceria com a Administração Pública. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle. 213
28. Rafael de Araujo Mazepa. As Exigências de Qualificação Técnica nas Licitações de Obras Públicas: Desafios da Razoabilidade. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
29. Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de Licitação por Notória Especialização na Prestação de Serviços Advocatícios. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
30. Marco Aurélio Senko da Hora. A Relativização da Supremacia do Interesse Público em face do Andamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
31. Renata Costa de Aguiar. Formas de Concessão de Serviço Público e os Entraves a Contratação de Parcerias Público-Privadas. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
32. Cláudio Tavares Tesseroli. Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
33. Diego Ari Cheniski. Dos Ilícitos da Lei nº 8.666/93. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
34. Myrthes Castro de Melo e Silva. O Princípio da Segurança Jurídica em face do Julgamento do Ato de Concessão de Aposentadoria pelo Tribunal de Contas da União. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
35. Gabriela Murara Vieira. As Cláusulas Exorbitantes e o Dever de Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessão. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
36. Liliane de Jesus Vollrath Oliva. A Parceria Público-Privada e suas Peculiaridades em Relação à Concessão Comum. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
37. Tiago Cadore. Os Contratos de Parceria Público-Privadas e a exceção de contrato não cumprido. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
38. Rodrigo Caxambu de Almeida. Da Vinculação da Portaria Inaugural ao Relatório e Decisão Lei nº 9.784 de 29 de Janeiro de 1999. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
39. Evandro Beck Souza. A Justificativa do Preço da Contratação na Lei 8.666/93. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
40. Ana Paula Lauriano Cardoso. Encampação: Principais Aspectos e Dificuldades. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
41. Beatriz Mattar Araújo. Terceirização de Serviços na Administração Pública. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
42. Elaine Cristina Bertoldo. Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
43. Paulo Eduardo Vizzotto. O Impacto da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
44. Lia Nara Dalmutt. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
45. Thiago Antônio de Lemos Almeida. Parcerias Público-Privadas. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
46. Lucia Sombrio. A Constitucionalidade da Lei 8.429/92. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
47. Melissa de Miranda Coutinho. A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e a Intervenção de Terceiros. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
48. Caroline da Costa Kamaroski. Ações Afirmativas: O Princípio da Isonomia Efetivamente Aplicado. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
49. Fuad Salim Naji. A Revisão Geral e Anual da Remuneração dos Servidores Públicos e o Teto Constitucional de Remuneração. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
50. Andressa Fracaro Cavalheiro. Contribuição de Melhoria - Aspectos Destacados. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 51.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Letícia Casagrande. A ADVOCACIA 4.0: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O PROFISSIONAL DE DIREITO. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Camila Duarte. Uma análise sobre a inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica a partir da Perspetiva do Direito Fundamental à Educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Joselito Francisco Gugiemi. A inserção do princípio constitucional da função social e a responsabilidade socioambiental à legislação das empresas estatais e prestadores de serviços públicos, com foco na sustentabilidade, à luz da Lei 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Voleni Fernandes de Lima Junior. A exigência das regras de compliance na contratação pública a luz da lei 13303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Rafaela Carla dos Santos. A eficácia da arbitragem nos contratos administrativas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. André Felipe Pereira de Souza. O serviço público eficiente como instrumento de concretização do direito fundamental a boa administração pública. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
7. Pablo de Paula Orofino. A evolução histórica do estado social da sua origem a contemporaneidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Rafaella Nogueira Ferraresi. A judicialização da saúde e o papel do Estado no fornecimento de medicamentos de alto custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Marina Delatte Rissio. O direito fundamental à saúde e a sua judicialização. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Cahio Almeida Silva. A importância dos descontos tarifários para o cooperativismo de eletrificação rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caio Lopes da Silva. Administração Pública e a eficácia da arbitragem em suas relações contratuais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
12. Lucas Antoniacomi Dal'Lin. O paradigma atual das contratações Administrativas: a atuação pública imperativa em fase de consensualismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
13. Diego Jacomit Corrêa. Mercado livre X Mercado cativo: um estudo sobre a possibilidade de implementação de um amplo ambiente de contratação livre no mercado brasileiro de concretização de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
14. Luis Fernando Ponarski. O surgimento do Uber como meio de transporte de passageiros - Análise pontual do enquadramento como atividade econômica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
15. Mario Kendy Miyasiky. Ações civis públicas contra a prudência social. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
16. Aline Dutra Pepes. Análise da aplicação do instituto de arbitragem nos contratos administrativos: entre direitos disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
17. Matheus Trancoso Bertolin. A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
18. Lucas Martins Antunes. Direito à moradia digna e intervenção social: o papel do estado na transformação do espaço social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
19. Jéssica de Moura Rocha. O uso da arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
20. Fernanda Bellascosa da Silva. Arbitragem e o poder público: entre interesses disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
21. Lislie Queiroz de Souza. A aplicabilidade da arbitragem nos contratos administrativos como solução alternativa de litígio na relação estado-sociedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
22. Ana Jéssica Buttner da Silva. Licitação pública: entre o modelo normativo da Lei 8.666/1993 e o regime diferenciado de contratações públicas Lei 12.462/2011. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
23. Lucas Augusto Coltro. As Parcerias Público-Privadas no sistema prisional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
24. Ricardo Bolliger Schimin. Licitações - regime diferenciado de contratação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
25. Ivan Besel Villalon. Alternativas ao controle judicial do direito fundamental à saúde: em busca de sua efetivação integral e universal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

26. Wilson Accioli de Barros Filho. A contemporânea relação consensual entre o parceiro público e o parceiro privado e os reflexos decorrentes da recepção da arbitragem pela Lei de PPPs. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle. 215
27. Ana Luzia Gori Palka Miranda. Publicidade X Privacidade: limites e possibilidades na divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos na internet. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
28. Julio Cesar Fernandes Ercoli. Segurança Pública: os limites constitucionais de atuação das guardas municipais e a PEC 534 de 2002. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
29. Leonardo Rodrigo dos Santos Dutra. O Regime Jurídico do Serviço Público e o Transporte Coletivo como Modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
30. Taisa Regina Rodrigues. Recusa ao tratamento hemoterápico e o conflito entre direitos fundamentais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
31. Thales Soares Rossato. Licitação Pública e os Aspectos penais na Lei 8666/93. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
32. Ana Cristina Aguiar Viana. Estado Neoconstitucionalista e o controle judicial de políticas públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
33. Fabiane Jesus de Lima. Os princípios da legalidade e da juridicidade aplicados no Direito Administrativo: sob influência no Estado e na gestão administrativa diante dos novos paradigmas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
34. Daphne Glaser Pohl. Discricionariedade e controle dos pressupostos legitimadores do mérito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
35. Gabriel Bacila Langer. O princípio da eficiência na Administração Pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
36. Luiz Gustavo Moraes Kojarski. Terceiro setor - parcerias entre o Estado e o Privado para satisfação do interesse público. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
37. Eduarda Lacerda Kanieski. Poder de polícia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
38. Kamila Ornelas Valle. Remédios Constitucionais, o Mandado de Segurança e as Inovações da Lei 12.016/2009. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
39. Jeferson Castro Teixeira. Ato de improbidade administrativa à luz da constituição federal e o entendimento jurisprudencial sobre a aplicação da Lei 8429/92 aos agentes públicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
40. Liliansa Cechinel. A Constituição da Lei nº 11105/2005 em Face da Discussão acerca do Destino dos Embríões Excedentes de Fertilização In Vitro e a Pesquisa com Células Tronco Embrionária. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
41. Talita Agatma Pogrzeba. Agências Reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
42. Luciano Correia Curi. O Regime Jurídico das Licitações e o Pregão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
43. Michel Kazuichi Iwata. Desapropriação no Direito Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
44. Fernando Boff. A Garantia Legal do Exercício do Direito de Greve dos Servidores Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
45. Kaliandra Hermes. Agências Reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
46. Carolina de Moraes Sarmento Dionisio. O Princípio da Justa Indenização à Luz do Instituto de Desapropriação. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
47. Amanda Regina Iatski. Reforma Administrativa e Regulação Econômica: a extensão e limites do poder normativo das agências reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
48. Boas Henrique Macorim Vieira Oliveira. Aspectos jurídicos dos contratos administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
49. Daniel Morelli Soares. Discricionariedade e os Limites do Poder de Polícia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
50. Ivy Sabina Ribeiro de Moraes. Regime Jurídico Estatutário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
51. Jefferson Lopes Galvão. Aspectos gerais das Agências Reguladoras no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
52. Larissa dos Santos Sutil de Oliveira. Princípio da reserva do possível. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
53. Luana Cristina Medeiros de Lara. Discricionariedade Administrativa: limites constitucionais de atuação dos agentes administrativos e o controle exercido pelo poder judiciário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
54. Maria Joana Fagundes Guimarães. Processo e processo administrativo disciplinar no âmbito da administração pública federal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 55.

56. Thais Françoise Gusso. A proporcionalidade e a razoabilidade das sanções administrativas aplicadas pela comissão permanente para apuração de irregularidades e aplicação de sanções administrativas, as empresas contratadas com o poder judiciário do Paraná. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
57. Wilson Trindade Junior. Discricionariedade Administrativa na dinâmica da Constituição de 1988. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
58. Suzanne Jacowski. A delegação dos serviços sociais através do contrato de gestão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
59. Cynthia Izabella Poli de Andrade. A Administração Pública e sua Relação com o Princípio da Moralidade e a Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
60. Emilly Sucasas Talamante. Parcerias Público - Privadas e o Sistema Penitenciário Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
61. Hertel Rehbein Junior. Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
62. Higor Goulart. Atos de Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
63. Jaques Artuso Grisane. As Parcerias Público Privadas no Âmbito do Sistema Prisional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
64. Joicei Ribeiro de Campos. Concurso Público - Temas Controvertidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
65. Leonardo Borsa. Agências Reguladoras: Os Desafios ao Exercício do seu Poder Normativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
66. Luiza Justin Luvizotto. Poder de Polícia e Possibilidades de Delegação e Entidades Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
67. Márcia da Cruz Heofacker. Teoria da Imprevisão e os Contratos Administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
68. Marina Letícia Setim. O Regime Jurídico das Licitações e a Inexibibilidade de Licitação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
69. Nicolle da Nóbrega Cordeiro. Estudo Sobre a Aplicação Ação Afirmativa no Acesso do Negro a Educação Universitária no Brasil Visando a Igualdade entre Raças. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
70. Camila Letícia de Maia. Aspectos Pontuais do Regime Jurídico das Licitações Públicas e as Peculiaridades de sua Aplicação nas Empresas Estatais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
71. Caroline Pereira Almeida. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
72. Danielle Cristine de Castro Carvalho. Regime Jurídico das Concessões Públicas e Parcerias Público Privadas: Aspectos Pontuais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
73. Inara Caroline Silita de Almeida Coan. O Princípio da Proporcionalidade no Processo Administrativo Disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
74. Joanna Rozário Haiduk. O Dever de Legal de Licitar e as Hipóteses de Contratação Direta. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
75. João Guilherme Bueno de Oliveira Gatti. Democracia, Administração Pública e Discricionariedade Administrativa: Análise Pontual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
76. Leandro Buss. A Participação das Cooperativas em Licitações Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
77. Magnum de Medeiros. Aspectos Pontuais das Licitações Públicas e o Seu Controle. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
78. Maya Lissa Mateus de Almeida Gonçalves. Processo Administrativo Disciplinar e o Princípio do Juiz Natural na Administração Pública Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
79. Renata Petreli Piaé. A Sociedade de Economia Mista. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
80. Elisandra Vaz da Silva. Desapossentação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
81. Joseana Aparecida Bueno. Trabalhadores rurais e a previdência social. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
82. Jamilylle Villela de Barros. O cálculo do salário de benefício para o segurado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
83. Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
84. Ricardo Miara Schuarts. Concessão de serviço público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
85. Tiago de Brito Buquera. A reparação do dano moral decorrente de ato de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

86. Daniel de Lara Pamplona. Jurisdição Constitucional Concentrada no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
87. Kendra Franco Dias. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e as Prerrogativas da Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
88. Isabella Bittencourt Mader Gonçalves. Reforma Agrária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
89. Carolina Gomes Azevedo. Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Licitat. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
90. Crystianne Indena Pires Figueira. Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e o Abuso de Poder. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
91. Maria Francisca de Miranda Coutinho. Tutela do Interesse Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
92. Miriam Ramos Nogueira. Súmulas Vinculantes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
93. Pauline de Moraes Chemin. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Federal de 1988. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
94. Alice Danielle Silveira. Parcerias público privadas em sentido estrito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
95. Antonio João Valério Filho. O orçamento Público e seus reflexos na economia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
96. Bruno Engler Lamberti. Regime jurídico das licitações públicas e a modalidade pregão. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
97. Debora Pereira Reali. Controle de constitucionalidade brasileira: uma análise crítica. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
98. Diogo Ferreira Bernet. Agências Reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
99. Evelyze Gimienchi Dias. A terceirização na administração pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
100. Nelson Minoru Yamagami Savasaki. Administração pública, arbitragem e teoria organizacional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
101. Rodrigo Jankowski Cardoso. As Parcerias Público-Privadas e o gerenciamento profissional de projetos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
102. Camila de Fátima Konpik. Pregão: modalidade econômica e eficaz de licitação para bens e serviços comuns. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
103. Tiago Zeglin. O controle jurisdicional dos atos administrativos e a discricionariedade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
104. Elaine Maria Marques. Controle da Administração Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
105. Fernanda Mourão Ribeiro. Ato administrativo - aspectos pontuais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
106. Fernando de Assis Ribas Goulart. Aspectos pontuais das concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
107. Guaracy Carvalho. Aspectos do processo administrativo disciplinar. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
108. Kamila Figueiredo Ferreira. Questões controvertidas acerca das agências reguladoras perante o século XXI. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
109. Laura Del Bosco Brunetti Cunha. Concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
110. Maria Emília Vieira Salvatti. As agências reguladoras e sua atuação no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
111. Petra Lessa. Meios de controle jurisdicional da administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
112. Tatiana Sommer de Oliveira. Discricionariedade Administrativa: poder ou dever?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
113. Luis Gustavo Ramalho da Cunha. Regime Jurídico das Concessões de Serviço Público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
114. Leonardo de Castro Coutinho. Administração Pública: Evolução Histórica e Legalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
115. Ana Carolina de Barros. Observações pertinentes à lei do pregão e seus regulamentos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
116. Alessandro dos Santos Nieto. O regime de propriedade privada e a intervenção estatal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
117. Bruno Santos de Lima. Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade como limitadores da discricionariedade da administração. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
118. Cintia Maria Borges Queiroz. Parcerias público privadas e a experiência brasileira. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
119. Dafnim Frates Rothrach. A nova modalidade de licitação denominada pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
120. Daiane Aparecida Bales. O terceiro setor e a capacitação de recursos, com ênfase na atividade administrativa de fomento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador:

- 121.** Douglas Carlos Hartenthal Junior. Controle judicial dos atos de improbidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 122.** Eduardo Fulgencio da Cruz. Discricionariedade administrativa e controle judicial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 123.** Emanuel Theodoro Salloom Silva. Desapropriação direta e indireta. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 124.** Francine Hoelz Balbi Romão de Oliveira. Limites à discricionariedade administrativa - controle judicial dos atos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 125.** Hermann Emmel Schwatz. Da administração pública burocrática à gerencial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 126.** Joseana Haifa Kinzowski. Regime jurídico administrativo, invalidação e seus limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 127.** Karina Zanini. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 128.** Sibhelle Katherine Nascimento. Princípios informadores do direito administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 129.** Tattiane Pires de Camargo. Ato administrativo: anotações sobre a discricionariedade e o desvio de poder. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 130.** Arlindo Bortolini Neto. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 131.** Carolina Ferraza Machado. Direitos fundamentais e a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 1533151. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 132.** Caroline Andrer Meier. Agencias reguladoras e seu poder normativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 133.** Daniela Stuque Rodrigues. Resolução de conflitos entre direitos fundamentais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 134.** Danielle Regina Gomes. Jurisdição Constitucional: o papel do STF na formação do direito brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 135.** Ellen Priscila Reis. A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 136.** Fabio Meris de Carvalho Silva. A Responsabilidade civil do Estado e suas implicações quanto aos danos decorrentes da demora na prestação de jurisdicional. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 137.** Gisele Ferreira de Lima. Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 138.** Gustavo Kliemann Scarpari. Atos administrativos discricionários e vinculados e seu controle pelo poder judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 139.** Isabela Bruginski. A intangibilidade da equação econômica financeira dos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 140.** Larissa Cachinesi Soares. Responsabilidade do estado por atos judiciais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 141.** Rafael Cabral. Traços sobre a aplicação dos princípios constitucionais no caso concreto. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 142.** Sinter Maiki de Constantino e Santana. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 143.** Thiago Lemos de Almeida. Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 144.** Patrícia Mombelli Novais. Concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
- 145.** Cesar Augusto Berksaag. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Iniciação científica

- 1.** Fabrício Antunes Zangiski. A SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO UNILATERAL POR TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 2.** Luana Ruppel Ramos. DISCRICIONARIEDADE LEGISLATIVA: A PROIBIÇÃO DO EXCESSO E A VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE COMO PARÂMETRO DE CONTENÇÃO DO ABUSO DO PODER LEGISLATIVO. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 3.** Luciana Hecke Rizzo Castilho. Direitos fundamentais sociais sob a ótica do retrocesso social: uma análise sobre a educação e a proibição de disciplinas relacionadas à identidade de gênero. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 4.** Bianca Assumpção Wosch. O consensualismo como novo Regime Jurídico Administrativo. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 5.** Camila Polichuk. Flagrante preparado e a responsabilidade civil do Estado. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 6.** Isadora Gnoatto Dal Molin. Execução provisória da pena após condenação do Tribunal do Juri: soberania dos veredictos versus princípio da presunção de inocência. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

7. Lauro Antonio Fiorenzani Fernandes Rodrigues. Excesso de prisão preventiva no Brasil. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Camila Duarte. Inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica, leis municipais podem proibir?. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Amanda Caroline Valenga. Análise empírica da tutela do direito social à saúde perante o poder judiciário brasileiro. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Antonio Rafael Lopes da Silva. Cobrança no ensino superior público. Especialização lato senso.. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caroline Barbosa de Souza. Os custos do direito à saúde: o choque entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível sob a ótica da jurisprudência do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
12. Matheus Trancoso Bertolin. A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
13. Marjorie Louise Ferreira. A atuação do poder judiciário no controle do mérito dos atos administrativos discricionários frente as políticas públicas. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
14. Wilson Accioli de Barros Filho. A era do consensualismo nos contratos administrativos: as limitações e os reflexos resultantes da supremacia do interesse público sobre o privado. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
15. Tatiana de Farias Meurer. Interferência Judicial nas Políticas Públicas. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
16. Montserrat Sanchez Del Castillo. A arbitragem nos contratos Público/Privados em face do princípio da indisponibilidade do interesse público. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
17. Ana Cristina Aguiar Viana. Controle Judicial da Discricionariedade administrativa na formulação de políticas públicas. 2013. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Orientações de outra natureza

1. Guilherme Eduardo Quadros da Silva. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2021. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Nicolli Souza Lenzen. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2020. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Roberto Tassis Rodrigues. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2020. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Monique Gauer Frazon. Minixigibilidade de licitação para os negócios estratégicos. 2019. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camila Polichuk. Flagrante preparado e a responsabilidade civil do Estado. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. Isadora Gnoatto Dal Molin. Execução provisória da pena após condenação do Tribunal do Juri: soberania dos veredictos versus princípio da presunção de inocência. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
7. Lauro Antonio Fiorenzani Fernandes Rodrigues. Excesso de prisão preventiva no Brasil. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Amaurí Roberto da Silva Júnior. Lei das estatais: como a lei 13.303 de 2016 impactou diretamente as ações da Petrobras. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Luiz Felipe de Lima Rodelli. O regime de contratação e licitações na lei No. 13.303 de 2016- a regulamentação do art. 173, III da Constituição Federal. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Luiz Felipe Rdrigues Ayres. Sobrepreço e superfaturamento na nova lei das estatais (Lei 13.303/2016). 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Orientandos de Monitoria. Projeto de monitoria das disciplinas de Direito Administrativo I e II. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Relativização da Soberania Nacional dos Estados Latino-Americanos em Face da Expansão do Direito Comunitário. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Proteção ao Usuário de Serviço Público no Contexto da Reforma do Estado. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 34, n.34, p. 187-201, 2000.

3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. *REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO*, v. 277, p. 209-245, 2018.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento. *A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) JCR*, v. 18, p. 175-208, 2018.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da Administração Pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. *FÓRUM ADMINISTRATIVO*, v. 132, p. 67-73, 2012.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O direito constitucional entre modernidade e globalização. *CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL*, v. 1, p. 89-102, 2002.
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; MARTINELLI, Gustavo (Gustavo Martinelli Tanganeli Gazotto)** . Quem decide o gasto público: controle constitucional de leis orçamentárias pelo Supremo Tribunal Federal. *REVISTA INTERESSE PÚBLICO*, v. 20, p. 109-130, 2018.
8. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN ; LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; FÁCIO, RAFAELLA NATÁLY** . LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ACTIVIDAD REGULATORIA: UNA PROPUESTA EN FAVOR DEL DESARROLLO NACIONAL SOSTENIBLE. *VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE) JCR*, v. 17, p. 123-146, 2020.
Citações: WEB OF SCIENCE™ 1
9. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA ; CABRAL, RODRIGO MACIEL** . A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM O ADVENTO DA LEI Nº 13.655/2018: DA TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE ESTATAL AO ERRO GROSSEIRO. *REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA*, v. 15, p. 925-954, 2020.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RODELLI, Luiz Felipe de Lima** . Mitigação de sanções administrativas a licitantes e contratados quando MPE's à luz da função social da empresa. *Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas*, v. 2, p. 83-102, 2021.
11. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; MARTINELLI TANGANELI GAZOTTO, GUSTAVO ; BARBOSA FILHO, Claudio Roberto** . Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. *REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO*, v. 7, p. 143-166, 2020.
12. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN ; LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; CASTANHA DE FREITAS, DANIEL** . - INDEPENDENCIA JUDICIAL SEGÚN LOS JUECES CONSTITUCIONALES? UN ANÁLISIS CONCEPTUAL A PARTIR DE LAS DECISIONES DEL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE BRASIL Y DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. *REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA)*, v. 19, p. 228-266, 2021.
13. **JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O usuário do serviço público e a aplicação da Lei 13.460/2017 sob o enfoque dos Poderes Executivo e Judiciário. *SEQUENCIA*, v. 42, p. 1-29, 2021.
14. **ARCEGAS, JOÃO GABRIEL ; GUSSOLI, Felipe Klein ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Caso Gomes Lund (-Guerrilha Do Araguaia-) dez anos depois: desafios para o cumprimento integral pelo Estado brasileiro. *Revista de Direito Internacional*, v. 18, p. 372-389, 2022.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RODELLI, LUIZ FELIPE DE LIMA** . Contratos administrativos e políticas públicas: a era do Estado contratualizado. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI*, v. 5, p. 21-44, 2021.
16. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA; CABRAL, RODRIGO MACIEL** . ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA*, v. 17, p. 187-225, 2022.
17. **FREITAS, Daniel Castanha de ; VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ ; GAZOTTO, GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI** . Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, p. 427-449, 2022.
18. **CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN; IVAN GALLO APONTE, WILLIAM** . El rol transformador de los tribunales constitucionales como -estrategia clave y efectiva? para la reducción de las desigualdades y la erradicación de la pobreza extrema. *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS JCR*, v. 124, p. 527-570, 2022.
19. **GABARDO, EMERSON ; LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; REZENDE, MAURÍCIO CORRÊA DE MOURA** . II diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. *REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO*, v. 4, p. 57-66, 2017.
20. **GABARDO, EMERSON ; LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA** . Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. *Revista Digital De Derecho Administrativo JCR*, v. 12, p. 285-308, 2020.
21. **CORCOVADO, JOÃO MIGUEL FRANÇA ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regulação do Uso Comercial de Drones no Espaço Aéreo Urbano e sua Logística Para Transporte de Objetos nas Smart Cities. *International Journal of Digital Law*, v. 2, p. 185-200, 2021.
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Teoria da Constituição: limites, possibilidades e perspectivas na pós-modernidade. *REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF-IDAF*, v. 1, p. 496-510, 2002.
23. **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; HEINZEN FELISBERTO, JÉSICA** . Administração Pública digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. *REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO*, v. 9, p. 151-180, 2023.

Livros e capítulos

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . *Direito Administrativo (e-book)*. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2007. 136p .

2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 4.ed. 4. ed. Curitiba: IESDE, 2010. v. 1. 160p .
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Prática de Direito Administrativo. Prática de Direito Administrativo. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012. v. 1. 136p .
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 2.ed. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2008. v. 1. 160p .
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 3.ed. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009. v. 1. 153p .
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) (Org.) ; **GUIMARÃES, Edgar** (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) (Org.) . Passando a limpo a gestão Pública: arte coragem loucura. 1. ed. Curitiba: Livros Legais, 2020. v. 1. 636p .
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) (Org.) . Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 54p .
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) . Direito em arte: II obra de pesquisa científica da Nôma. 1. ed. Curitiba: Rede do Consumidor, 2022. v. 2. 174p .
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **CASTILLO, Luis Ferney Moreno** (Luis Ferney Moreno Castillo) (Org.) ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) (Org.) . Tecnología, administración pública y regulación. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. v. 1. 367p .
1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O novo conceito de serviço público. In: **GUIMARÃES, Edgar.** (Org.). Cenários do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem do Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 511-552.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos em mudança: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro. In: **BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.** (Org.). Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Curitiba: Íthala, 2014, v. 1, p. 199-216.
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: **Daniel Wunder Hachem, Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado.** (Org.). Direito administrativo e suas transformações atuais ? Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1ed.Curitiba: Íthala, 2016, v. 1, p. 451-472.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **BERTRAND, Mathieu** (Mathieu Bertrand Struck) ; **POLI, Júlio César** (Júlio César Poli) . Os Direitos humanos fundamentais no contexto da integração regional. In: **Romeu Felipe Bacellar Filho.** (Org.). Elementos de Direito Internacional Público. 1ed.Barueri: Manole, 2003, v. 1, p. 125-171.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Acordo administrativo entre o Direito Público e o Direito Privado: Emergência de uma racionalidade jurídico- Normativa Público- Privada?. In: **Gustavo Justino de Oliveira.** (Org.). Acordos Administrativos no Brasil Teoria e Prática. 1ed.São Paulo: Almedina, 2020, v. 1, p. 63-90.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Libertad de expresión, hate speech y función ordenadora estatal: la necesaria intolerancia a los intolerantes en la promoción del desarrollo sostenible. In: **Alfonso Jaime Martínez Lazcano; María Salomé Moreno Rodríguez;** (Org.). Libertad de Expresión parámetros constitucionales y convencionales. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera instancia, 2020, v. 1, p. 204-237.
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) . Contratualização estatal, inovação e materialização do interesse público através de contratos de fomento: por uma nova racionalidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: **Gabriela Verona Pércio; Cristiana Fortini;** (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 107-130.
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, proporcionalidad y administración pública ? por una racionalidad menos beligerante en la relación jurídico- administrativa. In: **Alfonso Jaime Martínez Lazcano.** (Org.). Proporcionalidad y razonabilidad jurídica. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 166-193.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Desafíos de la Administración Pública electrónica en tiempos del COVID-19. In: **Jaime Rodríguez-Arana Muñoz.** (Org.). El Derecho Administrativo ante el COVID-19. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 0-0.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) . Inteligencia Artificial y Arbitraje en la Administración Pública. In: **Juan Corvalán.** (Org.). Tratado de inteligencia artificial y derecho, tomo II. 1ed.Buenos Aires: La Ley/Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1-1.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O exercício do direito à liberdade de opinião e expressão: uma análise do hate speech no direito brasileiro e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: **Daniel Wunder Hachem, Luísa Fernanda García López, Felipe Klein Gussoli.** (Org.). Corte americana de direitos humanos e seus impactos na América Latina. 1ed.Curitiba: Íthala, 2020, v. 1, p. 369-392.
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **ROSSI, Amelia Sampaio** (Amelia do Carmo Sampaio Rossi) ; **ALESSI, Daiana** (Daiana Alessi Nicoletti Alves) . Género y colonialidad: raíces históricas del preconcepto y de la invisibilidad de la mujer en Brasil. In: **Jorge Vargas Morgado.** (Org.). México: 500 años de la Conquista, 200 de la Independencia. 1ed.Ciudad de México: Burgos Editores, 2021, v. 1, p. 1-1.
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia artificial y procedimiento administrativo consensual en el contexto brasilero: el caso del arbitraje como medio de negociación de conflictos. In: **Jaime Rodríguez Arana-Muñoz; Carlos Delpiazzo Rodríguez; Henry Alexander Mejía; María Rodríguez Martín-Retortillo;** (Org.). Procedimientos administrativos, libro de ponencias del XIX foro iberoamericano de derecho administrativo. 1ed.San Salvador: Corte Suprema de Justicia, 2020, v. 1, p. 1367-1394.
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) ; **FACIO, Rafaella** (Rafaella Fácio) . La incorporación de las prácticas de mejora regulatoria en la administración pública, apoyada en nuevas tecnologías. In: **Luis Ferney Moreno; Castillo William Iván Gallo Aponte; Vivian Cristina Lima López Valle.** (Org.). Tecnología, administración pública y regulación. 1ed.Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, v. 1, p. 111-127.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos, situações disruptivas e regulação eficiente da administração pública digital. In: **Clayton Gomes de Medeiros; Barbara Dayana Brasil.** (Org.). Estado, direito administrativo e concretização de direitos fundamentais. 413ed.Curitiba: Íthala, 2022, v. 1, p. 399-413.
- 16.

Apresentações de Trabalho

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RIBEIRO, Márcia Carla (Márcia Carla Pereira Ribeiro) ; SCHEER, Eunice (Eunice Fumagalli Martins e Scheer)** . Sociedade por cotas de Participação Limitada, Paineis de Direito Comercial do CASP. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; KOZIKOSKI, Sandro (Sandro Marcelo Kozikoski)** . A imprensa e as liberdades fundamentais, 1 Colóquio do primeiro semestre letivo de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico das Agências Reguladoras, XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reforma Administrativa do Estado, Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Atuação das Agências Reguladoras no Brasil, IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) ; OLIVEIRA, Gustavo (Gustavo Henrique Justino de Oliveira)** . Reforma Administrativa e o terceiro setor, Jornada de Direito Público CASP/PUCPR. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações, V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos controvertidos das contratações emergenciais, VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações e Contratos, VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aplicabilidade da Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) nos Estados e Municípios, XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; UNES, Flávio Henrique (Flávio Henrique Unes) ; TOMELIN, Georghio Alessandro (Georghio Alessandro Tomelin) ; MODESTO, Paulo (Paulo Eduardo Garrido Modesto)** . 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica, XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: Limites do Controle da administração pública no Estado de Direito - Em homenagem à Professora Maria Sylvania Di Pietro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratación Pública Electrónica, Marco del Seminario Internacional 'Contratación Pública y Buen Gobierno', Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Núcleo Discente de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estado, Inteligência Artificial e Direito Administrativo: Desafios na regulação do ambiente 4.0. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ponente. XIII Congreso Mexicano de Derecho Administrativo, Universidad Autónoma de Querétaro / AMDA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Conferencia Magistral, Primer Congreso Internacional: El Derecho de las ciudades. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos, Inclusión y COVID 19, Primer Congreso Internacional de Administración Pública y Derechos Humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimiento Administrativo e Inteligencia Artificial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . XXVIII SEMIC Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Academic Days on Open Government and Digital Issues. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados, III Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus e 'Sejamos Todos Feministas'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços Públicos, Smart cities e tecnologia, VI Semana de Integração do PPGD/PUCPR. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
25. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Estado Sustentável (DAES), Scientific Meeting of Researchers in Law and Sustainability 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . La investigación en el Derecho Administrativo, Seminario Internacional la Investigación en el Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
27. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos Princípios Jurídicos das Licitações, Seminário Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: Inovações do Regime jurídico. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
28. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 7ª Conferência da Advocacia Paranaense. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 30.

31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia Artificial y Administración Pública, Posgrado en Inteligencia Artificial y Derecho. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligência artificial e tomada de decisão. Uma análise da contemporaneidade a partir da visão cinematográfica. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ministros e aliados de Lula emplacam esposas em tribunais de contas nos estados, Por Guilherme Grandi. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Qual o efeito da medida que isenta agentes públicos na pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **VALLE, V. C. L. L.**; **HACHEM, Daniel Wunder** (Daniel Wunder Hachem) ; **GABARDO, Emerson** (Emerson Gabardo) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) . II Seminário Brasil-Índia de Direitos Fundamentais, Tecnologia e Educação e Seminário Internacional de Direito Digital. 2021. (Congresso).
2. **VALLE, V. C. L. L.**; **GABARDO, Emerson** (Emerson Gabardo) ; **HACHEM, Daniel Wunder** (Daniel Wunder Hachem) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) . Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Congresso).

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 1/5

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080, TITULAR DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA – EIRELI**, com sede na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, fazendo uso do que permite o parágrafo 3.º do artigo 968 da Lei n.º 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10 da Lei Complementar n.º 128/2008, RESOLVE, transformar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, uma vez que admitiu a sócia **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010, passando a constituir o tipo jurídico de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual será regida nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedade Anônimas (Lei 6.404/1976) e pelo presente CONTRATO SOCIAL, ao qual os sócios se obrigam mutuamente e RESOLVEM alterar e consolidar os dados constantes do Ato Constitutivo, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, irá girar sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**,

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o endereço da sede da empresa que era na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, passará a ser na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade passará a ter por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica elevado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual será integralizado pelos sócios na seguinte maneira:

a) – O sócio **EDUARDO ANZILIERO**, subscreve 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os integraliza com

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 2/5

a incorporação do Capital Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ora transformada; e,

b) – A sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e os integraliza em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA QUINTA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	100.000	100.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	20.000	20.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA SEXTA: O sócio EDUARDO ANZILIERO, que possui na sociedade 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vende e transfere de forma onerosa para a sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo valor nominal e recebe a referida importância em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO** e **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio

CLÁUSULA NONA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 3/5

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios, RESOLVEM por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080; e,

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM**, por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 4/5

Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 08 de fevereiro de 2019, considerando a EIRELI e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, é assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO** e **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possí-

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
 POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
 LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 5/5

vel ou inexistindo interesse deste(s) ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que serão partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Francisco Beltrão, 22 de janeiro de 2020


 EDUARDO ANZILIERO


 MICHELLA KARINA MASSOMI MOREIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

 **2º TABELIONATO DE NOTAS** Jader Luiz Ribeiro - Tabelião
Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-510 - Telefax: (46) 3055-6200

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de:
 EDUARDO ANZILIERO
 MICHELLA KARINA MASSINI MOREIRA

Em test. da Verdade de Curitiba - PR 27 de Janeiro de 2020

ESCREVENTE: KARINE SARTOR APATAN WALTER
 R\$22,26 + R\$0,80
 4hQT9 . sUHx2 . j5qTy - zrAra . eycNA - Confira em:
<http://finarpen.com.br>



QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

 <p style="text-align: center;">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p style="text-align: center;">CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</p>		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.651.451/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/02/2019
NOME EMPRESARIAL IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO AGP	PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MINAS GERAIS	NÚMERO 1391	COMPLEMENTO SALA 502 ANDAR 5. EDIF ELLON
CEP 85.601-060	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO
UF PR	TELEFONE (46) 9970-8582/ (46) 2601-1978	
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@INSTITUTOAGP.COM.BR		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/11/2025** às **10:09:42** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA			Protocolo: PRC2601630905		
NIRE : 41209261297 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41209261297		CNPJ 32.651.451/0001-85		Data de Ato Constitutivo 04/02/2019	Início de Atividade 08/02/2019
Endereço Completo Rua Minas Gerais, Nº 1391, SALA 502;ANDAR 5.;EDIF ELLON ;, Nossa Senhora Aparecida - Francisco Beltrão/PR - CEP 85601-060					
Objeto Social PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL EM GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NAS ÁREAS CONTÁBEIS, JURÍDICAS E DE GESTÃO A ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS.					
Capital Social R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)			Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado
Capital Integralizado R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)					
Dados do Sócio					
Nome EDUARDO ANZILIERO		CPF/CNPJ 062.856.909-28	Participação no capital R\$ 60.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA		CPF/CNPJ 055.263.609-62	Participação no capital R\$ 60.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador					
Nome EDUARDO ANZILIERO		CPF 062.856.909-28		Término do mandato Indeterminado	
Nome MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA		CPF 055.263.609-62		Término do mandato Indeterminado	
Último Arquivamento					Situação ATIVA
Data 29/01/2020		Número 41209261297	Ato/eventos 002 / 046 - TRANSFORMACAO		Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 08/04/2026, às 10:16:19 (horário de Brasília).

Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código **OPEJGMEB**.

Em caso de divergência de dados, solicitar a correção através do "Fale Conosco" (<https://www.juntacomercial.pr.gov.br/webservices/jucepar/faleconosco>) no prazo de 30 dias da emissão deste documento.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário-Geral



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de FRANCISCO BELTRÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Local da Sede: Francisco Beltrão - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de FRANCISCO BELTRÃO. Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

FRANCISCO BELTRÃO, 8 de abril de 2026

Alessandra Marta Fischborn Abreu
Distribuidor





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:22:42 do dia 02/04/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/09/2026.

Código de controle da certidão: **027B.B43D.FE5F.E549**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 39300475-47

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.651.451/0001-85**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 31/07/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
Nº 22191/2026

RAZÃO SOCIAL: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 309103

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20190114

ENDEREÇO: RUA MINAS GERAIS, 1391 - NOSSA SENHORA APARECIDA - SALA 502 ANDAR 5. Francisco Beltrão - PR CEP: 85601060

ATIVIDADE: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA	DE	EMISSÃO :	02/04/2026
DATA	DE	VALIDADE :	29/09/2026
FINALIDADE :			VERIFICAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 5ZXJJPUFFHXJCX58A2E7			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão emitida gratuitamente pela internet em: 02/04/2026 - 08:23:22
Qualquer rasura invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85
Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SALA 502 / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/04/2026 a 19/05/2026

Certificação Número: 2026042006235314586608

Informação obtida em 28/04/2026 10:57:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certidão nº: 36073524/2026

Expedição: 02/04/2026, às 08:16:46

Validade: 29/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.651.451/0001-85**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:49:58 do dia 04/05/2026 , com validade até o dia 03/06/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: EWmdC5dLOUcgr623n4ob

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:46:44 do dia 04/05/2026, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: OWYT040526104644

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 32651451000185

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

DECLARAÇÃO UNIFICADA

O IAGP - INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (AGP Instituto)

CNPJ 32.651.451/0001-85

**Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida
Francisco Beltrão-PR**

Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.

DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

IV - Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V - Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

VI - Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

VII - Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder

público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa).

VIII- Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

Por ser verdade firmamos o presente.

Francisco Beltrão, 7 de Abril de 2026.

IAGP INSTITUTO
APLICADO EM GESTÃO
PÚBLICA
LTDA:32651451000185

Assinado de forma digital por
IAGP INSTITUTO APLICADO
EM GESTÃO PÚBLICA
LTDA:32651451000185
Dados: 2026.04.07 17:48:16
-03'00'

IAGP Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA
CNPJ 32.651.451/0001-85



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

243

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 05 de maio de 2026.

De: Prefeito

Para: - Divisão de Contabilidade

- Procuradoria Jurídica

- Comissão de Contratação

Considerando a necessidade de capacitação técnica para os servidores do Controle Interno Municipal, determino a formalização do processo administrativo visando à contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR. O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas a:

1 – Manifestação do(s) recurso(s) da adequação orçamentária em face da despesa.

2 – A elaboração de parecer jurídico acerca da legalidade da contratação por Inexigibilidade de Licitação, bem como análise do instrumento contratual.

Respeitosamente,

Jander Luiz Loss
Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/05/2026 10:36 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rip21bie994615>





Marmeleiro, 06 de maio de 2026.

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação expedida por Vossa Excelência, em data de 05 de maio de 2026, para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, CERTIFICO que:

1. Há recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotações especificadas abaixo;

I – DADOS DO PROCESSO

Número do PAE/Ano:	1101/2026
Modalidade:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Objeto do processo:	Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.
Valor Máximo:	R\$ 5.700,00

II – Plano Plurianual – 3.034/2025

III – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 3.037/2025

IV – Lei Orçamentária Anual – 3.043/2025

V – Recursos Orçamentários

Conta	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte	Saldo Orçamentário
30	02.02	02.061 0003 2.003	3.3.90.39.48.00.00	0	19.963,35
47	02.04	04.124 0002 2.005	3.3.90.39.48.00.00	0	9.200,00

Obs.: Saldo orçamentário em: 06/05/2026.

VI – Origem dos Recursos Financeiros

0 – Recursos Ordinários (Livres)

Respeitosamente,

Luana Speorin Burin
Contadora
CRC/PR 085400/O





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2026 (Inexigibilidade Nº ***/2026 – PMM)

O **MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o nº 76.205.665/0001-01, com sede administrativa na Avenida Macali, nº 255, centro, Marmeleiro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito, Sr. Jander Luiz Loss, inscrito no CPF sob o nº 744.826.379-04, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**; e a empresa ***, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº ***, com sede na ***, nº ***, Bairro ***, Cidade de ***, Estado do ***, CEP ***, Telefone (**) ***, e-mail: ***, representada neste ato pelo(a) Sr(a). ***, inscrito(a) no CPF sob o nº ***, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, sujeitando-se às normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, e obedecidas as condições estabelecidas no **processo de Inexigibilidade de Licitação Nº ***/2026**, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Contrato está sendo firmada com fundamento na Lei nº 14.133/21, e de acordo com as conclusões do processo de Inexigibilidade de Licitação nº ***/2026, aplicando-se, ainda, os princípios inerentes aos contratos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme a seguir:**

Item	Qtde	Unid. Medida	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	02	Un.	3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - 18h/aula Módulo 1 – Regime jurídico disciplinar na Administração Pública– Edgar Guimarães 1. Regime disciplinar e sistemas de controle da Administração Pública. Comunicação entre os sistemas. Governança e Compliance no regime sancionatório. 2. Sindicância e processo administrativo disciplinar. As principais diferenças. Instrumentos disciplinares. Quando instaurar um e outro. Quais os objetivos. 3. Atos praticados na vida privada e repercussão na esfera disciplinar 4. Cuidados específicos na instauração. O que deve constar na Portaria Inaugural. Quem pode participar de comissão. Como dar publicidade ao processo, quais os cuidados e exigências legais. 5. Princípios específicos e regime jurídico administrativo processual (legalidade, impessoalidade, impedimentos e suspeições, improbidade, publicidade, devido processo legal, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica, consequencialismo decisional. 6. Sanções aplicáveis e graduação. Tipificação aberta. 7. Pontos importantes de atenção, principais problemas. Nulidades. Modulação dos efeitos.	2.850,00	5.700,00



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

		<p>Módulo 2 – Rito processual da sindicância e do PAD – Professor Luciano Reis</p> <ol style="list-style-type: none">1. Sindicância investigação e sindicância processo. Ritos específicos e consequências. Processo administrativo disciplinar. Obrigatoriedade ou faculdade.2. Instauração do PAD. Ritos e procedimentos. Cuidados no afastamento para tratamento de saúde. Sigilo x publicidade.3. Comissão processante. Cuidados necessários. Membros e formalidades.4. Defesa prévia. Intimação, defesa técnica por advogado e cuidados da Comissão.5. Produção de provas. Quais são admitidas e o que deve ser indeferido. Como produzir prova testemunhal, documental e pericial sem vícios. Acareação. Prazos e preclusão. A possibilidade de conversão do feito em diligência. O interrogatório.6. Prova emprestada, requisição de dados pela comissão, processo para apurar enriquecimento ilícito, alteração da acusação (emendatio libelli e mutatio libelli)7. Defesa escrita. A citação e nulidades.8. Relatório final. O que deve conter e como deve ser realizado. Pontos importantes de atenção. As teses de defesa. A Análise de prescrição e a aplicação do regime jurídico administrativo.9. Julgamento. Prazo. Competência. Conversão em diligências. Aplicação de penalidades.10. Sanções. Dosimetria e a importância dos precedentes. Critérios de individualização da pena. Proporcionalidade. Aplicação da Lindb. Discricionariedade na Escolha da sanção ou vinculação.11. Nulidades. Convalidação. Aproveitamento de atos. Reformatio in pejus.12. Recursos e revisão da penalidade.13. Súmulas importantes. <p>Módulo 3 – Termos de ajustamento de conduta e aplicação de sanções - Professora Vivian Cristina Lima López Valle</p> <ol style="list-style-type: none">1. Consensualismo administrativo e direito administrativo sancionador.2. Fundamentos Jurídicos e Princípios do TAC. Princípio da consensualidade administrativa. Consequencialismo decisional e interesse público. Evitar litigiosidade e promover solução eficiente de conflitos.3. Base Legal. Legislação Federal: Lei nº 9.784/1999 – art. 5º, 22, 23 e 26 (processo administrativo federal). Lei nº 13.655/2018 (LINDB com enfoque nas consequências jurídicas e consensualismo). Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção – arts. 16 e 17 – acordos de leniência). Decreto nº 10.153/2019 (Execução do Acordo de Leniência). Instrução Normativa CGU nº 02/2017 e Instrução Normativa CGU nº 04/2020 (TAC e instrumentos negociais). Leis Estaduais e Municipais: Exemplo: Lei Estadual do Paraná nº 20.656/2021 (processo administrativo estadual) Códigos de ética e leis locais com previsão de TAC.4. Elementos Essenciais do TAC. Reconhecimento da irregularidade ou risco de ilicitude. Compromisso de cessar a conduta e adotar medidas corretivas. Prazos, metas, obrigações, cronograma. Cláusula de fiscalização e consequências pelo		
--	--	---	--	--



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

		<p>descumprimento</p> <p>5. Aplicação Prática do TAC: Rito, Fiscalização, Consequências e Jurisprudência. Roteiro para Decidir pela Celebração do TAC. Etapas prévias: Verificação da materialidade e autoria. Avaliação do dano e da gravidade da conduta. Existência de risco de reincidência. Interesse público em resolver por via consensual. Checklist para avaliar cabimento do TAC.</p> <p>6. Rito e Execução do TAC. Elaboração e minuta padrão. Aprovação por autoridade competente. Celebração formal (assinatura das partes). Encerramento ou reabertura de PAD. Quem Pode Celebrar e Fiscalizar o TAC. Fiscalização: setor de controle interno, corregedoria ou comissão de acompanhamento.</p> <p>7. Descumprimento do TAC. Consequências. Reabertura do PAD. Impossibilidade de novo ajuste. Responsabilização agravada. Rito para reabertura. Relatório de descumprimento. Instauração de processo disciplinar. Uso do TAC como prova de má-fé ou dolo.</p> <p>8. Modelo de formulário do TAC</p> <p>9. Perspectivas do uso de IA no regime disciplinar</p> <p>Módulo 4 – Indiciamento, prescrição, assédio e pontos polêmicos - Professora Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. Caracterização e situações possíveis de enquadramento. Como conduzir questões de assédio e preconceito no regime disciplinar. Quais os cuidados.</p> <p>2. O rito do processo disciplinar e da sindicância e a aplicação do protocolo sob a perspectiva de gênero e do protocolo sobre a perspectiva de raça do CNJ</p> <p>3. Indiciamento. Momento adequado e cuidados necessários.</p> <p>4. Prescrição, preclusão e decadência administrativa.</p> <p>5. As esferas civil, penal e administrativa e as possibilidades de comunicação e efeitos.</p> <p>6. Perspectivas em governança</p> <p>Módulo 5 – Aplicação prática – Talk Show – Professores Edgar Guimarães, Luciano Reis e Vivian Cristina Lima López Valle</p> <p>1. Casos práticos e problemas comuns na área de saúde, de educação, na prestação de serviços gerais e em atividades administrativas</p> <p>2. Casos práticos de assédio e preconceito</p> <p>3. Problemas relacionados a prescrição e preclusão</p> <p>4. Situações de (in)comunicabilidade de instâncias</p> <p>5. A posição dos tribunais</p>		
Valor Total				5.700,00

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência, o processo de Inexigibilidade de Licitação nº ***/2026, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

4.2. Após o interregno de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou o que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da emissão da Nota Fiscal.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada no Setor de Finanças ou encaminhada pelo endereço eletrônico: nf@marmeleiro.pr.gov.br, com indicação da modalidade e número da licitação e Contrato, e Nota Fiscal emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO

CNPJ nº 76.205.665/0001-01

Avenida Macali, nº 255 – Centro

Marmeleiro – PR

CEP: 85.614-068

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ***/2026

INEXIGIBILIDADE Nº ***/2026

5.3. Deverão acompanhar a nota fiscal certidões negativas Federal, Estadual, Municipal, CNDT e do FGTS, válidas para o período do pagamento.

5.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas por outros CNPJs.

§1º Os pagamentos serão retidos em caso de não cumprimento pela CONTRATADA de disposições contratuais, bem como em caso de multa, até o recolhimento da mesma.



§2º O pagamento não efetuado na data de vencimento deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC ocorrida no período, salvo a ocorrência do disposto no §1º desta Cláusula.

5.6. Aplica-se aos documentos fiscais emitidos a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 ou a que vier a substituí-la, nos termos do Decreto Municipal nº 3.480, de 26 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas dotações orçamentárias apresentadas abaixo:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
30	02.02	02.061 0003 2.003	3.3.90.39.48.00.00	0
47	02.04	04.124 0002 2.005	3.3.90.39.48.00.00	0

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

7.1. O prazo de vigência do Contrato será pelo período de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, ou seja, até ** de ** de 202*, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução dos serviços será de forma total e deverá ser realizada junto ao local indicado, nos horários determinados, rigorosamente de acordo com o ofertado na proposta, após assinatura do Contrato, onde serão verificadas todas as especificações exigidas, reservando-se ao Município o direito de recusar parcial ou totalmente aqueles em desacordo com o objeto contratado.

8.2. O local da execução dos serviços será em local disponibilizado pela CONTRATADA no Hotel Mabu Curitiba Business, situado na Rua XV de Novembro, 8302, Centro, Cidade de Curitiba, Paraná.

8.3. A execução dos serviços será realizada nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2026 em horários seguindo o cronograma da capacitação.

8.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar:

- Professores Especialistas: O corpo docente que ministra o ensino deve ser formado por especialistas no assunto, com formação acadêmica específica e com vasta experiência no respectivo tema.
- Suporte: Desde a recepção e matrícula dos alunos indicados pelo CONTRATANTE, assim como os respectivos registros individualizados, esclarecimentos necessários, acompanhamento do desempenho de capacitação, avaliações e certificações, serão atendidos e encaminhados pela CONTRATADA.
- Certificados: Ao aluno que concluir o curso, será fornecido pela CONTRATADA o respectivo Certificado.

8.5. Não será recebido o objeto diferente da descrição, com quantidade inferior ou valor diferente do licitado.

8.6. A CONTRATADA deverá proporcionar a execução do objeto conforme quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas nas ordens de compra, bem como, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

8.7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.7.1. O objeto deste Contrato será dado como recebido, conforme:



8.7.2. Provisoriamente, na apresentação do objeto, declarará formalmente à CONTRATADA que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação.

8.7.3. Definitivamente, após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da CONTRATADA.

8.7.4. Em caso de o objeto ser entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pelo CONTRATANTE, para que a CONTRATADA faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da notificação do CONTRATANTE. A CONTRATADA ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o objeto que for recusado.

8.7.5. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA deverá garantir a qualidade do objeto fornecido pelo prazo de garantia, quando for o caso, obrigando-se a substituir no prazo determinado pelo CONTRATANTE, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

8.7.6. Em todo o objeto, as especificações exigidas são as mínimas necessárias para o atendimento das necessidades dos Departamentos solicitantes. Não sendo aceito o objeto com especificações diferentes das descritas.

CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.3. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com os padrões exigidos nas especificações.

10.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela empresa para a fiel execução do objeto.

10.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.6. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor especialmente designado, o cumprimento do objeto e das obrigações da CONTRATADA, sob os aspectos quantitativo e qualificativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma.

10.7. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, que deverá vir acompanhada de Ordem de Compra emitida pelo CONTRATANTE.

10.8. Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na Lei e no instrumento contratual.



10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10. O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão da instrução do requerimento, para decidir sobre todas as solicitações da CONTRATADA, inclusive pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução deste Termo de Referência, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA.

10.12. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente processo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.15. Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.16. Cumprir, durante todo o período de execução do instrumento contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018).

12.2. O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado nas hipóteses previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

12.3. A CONTRATADA dará integral cumprimento à Lei n. 13.079/2018, no que tange aos dados eventualmente compartilhados ou recebidos em razão do contrato com ao CONTRATANTE.



12.4. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

12.5. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

12.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após a prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. O recebimento do objeto, a fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato, será de responsabilidade da servidora, Sra. Sandra Marisa Moreira Nicolau.

13.2.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes e prepostos.

13.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência destes deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes, no caso o gestor do contrato.

13.4. A gestão do presente Contrato ficará a cargo do Prefeito Municipal, Sr. Jander Luiz Loss.

13.4.1. Em caso de férias, exoneração ou qualquer tipo de afastamento do Gestor designado, o substituto imediato será o servidor que assumir o cargo de diretor ou responsável no período.

13.5. As comunicações entre Município e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.6. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.7. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado para tal, ou pelo respectivo substituto.

13.8. O fiscal acompanhará a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

13.8.1. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

13.8.3. O fiscal informará ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



13.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.8.5. O fiscal irá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

13.8.6. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.9. O gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, e será de sua responsabilidade, sem prejuízo do disposto no Decreto Municipal nº 3.500/2024:

13.9.1. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento.

13.9.2. Analisar a documentação que antecede o pagamento.

13.9.3. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.9.4. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato.

13.9.5. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado.

13.9.6. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado.

13.9.7. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços.

13.9.8. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato.

13.9.9. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do mesmo e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9.10. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução contratual.

13.9.11. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do fiscal.

13.9.12. Realizar o recebimento definitivo do objeto contratado.



13.9.13. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

Parágrafo Único

Caberá aos gestores e fiscais designados pela autoridade competente do Município promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes do Contrato, seguindo os preceitos do Decreto nº 3.500/2024, que Regulamenta as regras para atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o funcionamento da Comissão de Contratação e a atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no âmbito do Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

1.a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” ate “h” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do caput desta Cláusula, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

4. Compensatória, para infração descrita na alínea “b” do caput desta Cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

5. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do caput desta Cláusula, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.



6. Compensatória, para infrações descritas na alínea “d” do caput desta Cláusula, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021), sendo que a somatória das multas previstas acima na o poderá ultrapassar ao percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.4.4. Se os valores das faturas forem insuficientes ou inexistentes, fica a CONTRATADA obrigado a recolher a importância de multa aplicada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro



Nacional de Empresas Unidas (CNEP), conforme art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, assim como as sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

15.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.

15.6.1.3. Indenizações e multas.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da comarca de Marmeleiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmeleiro, ** de **** de 2026.

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

Jander Luiz Loss
CONTRATANTE

EMPRESA
Representante
CONTRATADA



MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 7.787, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

Altera e Designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação e compor a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 3.500, de 05 de março de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 7.657, DE 10 DE SETEMBRO DE 2025.

Art. 2º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Agente de Contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8;
- II - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- III - Rudimar Ernandes Walkoviecz, Matrícula 15237-2;

§1º Quando da realização de licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação serão denominados Pregoeiros, na forma do art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Comissão de Contratação e Equipe de Apoio nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- II - Fabiano Bassoli Donida, Matrícula 17370-1;
- III - Evandro Marcelo Pasqualoto, Matrícula 11100-1.

§ 1º A Comissão de Contratação será presidida pela servidora Isabela Rodrigues Borges e, na sua ausência, pela servidora Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8.

§ 2º Nos casos de férias, licenças legais ou afastamentos temporários de membros da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio constantes dos incisos II e III, os servidores poderão ser substituídos por Rudimar Ernandes Walkoviecz, Matrícula 15237-2 e/ou Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8, conforme necessidade administrativa.

Art. 4º O desempenho da função será remunerado por gratificação prevista no art. 33, da Lei nº 2.096, de 23 de setembro de 2013, observado o disposto nos §§ 3º e 4º, do mesmo artigo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marmeleiro, PR, 13 de março de 2026.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro



Município de Marmeleiro

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 – Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
 PROCURADORIA-GERAL

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Processo Administrativo Eletrônico PAE n.º 1.101/2026 Inexigibilidade de Licitação

Parecer Jurídico n.º 157/2026 - PG

I - Relatório

O presente expediente trata de procedimento visando à contratação direta, pela categoria de inexigibilidade de licitação, da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA para capacitação com o tema “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”.

A justificativa para a contratação considera ser a capacitação continuada dos agentes públicos constitui requisito essencial para o aprimoramento da gestão pública e para a adequada prestação de serviços à sociedade, conforme dispõe o art. 39, §2º, da Constituição Federal, ao estabelecer o dever dos entes federativos de promover a formação e o aperfeiçoamento de seus servidores.

Que a participação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica no “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, promovido pelo Instituto Aplicado em Gestão Pública – IAGP, considera a relevância dos temas abordados e sua direta relação com as atribuições institucionais de ambas as áreas.

Que o evento apresenta conteúdo programático abrangente e especializado, contemplando temas como regime jurídico disciplinar.

Destaca ainda a abordagem prática do curso, com ênfase na atuação de comissões processantes, cuidados procedimentais, garantias do contraditório e da ampla defesa, bem como análise de casos concretos e posicionamentos dos tribunais, proporcionando uma visão aplicada e preventiva da matéria.

Como já citado, o curso será ministrado pela empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA. A justificativa para a contratação é de que a empresa tem comprovada qualificação técnica e experiência na área de capacitação voltada à Administração Pública, conforme evidenciado pelos seguintes aspectos:

a) Trata-se de instituição especializada na realização de treinamentos e capacitações para o setor público, fundada em 2019, com atuação voltada ao aprimoramento da eficiência administrativa, inovação e fortalecimento da capacidade técnica dos agentes públicos, atendendo órgãos em diversos municípios e estados.





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 – Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
 PROCURADORIA-GERAL

b) Possui estrutura organizacional consolidada, com sede no Estado do Paraná e atuação em diferentes localidades, oferecendo capacitações presenciais, online ao vivo e in company, adaptadas às necessidades específicas da Administração Pública.

c) Apresenta ampla experiência na área, com a realização de mais de 350 cursos e capacitações voltados a temas estratégicos da gestão pública, incluindo, entre outros, sindicância e processo administrativo disciplinar, licitações e contratos, controle interno, gestão fiscal, direito administrativo e governança.

d) Conta com corpo docente altamente qualificado, composto por profissionais com formação acadêmica sólida e experiência prática na área pública, garantindo elevado nível técnico na abordagem dos conteúdos ministrados.

e) Possui portfólio consolidado, com a capacitação de milhares de agentes públicos, evidenciando sua credibilidade e reconhecimento no mercado de formação técnica voltada à Administração Pública.

f) Os cursos ofertados possuem conteúdo programático atualizado e direcionado às demandas reais da gestão pública, com abordagem prática e aplicada, especialmente relevante para áreas sensíveis como sindicância e processo administrativo disciplinar, objeto da presente contratação.

II - Fundamentação

Preliminarmente, se faz necessário ressaltar que a regra adotada pelo legislador pátrio, no caso de obras, serviços, compras e alienações é a obrigatoriedade de licitação, conforme prescreve o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

A Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamenta o referido inciso XXI, instituindo normas e procedimentos para a realização de licitações e contratos administrativos com a administração pública. Este mesmo diploma legal também prevê hipóteses em que pode





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 – Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
 PROCURADORIA-GERAL

a administração celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório em situações peculiares. São casos que podem se enquadrar como dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a administração pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

Desta forma, tem-se como regra a realização do procedimento licitatório, e, como medida em extremo excepcional, a inexigibilidade.

O artigo 74 da Lei n.º 14.133/21, em seus incisos, traz os casos de inexigibilidade de licitação, que são observadas quando da impossibilidade jurídica de competição. Frise-se que o rol em referência é exemplificativo, todavia, tratando-se de direito excepcional, sua interpretação deve ser restritiva, conforme princípios consagrados da Hermenêutica Jurídica.

O caso em comento encontra enquadramento no inciso III do referido dispositivo:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

Denota-se que o art. 74, inciso III da Lei das Licitações reconhece que, em determinados serviços, os “técnicos especializados”, de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresa de notória especialização, são incomparáveis entre si, ainda que haja pluralidade de soluções e/ou executores.

O art. 72 da Lei de Licitações requer requisitos a serem cumpridos para a contratação nos casos de dispensa ou de inexigibilidade de contratação. Vejamos:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 – Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
 PROCURADORIA-GERAL

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.”

Os processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, como no presente caso, não exigem o cumprimento de etapas formais imprescindíveis num processo de licitação, entretanto devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa impostos à Administração Pública.

O processo encontra-se instruído com o Documento de Formalização de Demanda e com o Estudo Técnico Preliminar; com a estimativa da despesa, sendo observadas as regras do art. 23, §4 da Lei n.º 14.133/21; a disponibilidade de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações assumidas, sendo as justificativas para a escolha do fornecedor apresentadas, estando cumpridas as exigências do inciso VI do art. 72 da Lei n.º 14.133/21.

Infere-se que a justificativa para a razão da escolha passou, entre outros critérios, a qualificação do fornecedor, o valor competitivo da proposta, os temas abordados e a expertise no setor público. O solicitante apresentou contratos com outros entes públicos para justificar que os valores a serem despendidos pelo Município estão dentro dos valores de mercado, cumprindo as exigências do inciso VII do art. 72 da Lei n.º 14.133/21.

O curso é ministrado de forma on-line, sendo o acesso liberado aos usuários em um período de 12 meses.

O valor proposto é de R\$ 2.850,00 por participante, totalizando R\$ 5.700,00 (cinco mil quinhentos e setecentos reais) estando dentro daqueles praticados em eventos similares pela instituição conforme denota-se pelos documentos acostados ao processo.

Os cursos voltados à capacitação e treinamento de servidores públicos legalmente considerados como serviços técnicos profissionais especializados, bem como sua contratação direta por inexigibilidade de licitação, dependerá da presença simultânea dos requisitos relativos à singularidade do curso e à notória especialização do contratado.

A caracterização de “notória especialização” encontra definição no art. 74, §3º da Lei n.º 14.133/21:





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
 Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 – Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
 PROCURADORIA-GERAL

“§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

Já a singularidade é um conceito jurídico indeterminado, cujo significado deve ser extraído da doutrina administrativa e dos precedentes dos Tribunais, tema que não guarda consenso doutrinário. Para diminuir as incertezas e inseguranças jurídicas geradas em torno da matéria, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula n.º 39 que traz o seguinte conceito de singularidade:

“A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.”

Assim, para o TCU, o administrador público deve, ao avaliar se o curso que pretende contratar é ou não singular, perquirir se o referido curso traz em si um grau de subjetividade que o torna suscetível de ser medido pelos critérios objetivos inerentes ao processo de licitação, ou seja, a Administração possui margem de discricionariedade para escolher a empresa que mais lhe parecer adequada. Frisa-se que esta discricionariedade tem que possuir sintonia com a necessidade administrativa à qualidade almejada.

A Administração entendeu, no presente caso, que a empresa cumpre com os requisitos, tendo capacidade para ministrar a capacitação dos servidores a contento.

Consta no processo a manifestação do responsável pela Divisão de Contabilidade atestando a presença de dotação orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações assumidas.

Assim, reputam-se atendidos os requisitos de legalidade para a contratação pretendida, à luz da Lei de Licitações.

III – Conclusão

Considerando o exposto, observa-se a possibilidade da contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, por inexigibilidade de





Município de Marmeleira

Estado do Paraná CNPJ 76.205.665/0001-01
Av. Macali, 255 - Caixa Postal 24 – Fone (46) 3525-8100 - CEP 85.614-068
PROCURADORIA-GERAL

processo licitatório, sem olvidar a necessidade de observância dos demais requisitos para as contratações efetuadas pela Administração Pública.

Por fim, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

É o parecer.

Ederson Roberto Dalla Costa
Procurador Jurídico





CONCLUSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 1101/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

1 – OBJETO: Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.

2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: A capacitação continuada dos agentes públicos constitui requisito essencial para o aprimoramento da gestão pública e para a adequada prestação de serviços à sociedade, conforme dispõe o art. 39, §2º, da Constituição Federal, ao estabelecer o dever dos entes federativos de promover a formação e o aperfeiçoamento de seus servidores.

Nesse contexto, justifica-se a participação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica no “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, promovido pelo Instituto Aplicado em Gestão Pública – IAGP, considerando a relevância dos temas abordados e sua direta relação com as atribuições institucionais de ambas as áreas.

O evento apresenta conteúdo programático abrangente e especializado, contemplando temas como regime jurídico disciplinar, distinção entre sindicância e PAD, procedimentos de instauração e condução de processos administrativos disciplinares, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de sanções, além de aspectos como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC), consensualismo administrativo, assédio no ambiente de trabalho e governança no regime sancionatório.

Destaca-se, ainda, a abordagem prática do curso, com ênfase na atuação de comissões processantes, cuidados procedimentais, garantias do contraditório e da ampla defesa, bem como análise de casos concretos e posicionamentos dos tribunais, proporcionando uma visão aplicada e preventiva da matéria.

A participação da Controladora Interna é fundamental para o fortalecimento das atividades de controle, orientação preventiva, análise de riscos e acompanhamento de processos administrativos, contribuindo para a mitigação de falhas, prevenção de irregularidades e promoção da conformidade dos atos administrativos.

Por sua vez, a participação da Procuradora Jurídica mostra-se igualmente imprescindível, tendo em vista sua atuação na assessoria e consultoria jurídica, na análise da legalidade dos atos administrativos e no acompanhamento de processos disciplinares, garantindo a observância dos princípios constitucionais, do devido processo legal e da segurança jurídica.

Ressalta-se que a atuação integrada entre a Controladoria Interna e a Procuradoria Jurídica é essencial para assegurar maior eficiência, legalidade e segurança na condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, reduzindo riscos de nulidades, responsabilizações indevidas e prejuízos à Administração Pública.

Ademais, o seminário será ministrado por profissionais com notória especialização na área de Direito Administrativo, com ampla experiência acadêmica e prática, o que reforça a qualidade técnica do conteúdo ofertado.

Importante destacar que a participação no referido evento está alinhada ao Plano Anual de Capacitação dos servidores do Município de Marmeleiro, evidenciando o compromisso institucional com o aprimoramento técnico, a eficiência administrativa e o fortalecimento dos mecanismos de controle, responsabilização e governança.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação de serviços pela Administração Pública deve, em regra, ser precedida de licitação. Todavia, o art. 74, inciso III, alínea “f”, da referida norma prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, incluindo treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, quando caracterizada a inviabilidade de competição.

No presente caso, a contratação do referido seminário enquadra-se na hipótese de inexigibilidade, considerando a singularidade do conteúdo programático, a especialização do corpo docente e a natureza técnica do serviço, fatores que inviabilizam a competição.





Diante do exposto, justifica-se a formalização de procedimento de inexigibilidade de licitação para a contratação do “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, visando à capacitação da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com reflexos diretos no fortalecimento das práticas de controle, assessoramento jurídico, apuração disciplinar e governança no âmbito da Administração Municipal.

A quantidade solicitada é para participação de uma funcionária que compõe a Unidade de Controle Interno e uma funcionária da Procuradoria Jurídica.

A presente contratação refere-se à participação no curso de capacitação denominado “3º Seminário de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)”, destinado à atualização técnica de agentes públicos quanto às normas, procedimentos e boas práticas relacionadas à apuração de responsabilidades no âmbito da Administração Pública.

Registra-se que a contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA). Contudo, sua realização se justifica em razão de necessidade administrativa superveniente, tendo em vista a relevância e complexidade das atividades relacionadas à condução de sindicâncias, processos administrativos disciplinares e aplicação de sanções, bem como a necessidade de constante atualização frente às mudanças normativas, entendimentos jurisprudenciais e diretrizes dos órgãos de controle.

O curso aborda temas essenciais como regime jurídico disciplinar, instauração e condução de sindicâncias e PAD, produção de provas, elaboração de relatórios, julgamento e aplicação de penalidades, além de aspectos relevantes como nulidades, prescrição, termos de ajustamento de conduta (TAC) e governança no âmbito do direito administrativo sancionador.

Ressalta-se que o Plano de Contratações Anual possui natureza de instrumento de planejamento, não impedindo a realização de contratações não previstas inicialmente, desde que devidamente justificadas e fundamentadas no interesse público, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, considerando a relevância do tema e a necessidade de capacitação técnica da Controladora Interna e da Procuradora Jurídica, com vistas à correta condução de processos administrativos disciplinares, prevenção de nulidades e fortalecimento dos mecanismos de controle e governança, entende-se plenamente justificada a realização da presente contratação.

3 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha do prestador de serviços, a empresa IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, fundamenta-se em sua comprovada qualificação técnica e experiência na área de capacitação voltada à Administração Pública, conforme evidenciado pelos seguintes aspectos:

a) Trata-se de instituição especializada na realização de treinamentos e capacitações para o setor público, fundada em 2019, com atuação voltada ao aprimoramento da eficiência administrativa, inovação e fortalecimento da capacidade técnica dos agentes públicos, atendendo órgãos em diversos municípios e estados.

b) Possui estrutura organizacional consolidada, com sede no Estado do Paraná e atuação em diferentes localidades, oferecendo capacitações presenciais, online ao vivo e in company, adaptadas às necessidades específicas da Administração Pública.

c) Apresenta ampla experiência na área, com a realização de mais de 350 cursos e capacitações voltados a temas estratégicos da gestão pública, incluindo, entre outros, sindicância e processo administrativo disciplinar, licitações e contratos, controle interno, gestão fiscal, direito administrativo e governança.

d) Conta com corpo docente altamente qualificado, composto por profissionais com formação acadêmica sólida e experiência prática na área pública, garantindo elevado nível técnico na abordagem dos conteúdos ministrados.

e) Possui portfólio consolidado, com a capacitação de milhares de agentes públicos, evidenciando sua credibilidade e reconhecimento no mercado de formação técnica voltada à Administração Pública.

f) Os cursos ofertados possuem conteúdo programático atualizado e direcionado às demandas reais da gestão pública, com abordagem prática e aplicada, especialmente relevante para áreas sensíveis como sindicância e processo administrativo disciplinar, objeto da presente contratação.





4 – EMPRESA:

Empresa: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Endereço: Rua Minas Gerais, nº 1391, Sala 502, 5º andar **Bairro:** Nossa Senhora Aparecida

Cidade: Francisco Beltrão

Estado: Paraná

CEP: 85.601-060

5 – VALOR TOTAL: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

6 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO: O valor apresentado à contratação do serviço, é de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), conforme proposta em anexo e notas fiscais comprobatórias, no qual mostra que a CONTRATADA pratica o preço em questão. A contratada atende satisfatoriamente as necessidades da Administração Pública quanto ao objeto da contratação e sua essencialidade, singularidade e adequabilidade, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “F”, todos da Lei nº 14.133/2021.

Considerando as notas fiscais apresentadas foi possível observar que, o prestador de serviço realizou capacitações semelhantes para outros entes.

Assim devemos entender que uma contratação não precisa estar amparada decisivamente no preço, conforme assevera Joel Menezes Niebuhr, mas o processo deve necessariamente justificar o preço a ser aceito, visando assegurar a vantajosidade da contratação. Justifica-se o preço adotado em dois possíveis sentidos: a) a compatibilidade do preço ajustado com o de mercado, ou b) a adequação do preço, pontualmente, caracterizando como justo, certo e vantajoso diante da pretensa contratação.

Portanto, assim entendemos que existe sim a justificativa de preços e que o valor cobrado pela empresa se torna justo mediante a todas as comprovações, levando em consideração a necessidade de treinamento aos servidores do Município.

7 – FUNDAMENTO LEGAL: Alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, onde consta:

Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a Inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

8 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
30	02.02	02.061 0003 2.003	3.3.90.39.48.00.00	0
47	02.04	04.124 0002 2.005	3.3.90.39.48.00.00	0

9 – A Comissão de Contratação, diante do acima exposto, após as considerações jurídicas elaboradas no Parecer Jurídico nº 157/2026 – PG, e com base nos elementos constantes nos autos, encaminha para análise e homologação o Processo Administrativo Eletrônico nº 1101/2026, sem adentrar no mérito da veracidade das informações, justificativas constantes dos autos, especialmente quanto ao preço e escolha do fornecedor ou executante, que são de inteira responsabilidade do órgão requisitante, sendo também, responsável por todos os documentos anexados ao presente processo, podendo ser realizada por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com base nos dispositivos legais enumerados.

Ressaltamos ainda, que caberá à Autoridade competente a discricionariedade de prosseguir ou não com a contratação.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

269

ESTADO DO PARANÁ

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Isabela Rodrigues Borges
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria nº 7.865 de 11/05/2026

Fabiano Bassoli Donida
Membro da Comissão de Contratação

Evandro Marcelo Pasqualoto
Membro da Comissão de Contratação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/05/2026 11:33:03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rpba830c0626835>





Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Encaminhamos a Vossa Excelência, para análise e homologação, o relatório da Comissão de contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal, mediante inexigibilidade de licitação, fundamentada na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Informamos que o custo para a contratação é de R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)..

O Processo Administrativo Eletrônico para contratação foi autuado sob o nº 1101/2026, e a Inexigibilidade tombada sob o nº 026/2026.

A decisão pela contratação por inexigibilidade foi embasada nos seguintes documentos, que seguem anexos ao processo administrativo:

- ✓ Documento de Formalização de Demanda
- ✓ Estudo Técnico Preliminar
- ✓ Termo de Referência
- ✓ Proposta, Comprovação de Valores e Documentos Inexigibilidade
- ✓ Indicação de recurso de adequação orçamentária

Conta	Órgão/Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
30	02.02	02.061 0003 2.003	3.3.90.39.48.00.00	0
47	02.04	04.124 0002 2.005	3.3.90.39.48.00.00	0

- ✓ Parecer Jurídico nº 157/2026 - PG
- ✓ Documentação da empresa
 - Contrato Social e alterações;
 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - Certidão Negativa Municipal;
 - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
 - Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - Certidão de Regularidade do FGTS;
 - CND Débitos Trabalhistas;
 - Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR);
 - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep);
 - Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - Declaração Unificada.
- ✓ Conclusão do processo pela Comissão de Contratação

Respeitosamente,





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

271

ESTADO DO PARANÁ

Isabela Rodrigues Borges
Presidente da Comissão de Contratação
Portaria nº 7.865 de 11/05/2026

Fabiano Bassoli Donida
Membro da Comissão de Contratação

Evandro Marcelo Pasqualoto
Membro da Comissão de Contratação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/05/2026 11:33 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSSE: <https://c.ipm.com.br/rp23e0694a3b58f>





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 7.865, DE 11 DE MAIO DE 2026.

Altera e Designa servidores para atuarem como Agentes de Contratação e compor a Comissão de Contratação e a Equipe de Apoio.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARMELEIRO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto nº 3.500, de 05 de março de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 7.787, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

Art. 2º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Agente de Contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8;
- II - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- III - Rudimar Ernandes Walkowiecz, Matrícula 15237-2;
- IV - Lucas de Almeida Jardim, Matrícula 1754-0

§1º Quando da realização de licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação serão denominados Pregoeiros, na forma do art. 8º, § 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 3º DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para desempenharem a função de Comissão de Contratação e Equipe de Apoio nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 2021:

- I - Isabela Rodrigues Borges, Matrícula 19610-1;
- II - Fabiano Bassoli Donida, Matrícula 17370-1;
- III - Evandro Marcelo Pasqualoto, Matrícula 11100-1.

§ 1º A Comissão de Contratação será presidida pela servidora Isabela Rodrigues Borges e, na sua ausência, pela servidora Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8.

§ 2º Nos casos de férias, licenças legais ou afastamentos temporários de membros da Comissão de Contratação e da Equipe de Apoio constantes dos incisos II e III, os servidores poderão ser substituídos por Rudimar Ernandes Walkowiecz, Matrícula 15237-2, Franciéli de Oliveira, Matrícula 1450-8 e/ou Lucas de Almeida Jardim, Matrícula 1754-0, conforme necessidade administrativa.

Art. 4º O desempenho da função será remunerado por gratificação prevista no art. 33, da Lei nº 2.096, de 23 de setembro de 2013, observado o disposto nos §§ 3º e 4º, do mesmo artigo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Marmeleiro, PR, 11 de maio de 2026.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

Fundamentado na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 026/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 1101/2026 – Cód. Verificador: 5TF69M6A.

OBJETO: Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.

CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

VALOR TOTAL: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE MARMELEIRO - PARANÁ

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2026

ANO: IX

EDIÇÃO Nº: 2195 - 11 Pág(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Nome	Matrícula	Cargo	Grau Anterior	Grau da Promoção
Fabiane Vieira do Nascimento	19898/1	Professor de Educação Infantil	B	C
Alessandra da Silva	17892/2	Professor	B	D
Tamara Vanessa Zulcowski	19178/3	Professor	B	D

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de maio de 2026. Marmeleiro-PR, 18 de maio de 2026.

JANDER LUIZ LOSS
Prefeito de Marmeleiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

Fundamentado na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 026/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 1101/2026 – Cód. Verificador: 5TF69M6A.

OBJETO: Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema “3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)” para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.

CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

VALOR TOTAL: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito de Marmeleiro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 062/2026 (Inexigibilidade Nº 024/2026) Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 005/2024 – Ata de Registro de Preços nº 008/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo – CISARP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

CONTRATADA: BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação da empresa BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.353.258/0001-60, para a aquisição de um veículo tipo van com capacidade para 21 lugares (20 passageiros mais motorista). A aquisição será realizada por meio de adesão à Ata de Registro de Preço nº 008/2024 gerenciada pelo Consorcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo (CISARP), vinculada ao processo administrativo nº 014/2024, modalidade pregão eletrônico nº 005/2024, atendendo as necessidades do Departamento de Saúde.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 525.000,09 (quinhentos e vinte e cinco mil reais e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, ou seja, até 17 de maio de 2027.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de maio de 2026.

FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito



AUDIÊNCIA PÚBLICA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Eu Mario Makoto Takayanagi, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Saúde de Dois Vizinhos-ISDV, no uso de minhas atribuições de acordo com as leis Municipais nº 1211/2005 artigo 6º e 2177/2017 artigo 3º, inciso III, convoco a todos que interessar para a Audiência Pública de Prestação de Contas do Instituto de Saúde de Dois Vizinhos-ISDV, nome fantasia Hospital Pró-Vida, no dia 28 de maio de 2026, às 17:30 horas, a ser realizada no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Souza Neves, nº 395, Centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, com a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de Contas – 3º Quadrimestre 2025

Dois Vizinhos, 06 de maio de 2026.

MARIO MAKOTO
TAKAYANAGUI:594
68602834

Anotado de forma digital por
MARIO MAKOTO
TAKAYANAGUI:5946602834
Data: 2026.05.06 08:48:07
45367

MARIO MAKOTO TAKAYANAGUI
PRESIDENTE ISDV

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SOCIEDADE HOSPITALAR BELTRONENSE LTDA.

CNPJ nº 77.812.519/0001-07
NIRE nº 412.0165482.6

Pelo presente edital, ficam convocados os senhores sócios da SOCIEDADE HOSPITALAR BELTRONENSE LTDA. para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se presencialmente, no dia 01/06/2026 às 18h00, em primeira convocação, com a presença de sócios representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, no mesmo dia, às 18h30, no seguinte endereço: Rua São Paulo, nº 459, Centro, em Francisco Beltrão, PR, com qualquer número de sócios presentes, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Deliberação sobre a exclusão extrajudicial da sócia remissa Monica Bonatto Fiorenzato, com fundamento nos arts. 1.004 e 1.058 do Código Civil, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para, em caso de aprovação da exclusão, deliberar também sobre:

- a) a resolução da sociedade em relação à referida sócia;
- b) o destino das quotas de sua titularidade;
- c) a apuração dos haveres, com a dedução das prestações estabelecidas não adimplidas com os acréscimos pactuados no instrumento societário ou deliberativo aplicável e das despesas suportadas pela sociedade;
- d) a prática dos atos necessários à formalização da exclusão e de seus efeitos no contrato social.

DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS SÓCIOS

Encontram-se à disposição dos sócios, para exame prévio, na sede da sociedade, os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia.

CIÊNCIA ESPECÍFICA DA SÓCIA INDICADA NO ITEM 1

Sem prejuízo da publicação deste edital, será encaminhada à sócia Monica Bonatto Fiorenzato notificação escrita específica, por meio idôneo que comprove a ciência, contendo:

- a) a descrição objetiva dos fatos que lhe são imputados;
- b) a indicação dos documentos que embasam a deliberação proposta;
- c) a informação de que poderá apresentar defesa escrita até 29/05/2026; e
- d) a informação de que poderá apresentar defesa oral na própria assembleia, pessoalmente ou por procurador com poderes específicos.

Francisco Beltrão/PR, 13 de maio de 2026.

goub
SOCIEDADE HOSPITALAR BELTRONENSE LTDA.
CNPJ nº 77.812.519/0001-07
NIRE nº 412.0165482.6

SOCIEDADE HOSPITALAR BELTRONENSE LTDA.

Representante Legal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Na, qualidade de síndico, convoco todos os condôminos do CONDOMÍNIO TRADE CENTER, situado na Av. Júlio Assis Cavalheiro nº 494, Centro, Francisco Beltrão, Paraná, venho pela presente convocar todos os condôminos para participarem da Assembleia Extraordinária, a realizar-se no dia 21 de maio de 2026, na sala Duo Café do mesmo prédio, às 17:45 horas em primeira convocação, contando com a presença de pelo menos metade dos condôminos, ou as 18:15 horas em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem:

- 1 - Prestação de contas exercício 2025;
- 2 - Prestação de contas da reforma do prédio até mês abril/2026;
- 3 - Alteração do Estatuto Social;
- 4 - Assuntos gerais.

Pela importância dos assuntos a serem tratados, contamos com a presença de todos.

Observações:

1. Os condôminos ausentes poderão ser representados por procurador, com procuração específica para essa Assembleia e com firma reconhecida do outorgante.

2. Lembramos que as decisões tomadas na Assembleia, por força de lei, obrigam todos os condôminos, ainda que ausentes, a cumprirem e a reconhecerem como decisão de todos.

3. Os condôminos em atrasos nos pagamentos de suas taxas condominiais não poderão votar as deliberações.

Cordialmente,

Francisco Beltrão, 15 de maio de 2026.

MARCILO FRANÇA BAHIA
Síndico

Prefeitura Municipal de Renascença

AVISO DE REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2025 – PMR

O Município de Renascença torna público que realizará a reabertura da Sessão Pública da licitação em epígrafe, para convocação do próximo colocado, em razão da rescisão unilateral do contrato anteriormente firmado.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de pavimentação poliédrica com pedras irregulares na estrada vicinal municipal, com 18.528,00 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, cordão lateral em concreto pré-moldado, pavimentação com pedras irregulares do tipo basáltica, compactação, contenção e enlameamento lateral.

DATA E HORA DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 de maio de 2026 às 08h00min.

UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

LOCAL: <http://www.gov.br/compras/pt-br>.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou pelo telefone (46) 3550-8314.

Renascença, 18 de maio de 2026.

LUCIANE ELOISE LUBCZYK

Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Nova Prata

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2026
(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal Elizete Cavazini, RATIFICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, tendo em vista o Documento de Formalização de Demanda e demais documentos que compõem o processo via Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2024, referente ao Pregão Eletrônico nº 010/2023 do Consórcio Integrado Multifunilar do Vale do Jequitinhonha, incidindo-se no caso epígrafe o disposto na Lei 14.133 de 2021, art. 74, Caput: "inexigível a licitação quando inviável a competição".

1 OBJETO

1.1. Aquisição de plataforma esportiva conectável de alto desempenho, produzida em polipropileno (PP) virgem de alto impacto, adequada para uso em ambientes externos, dotada de sistema de dispersão de água, destinada à instalação em parques esportivos e infantis, Academia da Terceira Idade e Academia do Lago Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu - PR.

Descrição do Objeto	Qtd	MARCA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
SUPERFÍCIE ARTICULADA OUTDOOR DO PISO OUTDOOR. Material: PP - Polipropileno Copolímero de alto impacto e alta resistência. Dimensões: 250mm x 250mm x 12mm. Garantia: 10 anos. Aditivos de proteção: U V Sistema de trava antifurto. Resistência à umidade: 100%. Alta resistência mecânica. Alta absorção de impacto. Baixa absorção de calor. Baixa amplitude dimensional. Resistente a umidade, não forma limo. Drenante. DA DEMARCAÇÃO ESPORTIVA. Demarcação com tinta flexível bi-componente à base de PU. Primer: sólidos (20 +/-2%) / Espessura úmida (10 à 30 microns). Tinta: sólidos (40 +/-2%) / Espessura úmida (80 microns) / veículo PU acrílico + clareante alifático. Aplicado com rolo especial.	750	MP	R\$ 295,00	R\$ 221.250,00

2 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Nova Prata do Iguaçu dispõe de espaços esportivos amplamente utilizados pela população para práticas esportivas, lazer e convivência social. Contudo, parte dessa infraestrutura apresenta desgaste decorrente do uso contínuo e da ação do tempo, comprometendo a segurança dos usuários e a qualidade das atividades desenvolvidas.

2.2. Dessa forma, a execução da instalação de plataforma esportiva conectável de alto desempenho visa garantir melhores condições de uso, promover a segurança dos frequentadores e incentivar a prática esportiva. Tais melhorias contribuirão diretamente para a qualidade de vida da população.

3 VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1 O valor total da contratação é de R\$ 221.250,00 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e cinquenta reais).

4 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14 Secretária Municipal de Esporte e Lazer
001 Departamento de Esporte
0027.0812.0020.2038 Manutenção do Departamento de Esportes
33.90.30.00.00 Material de Consumo
33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

5 EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA POSSAMAÍ LTDA - 05.725.151/0001-20.

6 FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado com base na entrega dos produtos, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

7 PRAZO DE ENTREGA

7.1. O prazo de entrega será de no máximo 60 (sessenta) dias a contar da data de confirmação de recebimento da nota de empenho e/ou da autorização de fornecimento.

8 VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 18 de maio de 2026.

ELIZETE CAVAZINI

Prefeita Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 019/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026

CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu - Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.

CONTRATADA: Construtora Possamai Ltda - CNPJ Nº 05.725.151/0001-20.

OBJETO: Aquisição de plataforma esportiva conectável de alto desempenho, produzida em polipropileno (PP) virgem de alto impacto, adequada para uso em ambientes externos, dotada de sistema de dispersão de água, destinada à instalação em parques esportivos e infantis, Academia da Terceira Idade e Academia do Lago Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu - PR.

VALOR: R\$ 221.500,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos reais)

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 14 Secretária Municipal de Esporte e Lazer, 001 Departamento de Esporte, 0027.0812.0020.2038 Manutenção do Departamento de Esportes 33.90.30.00.00 Material de Consumo, 33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado com base na entrega dos produtos, em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal.

Nova Prata do Iguaçu, 18 de maio de 2026

ELIZETE CAVAZINI - Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Marmeleiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

Fundamentado na alínea "f" do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, autorizo e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026, nos termos da documentação acostada ao Processo Administrativo Eletrônico nº 1101/2026 – Cód. Verificador: 5TF69M6A.

OBJETO: Contratação da empresa IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, para prestação de serviços especializados de capacitação presencial, com o tema "3º SEMINÁRIO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)" para as servidoras Luciana Arisi e Karima Hawa Mujahed, a ser realizado em formato presencial, na cidade de Curitiba/PR, atendendo às necessidades do Gabinete Municipal.

CONTRATADA: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

VALOR TOTAL: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais).

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Jander Luiz Loss

Prefeito de Marmeleiro

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 062/2026

(Inexigibilidade Nº 024/2026)

Vinculado ao Pregão Eletrônico nº 005/2024 - Ata de Registro de Preços nº 008/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo - CISARP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

CONTRATADA: BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação da empresa BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.353.258/0001-60, para a aquisição de um veículo tipo van com capacidade para 21 lugares (20 passageiros mais motorista). A aquisição será realizada por meio de adesão à Ata de Registro de Preço nº 008/2024 gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo (CISARP), vinculada ao processo administrativo nº 014/2024, modalidade pregão eletrônico nº 005/2024, atendendo às necessidades do Departamento de Saúde.

VALOR CONTRATUAL: R\$ 525.000,09 (quinhentos e vinte e cinco mil reais e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, ou seja, até 17 de maio de 2027.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 18 de maio de 2026.

FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Marmeleiro, 18 de maio de 2026.

Jander Luiz Loss

Prefeito

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS

EDITAL DE PRE-QUALIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

ALTERAÇÃO:

10ª Alteração no Edital de Pré-Qualificação Chamamento público Nº 002/2025, o qual tem por objeto: pré-qualificação de bens destinados à formação de cadastro para futuras aquisições de materiais, suprimentos e artigos de consumo de natureza administrativa e de apoio a eventos institucionais, com base na avaliação de suas especificações técnicas, técnicas e de desempenho, conforme critérios estabelecidos neste edital e seus anexos

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2025

ALTERAÇÃO:

9ª Alteração no Edital de Chamamento Público nº 003/2025, o qual tem por objeto: chamamento público para o credenciamento de pessoas jurídicas para o fornecimento de materiais, suprimentos e artigos de consumo de natureza administrativa e de apoio a eventos institucionais, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

Ratificar e homologar os itens, valores e redação não alteradas por este instrumento.

A íntegra encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:

http://www.conims.com.br_aba/Licitacoes.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Dois Vizinhos e Região. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO A presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE DOIS VIZINHOS E REGIÃO - SINTRIAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os associados quites e em pleno gozo dos direitos e não sócios pertencentes à empresa Indústria De Alimentos El-shadai Ltda, CNPJ: 04.182.987/0001-63, com data base em Maio, Para participar da Assembleia Geral Extraordinária que acontecerá no dia 22 de maio de 2026, em horário contínuo das 10h00min às 16h00min, na sede da empresa Rod Pr 281 Km 14,5 S/N, Parque Industrial - Chopinzinho - PR, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Aprovação ou rejeição da proposta para Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027; B) Apreciação, discussão e deliberação sobre a contribuição assistencial conforme art. 8º, inciso IV, da C.F./ 88 e letra "E", do Art. 513 da CLT, observando-se que esta será uma das oportunidades para trabalhadores integrantes desta data-base para a manifestação individual contrária ou favorável à referida contribuição; com autorização para desconto de 1,5 % sobre Salário Normativo a Título de Contribuição Mensal, devidos pelos Trabalhadores não Associados; C) Em caso de rejeição da proposta, quais os caminhos a serem seguidos; D) Assuntos Gerais. Dois Vizinhos, 18 de maio de 2026. Marlene Martins Moreira dos Anjos - Presidente